

Diário do Legislativo de 30/05/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 43ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 10ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Técnico "Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: Desafios da Política Educacional"

1.3 - 11ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Técnico "Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: Desafios da Política Educacional"

1.4 - 13ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Plenária Final do Fórum Técnico "Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: Desafios da Política Educacional"

1.5 - 31ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.6 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 28/5/2009

Presidência dos Deputados Weliton Prado, Carlin Moura e Sebastião Helvécio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.389 a 3.391/2009 - Requerimentos nºs 3.931 a 3.945/2009 - Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos (2) e dos Deputados André Quintão e Padre João - Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Educação, de Fiscalização Financeira, de Segurança Pública, de Assuntos Municipais e de Turismo - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos do Deputado Eros Biondini, da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados André Quintão, Padre João e Weliton Prado - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.621/2007; encerramento da discussão; discurso do Deputado Ademir Lucas; votação do parecer; aprovação - Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.689/2007, 2.324, 2.343 e 2.358/2008 e 3.169/2009; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos (2); aprovação - Requerimento dos Deputados André Quintão e Padre João; aprovação; declarações de voto - Requerimento do Deputado Almir Paraca; deferimento; discurso do Deputado Carlin Moura - Requerimento do Deputado Padre João; deferimento; discurso do Deputado Weliton Prado - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 3.389/2009

Acrescenta o inciso IX ao art. 10 da Lei nº 15.019, de 15 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba e revoga as Leis nºs 11.394, de 6 de janeiro de 1994, e 12.366, de 26 de novembro de 1996.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 10 da Lei nº 15.019, de 15 de janeiro de 2004, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

"Art. 10 - (...)

IX - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2009.

Ana Maria Resende

Justificação: A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg - é a entidade que representa os produtores rurais mineiros. Defensora dos interesses da categoria, sua força é resultado do envolvimento e da participação de quase 400 sindicatos filiados, que congregam mais de 400 mil pequenos, médios e grandes produtores.

O art. 2º da Lei nº 15.019, de 2004, estabelece: "O Fundo Jaíba tem como objetivo promover a melhoria das condições socioeconômicas da região de abrangência do projeto do Distrito Agroindustrial do Jaíba, por meio de programas de financiamento que atendam à agricultura irrigada e às atividades que fazem parte de suas cadeias produtivas". Portanto, nada mais pertinente que um representante da Faemg integrar também o grupo coordenador do Fundo Jaíba.

Pelas razões aduzidas, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Política Agropecuária para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.390/2009

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de Divisa Nova.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - com sede no Município de Divisa Nova.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae -, com sede no Município de Divisa Nova, é uma associação civil, filantrópica, de caráter assistencial, educacional e cultural. A referida Associação tem por objetivo zelar pela saúde de seus associados, estimulando o estudo, a pesquisa e o esporte, entre outras atividades. Sem fins lucrativos e com duração indeterminada, está em pleno funcionamento desde 17/12/2001.

Essa entidade tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, especialmente mental, das crianças, dos adolescentes, dos adultos e dos idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à Apae de Divisa Nova melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que a entidade atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Esperamos, portanto, contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 3.391/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Itajubá imóvel com área de 693,512m² (seiscentos e noventa e três vírgula quinhentos e doze metros quadrados), situado na Rua João Gomes Lima, nesse Município, e registrado sob o nº 659, a fls. 132 do Livro 3-A, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itajubá.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se à instalação de unidade de atendimento na área de saúde.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do doador se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe for dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: O imóvel objeto da doação de que trata o projeto de lei em tela foi doado pela Prefeitura Municipal de Itajubá ao Estado, em 1953, sem imposição de nenhuma cláusula. Atualmente, abriga a Policlínica de Itajubá, onde é prestada assistência em diversas especialidades por meio de programas de saúde com atendimento humanizado. Como o Município de Itajubá é considerado polo microrregional pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, o trabalho ali desenvolvido atende a aproximadamente 220 mil habitantes provenientes de 15 Municípios e suas áreas de influência.

Diante dessas considerações, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para que o Poder Executivo seja autorizado a doar o imóvel ao Município, em benefício do Sul de Minas.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.931/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o jornalista Cesar Romero pelo lançamento do livro "O Colunista", em que o escritor Ivanir Yazbech apresenta a biografia desse jornalista. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 3.932/2009, da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional, em que solicita seja encaminhado à Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho pedido de providências para o cumprimento dos acordos trabalhistas que autorizaram a instalação de programas de demissão voluntária nas empresas do setor metal-mecânico no Vale do Aço.

Nº 3.933/2009, da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional, em que solicita seja encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça do Estado pedido de providências para o cumprimento dos acordos trabalhistas que autorizaram a instalação de programas de demissão voluntária nas empresas do setor metal-mecânico no Vale do Aço. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 3.934/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas pedido de providências para a realização de um levantamento estatístico sobre os atos infracionais cometidos nos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, iniciando-se pela cidade de Betim. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.935/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional pedido de providências para apurar possíveis irregularidades no Programa Vila Viva, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme cópia das notas

taquigráficas da reunião que menciona.

Nº 3.936/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Defensoria Pública pedido de providências acerca de questões levantadas sobre o Programa Vila Viva, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme cópia das notas taquigráficas da reunião que menciona.

Nº 3.937/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para apurar possíveis irregularidades no Programa Vila Viva, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme cópia das notas taquigráficas da reunião que menciona. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.938/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Juiz de Direito da Comarca de Pedra Azul pedido de providências para apurar denúncia contra Francisco Carlos dos Reis, membro do Cartório Eleitoral do Município de Cachoeira do Pajeú, que estaria, supostamente, exercendo funções na Prefeitura Municipal. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 3.939/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhada à Câmara Municipal de Belo Horizonte manifestação de repúdio pela decisão de não aprovar o Projeto de Lei nº 1.690/2008, que dispõe sobre a ação do Município no combate às práticas discriminatórias por orientação sexual e institui o Dia Municipal do Orgulho Gay.

Nº 3.940/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhada ao Congresso Nacional manifestação de apoio ao Projeto de Lei nº 4.914/2009, que altera a Lei Federal nº 10.406, de 2002, que aplica à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes à união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata da conversão dessa união em casamento.

Nº 3.941/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Juiz de Direito da Comarca de Pedra Azul pedido de providências para marcação do júri para o julgamento de Abílio Antunes, acusado de crime de tentativa de homicídio contra Fábio Ferraz Franco em 2004.

Nº 3.942/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Defensor Público-Geral do Estado pedido de providências para a designação de uma equipe da Defensoria Pública para o Município de Conceição do Mato Dentro com vistas a tratar de questões relativas ao desrespeito às terras quilombolas.

Nº 3.943/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça pedido de providências para a concessão de liminar, requerida em ação de "habeas corpus", em favor de Franciane Daniele do Carmo, conforme documentação que menciona.

Nº 3.944/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona, pela participação em operação que culminou na apreensão de drogas no Município de Ouro Fino.

Nº 3.945/2009, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências e gestões junto ao Departamento de Obras Públicas para que as obras dos centros socioeducativos em andamento no Estado sejam concluídas com a maior urgência possível.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão de Direitos Humanos (2) e dos Deputados André Quintão e Padre João.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Transporte, de Educação, de Fiscalização Financeira, de Segurança Pública, de Assuntos Municipais e de Turismo.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra e agradece a presença, em Plenário, do Exmo. Sr. Tilden Santiago, ex-Deputado e ex-Embaixador do Brasil em Cuba. Esta Casa se sente muito honrada com sua presença.

Oradores Inscritos

- O Deputado Eros Biondini, a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados André Quintão e Padre João proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Com a palavra, o Deputado Weliton Prado.

- O Deputado Weliton Prado profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos da Resolução nº 5.207, de 10 de dezembro de 2002, que estabelece procedimentos disciplinares relativos à ética e

ao decoro parlamentar e dá outras providências, e em cumprimento ao disposto no seu art. 6º, que cria a Ouvidoria Parlamentar, designa o Deputado Wander Borges para exercer as funções de Ouvidor.

Mesa da Assembleia, 28 de maio de 2009.

Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.939 a 3.943/2009, da Comissão de Direitos Humanos, e 3.944 e 3.945/2009, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Transporte - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 26/5/2009, dos Requerimentos nºs 3.792/2009, do Deputado Ivair Nogueira, e 3.851/2009, da Comissão de Participação Popular; de Educação - aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 27/5/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.170/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 3.233/2009, da Deputada Cecília Ferramenta, 3.235/2009, do Deputado Inácio Franco, e 3.245/2009, do Deputado Doutor Rinaldo, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 3.626 e 3.759/2009, do Deputado Weliton Prado, 3.770/2009, do Deputado Doutor Viana, 3.779 e 3.793 a 3.796/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, 3.808/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.822 a 3.825, 3.828 e 3.849/2009, da Comissão de Participação Popular; de Fiscalização Financeira - aprovação, na 12ª Reunião Ordinária, em 27/5/2009, do Requerimento nº 3.838/2009, da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional; de Segurança Pública - aprovação, na 8ª Reunião Extraordinária, em 27/5/2009, dos Requerimentos nºs 3.842/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 3.846/2009, do Deputado Braulio Braz, e 3.833, 3.852 a 3.860, 3.867, 3.868 e 3.870 a 3.873/2009, da Comissão de Participação Popular; de Assuntos Municipais - aprovação, na 12ª Reunião Ordinária, em 27/5/2009, dos Requerimentos nºs 3.837, 3.861 e 3.864/2009, da Comissão de Participação Popular; e de Turismo - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 28/5/2009, do Projeto de Lei nº 3.276/2009, do Deputado Carlos Gomes, e dos Requerimentos nºs 3.809/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.826, 3.827, 3.829 e 3.834 a 3.836/2009, da Comissão de Participação Popular, 3.847 e 3.874/2009, do Deputado Doutor Viana, e 3.877/2009, do Deputado Rômulo Veneroso (Ciente. Publique-se.).

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.621/2007, do Deputado Paulo Guedes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco o imóvel que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ademir Lucas.

- O Deputado Ademir Lucas profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.689/2007, 2.324, 2.343 e 2.358/3008 e 3.169/2009 (À sanção.).

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Cachoeira de Pajeú pedido de informações sobre a situação funcional dos servidores do Poder Executivo Municipal. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei Complementar nº 36/2007. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento dos Deputados André Quintão e Padre João solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 2.771/2008. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Declarações de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, fomos informados de que o Projeto de Lei nº 2.771 assemelha-se à natureza de um código, no caso o Código Florestal. O Regimento Interno impede expressamente, tanto a Deputados quanto ao Governador, solicitação de regime de urgência. Todavia, conscientes da importância da legislação que busca restringir o desmatamento em nosso Estado e, além disso, de colaborar com o desejo do Governador em acelerar a tramitação desse projeto, eu e o Deputado Padre João, verificando que o projeto já havia perdido prazo na Comissão de Fiscalização Financeira, apresentamos este requerimento solicitando a sua inclusão em pauta. Neste caso, a emenda ficou melhor do que o soneto, pois não pode tramitar em caráter de urgência, e o mecanismo seria a perda de prazo. Portanto, a consequência da apresentação do requerimento sob o argumento da perda de prazo é a inclusão imediata dele na pauta. Aproveitando a presença do nosso amigo José Geraldo, Secretário-Geral da Mesa, solicito ao Presidente Alberto Pinto Coelho que o inclua na próxima reunião ordinária, na terça-feira, dia 2 de junho. Solicito também à assessoria do Bloco PT-PCdoB, na pessoa do nosso assessor Carlão, que providencie um requerimento de inversão de pauta, caso o projeto não seja apreciado em primeiro lugar, a fim de que seja votado em primeiro lugar. Evidentemente, solicitamos à base do governo que nos auxilie junto aos demais Deputados para atendermos ao apelo do Governador, a fim de que o votemos em 1º turno aqui mesmo no Plenário, na terça-feira. Além disso, que não haja mecanismo protelatório para a votação e que qualquer eventual entendimento entre as Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente seja feito até terça-feira. Acredito que, sendo votado em 1º turno, regimentalmente o projeto retornaria às comissões. Quem sabe um substitutivo de acordo possa ser apresentado e, na próxima semana, em 1º e 2º turnos, esta Casa já aprove as modificações no Código Florestal? Deputado Padre João, como auxiliamos no projeto de empréstimo, desobstruindo a pauta, estamos com a aprovação do requerimento da Oposição garantindo que, na terça-feira, caso seja a vontade do Presidente desta Casa - aliás, tenho certeza de que assim o fará -, o Projeto nº 2.771 já estará aqui para ser submetido à apreciação dos Deputados. Repito: espero que os Deputados da base não utilizem mecanismo protelatório algum para não comprometer o interesse do Governador Aécio Neves. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Padre João - O que é bom para Minas e o povo mineiro... Na verdade, não há oposição ao que é bom. Oposição responsável é

agirmos contra o que de fato fere o interesse do povo mineiro. Às vezes há interesse do governo numa linha mais de arrecadação e de omissão. De fato, somos contrários a isso. Quanto a este Projeto nº 2.771, na forma regimental tivemos de usar o mecanismo da perda de prazo, como já assegurou o Deputado André Quintão, que me antecedeu, para ser incluído na pauta nesta terça-feira e assim ser apreciado em 1º turno. Então, é um avanço. Creio, Deputado André Quintão, que não haverá dificuldade alguma, pois, se é de interesse do Governador - supõe-se que seja interesse da base do governo - e da Oposição, então vamos votar, pois votamos tão rápido o projeto do BID, de um dia para o outro. É nossa responsabilidade autorizar o Governador a contrair esse empréstimo de US\$260.000.000,00, mesmo sabendo que quem aparecerá com essas obras será ele. Se fôssemos irresponsáveis, iríamos na lógica segundo a qual, mesmo sendo um bem para o povo mineiro, como quem aparecerá com o ProAcesso é o Governador, não votaremos, porque quem irá pagar esse empréstimo será o nosso próximo Governador - com certeza, Patrus Ananias. Somente daqui a quatro anos, começará a ser pago esse empréstimo, mesmo sendo juros de 3%. Porém não somos irresponsáveis. Aqui não é a lógica de tática eleitoral que prevalece. Ela é importante, mas não prevalece. Ou seja, prevaleceu, na autorização para o Governador contrair esse empréstimo de US\$260.000.000,00, o bem que é o ProAcesso e também o ProMG na recuperação dos asfaltos. Pedimos, Sr. Presidente, fiscalização, porque utilizam o dinheiro público, mas quem tem de ganhar também é quem trafega na MG, o usuário das rodovias. Não podem ser as empreiteiras, e há exemplos concretos da situação. A rodovia que liga Queluzito a Casa Grande, que foi recuperada em menos de dois anos, já é puro buraco; o asfalto que liga Carandaí a Capela Nova, inaugurado há pouco mais de um ano - não são nem dois anos - já está todo esburacado; e o que liga Salinas a Taiobeiras - até passei lá na semana passada - está com problemas também. Então queremos que se avance com o ProMG e com o ProAcesso, mas é necessário que essas obras sejam fiscalizadas e, se vierem a ter problemas, as empresas, sem nenhum ganho a mais, recuperem e garantam a qualidade do asfaltamento. Por isso a Bancada do PT, unida ao PCdoB, garantiu ao Governador a efetivação desse empréstimo de US\$260.000.000,00. E, juntamente, queremos também votar na semana que vem o Código Florestal, que é o Projeto de Lei nº 2.771. Esta é minha declaração, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Almir Paraca solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Carlin Moura. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 20 minutos. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

- O Deputado Carlin Moura profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Helvécio) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Weliton Prado. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 5 minutos. Com a palavra, o Deputado Weliton Prado.

- O Deputado Weliton Prado profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 1º de junho, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 10ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana e da Deputada Maria Lúcia Mendonça

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa: 1º Painel - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito - Palavras do Deputado Carlin Moura - Palavras da Sra. Maria Inez Camargos - Palavras do Sr. Flávio Nascimento - Palavras da Sra. Iedyr Gelape Bambirra - Palavras do Sr. Wilson Luiz da Silva - Palavras da Sra. Miriam Aprígio Pereira - Palavras da Sra. Galdina de Souza Arrais - Palavras da Sra. Suely Duque Rodarte - Palavras da Secretária Vanessa Guimarães Pinto - Palavras da Deputada Maria Lúcia Mendonça - Composição da Mesa: 2º Painel - Palavras do Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - Palavras do Sr. Rudá Ricci - Palavras do Sr. Clodoaldo José de Almeida Souza - Palavras da Sra. Maria das Graças Pedrosa Bittencourt - Palavras do Sr. Joaquim Antônio Gonçalves - Palavras da Sra. Lilian Paraguai - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Maria Lúcia Mendonça - Padre João - Paulo Guedes - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico "Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: Desafios da Política Educacional", que tem como objetivo buscar, junto às entidades representativas da sociedade civil e dos setores público e privado, subsídios para a discussão do Projeto de Lei nº 2.215/2008, que estabelece o Plano Decenal de Educação, com objetivos, metas e ações para a política educacional do Estado nos próximos dez anos.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado de Educação; o Exmo. Sr. Octávio Elísio Alves de Brito, Subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia; a Exma. Sra. Maria Inez Camargos, Coordenadora-Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Flávio Nascimento, Presidente da União Colegial de Minas Gerais e Vice-Presidente Regional da União Brasileira de Estudantes Secundaristas de Minas Gerais e do Espírito Santo; a Exma. Sra. Iedyr Gelape Bambirra, Presidente da Federação das Associações de Pais e Alunos do Estado de Minas Gerais e da Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos; o Exmo. Sr. Wilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; as Exmas. Sras. Miriam Aprígio Pereira, Quilombola, Diretora de Política, Educação, Comunicação e Formação da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais - N'Golo -; Galdina de Souza Arrais, Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Minas Gerais; Suely Duque Rodarte, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais no período de 2005-2009 e Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; e Deputada Maria Lúcia Mendonça, Presidente da Comissão de Educação desta Casa; e o Exmo. Sr. Deputado Carlin Moura, coautor do requerimento, junto com a ex-Deputada Elisa Costa, que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença, em Plenário, da Exma. Sra. Rosa Vani Pereira, Gerente de Articulação de Política Pedagógica, representando a Sra. Macaé Maria Evaristo, Secretária Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Neste instante, ouviremos a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exma. Sra. Vanessa Guimarães, Secretária de Educação, na pessoa de quem cumprimentamos todas as pessoas dessa área tão importante, motivo desses dias de reflexão na Assembleia; Deputada Maria Lúcia, Presidente da Comissão de Educação desta Assembleia, na pessoa de quem cumprimentamos os demais colegas Deputados; funcionários da Casa; telespectadores que nos assistem por meio da TV Assembleia; senhoras e senhores; é com enorme satisfação que iniciamos a etapa final do fórum técnico "Plano Decenal de Educação em Minas Gerais - Desafios na Política Educacional". Este é o momento de consolidar as expectativas da sociedade e das entidades parceiras da Assembleia, na elaboração de um plano que melhor represente os anseios de gestores e profissionais de educação, pais e alunos.

Temos consciência de que a educação é a base do desenvolvimento de um Estado, e aquele que a negligencia gera para si uma série de problemas sociais. Por isso, a elaboração do Plano Decenal de Educação representa para nós muito mais que o cumprimento de um dever legal criado pela Lei Federal nº 10.172, de 2001. É uma oportunidade de traçar novos rumos para Minas, aumentar os índices de alfabetização, viabilizar a formação profissional de nossos jovens, capacitar os mineiros para o mercado de trabalho. A realização de um evento para debater o referido plano representa um convite à sociedade para participar ativamente do planejamento da educação em nosso Estado. O início das atividades desse fórum técnico foi marcado pela realização de um debate público, no dia 13 de março. A partir dele, foram dois meses de organização e realização de encontros regionais para discussão das propostas constantes no projeto de lei encaminhado à Assembleia e formulação de outras tantas. Foram realizados encontros regionais em Araçuaí, Montes Claros, Governador Valadares, Paracatu, Divinópolis, Juiz de Fora, Varginha e Uberlândia. Esses encontros propiciaram o reconhecimento de necessidades e objetivos específicos a cada região e contaram com a participação decisiva de diversas entidades. Além disso, pela primeira vez, outro instrumento foi colocado à disposição da sociedade: a consulta pública. Sua utilização pioneira assegurou a participação de muitas pessoas que deram valiosas contribuições. No total, foram recebidas 212 propostas para inclusão de novos itens ao projeto, supressão e alteração de outros. O evento chega agora à sua etapa final. Neste momento, as propostas recebidas nos encontros regionais e na consulta pública serão discutidas e votadas. Aquelas eleitas como prioridades serão analisadas pela Comissão de Educação e poderão integrar o instrumento que estabelecerá objetivos, metas e ações para a política educacional do Estado nos próximos 10 anos.

De antemão, já podemos ressaltar o sucesso desse fórum técnico. Isso se deve à grande contribuição das entidades que nos apoiaram e à efetiva participação da sociedade. O objetivo era buscar subsídios para a discussão do Projeto de Lei nº 2.215, de 2008. Certamente, nós o alcançaremos. Para a Assembleia, são eventos como esse que consagram a ideia de uma representação participativa. Afinal, o poder do cidadão consiste na possibilidade de integrar o processo de produção e decisão acerca de temas de seu interesse. Fica, portanto, o nosso agradecimento a todas as entidades parceiras da Assembleia nesse fórum técnico, aos gestores e profissionais de educação, aos pais e alunos, e a todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte desse processo democrático de elaboração de uma política educacional mais adequada à realidade de Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Octávio Elísio Alves de Brito

Bom-dia a todos e a todas. Quero, inicialmente, manifestar minha enorme satisfação em, estando hoje nesta sessão de abertura representando o Sr. Alberto Portugal, Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, rever amigos e amigas da área da educação, com os quais tive oportunidade de conviver numa luta permanente em defesa da educação pública de qualidade em Minas Gerais. Desejo saudar o ilustre Deputado Doutor Viana, que preside esta reunião; a Deputada Maria Lúcia Mendonça e a Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação, em cujas pessoas peço permissão para saudar todos os componentes desta Mesa. Cumprimento os educadores, professores, profissionais e dirigentes da área da educação distribuídos por todo o Estado; os alunos e pais de alunos presentes a esta reunião; e todos aqueles que participaram desse rico processo que se desenvolveu em Minas Gerais.

Minha palavra é apenas para manifestar a necessidade de que este fórum envolva também uma discussão sobre a educação superior em Minas Gerais. É importante e é compromisso não apenas do Plano Nacional de Educação, mas do Plano Decenal de Educação de Minas que se faça uma discussão sobre a educação em seus diferentes níveis, buscando-se qualidade e compromisso com o trabalho e o desenvolvimento de Minas. O ensino superior tem um papel importante nesse processo. Teremos, amanhã pela manhã, uma Mesa específica sobre ensino superior, e as ações da Secretaria poderão ser apresentadas de forma bastante objetiva. Quero, entretanto, salientar a importância deste momento em que a discussão se realiza no Estado. Há pouco tempo foi aprovada a ação direta de inconstitucionalidade que transferiu ao Ministério da Educação e Cultura a gestão de instituições particulares de ensino superior ligadas ao Sistema Estadual de Ensino Superior. Essa ação tem um desdobramento importante em termos de Minas Gerais. Estamos comprometidos com o debate da política de ensino superior em Minas; firmamos um compromisso forte com a rede pública de ensino superior no Estado, as duas universidades estaduais, Uemg e Unimontes; há articulação entre a rede de ensino superior pública de Minas Gerais e as instituições particulares de ensino superior, tudo isso dentro da estratégia de um trabalho conjunto que entende que a qualidade do ensino superior está estritamente ligada à formação de pesquisadores, à efetivação de uma pós-graduação "strictu sensu" e a um trabalho de extensão relevante. Temos compromisso com a formação de professores. Queremos utilizar a educação a distância com foco na qualidade. Entendemos, portanto, que, vista a educação de forma integrada em seus diferentes níveis e entendido esse espaço como adequado para essa interligação, a Subsecretaria de Ensino Superior se faz presente para, em

conversa com a sociedade, buscar alternativas para promover em Minas Gerais o desenvolvimento de uma educação superior de qualidade. É com enorme prazer que participo desta abertura e deste fórum promovido, em muito boa hora, pela Assembleia Legislativa e, por meio dela, por toda a sociedade mineira. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Carlin Moura

Exmas. Deputadas e Deputados, demais parlamentares presentes, senhoras gestoras e senhores gestores da educação em Minas Gerais, professores e professoras, alunos e alunas, pais e mães de alunos do Estado de Minas Gerais e telespectadores da TV Assembleia, bom-dia a todos e a todas. É um prazer rever a maioria dos nossos companheiros, companheiras e amigos com quem tivemos a oportunidade de encontrar por essa grande Minas Gerais afora. Sejam todos bem-vindos.

Por meio de oito encontros regionais e da consulta pública na internet, a população de Minas Gerais deu sua opinião sobre o Projeto de Lei nº 2.215/2008, que cria o Plano Decenal de Educação do Estado. Foram recebidas 1.002 sugestões de modificações ao projeto. A consulta pública e os encontros regionais fizeram parte do fórum técnico "Plano decenal de educação em Minas Gerais: desafios da política educacional", que está sendo promovido por esta Assembleia Legislativa, em parceria com a Secretaria de Estado e movimentos e entidades ligados ao setor. Durante a etapa final do fórum técnico, que acontece de hoje até sexta-feira, as propostas encaminhadas pela população serão discutidas nos grupos de trabalho, onde novas sugestões devem e podem ser apresentadas. Depois de analisadas e aprovadas pelos participantes inscritos na plenária final, as sugestões da consulta pública, dos encontros no interior e dos grupos de trabalho da etapa final serão incluídas em um documento final e encaminhadas à Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, tão bem presidida pela ilustre Deputada Maria Lúcia Mendonça. Foram realizados pela Assembleia e pelas entidades parceiras oito encontros regionais. Por meio deles, a população reunida em grupos de trabalho apresentou sugestões e modificações. Ao todo foram apresentadas 790 sugestões de alterações.

Entre as propostas que apareceram com mais frequência nos encontros do interior, destacam-se: a redução dos prazos para implementação das ações e das metas previstas no Plano Decenal; a garantia de disponibilidade orçamentária e financeira para execução das ações e metas nos prazos previstos; a garantia de maior participação da comunidade escolar e de entidades representativas na elaboração e acompanhamento dos diversos programas na área de educação; supressão das metas que estabelecem a premiação dos professores e das escolas; e a inclusão de meta ou ação estratégica que assegure o cumprimento da lei federal que estabelece o piso salarial nacional para o magistério.

Pode-se ainda destacar uma sugestão apresentada pelos participantes do encontro realizado em Juiz de Fora. Eles propuseram a inclusão de um tema novo, a "Educação carcerária", com ações e metas que assegurem o acesso ao ensino básico e à educação profissional no sistema carcerário; a capacitação dos profissionais da educação que atuam nessa modalidade de ensino; e a garantia de infraestrutura física e recursos pedagógicos adequados ao funcionamento das unidades de ensino.

Através de consulta pública, foram recebidas 212 propostas para o aperfeiçoamento do projeto, originadas de 48 Municípios mineiros de 9 das 10 macrorregiões do Estado. Representantes de vários segmentos ligados à educação, como escolas estaduais, universidades e associações de estudantes e de pais, participaram da consulta.

Os temas mais recorrentes na consulta pública foram: organização e gestão dos sistemas estadual e municipais de ensino; alteração nos conteúdos curriculares; remuneração de professores e demais profissionais do ensino; e aplicação do piso salarial nacional do magistério. Outros exemplos de assuntos que receberam sugestões de modificação foram os mecanismos de premiação dos profissionais da educação, a infraestrutura das escolas e a gestão escolar.

Também foram recebidas propostas que não estão diretamente relacionadas ao Plano Decenal de Educação, mas que tratam de assuntos ligados à educação em Minas Gerais. Essas sugestões tratam de temas como: programas de incentivo à leitura na educação infantil; instituição de sistema informatizado de bibliotecas escolares; sensibilização de empresas para a institucionalização do estágio supervisionado na educação tecnológica e profissional; e outros.

O plano apresentado pelo Executivo reflete a política implementada pelo Governador Aécio Neves: prioriza-se a focalização dos investimentos em detrimento da universalização dos serviços públicos. O objetivo é a perseguição de metas, concentrando-se em algumas escolas-referência, em detrimento da grande maioria das escolas, que continuam abandonadas. Essa concepção aprofunda as diferenças entre as regiões, concentrando-se principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O Plano não apresenta um regime de colaboração entre as várias redes de ensino, como também é constatada a inexistência de projetos pedagógicos articulados em um mesmo território, além da falta de compromisso na implementação do processo de gestão democrática.

O Projeto de Lei nº 2.215/2008 não relaciona ações e programas a uma estratégia estadual. No máximo, adota a melhoria dos indicadores quantitativos. Trata-se de um documento irregular, desarticulado (desarticulação entre diagnóstico e proposição), pois não se fundamenta em uma estratégia clara de desenvolvimento da educação mineira, e incompleto, pois é verificada a ausência de temas significativos para a educação no Estado e de metas claras, apropriadas e mensuráveis.

A pressão exercida pela sociedade civil organizada e pelas entidades educacionais é fundamental para a democratização das discussões sobre o Plano. Para influenciarem mais os rumos do projeto a ser aprovado, as entidades sociais criaram o movimento Educação que Temos, Educação que Queremos. A articulação surgiu inicialmente como um grupo de estudos para analisar as propostas do Plano Decenal e, no decorrer dos encontros, transformou-se em um movimento organizado, que mobilizou o setor organizacional e influenciou e continua influenciando as propostas apresentadas. Integram o movimento o Sind-UTE, o Sinpro, a Fetaemg, a UCMG, a UEE, o Saaemg, a UNCMÉ, a Fitee e outras entidades.

O debate ocorre em um momento de profunda transformação mundial, em que o mito da competência da iniciativa privada está na berlinda, como bem expressa o Prof. Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, ao afirmar que o pensamento da direita sobre a economia de mercado, como foi provado agora, está errado. O professor norte-americano chama a atenção para o seguinte: quando se auxilia o setor financeiro, por meio de um sistema de parcerias, se há lucro, vai quase todo para o setor privado, mas, se há prejuízo, vai todo para o Estado.

Inobstante, tal lição não é assimilada pelos atuais gestores da educação mineira, que insistem na combatida fórmula para implementar, por exemplo, o programa de educação profissional.

A falência do modelo educacional público se expressa nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem - de 2008. Como nos anos anteriores, o ensino público, sobretudo da rede estadual, continua, como diz a juventude, "aparecendo mal na foto". O exame foi aplicado em todo o Brasil, mas apenas 8% das escolas melhor avaliadas no Enem são públicas. Entre as 50 piores do Brasil, 2 são estaduais de Minas. Dez escolas estaduais mineiras não atingiram 36 pontos. O Colégio da Universidade Federal de Viçosa - Coluni - obteve 76,6%. Por outro lado, dentre as 5 melhores escolas do País, 3 são escolas particulares de Minas Gerais. Os resultados gerais do Enem confirmam que o ciclo gerado pela desigualdade social ainda é perverso. O "ranking" por escola mostra claramente que as regiões mais pobres concentram os piores resultados. Saliente-se que 69,3% dos alunos que fizeram o Enem em 2008 declararam ter cursado todo o ensino médio em escola pública. Isso significa que quase 70% dos nossos jovens - sem contar aqueles que nem chegam ao ensino médio - estão condenados a perpetuar o ciclo

da pobreza que vincula educação deficiente a baixa renda e falta de oportunidades. A resposta para esse problema está na capacidade de os governos federal, estaduais e municipais promoverem as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade do ensino público. Como bem defende o Senador Cristovam Buarque, é preciso promover uma verdadeira revolução pela educação. Para o bem do projeto de uma Minas democrática, popular, desenvolvida e com justiça social - mas a justiça social que defendemos -, é importante que as fotos reveladas pelo Enem nos próximos anos mostrem a educação pública mineira mais bonita e sorridente que a da foto deste ano.

Finalmente, lembro que o governo federal, por meio do Ministério da Educação, convocou a Conferência Nacional de Educação - Conae - para o período de 23 a 27/4/2010. Ela será antecedida de conferências municipais e intermunicipais, que se realizarão a partir do primeiro semestre de 2009, e de conferências estaduais, a partir de agosto deste ano.

Agradeço a presença de todas e de todos e reafirmo minha convicção na importância do papel estratégico da educação no projeto de desenvolvimento nacional, soberano e independente. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Maria Inez Camargos

Bom-dia a todas e a todos os presentes. Para agilizar minha fala, farei um cumprimento geral aos componentes da Mesa e a todos os presentes. Começamos este fórum no dia 13 de maio, que é o dia da luta contra a discriminação racial. É fundamental não perdermos a referência, a importância de lutar para melhorar as condições de vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Já tivemos oportunidade de cumprimentar a Assembleia Legislativa por esta iniciativa.

Nós, do Sind-UTE de Minas Gerais, organizados com o movimento Educação que Temos, Educação que Queremos, participamos dos fóruns regionais de debate sobre o Plano Decenal de Educação de Minas da mesma forma, com a mesma disposição e com o mesmo empenho com que participamos desta etapa de elaboração de propostas na Assembleia Legislativa. Fizemos uma análise crítica do documento apresentado. Com base nisso, nas críticas e nas construções que fazemos permanentemente durante os debates, pelo conhecimento e pela vivência que temos da realidade da escola, apresentamos várias propostas. As propostas apresentadas pelo Sind-UTE de Minas Gerais e pelo movimento foram discutidas. Durante o debate conseguimos aprová-las junto de outros setores que participaram desse processo de discussão.

É dessa forma que queremos participar desta etapa: discutindo, defendendo propostas que melhorem a nossa condição nas escolas e nos diversos espaços, porque a realidade que vivemos na educação - que não precisamos dizer nem repetir - precisa ser modificada. É preciso garantir o direito ao acesso e à permanência na educação. É preciso que ela seja garantida. É preciso contemplar a diversidade dos alunos nos vários segmentos da sociedade. Todas as questões que apresentamos foram nesse sentido.

Além das questões gerais que defendemos, também pontuamos a necessidade de ampliação dos recursos, dos investimentos na educação de Minas para melhorar as condições físicas adequadas às escolas e, sobretudo, a valorização dos profissionais. Insistimos muito na implantação do piso salarial nacional, que garantirá o nosso plano de carreira, as nossas jornadas, a nossa condição de formação e, sobretudo, a nossa profissionalização. Conversamos com uma pessoa sobre os profissionais não habilitados; dissemos que é preciso pensar mais profundamente a profissionalização. Isso é cumprimento de lei porque o nosso plano de carreira prevê o ingresso por concurso público e, por isso, a questão da formação.

Nosso compromisso não começa e termina aqui, mas continua. Defendemos uma educação de qualidade. Contamos, sem dúvida alguma, com esta Casa, a Assembleia Legislativa, para que as propostas apresentadas transformem-se em lei, a fim de se garantir direito à educação de qualidade, o qual é de todos os cidadãos e cidadãs deste Estado. Estamos, como sempre, seja na rua, seja na luta, seja na greve, seja em qualquer outra manifestação, cobrando uma educação pública de qualidade, assim como participando e defendendo propostas que sejam transformadas em lei e melhorem a educação. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Flávio Nascimento

Bom-dia a todos e todas. Quero saudar a todo esse grupo de pessoas que vem construindo as etapas regionalizadas e debatendo a educação em nosso Estado. Quero saudar, especialmente, o Deputado Carlin Moura e a ex-Deputada, hoje Prefeita Elisa Costa, autores desse requerimento para abrir o debate para a sociedade e para contribuirmos no avanço da educação do nosso Estado.

Quando tratamos da educação, é necessário reafirmar a situação em que se encontra a educação no nosso Estado. O Sind-UTE trouxe para o movimento social um grande instrumento de luta e de debate que é a revista "Radiografia da Educação Mineira", que retrata bem como está a situação da nossa escola. O Deputado Carlin Moura falou da questão do Enem, conforme a última matéria do jornal "O Tempo", que mostra que ficamos também abaixo no Enem.

Em Minas, pensamos muito em nossa educação como meta. Temos de mudar essa visão. Temos de pensá-la como a construção de um Estado melhor e no desenvolvimento do Estado. Pela televisão, temos visto o governo dizer que a nossa educação no Estado é uma maravilha. Mas aquela música do Charles Brown Júnior já diz: "O que eles dizem sobre o jovem na TV não é sério". Precisamos de avançar na discussão dessas questões.

Vimos aqui para debater, demarcar e propor a democratização do Conselho Estadual de Educação. E propor também a construção de uma rede de escola técnica pública, porque hoje temos ainda a parceria público-privada. Temos de garantir também investimentos na Uemg, que está totalmente sucateada. É preciso construir o câmpus da Uemg em Belo Horizonte. Temos de garantir o investimento no ensino superior estadual. É necessário garantir uma gestão democrática dentro das escolas. Hoje não é considerada. Por exemplo, a direção da Uemg, a nossa maior escola do Estado de Minas Gerais, é indicada até hoje pela Secretaria de Educação. É preciso avançar nesse debate.

Tenho a certeza de que este é o fórum adequado. É aqui que poderemos fazer um ajuste de contas com o passado da nossa educação e avançar para a construção de um Estado melhor. Minas Gerais tem de voltar a protagonizar o debate educacional, considerando-se seu tamanho e sua importância para o Brasil. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Iedyr Gelape Bambirra

Presidência desta Casa parlamentar, brava Comissão de Educação, GPI, entidades parceiras na qual nos inserimos, como uma entidade que congrega mais de 200 afiliadas jurídicas e milhões de pais e alunos, fundadora da Confenapa, que já está organizada em 22 Estados brasileiros. Com essa representatividade, queremos reconhecer e agradecer o esforço desta Casa para trazer um pouco de democracia à nossa educação tão combatida.

Queremos dizer que esse Projeto de Lei nº 2.215/2008 merecerá ajustes e emendas. Posteriormente precisamos apresentar um substitutivo, porque é uma proposta privatista e já defasada, em cinco anos, para um plano decenal. A cara dos mineiros está no chão. O Estado não conseguiu atingir 60% da avaliação. Minas Gerais está no penúltimo lugar no "ranking" dos Estados. Isso é uma vergonha. A educação está no

CTI.

Enquanto isso, obras faraônicas são feitas no Serra Verde, à beira da estrada, no meio do nada, para beneficiar os amigos do rei, que é amigo de traficantes. Exigimos que a imprensa rejeite o silêncio. Reaja, Minas. Minas precisa sair do CTI da educação e da saúde. Não podemos deixar o nosso alunato no vermelho, sujeito apenas a empregos subalternos fora do mercado de trabalho. Endossamos as bravas palavras do Deputado Carlin.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, precisamos contar com V. Exas. para mudar esse quadro, para legislar, fiscalizar e fazê-lo deixar de ser apenas base de governo intempestiva em campanhas políticas.

Contamos com a probidade dos nobres Deputados. Precisamos desta Casa do povo para provocar uma reação positiva na população mineira. Fora a soberba! Fora a incompetência! Que haja gestão democrática do povo, para o povo e com o povo, e não apenas em nome do povo! Que haja associação de pais e alunos em cada escola, e não apenas naquelas indicadas pelo dedo de gestores! Que haja grêmios estudantis e participação popular! Esse é o clamor dos pais, porque, se não clamarmos, certamente as pedras o farão. Obrigada.

Palavras do Sr. Wilson Luiz da Silva

Bom-dia. Na pessoa do Deputado Doutor Viana, cumprimento os presentes: Deputados e Deputadas, Secretária Vanessa Guimarães Pinto, Subsecretário Octávio Elísio, companheiros de Mesa, representantes de instituições, sociedade, educadores e educandos do campo e da cidade. Cumprimento especialmente esta Casa, que, mais uma vez, promove um debate com o intuito de atender às necessidades do povo mineiro. Todos os setores são aqui ouvidos. Isso comprova o respeito à democracia, que dá a todos o direito de ir e vir, reivindicar, lutar, cobrar e conquistar.

Foram realizados em Minas Gerais oito fóruns regionais, oportunidade em que se ouviram a sociedade, os educadores e os educandos da cidade e do campo. Discutimos a educação atual, a educação que desejamos e a educação de que necessitamos.

Quero apenas frisar, Profa. Vanessa, que temos a grande responsabilidade de cobrar dos governantes o modelo de educação que atenda às nossas necessidades. Se fizermos uma retrospectiva do êxodo rural, constataremos que muitos saíram do campo por falta de oportunidade. Por isso, criticamos a nucleação do ensino, idéia que partiu do governo federal.

Não somos contra a nucleação do ensino. Precisamos, sim, discutir esse modelo. Temos a responsabilidade-guardiã de lutar para que os 8% dos habitantes que restam no meio rural não saiam mais dali; porém, que não fiquem na roça de qualquer jeito. Eles precisam de qualidade de vida. Essa é a razão pela qual lutamos por uma educação que atenda às necessidades dos alunos no lugar em que vivem. Não queremos que tenham de abandonar sua terra e ir para as grandes cidades.

Palavras da Sra. Miriam Aprígio Pereira

Bom-dia. Saúdo os componentes da Mesa e os representantes da Casa, os representantes do governo e das entidades civis, os representantes dos segmentos educacionais e de trabalhadores, a plenária, os companheiros de luta quilombola e de comunidades tradicionais de Minas e do Brasil e os demais segmentos que lutam por uma nação mais justa e igualitária, especialmente neste dia 13 de maio.

Meu nome é Miriam, sou quilombola e historiadora e aqui venho representar a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais. Na qualidade de Diretora de Política, Educação, Comunicação e Formação, venho dizer que o objetivo de nossa participação na discussão desse plano, no engajamento nesta luta, é assegurar a implementação da legislação que versa sobre os direitos das comunidades quilombolas e tradicionais no País, especificamente o direito a uma educação diferenciada para comunidades quilombolas em Minas Gerais, a qual está atendida nas propostas que serão votadas por meio deste fórum. As políticas educacionais atuais como a Lei nº 10.639, de 2003, e a Lei nº 11.645, de 2008, que complementam, junto com as diretrizes curriculares, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, de 1996, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da "História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena", apontam para a construção de uma educação que tenha em vista a diversidade étnico-racial e a promoção da igualdade racial no País. Para a educação nas comunidades quilombolas, além das leis citadas, existem demandas específicas que defendemos, devido à urgência de reconhecimento dos direitos dos quilombolas. As comunidades quilombolas, no entanto, enfrentam um desafio ainda maior, que é a conquista deste território. Apenas 29% das mais de 430 comunidades contam com escolas até a 4ª série, e 4,3% possuem escolas até a 8ª série.

Encerro parafraseando o antropólogo Fábio Reis Mota: é possibilitando o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, quilombolas ou indígenas; reconhecendo-os como sujeitos políticos autônomos e responsáveis, como interlocutores no espaço público da cidadania; tornando-os capazes de expressar publicamente seus interesses em relação aos outros interessados; e participando das elaborações das regras de uso e apropriação dos espaços em que vivem e se reproduzem socialmente que poderemos fundar uma sociedade em que não neguemos a particularidade do outro, abdicando-nos de uma política do ressentimento por uma política do reconhecimento do outro. Obrigada.

Palavras da Sra. Galdina de Souza Arrais

Bom-dia. Cumprimento o Deputado Doutor Viana, neste ato representando o Presidente desta Assembleia, e a Profa. Vanessa Guimarães, na pessoa da qual cumprimento todos os componentes da Mesa. Agradeço a oportunidade e resalto que foram oito meses de trabalho. Agradeço à Comissão de Educação por ter reaberto a discussão desse plano, que já está nesta Casa para ser votado, e, ao reabri-la, estamos tendo a oportunidade de trazer as nossas propostas e contribuições. Quero agradecer também à Gerência-Geral de Projetos Institucionais - GPI -, que, de forma transparente e organizada, permitiu que todas as instituições dessem a sua contribuição para hoje estarmos aqui.

Esse plano tem de refletir o desejo do povo mineiro, garantir uma educação com padrão de qualidade e, principalmente, garantir melhores condições de trabalho e valorização dos profissionais de educação.

Aproveito para cumprimentar os representantes escolhidos nas regionais de Varginha, Governador Valadares, Montes Claros, Araçuaí, Divinópolis, Uberlândia, Juiz de Fora e Paracatu.

Quero dizer mais. O movimento A Educação Que Temos e a Educação Que Queremos possui várias propostas, e eu gostaria - e sei que é desejo de todos - que essas propostas fossem votadas, aprovadas e transformadas em emendas e que, o mais rápido possível, esse projeto seja aprovado. Espero que esse projeto atenda ao anseio de cada cidadão deste Estado e, principalmente, venha resgatar a dignidade dos trabalhadores em educação. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Suely Duque Rodarte

Cumprimento o Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente desta Casa; a Deputada Maria Lúcia Mendonça; os iniciadores deste temário e destes debates do fórum técnico; a Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação, na pessoa da qual cumprimento todos os trabalhadores da educação presentes; e a Assembleia Legislativa. Quero dizer, como representante dos dirigentes municipais de educação, que este momento é de grande importância, principalmente, porque a educação não se constrói apenas por um ente federado. É essa corresponsabilidade social que todos os que aqui depõem têm que inserir no processo, para que, lá na frente, todos os resultados sejam partilhados, tanto o sucesso quanto o insucesso. Os dirigentes municipais de educação não se furtam, e estamos dispostos, nos 853 Municípios, a participar de tudo que se referir à educação e assumir, em nossos Municípios que são células, a corresponsabilidade de fazer uma educação de qualidade e equidade. Muito obrigada.

Palavras da Secretária Vanessa Guimarães Pinto

Bom-dia. Quero cumprimentar, de modo especial, o Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente da Assembleia Legislativa; a Deputada Maria Lúcia Mendonça, Presidente da Comissão de Educação; o Deputado Carlin Moura, a quem faço uma homenagem especial pela iniciativa desta reunião, e também a atual Prefeita de Governador Valadares, que promoveram esta oportunidade única de atualização de uma proposta em tramitação há algum tempo na Assembleia Legislativa, que certamente será debatida e aperfeiçoada, com a inclusão de outras sugestões para nortear a educação de Minas Gerais num futuro próximo.

Este é um documento que se refere menos ao nosso passado, mas revela o momento presente e aponta a direção que a sociedade brasileira, por meio de seus parlamentares, deve seguir por meio de um plano. Esse plano tem que refletir o nosso desejo para a educação da próxima década. Felizmente, no Brasil, o processo de debate das questões educacionais tem se apressado bastante. Consensos são cada vez maiores; pontes se estabelecem entre grupos que estavam distantes politicamente. Já temos, como sociedade brasileira, a ideia clara de que a qualidade da educação é algo inadiável. Isso significa que temos que começar a resolver os problemas da qualidade de ensino, temos que tornar consistentes os processos de inclusão de todos na educação. No entanto, isso não se faz de um dia para o outro, mas também não pode ser adiado sempre para um futuro cada vez mais distante. A sociedade mineira e a sociedade brasileira têm pressa, têm urgência e já não têm paciência de ficar esperando resultados de grandes programas que vão acontecer, que vão apresentar indicadores melhores muito lá na frente. Temos que conseguir, a cada dia, no cotidiano das nossas escolas, produzir a conquista de uma educação melhor para os nossos filhos, netos e gerações futuras. Este momento é importante, porque aperfeiçoará um documento que passou por um processo de debate, mas que, há algum tempo, necessita de uma releitura. Pode ser que esse documento, em geral, permaneça nortear a educação da próxima década; pode ser - e é provável - que seja preciso incluir aspirações que, se não são novas, agora estão bem-formuladas.

Tenho a certeza de que a Assembleia Legislativa tirará o melhor proveito dos debates que acontecerão sobre a educação básica e a superior, que também é parte importante do sistema de educação. Além disso, é a instância que irá gerar a pesquisa que desejamos, e também os agentes, educadores, atores importantes dentro do sistema educacional. Espero, sinceramente, que este momento seja melhor que o de 2005. Que seja ainda mais maduro. Em 2005, numa façanha única no País, conseguimos viabilizar que todos os Municípios tivessem seu Plano Municipal de Educação. Minas Gerais é o único Estado que já viveu o processo de construção de planos municipais de educação. Estamos fechando o Plano Estadual de Educação. Espero que a Assembleia Legislativa possa completar, com sua competência, o fechamento de um plano que se tornará uma lei e que deverá nortear as políticas futuras. É importante dizer que, num plano, não há políticas. Num plano, temos os enunciados básicos e compromissos fundamentais, dos quais deverão derivar as políticas e programas dos governos que irão se suceder em Minas Gerais. Essa é a ideia básica. Que esse plano seja uma boa bússola e que as políticas sejam bons guarda-chuvas, se possível bons orientadores, e que os programas sejam de fato viabilizadores do que ocorre de fato na escola, onde ocorre o processo de educação escolar. É na escola que as coisas acontecem. Todo esse arcabouço legal - a Lei de Diretrizes e Bases, o plano nacional, o plano estadual, os planos municipais e as políticas - serve para orientar e para definir o rumo básico das ações do governo, das instituições e da sociedade sobre temáticas importantes. A educação se tornou um tema importantíssimo na sociedade, graças a Deus! Para quem já viveu tantos momentos e tantos ciclos e décadas de educação, como eu, este é o momento privilegiado em que a educação ganha um destaque, ganha grande importância na discussão da sociedade brasileira, portanto, no desenvolvimento social do País. Vamos ver se daqui para a frente, nas próximas décadas, consigamos fazer progressos significativos, para que a educação, no País e em Minas Gerais, alcance níveis cada vez mais altos de qualidade.

Desejo grande sucesso a todos nos debates que se seguirão. aguardo os resultados das reuniões e as contribuições para - quem sabe se seja possível? - aperfeiçoar políticas e programas ainda na atual gestão da Secretaria de Educação e nas políticas municipais de educação. Desejo a todos um bom trabalho. Obrigada pela presença nesta grande reunião.

Palavras da Deputada Maria Lúcia Mendonça

Meu bom-dia a todos os educadores e educadoras que se fazem presentes nesta manhã histórica para a educação no Estado de Minas Gerais, aguardada com imensa alegria e expectativa. Nós, da Assembleia Legislativa, em especial os Deputados envolvidos com o Plano Decenal de Educação, aguardávamos este dia como um marco para a educação no Estado de Minas Gerais. Quando aqui chegamos e vimos a presença dos senhores e das senhoras, tivemos a certeza absoluta de que teremos um dia de sucesso e um escrever com uma caneta de ouro a história da educação que temos e da educação que queremos. Tenho a certeza de que todos vieram aqui imbuídos da vontade de se fazer presente na escrita do Plano Decenal de Educação para o nosso grande Estado de Minas Gerais.

Permitam-me cumprimentar os participantes da Mesa, Sr. Clodoaldo José de Almeida Souza, Maria das Graças Pedrosa Bittencourt, Joaquim Antônio Gonçalves, Rudá Ricci e Lilian Paraguai, que estarão conosco neste debate.

Dirijo-me também a todo o pessoal da Casa e de modo especial aos consultores que trabalharam incansavelmente para a realização deste evento. Os Deputados que estiveram presentes tiveram de se retirar por terem compromissos na Casa do povo, em que os trabalhos não param, para que o Estado de Minas Gerais seja exemplo para todos os Estados do Brasil.

Concordamos com as palavras do Deputado Carlin Moura. É preciso fazer críticas, mas não podemos parar por aí. Criticar é muito fácil. Queremos que nos apresentem soluções para os problemas da educação no Estado de Minas Gerais, porque, sozinhos, não somos capazes.

Durante muitos anos nossa educação foi deixada de lado. Ao longo de 12 anos, não abri meu contracheque, porque o pagamento não mudava. Sou Diretora aposentada e participei de todos os processos anteriores, quando estava na educação. Não é possível construir de uma só vez o que vem defasado há anos. Fazemos parte dessa construção. A educação no Estado é a maior população de funcionários públicos no Estado de Minas Gerais. Temos de entender que fomos escolhidos para representarmos os outros. Peço a vocês que façam deste um momento de discussão para encontrarmos soluções.

As entidades parceiras que nos ajudaram na construção dos debates fora desta Casa estão de parabéns. Participei de algumas discussões e quero, de público, parabenizar o Sindi-UTE. Em Juiz de Fora, participei de uma reunião e fiquei encantada com a organização. É muita responsabilidade, e todas as entidades souberam assumi-la.

Quero dar-lhes uma notícia que muito engrandecerá nosso trabalho.

Tenho a certeza de que, se tivesse uma varinha de condão nas mãos, já haveria mudado tudo o que necessita ser mudado, pois nosso

relacionamento com a Profa. Vanessa é muito próximo. Ela disse que o Plano foi feito há tempos, mas isso não quer dizer que não tenha nada de positivo. Tem, sim, mas precisa ser atualizado, e, para isso, estamos aqui. Já lhe foram apresentadas 1.200 propostas e mais outras propostas vieram dos debates realizados nas cidades. Agora teremos a oportunidade de revê-las e apresentarmos outras que forem necessárias.

Vejam: há um professor que trabalha com educação carcerária. Descobrimos, nesses debates, que a educação não estava no plano. Abram o livrinho que receberam e verão que a educação carcerária já consta no Plano. É por isso que essas discussões são importantes. E aqui teremos a culminância dos nossos trabalhos, pois estivemos, por vários meses, discutindo-o nesta Casa.

Agradecemos à ex-Deputada Elisa Costa, que hoje é Prefeita de Governador Valadares, e ao Deputado Carlin Moura, que apresentaram o requerimento a ser aprovado pela Comissão de Educação, a fim de chegarmos a este momento. É minha meta, como Presidente desta Comissão, lançar mão desse Plano do jeito que está e transformá-lo, para que tenhamos a educação que queremos. Envidaremos todos os nossos esforços para, quando este plano vier a Plenário, a fim de ser votado e transformado em lei, que nele estejam todas as propostas.

Algumas propostas, não as levaremos em consideração porque se referem mais à área administrativa, desviando-se da essência do Plano. Mas, quanto às propostas que trouxeram contribuição, faremos tudo para que constem no plano. E tenho uma notícia para vocês: eu seria a relatora desse projeto, mas a responsabilidade é grande demais. O Plano deve vigorar por 10 anos no Estado. Ou nós o fazemos benfeito agora, ou não valerá a pena toda a nossa discussão. Portanto, dividirei essa relatoria com todos os Deputados da Comissão de Educação. Cada Deputado será relator de uma parte, porque, dessa forma, continuaremos com o trabalho democrático que realizamos até hoje. Não será apenas um o responsável pelo relatório: cada Deputado relatará uma parte do Plano.

Eu, como vocês, tenho imensa vontade de que tudo dê certo, porque trabalho com educação desde os 15 anos de idade. Portanto, sou Deputada, mas sou educadora. Quero ver a educação pública cada vez melhor para os meus netos, já que todos os meus filhos estudaram em escola pública e hoje se encontram em universidade federal. É preciso lutar pela escola pública de qualidade. Como tenho muita fé em Deus e acho que primeiro devemos pedir-lhe que vá à nossa frente e abra os nossos caminhos, permitam-me um momento de religiosidade nesta abertura dos nossos trabalhos.

Fiz questão de pedir socorro a alguns Deputados que são evangélicos. Tomei como referência Mateus 6:1: "Guardai-vos de fazer as vossas boas obras diante dos homens, para serdes vistos por eles de outra sorte, não tereis recompensa junto de Vosso Pai que está nos céus. Quando, pois, deres esmola, não faças tocar trombeta diante de ti, como fazem os hipócritas nas sinagogas e nas ruas, para serem glorificados pelos homens. Em verdade vos digo que já receberam a sua recompensa."

Entenderam esta mensagem? Aqueles que só falam para aparecer não acrescentam nada, mas aqueles que participam receberão recompensa muito maior. "Quando tu deres esmola, que a tua mão esquerda não saiba o que fez a direita. Assim, a tua esmola se fará em segredo; e teu Pai, que vê o escondido, recompensar-te-á. Nas tuas orações, não multipliques as palavras, não imites os que falam demais, mas, quando oraes, diz assim: (- Reza a Oração do Pai Nosso.)".

Que Deus nos abençoe e que possamos sair daqui dizendo o seguinte: "Fui coautora do Plano Decenal de Educação para as gerações que me sucederam.". Um abraço a todos e a todas. Bom trabalho e muito obrigada pela presença.

O Sr. Presidente - A Assembleia Legislativa manifesta seus agradecimentos às autoridades que participaram da abertura da etapa final deste fórum técnico.

Composição da Mesa

2º Painel

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Carlos Roberto Jamil Cury, Professor de Política Educacional da PUCMinas e Professor Emérito da UFMG; Clodoaldo José de Almeida Souza, Coordenador do Programa de Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais Correspondentes da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - MEC -; a Exma. Sra. Maria das Graças Pedrosa Bittencourt, Diretora da Superintendência de Educação Infantil e Fundamental da Secretaria de Estado de Educação; os Exmos. Srs. Joaquim Antônio Gonçalves, Superintendente do Ensino Médio e Profissional da Secretaria de Estado de Educação; e Rudá Ricci, Sociólogo, Mestre em Ciências Políticas e Doutor em Ciências Sociais; e a Exma. Sra. Lillian Paraguai, Diretora Estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais.

A Sra. Presidente (Deputada Maria Lúcia Mendonça) - Informamos aos telespectadores que poderão enviar perguntas aos palestrantes pelo telefone 08007092564 ou pelo "e-mail" forumeducacao@almg.gov.br. Com a palavra, para proferir palestra sobre o tema "Políticas Públicas de Educação na Atualidade", o Sr. Carlos Roberto Jamil Cury.

Palavras do Sr. Carlos Roberto Jamil Cury

Prezada Deputada Maria Lúcia Mendonça, professoras, professores, estudantes, gestores, telespectadores da TV Assembleia, bom-dia.

Em primeiro lugar, quero parabenizar esta Assembleia pela iniciativa de apoiar o fórum técnico "Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: Desafios de uma Política Educacional". Com efeito, o Projeto de Lei nº 2.215/2008, que estabelece metas e ações para a política educacional do nosso Estado, atende a dispositivo da nossa Constituição Estadual, que diz: "Art. 204 - O plano estadual de educação, de duração plurianual, visará à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do poder público e à adaptação ao plano nacional, com os objetivos de: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção científica e tecnológica. Parágrafo único - Os planos de educação serão encaminhados, para apreciação da Assembleia Legislativa, até o dia 31 de agosto do ano imediatamente anterior ao do início de sua execução."

Um critério para avaliar, retrospectiva ou prospectivamente, as metas e as ações, as conquistas ou não e as conquistas a obter é a leitura do art. 198 da nossa Constituição Estadual, que estabelece 17 garantias em educação oferecidas pelo poder público, além de algumas obrigações das autoridades competentes: "I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, mesmo para os que não tiverem tido acesso a ele na idade própria, em período de oito horas diárias para o curso diurno; II - prioridade para o ensino médio, para garantir, gradativamente, a gratuidade e a obrigatoriedade desse grau de ensino."

Por outro lado, a Constituição Federal de 1988, ao prescrever o regime de colaboração, supõe a efetivação desse regime em articulação com a União e os Municípios. Essa prescrição consta no atual Plano Nacional de Educação e na Lei de Diretrizes e Bases como componente do sistema federativo. Tais dispositivos expressam a importância desse dever do Estado, pois não é lícito a ninguém, sobretudo aos poderes públicos, compactuar com uma situação em que reine a ignorância e em que não se gere o desenvolvimento da marca mais distintiva do ser humano: a

inteligência. A educação escolar, como direito de todos, é um direito juridicamente protegido, pois não há constituição moderna que não consagre tal direito, por sinal reconhecido por inúmeras convenções, tratados e acordos internacionais. A nossa Constituição Estadual, nos seus arts. 2º e 10, ao listar as competências cogentes ao Estado, assinala, no inciso IV, a garantia da difusão da educação e do ensino, entre muitos outros. Se a nossa Constituição Estadual impõe ao Estado o dever de assegurar os direitos e as garantias fundamentais, o § 1º do art. 4º é, no mínimo, dotado de tal severidade republicana, que raramente haveremos de encontrar em outro texto constitucional estadual: "Incide na penalidade de destituição de mandato administrativo ou de cargo ou função de direção em órgão da administração direta ou entidade da administração indireta, o agente público que deixar injustificadamente de sanar, dentro de 90 dias da data do requerimento do interessado, omissão que inviabilize o exercício de direito constitucional."

E por que isso? Uma pista advém de Norberto Bobbio, 1986, quando esse pensador, refletindo sobre o futuro da democracia, adverte os regimes democráticos sobre as promessas não cumpridas, entre as quais a sexta promessa, a do cidadão não educado. Assim ele diz: "Para o bom democrata, o reino da virtude, que, para Montesquieu, constituía o princípio da democracia contraposto ao medo, princípio do despotismo, é a própria democracia que, entendendo a virtude como o amor pela coisa pública, dela não pode privar-se e, ao mesmo tempo, a promove, a alimenta e a reforça.". Um dos trechos mais exemplares a esse respeito é o que se encontra no capítulo sobre a melhor forma de governo, nas considerações sobre o governo representativo de John Stuart Mill, mais especificamente na passagem em que ele divide os cidadãos em ativos e passivos e esclarece que, em geral, os governantes preferem os segundos, pois é mais fácil dominar súditos dóceis ou indiferentes, mas a democracia necessita dos primeiros.

Nossa Constituição Estadual, na esteira da fermentação cívica que a precedeu e que a influenciou, quer cidadãos ativos e os prefere aos passivos. E nossos constituintes, ao optarem pela cidadania ativa, optaram por estabelecer a educação como direito protegido, cujo objetivo, segundo o art. 185, é o bem-estar dos cidadãos e a justiça social. Há, pois, uma ligação orgânica entre cidadania e educação, que advém dessa confluência em Minas Gerais dos ideais de liberdade da Revolução Americana com os ideais de igualdade da Revolução Francesa.

Tanto quanto combater a ignorância, é preciso elevar pela educação o nível intelectual de todos, como forma de construção da cidadania, da qual a educação escolar é parte integrante e orgânica. Decorre daí, então, a necessidade de um plano que sustente a efetivação dos direitos e garantias, entre os quais figura a educação. Um plano é um guia de ações cujo objetivo é fugir das imponderabilidades das circunstâncias, evitar que se fique ao sabor delas e não permitir situações que possam se deteriorar. Um plano é um guia para políticas públicas de qualidade. Um plano é um convite à superação do caos e um caminho para uma administração cuja racionalidade conduza ao bem-estar e à justiça social por meio das metas a serem alcançadas.

Contudo, esse Plano Decenal não pode incidir no equívoco fatal do atual Plano Nacional de Educação: um plano com bons diagnósticos, com metas razoáveis e diretrizes claras, mas para o qual faltaram recursos: uma cabeça benfeita com pés de barro. Desse modo, ele não foi um plano de ações e metas. Sem a devida sustentabilidade, transformou-se num plano de boas intenções, frustrando seus elaboradores e desanimando seus destinatários.

Por isso, com base em uma das acepções do termo "plano" - campo preparado para lançar as sementes do plantio -, lanço aqui uma semente ou um pouco de água para irrigação, no caso de um plantio já feito, junto com metas e ações realistas, factíveis e passíveis de incrementação: uma lei estadual de responsabilidade educacional. Por mais que trabalhe, por melhores que sejamos, falta uma ação ou meta que dê consequência à educação escolar, proclamada em nossa Constituição como o primeiro dos direitos sociais.

Não basta a exigibilidade; não basta o acesso à justiça por parte dos interessados, quando há omissão na oferta de uma educação escolar de qualidade.

"A educação é um direito. A privação desse direito em alguma das suas dimensões, como o padrão de qualidade, tem consequências imediatas e remotas ao longo de toda a vida, porém a maior parte delas palpável e pode ser definida. Se esse direito é subtraído de alguém, haverá responsáveis por atos e omissões. Se existem responsáveis, eles devem ter seus atos e omissões tipificados clara e concretamente e, assim, penalizados. Naturalmente, antes de lesarem o direito, devem estar conscientes das suas consequências. Mais importante ainda, além disso, é que cabe ao Estado tomar as providências necessárias para restaurar direitos lesados." Isso é de um colega que estuda a Lei de Responsabilidade Educacional. A base de uma lei de responsabilidade educacional é a ética, aliás, claramente enunciada no art. 37 da Constituição da República e retomada no art. 13 da nossa Constituição Estadual. Os governantes devem assumir conscientemente suas responsabilidades, e deve haver consequências no caso de omissão do poder público em relação a esse direito. Esse campo, ainda por se fazer acontecer, daria mais substância às ações de exigibilidade, justiciabilidade e sustentabilidade e colocaria na mão dos vários interessados elementos para participação e intervenção nas esferas do Plano por meio das escolas, universidades, conselhos, famílias e outros interessados. Dessa forma, estariam envolvidos todos os responsáveis e participantes dos destinos da educação.

Com essa iniciativa, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais fará jus ao preâmbulo da nossa Constituição e ao que estabelece seu art. 2º, incisos I a III: "são objetivos prioritários do Estado: garantir a efetividade dos direitos públicos subjetivos; assegurar o exercício, pelo cidadão, dos mecanismos de controle de legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos; preservar os valores éticos". Conceber e efetivar um plano com tais características fará Minas protagonizar o resgate qualificado de uma política pública quanto a um dos mais caros direitos da cidadania. Em face da realidade que nos mostra uma educação ainda que tardia, Minas agora há de alçar de novo, do alto de suas montanhas ao campo de suas Gerais, sua vocação e voz libertárias anunciando: educação já. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Neste momento passaremos ao painel "Avaliação das ações estratégicas e metas do Plano Nacional de Educação em Minas Gerais e do Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais - etapas e modalidades da educação básica - educação infantil, ensino fundamental, médio, educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação no campo e quilombola, educação tecnológica e formação profissional". Com a palavra, o Prof. Rudá Ricci.

Palavras do Sr. Rudá Ricci

Bom-dia. Cumprimento a Deputada Maria Lúcia Mendonça, os meus colegas de Mesa e os presentes. Em 15 minutos, tentarei fazer aqui uma pequena mágica. Sempre digo isso, pois, como filho de italiano, 15 minutos só dão para o início dos cumprimentos.

Antes de mais nada, quero louvar essa iniciativa e agradecer, como cidadão e educador, à Assembleia Legislativa que, com a decisão da realização dos fóruns regionais, do debate e deste fórum, corrigiu um erro gravíssimo que a Secretaria de Educação vinha cometendo, ao produzir a proposta do Plano Decenal. Nós, educadores, há anos aguardávamos uma lufada de democracia que pudesse nos ouvir e também ouvir o interior. Parece que começamos a corrigir esse erro, e fico imensamente agradecido por Minas Gerais voltar a discutir democraticamente a educação.

Para que possamos pensar um Plano Decenal, um plano plurianual que perpassa governos e gestões, devemos ter uma projeção das tendências e desafios e não nos calcarmos em convicções partidárias ou intenções eleitorais de curto prazo. Assim, a primeira questão que gostaria de abordar é exatamente o que ocorre, nos últimos tempos, em relação aos desafios da sociedade e seu impacto sobre a educação. Farei uma ligeira e singela provocação e proposição de análise, para, em primeiro lugar, tentarmos entender algumas tendências na mudança do mundo. Em especial, destaco a crise que já vinha se desenhando, mas que, a partir de outubro do ano passado, projetou-se em todo o mundo.

O que essa crise do setor imobiliário dos Estados Unidos, o setor mais agudo da crise, demonstrou para todo o mundo? Que a concepção radicalmente liberal, hiperliberal, acometida em todo o mundo a partir do final dos anos 80, gerou uma profunda irresponsabilidade na concorrência empresarial. Até mesmo grandes expoentes do liberalismo dos anos 90 tiveram de reconhecer o papel fundamental do Estado como uma instituição de regulação das relações entre os homens. Nenhum plano pode nascer sem essa convicção: o papel fundamental de direção do Estado sobre o mercado. É fundamental entendermos isso, porque um dos grandes problemas que teremos este ano, em Minas Gerais, será uma queda do PIB, que, segundo os próprios órgãos governamentais, deve ser muito mais acentuada que a queda da média do País. Dois: segundo dados da Fundação João Pinheiro, o setor de serviços é o mais importante na geração de PIB. Depois, há o industrial e, finalmente, o agropecuário. O que vemos ultimamente? Os dados oficiais revelam que o crescimento do PIB é exatamente inverso a essa importância. Mais: a Secretaria da Fazenda e seus técnicos discutem com muita apreensão como Minas Gerais, tendo um dos maiores PIBs do País, possui o décimo salário médio do País. O que isso significa? Uma falta de direção governamental para orientar o desenvolvimento. Deixamos isso nas mãos do mercado, e este não se desenvolveu. Agora, temos o fim de um projeto liberal para o desenvolvimento de Minas, queiram os expoentes liberais ou não. Hoje o mundo é todo focado no debate keynesiano, neokeynesiano, de orientação do Estado para o desenvolvimento, o que não significa, de maneira alguma, estatização, mas recuperação do papel clássico do Estado. Só isso. O Estado é o garantidor da democracia.

Vocês sabem que a crise dos Estados Unidos está baseada em um desespero de crédito que era fomentado com mais crédito? As pessoas compravam o seu imóvel através de crédito de financiamento e, antes de pagá-lo, já o financiavam novamente e depois novamente. Isso é apenas umas das partes dessa sanha do mercado, que teve início exatamente no mercado financeiro, que refinanciava o setor imobiliário. O crédito que se tinha nos Estados Unidos para o setor imobiliário era de 80% do PIB. No Brasil, felizmente esse crédito não passa de 4%. Não podemos imitar os Estados Unidos. Por isso, o Brasil é o terceiro país do mundo entre aqueles que compraram títulos da dívida norte-americana. O primeiro é a China. Por isso, o Brasil está comprando a Budweiser, e, a Friboi, brasileira, comprou os dois maiores frigoríficos dos Estados Unidos. Precisamos ter clareza do que está ocorrendo.

Portanto, o mundo vem dizendo que as gestões públicas moldadas pelo modelo empresarial estão absolutamente equivocadas. Temos de reconstruir uma concepção pública e democrática de Estado que oriente o mercado. Quando falamos em orientação para o desenvolvimento, estamos falando em educação. Não é possível continuarmos com essa identidade de gestão e com essa visão empresarial, pois elas são absolutamente distintas. Temos perdido a inteligência estatal no Brasil e em Minas. A educação é um caso clássico disso. Esse Plano Decenal tem de corrigir esse erro. Não podemos continuar deixando a educação nas mãos de consultorias privadas. A sociedade tem de decidir isso. Não podemos continuar a acreditar que o educador trabalhará melhor se ganhar mais. Ele não trabalhará melhor somente por isso. Ele trabalhará melhor quando for valorizado, quando conseguir dirigir o seu projeto pedagógico, quando as escolas não estiverem destruídas e quando souber que o Estado garante a relação de desenvolvimento social do aluno em sua família e em sua comunidade, como disse, há um mês, na abertura do debate sobre o Plano Decenal, nesta Casa. Hoje sabemos que o peso maior para o desenvolvimento e o desempenho do aluno não está na escola, mas na comunidade, conforme dado fornecido pela Fundação Itaú Excelência Social no início deste ano. Esse peso é de 70%. Portanto, não é possível pensarmos em uma política educacional que não esteja integrada, e não somente somada, à assistência social, à saúde, à cultura e à segurança pública. E isso só é conseguido com o Estado forte e democrático e com o fim dessa sanha liberal, que fez o Estado ser tomado pelas empresas.

Nesse sentido, a grande questão que nos desafia neste momento é a formação de dirigentes com visão pública. Esse é o papel da educação, e não o de melhorar o Ideb e os outros indicadores educacionais. Isso é pouquíssimo. A sociedade mineira rejeitou essa visão nos fóruns regionais. Considerar apenas o Português e a Matemática seria uma visão instrumental da sociedade. Quando dizemos aos nossos filhos para serem educados, nenhum de nós quer dizer para eles saberem apenas Português e Matemática, mas que saibam essas matérias para terem condições de lidar com o outro. Eles têm de saber Matemática para poderem superar os problemas; eles têm de aprender Física; precisam ter sensibilidade artística; têm de cuidar do corpo; e têm de ser solidários com os que sofrem mais. Isso é educação. Quem aprende isso é uma pessoa educada.

A orientação que este governo vem dando está destruindo Minas Gerais como um Estado líder na educação deste país. E isso não ocorre por falta de projetos de formação para a cidadania deste Estado e deste governo. Isso é o que nos surpreende. Por exemplo, a Secretaria da Fazenda tem um dos melhores programas de educação para a cidadania do País, denominado Educação Fiscal. Basta viajarem até Pará de Minas ou até Teófilo Ottoni, de onde vieram representantes da Secretaria de Educação, para verem isso.

Não estamos falando de projeto partidário, mas de visão de futuro. Essa Secretaria, simplesmente, está implantando uma concepção de educação que destrói qualquer projeto de futuro. Felizmente esta Casa corrigiu isso. Lembremos que Minas parou. Já que gostam tanto de falar sobre o Ideb, este é um dado do Ideb: embora Minas tenha saído de um patamar altíssimo no que diz respeito a desempenho dos alunos, os 10 primeiros Estados melhoraram o seu desempenho de 2005 para 2007. O Estado de Minas ficou parado. Por quê? Deputada Maria Lúcia Mendonça, não estamos fazendo discurso aqui, outros fazem discurso. Aqui estamos dizendo que há um erro e vamos corrigi-lo agora.

O problema é o seguinte: onde está a focalização, que é o fim do projeto republicano? O projeto republicano é universal para todos os cidadãos, e não para alguns, como a escola-referência. Se é referência, significa que é para todos. Todas as crianças que estão em escolas estaduais são cidadãos mineiros. Não existe primeiro cidadão nem segundo nível. Se não existe dinheiro, que pensassem antes. Em vez de focalização, estratégia estadual; em vez de indicadores de resultados, indicadores de impacto. O que é isso? Em vez de saber se o Ideb melhorou, quero saber se a vida do menino melhorou, o que o trabalho da educação fez em prol da sociedade, e não o que melhorou para a Secretaria; em vez de resultado, foco no desenvolvimento; em vez de controle externo, acordos estratégicos e descentralização - é preciso ter acordos com a sociedade -; em vez de escola-modelo, integração das redes.

O que disseram os fóruns regionais? Vou comentar alguns itens que saíram dos fóruns regionais aos quais tive acesso: diminuição de todos os prazos de padronização de atendimento. Onde estava escrito "dois anos", a maioria dos fóruns está sugerindo "um ano"; diminuir o número de turmas.

Há um detalhe, Deputada Maria Lúcia Mendonça, técnico, imenso, que define quantos alunos para a educação infantil, quantos para o ensino fundamental, em cada um de seus níveis. É impressionante o nível de detalhe técnico que vem das regionais. Tenho certeza de que esta Casa vai ouvir isso.

Rejeição de seis fóruns regionais: premiação de professor-escola por desempenho escolar. Essa é a voz de Minas, e não do discurso; implantação do piso nacional, descentralização e, o mais interessante, avaliação sistêmica envolvendo aspectos multitemáticos e sociais. Nós, que trabalhamos com educação, sempre dissemos que o educador sabe a resposta, basta ouvi-lo. Não é possível que pessoas labutem durante 10 ou 15 anos e não conheçam a sua lição. Alguns que estão em gabinetes nem sempre têm esse conhecimento.

Terminarei destacando apenas dois itens para que eu dê concretude ao que os fóruns apresentaram. O primeiro é sobre a educação do campo. O que veio das regiões? Que mudem os conselhos e aumentem a composição, respeitando-se a realidade do campo. É preciso haver representação rural. E não só rural, claro que existem as peculiares, as identidades étnicas e culturais. Mas neste momento destacarei o campo. O segundo é o fim da nucleação dos alunos rurais em escolas urbanas. É preciso haver um currículo específico, respeitando-se o calendário agrícola, que é de agosto a agosto, e não de janeiro a dezembro.

Em relação ao ensino médio, destaco três questões. A primeira é o emprego. A pesquisa coordenada pelo Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, recém-divulgada, revela que 40% dos jovens entre 15 e 17 anos abandonam a escola por falta de interesse, e não por outro motivo.

Um levantamento realizado pela Sedese constatou que o número de denúncias de crimes contra crianças e adolescentes recebidas pelo Disque-Direitos Humanos de Minas Gerais cresceu 21% no primeiro trimestre de 2009.

Em terceiro lugar, o IBGE divulgou recentemente que o aumento do desemprego no Brasil ocorre pesadamente entre os jovens de 15 a 25 anos. Essa é a questão fundamental. Portanto, corroboro as palavras da Deputada Maria Lúcia Mendonça: deixemos de lado o discurso partidário, a visão eleitoreira e pensemos na educação de Minas daqui a 10 anos. Pensemos nos nossos filhos. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Clodoaldo José de Almeida Souza

Bom-dia a todos. Cumprimento a Deputada Maria Lúcia Mendonça, Presidente desta Mesa, os telespectadores da TV Assembleia, os colegas, os alunos, os professores, os quilombolas, os conselheiros e todos os profissionais relacionados à educação, sobretudo à educação de Minas Gerais.

Quero dizer a todos que é muito prazeroso estar com vocês nessa discussão sobre o Plano Nacional e sobre o projeto de lei do plano do Estado de Minas Gerais.

O plano nacional constitui o primeiro plano, o primeiro planejamento para 10 anos de atividades na área da educação. Foi um plano abrangente na época, pois tratou de níveis, de modalidades e de diversos assuntos de interesse na área da educação para o Brasil. Ele passou a ser um plano da nação brasileira que definiria e orientaria toda a educação no Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Sendo um plano de 10 anos, como fica a situação? Hoje, ele já está no final. O plano iniciou-se em 2001 e terminará em 2011. Teria que ser executado em 10 anos. Meu antecessor já falou sobre essa situação. Como ficam os planos hoje, no Brasil e em Minas Gerais, se o plano está sendo elaborado no final da execução do Plano Nacional de Educação? O que se pensa? Pensa-se que, ao implementar os planos estaduais e os municipais, cada Estado e cada Município teriam o direito e o dever de fazer uma projeção para 2011, quando termina o Plano Nacional. Será feita uma avaliação do alcance de suas metas, para, em seguida, serem feitos planos em Minas e em vários Estados. No Brasil, hoje, 14 Estados já dispõem de plano nacional aprovado em lei, e 3.410 Municípios contam com planos municipais aprovados em lei. Mas muitos estão na gaveta. O diretor ou dirigente que chega acaba não sabendo onde está o seu plano. Quando eu chego aos Estados e Municípios e pergunto onde está o plano, ninguém sabe responder-me.

A avaliação do Plano Nacional de Educação nos tem levado a reconhecer a necessidade de trabalhar o sistema nacional de educação, tema da próxima conferência a ser realizada em abril do próximo ano, em Brasília. Estamos distribuindo os "folders" da própria conferência. Ao revisar o Plano Nacional, é necessário criar algo que leve os Estados e os Municípios a elaborar os seus planos estaduais e municipais.

A educação está caminhando sem plano, a trancos e barrancos. Não sabemos como; não sabemos aonde está chegando em muitos Municípios, inclusive em muitos Estados. Essa necessidade superará um dilema que existiu no plano anterior ao de 2001. Ele não definiu; apenas disse que os Estados e os Municípios devem elaborar os seus planos estaduais e municipais correspondentes ao nacional. Mas não fixa prazo. Então, é necessário colocar no novo plano algo que leve a uma definição sistêmica do acompanhamento e da avaliação não só das metas da execução, mas também das próprias políticas e dos programas que sejam decorrentes dele. Daí a necessidade de se aumentarem os recursos financeiros.

O nosso colega e amigo Prof. Jamil já falou que o Plano Nacional de Educação é muito bonito, mas virou uma carta de intenções, porque não houve garantia de recursos suficientes para o cumprimento das suas metas nesses últimos 8 anos de execução. E falta apenas um ano e pouco. Nossa sugestão para Minas, à luz da avaliação de um plano nacional e à luz de várias avaliações feitas pelo Ministério da Educação junto aos Estados, relativamente a seus planos estaduais e até municipais, é que precisa haver respaldo financeiro para se cumprirem as metas, sob risco de, amanhã, o plano ser muito bonito, bem-debatido e feito pela sociedade, mas suas metas não terem garantias de execução.

Durante a sua elaboração, fizemos algumas sugestões para os debates de hoje, de amanhã e de depois de amanhã, entre os quais, por exemplo, a inclusão no Plano da ótica da diversidade étnica, cultural e de gênero e de um objetivo referente à diversidade. Nas prioridades, no nível de modalidade, é importante dar igualdade de promoção e garantir o direito à educação, compreendendo o acesso, a permanência e o sucesso na aprendizagem. Aqui me refiro a todos os níveis de modalidade, incluindo os outros programas que o Plano - pelo menos na versão que recebi - não premiou. Por exemplo, é preciso fazer uma ponte estreita com o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH - e com o plano nacional de atendimento às prisões e à população carcerária. Ainda nas suas prioridades, deve-se acrescentar aos conselhos escolares representantes afrodescendentes. Em 70 Municípios de Minas Gerais, há 105 comunidades quilombolas registradas na Fundação Cultural Palmares.

Além disso, é importante incluir os currículos que contemplam a história da cultura afrodescendente e a contribuição da sociedade mineira, que é muito rica nesse aspecto, e fazer com que o plano, ao analisar o capítulo sobre o campo, verifique que Minas, segundo dados de 2008, dispõe de 5.898 estabelecimentos localizados na zona rural.

Que esse projeto pedagógico seja também voltado para o ser humano que vive no campo, para aquele sujeito que produz e que, muitas vezes, é tão diferente do sujeito da cidade. Este sujeito é ser humano e tem direito garantido à educação.

É necessário, além disso, fazer o reordenamento do parque escolar, com expansão e instalação de escolas no campo. Anteriormente, um colega disse que 8% da população mineira está no campo. Desses 8%, 365.334 estão matriculados na zona rural de Minas Gerais. Esse é o somatório da creche, com 3.400 matrículas, até o ensino profissional. É um contingente significativo com o qual a educação tem de preocupar-se e que deve fazer com que cresça e produza sem migrar do campo para a cidade.

É preciso criar uma política de financiamento diferenciada para a educação no campo. As necessidades do homem do campo são diferentes das necessidades do homem urbano. Portanto, é preciso ter recursos para a garantia dos serviços e da qualidade da educação no campo. Incluímos na população campesina, além dos quilombolas, também os indígenas. Em Minas, há 10 escolas com foco na área de educação indígena, as quais, em 2008, acolhiam 3.039 alunos.

O Plano deve tornar cada escola um centro ativo de produção e difusão cultural da comunidade e de sua vizinhança e garantir que, caso seja aprovado ainda neste ano, as escolas de educação básica tenham em seu projeto pedagógico um plano de ação cultural elaborado em articulação com o plano municipal da educação, ou seja, com os órgãos municipais da educação. Há, atualmente, no Brasil, 700 Conselhos Municipais de Cultura. Em Minas, há um grande volume de planos municipais de educação que, em sua maioria, estão ligados à cultura.

O Plano deve também definir, no sistema de ensino, o conceito amplo de cultura. Nesse aspecto, há em Minas um grande conjunto de saberes e de fazeres que a sociedade precisa não apenas conhecer, mas também valorizar. É importante garantir, nos planos decenais dos Municípios, o projeto político pedagógico: não dá para chegar a um Município, perguntar sobre o projeto político pedagógico da escola, e eles responderem

que não têm ou que está com fulano. E, quando procuramos o fulano, o plano está na cabeça dele.

Algumas leis que repercutiram e entraram em vigor após o Plano Nacional de Educação: é importante que os planos estaduais e municipais que estão sendo elaborados no momento levem-nas em consideração. Refiro-me à Lei nº 10.098, que dispõe sobre a acessibilidade; à Lei nº 10.287, relativa a frequência, que trata de trabalhar a educação com o conselho tutelar; à Lei nº 10.436, que fala da libra no currículo dos professores; à Lei nº 10.639, que fala do ensino, da história e da cultura africana; à Lei nº 10.709, que fala da responsabilidade pelo transporte escolar - a definição de quem leva e quem traz o aluno da zona rural, do distrito ou do povoado é um grande problema para os Estados e Municípios -; e às alterações das Leis nºs 11.114 e 11.274, que falam da educação de nove anos.

Pularei várias sugestões e propostas. Deixarei esse material disponível aqui, dado o tempo, e deixarei toda essa parte sobre ensino médio, profissionalizante, valorização e financiamento para ser discutida posteriormente. Apresentarei rapidamente o que considero grande desafio do Plano Decenal de Minas Gerais: inserção na perspectiva da diversidade; articulação formal em objetivos e programas da educação e cultura; especificidade da educação no campo, entendida como uma modalidade própria - precisamos ter atenção com o homem do campo -; adoção de uma perspectiva aberta, em especial a oportunidade de uma prática pedagógica de educação integrada de 4 a 17 anos, quer dizer, da creche ao ensino médio; e a necessidade de construir um conceito e implantar uma política de custo, aluno e qualidade. Qual será o grande desafio? Qual é o avanço que propõe o Plano do Estado de Minas Gerais, para que responda às necessidades dos estudantes da creche à universidade nesta e na próxima década?

Por fim, na sequência dessa inovadora atitude no campo da educação brasileira, a constituição de um plano estadual de Minas Gerais deve manter uma dinâmica e assegurar a centralidade do Plano Decenal, que tem a característica de plano de Estado. Assim, as políticas e os programas põem em prática o ideário educacional dos dirigentes governamentais e, no decorrer da sua vigência, não serão ações paralelas, muito menos independentes, mas energizarão propostas de um plano de Estado. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Há um questionamento sobre os comprovantes de presença neste fórum. Muitas pessoas estão preocupadas, pois precisam apresentá-lo para não terem falta. É um absurdo! Assim, informo a todos que o certificado de presença será entregue amanhã. Podem ficar tranquilos.

A Seplag, por meio da Resolução nº 10/2004, estabelece que será justificada, por meio de abono de ponto, a ausência dos servidores para participação em cursos ou seminários, desde que previamente autorizados. Os servidores que não apresentaram requerimento prévio recebem a orientação da Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Educação para que apresentem a declaração fornecida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais à respectiva Superintendência Regional de Ensino, que a remeterá à área responsável pela apuração da frequência do servidor.

Vejam o que diz o art. 31: "Será considerada justificada, para efeito de abono de ponto, a ausência de servidores ao trabalho pelos seguintes motivos: (...) III - participação em curso, seminário ou treinamento previamente autorizado pela instituição, mediante a apresentação de documento comprobatório". Aqueles que não avisaram previamente não se preocupem: peguem o documento comprobatório da presença, que será entregue a cada dia, na parte da tarde. A pessoa tem que estar presente para pegar o documento comprobatório. Podem participar deste seminário tranquilamente. Não haverá corte de ponto para aqueles que estão presentes; pelo contrário, devam dar um dia de folga, porque vocês estão aprendendo.

Aproveite a oportunidade para dizer que tivemos a informação de que este Plenário não está lotado porque as Diretoras das nossas escolas públicas não liberaram seus professores. Sras. Diretoras, isso é um absurdo. Quanto mais bem informado o professor, melhor desempenho a escola terá.

Vamos ouvir uma grande amiga de Muriaé, onde trabalhamos juntas. Com a palavra, a Maria das Graças Pedrosa Bittencourt.

Palavras da Sra. Maria das Graças Pedrosa Bittencourt

Bom dia a todos e um bom-dia muito especial à colega Maria Lúcia Mendonça. Trabalhamos muito tempo juntas, e é uma alegria estar aqui, neste momento realmente único da educação em Minas Gerais. É uma educação que fazemos com muito prazer, com muito orgulho e com muita paixão, assim como a Maria Lúcia fez como Diretora e, agora, como Deputada.

Queremos começar a nossa fala citando Padilha, quando ele diz: "Realizar os diversos planos e planejamentos educacionais escolares organizando a educação significa exercer uma atitude engajada, intencional, científica, de caráter político e ideológico, isento de neutralidade". Isso é muito bom, porque é o que está acontecendo nesta Casa e aconteceu durante dois anos, antes de o plano ser encaminhado para esta Assembleia Legislativa pela Secretaria de Educação do governo de Minas na época, que é o mesmo de agora. Tivemos o prazer, o orgulho e a honra de participar da equipe que, junto com todos os educadores, num congresso que fizemos em 2005, encaminhou esse documento para a Assembleia Legislativa. É muito importante que, nesta Casa, ele tenha também encontrado este espaço num segundo momento para novas discussões, para novos enriquecimentos. Isso foi muito bonito, e queremos parabenizar esta Casa, na pessoa da Deputada Maria Lúcia. Quanto mais educadores participarem, quanto mais discussões fizermos sobre esse plano, melhor será. Está de parabéns a Assembleia Legislativa por este momento.

A proposta feita foi para que se fizesse uma avaliação das ações e das metas propostas. Por causa disso, fomos consultar o Dicionário Aurélio para ver o que era avaliar. Significa determinar a valia, apreciar, estimar, reconhecer a grandeza, a intensidade, a força, fazer uma apreciação. Vamos tentar isso, dentro dos nossos 15 minutos, porque, lendo as propostas, as metas e os princípios, vemos que o plano tem um fim, um propósito. Como consta no Dicionário Aurélio, algo que se pretende conseguir. O plano tem uma intenção, ele está deliberando, está determinando, tem um fim para atingir. Acho que é muito importante não perdermos isso de vista quando se fala em plano. Então, avaliar essa determinação, essa proposta, essa tarefa é a nossa proposta.

Não podemos esquecer que esse plano, desde a sua concepção, desde que foi mandado para cá, está focado, alicerçado em princípios, em diretrizes, em prioridades, em objetivos e em metas. Tudo está direcionado para o seu fim, para o seu propósito. Como já ouvimos de nossos colegas, é claro que o fim último do plano é o desenvolvimento social e - por que não? - o desenvolvimento econômico do Estado. A educação é uma alavanca para isso acontecer, todos nós sabemos disso. Temos plena consciência de que a educação, por si só, não faz desenvolvimento econômico e social, mas sem ela ele não acontece.

Tudo deve ser feito considerando-se ações estratégicas. Muitas delas já começam a ser implementadas. Por quê? Porque o processo de elaboração de um plano dessa magnitude, 10 anos, está intrinsecamente ligado a sua implementação. Não se trata apenas do plano de um governo ou deste governo; é um plano de governo, um plano de Estado, que ultrapassa seus governos; é para uma década. Seu processo de execução, que começou em 2004, está intrinsecamente ligado à educação. Nesse tempo, nesse espaço em que houve todo esse processo, as necessidades verificadas naquela época não foram esquecidas. A Secretaria de Educação, que é a instituição que executa diretamente o plano

junto a todos os educadores de Minas, toma iniciativas com o olhar voltado para as propostas dele. São prioridades, objetivos e metas propostas nele.

Percorremos alguns caminhos; a educação de Minas percorreu alguns caminhos. Estamos colhendo alguns resultados. Não é mérito da Secretaria de Educação ou da Superintendência; é mérito dos educadores de Minas, que, dentro da sala de aula e com todos os obstáculos existentes, estão melhorando, sim, a aprendizagem de nossos alunos e fazendo com que saibam mais e melhor, para exercer efetivamente a cidadania.

O plano é enorme. Minha área abrange educação infantil e ensino fundamental, mais especificamente ensino fundamental, porque educação infantil é mais voltada para a rede municipal. As modalidades de quilombola, educação no campo e indígena se incluem. É um mundo enorme de ações, estratégias, metas e objetivos. Destacamos três prioridades contidas no Plano Decenal para mostrar os caminhos que estamos percorrendo. São elas: melhoria da qualidade da educação, redução da desigualdade educacional com a promoção da equidade e implantação gradativa da escola de tempo integral. Para fazermos com que a educação de Minas cumpra seu destino de ser cada vez melhor, enumeramos alguns de seus compromissos, sendo que o seu foco maior é a alfabetização de toda criança no tempo certo. Isso, sem esquecer os demais focos, como os de ter os alunos juntos, de toda escola fazer diferença e de toda a comunidade participar.

O aluno é o centro de todas as nossas atenções. Não dá para melhorar a educação, não dá para fazer a educação chegar aonde queremos sem colocar o aluno no centro das atenções do sistema educacional. Também é preciso colocar a gestão pedagógica no eixo de todo o trabalho educacional a ser organizado.

A gestão pedagógica precisa ser o eixo do trabalho da Secretaria, das superintendências e das escolas. Temos colocado muita ênfase nessa questão.

A partir das propostas contidas no Plano Decenal, há um programa em andamento na Secretaria, o Alfabetização no Tempo Certo, que visa principalmente os anos iniciais do ensino fundamental. Esse programa é muito grande, mas está alicerçado em cinco pilares: formação da equipe, não só das escolas, mas das superintendências e da Secretaria; definição de metas e incentivos para as escolas, a Secretaria e as superintendências; capacitação dos agentes pedagógicos que atuam nos anos iniciais; desenvolvimento de material didático e pedagógico para auxiliar o professor na sala de aula; e todo um processo de execução e acompanhamento do que está acontecendo na Secretaria, nas superintendências e nas escolas. Para isso tudo acontecer, foi criada uma equipe. Dissemos que somos uma grande equipe, da escola até à Secretaria: uma equipe central, equipes regionais e equipes das escolas. Esse é o grande grupo que tentamos movimentar a favor da alfabetização. Se a criança, nos anos iniciais da escola, aprender a ler e a escrever no tempo certo, as coisas vão acontecendo de forma melhor no decorrer de sua vida estudantil.

Está prevista no Plano Decenal - e já caminhamos para esse objetivo - a definição de metas para a Secretaria de Educação, para o Estado, para as superintendências e para as escolas. As superintendências receberam um caderno de metas, em que estão todas definidas. Há metas não só de proficiência dos alunos, mas também voltadas para a conclusão do ensino médio, para a formação para o trabalho, enfim, metas a partir daqueles cinco compromissos definidos.

Esta é a relação de alguns dos materiais didáticos e pedagógicos que a Secretaria elaborou, ouvindo muitos dos nossos educadores para ajudar o professor no seu trabalho na sala de aula.

Na proposta inicial do Plano Decenal, está a definição de que competências e habilidades deveriam ser adquiridas pelos alunos em cada ano de escolaridade. A Resolução nº 10.086 da Secretaria de Educação organiza o funcionamento do ensino fundamental e define essas competências e habilidades da 1ª à 5ª série do ensino fundamental. Consideramos essa resolução um marco pedagógico neste tempo em que fazemos acontecer a educação em Minas Gerais. A cada ano, os educadores sabem que competências e habilidades a criança não pode deixar de consolidar. Quando ensinamos Português, Matemática, Geografia ou qualquer outro conteúdo, não é pelo conteúdo em si, mas pelas capacidades e habilidades que o aluno adquire para exercer sua cidadania.

A escola em tempo integral é outro projeto da Secretaria contido na proposta inicial do Plano Decenal. Ele já está em andamento, com todas as dificuldades, especialmente com relação a espaço físico nas escolas. E não atende a mais alunos por causa disso.

Mostramos, neste mapa, que neste ano estamos atendendo a 213 mil alunos. Este mapa mostra, pelas cores, onde há mais alunos atendidos. A cor laranja representa as superintendências que atendem a mais de 2 mil alunos em tempo integral. Podem verificar que há equidade, pois se busca atender mais na região que mais precisa.

Outro projeto também voltado para algumas metas do Plano Decenal é o projeto Aceleração da Aprendizagem.

Todos sabemos o quanto é alto o índice de distorção idade, ano e escolaridade no nosso Estado. Esse projeto foi concebido para a região do Norte de Minas, Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. Posteriormente, em 2008, incluiu-se a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Neste ano será implantado em todo o Estado de Minas Gerais. Prioritariamente, todo o foco é para a região Norte, onde estão os maiores índices. Este mapa aponta a realidade em 2008 e em 2009.

A questão da violência faz parte de outro projeto voltado para as metas contidas no Plano Decenal de Educação. O Projeto Escola Viva Comunidade Ativa é voltado para as escolas que apresentam alto índice de violência não só na escola como também em seu entorno. Esse projeto está em todo o Estado, mais para baixo, porque na maior parte da região Norte as escolas não têm tanta dificuldade nesse aspecto.

Alguns resultados apontam aquilo em que melhoramos. Os professores de Minas estão melhorando a educação em Minas. Estes são resultados do Proalfa - que abrange os anos iniciais - e do Proeb.

Infelizmente não há tempo, mas gostaríamos de falar um pouco sobre os quilombolas, sobre o que está acontecendo na educação no campo e na educação indígena.

Para concluir, em homenagem aos educadores - que fazem a coisa acontecer na sala de aula -, que mais uma vez provam que são verdadeiras as palavras de Guimarães Rosa: "Mas sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, pelega e faz". Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Agradecemos as participações pela internet ou pelo telefone 0800: Patrícia Bruno, de Sete Lagoas; Armando Lima de Carvalho, de Coronel Fabriciano; Terezinha Rodrigues das Neves, de Sabará; Geraldo Nogueira, de Sete Lagoas; Efigênia Braga, de Contagem; Lourdes Martins e Rita de Cássia Horta, de Belo Horizonte. Com a palavra, o Sr. Joaquim Antônio Gonçalves.

Bom-dia a todos. É um prazer participar dessa conversa, que é sempre muito produtiva para a Secretaria de Educação. Nós, que estamos na gestão pública, temos de aprender permanentemente. Nossa disposição na Secretaria sempre foi e sempre será a de que as proposições, incorporadas ao Plano, sejam implementadas nas políticas educacionais da Secretaria de Educação. Maria Lúcia Mendonça, parabéns pela iniciativa, obrigado pela oportunidade. Esperamos continuar juntos nessa caminhada sobre a política educacional de Minas.

Como os princípios, os propósitos e as premissas são os mesmos apresentadas pelo FIT, que é uma política da Secretaria de Educação, tentarei caminhar na mesma direção. Tomando as premissas apresentadas na proposta inicial do Plano, quero dizer em que estágio Minas está neste momento em relação às proposições apresentadas até aqui, por se tratar - é claro - de um espaço de avaliação da implementação do Plano Decenal de Educação. Nessa direção, falarei primeiro sobre a educação profissional de Minas Gerais, atendendo inclusive o texto inicial do Plano Decenal de Educação, que recomenda que a Secretaria crie estratégias de articulação e de formação de possibilidades reais para que os alunos tenham acesso gratuito à formação profissional de nível técnico. Atendendo a essa premissa, fizemos, na Secretaria, um estudo, por mais de um ano, ouvindo empresários do setor, analisando as experiências que temos disponíveis na área de formação técnico-profissional, analisando os estudos, os diagnósticos, os desejos dos alunos de ensino médio, e criamos o que chamamos de Rede Mineira de Formação Profissional. Essa Rede Mineira de Formação profissional é integrada pelas escolas estaduais. Hoje temos 27 escolas estaduais que oferecem cursos técnicos. Estou me atendo apenas aos cursos técnicos de nível médio. Portanto, temos 27 escolas que integram essa rede, temos as instituições credenciadas, o que foi falado pelo Deputado Carlin Moura em relação ao PEP. As pessoas aliam PEP ao credenciamento, o que não é verdade. PEP é composição da Rede Mineira de Formação Profissional. E temos instituições públicas e privadas conveniadas, que também têm a atribuição de implementação da oferta de vagas para a educação profissional no Estado. Temos os cursos de formação inicial para o trabalho, uma integração entre a formação profissional e o ensino médio da rede pública estadual. Quem é, então, que pode participar desse programa?

Esse programa está na sua terceira edição, e vocês verão os dados daqui a pouco. Fomos, ao longo desse um ano e quatro meses de implementação dessa proposta, desconsiderando, as fases de estudo. Fomos, então, possibilitando a participação dos alunos matriculados no segundo ou terceiro ano do ensino médio da rede estadual, todos os alunos matriculados nas modalidades presenciais de educação de jovens e adultos. E qualquer jovem ou adulto que tenha concluído o ensino médio em qualquer rede de ensino também poderia se candidatar a participar do programa de educação profissional. Com isso, quais os resultados que já alcançamos?

Não existe aqui nenhuma pretensão que não seja esclarecer vocês sobre as implementações que já foram feitas. Não há pretensão alguma de afrontamento ou de demonstrar que isso, independentemente do que será aqui discutido ou incorporado, não possa ser reformulado nos planos e nas propostas da Secretaria. A primeira meta diz o seguinte: 100% das escolas públicas de ensino médio, oferecendo em três anos. Lembro que já vi as propostas novas que chegaram dos debates no interior, nas quais muitos desses prazos foram reduzidos. Portanto, estou considerando, aqui, as propostas iniciais. A meta diz o seguinte: que as escolas deveriam apresentar, na parte diversificada do currículo, para os alunos do ensino médio, em três anos, alguma alternativa para que os alunos pudessem iniciar já a sua formação para o trabalho já.

Criamos um programa, que muitos de vocês conhecem, que se chama Formação Inicial para o Trabalho. Hoje, temos 14 cursos na área de informática. Das nossas 2.053 escolas, 2.051 oferecem ou já ofereceram esse curso. No total, são 48 mil alunos matriculados.

A segunda meta é relativa à oferta pela rede estadual, não em escolas estaduais. Oferta de educação profissional, articulada, implementada e gerenciada pela Secretaria de Estado de Educação, gratuita para os jovens e adultos do ensino médio. Em 2007, eram 3.900 vagas; agora, em 2009, com a terceira edição do PEP, incluindo-se as instituições credenciadas, estaduais e conveniadas, 89.200 vagas nos cursos técnicos são garantidas pela Secretaria de Educação. Isso dá uma variação de 2.637% em relação à oferta de 3.900 vagas.

Em relação ao aumento nas matrículas do EJA Profissional, este ano iniciamos uma modalidade integrada ao ensino médio em 514 escolas, que terá a duração de dois anos e meio. As aulas do ensino médio já se iniciaram em fevereiro. Será uma formação integrada, ou seja, 15 horas-aula de ensino médio e 10 horas-aula de educação profissional. A parte profissional será iniciada em agosto. Portanto, este ano atenderemos a 24.120 jovens nas escolas estaduais, ou seja, 28,5%.

Laboratórios de informática: hoje, das nossas 27 escolas que oferecem curso técnico, 23 têm laboratórios conectados à internet. Não estou dizendo que não há problemas de internet, mas tratando do que foi feito e implantado e do que está em andamento.

A educação profissional à distância ainda não está implementada na Secretaria.

Relativamente à informatização da administração escolar, foi criado um sistema que tem uma versão "web". Hoje, em 85% das escolas já existem pelo menos duas pessoas capacitadas para iniciarem a alimentação do sistema, conforme meta prevista no Plano. Como são muitas as metas do ensino médio, mencionarei apenas algumas. De acordo com elas, devemos aumentar a taxa de atendimento para 94% dos alunos de 15 a 17 anos, que são aqueles considerados em faixa escolar adequada para esse nível de ensino.

Esse quadro nos mostra o comportamento crescente da taxa de atendimento nos últimos 10 anos. O atendimento aumentou de 68% para 81%, último dado oficial apurado, em 2007. Portanto, o caminho é grande para alcançarmos 94% e, posteriormente, 96% de atendimento, caso a meta seja mantida com a reformulação e a aprovação do plano, em andamento. Como também foi dito, algo importante para o ensino médio é a Taxa de Escolarização Líquida, ou seja, o número de alunos de 15 a 17 anos matriculados, hoje, no ensino médio. Considerando a população com essa faixa etária, a taxa de atendimento também está em ascensão. Esse resultado, conquistado nos últimos anos, é extremamente importante. A matrícula do diurno também cresce em relação à do noturno. Considerando a última década, de 21%, alcançamos, hoje, 51% de atendimento. Esse dado relativo à regularização do fluxo é muito importante. Se for regularizado o fluxo da escola de ensino médio, os programas de aceleração e de combate à defasagem podem ser superados e ter vida cada dia mais curta.

Aumentar em 10% o número de matrículas do diurno. Considerei os dados de variação de um ano para outro, ou seja, os dados de 2007 e 2008. De acordo com as Resoluções de nºs 833 a 1.055 da Secretaria, recomenda-se, para todas as escolas estaduais, conforme a condição e a capacidade de cada Município, o aumento da matrícula do ensino médio diurno, deixando o noturno apenas para as pessoas que necessitarem dessas vagas, em função das premissas citadas em nossa apresentação inicial.

Meta 7, também atendendo a uma solicitação: foram apresentados os dados do tempo integral, o projeto do ensino fundamental. No ensino médio, esse programa tem o nome de Aprofundamento de Estudos. Trata-se do aluno que tem condições - em função das suas necessidades e do planejamento da escola - de voltar a escola três vezes por semana, com 15 horas de aula a mais em relação ao currículo convencional, para que possa ingressar no ensino superior, prestar concursos específicos ou superar dificuldades de aprendizagem. Insisto em dizer que se trata de um programa para quem, obviamente, tem condição, pois terá de retornar a escola. O programa está limitado a 15 horas de aula por semana. Até o final do ano, atenderemos 60 mil alunos. A variação, portanto, será de 8,5%. Esse dado, que se refere a escolas conectadas à internet, já foi apresentado a vocês: das 2.253 escolas de ensino médio, 1.470 estão conectadas à internet, uma das metas propostas pelo plano. Em relação à Educação de Jovens e Adultos - EJA -, há grande crescimento da matrícula na modalidade de atendimento à regularização de fluxo ou à defasagem escolar nos últimos anos.

Finalizando, como disse a vocês, serão três cursos técnicos profissionalizantes, nas áreas de secretariado e assessoria, administração de

empresas e gestão de pequenas empresas, atendendo a um percentual de 28,5% dos alunos. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

A Sra. Presidente - Gostaria de dizer que, sobre o ensino profissionalizante, estão sendo aproveitadas escolas já existentes e sendo feitas parcerias com o Senai, para que se ministrem os cursos profissionalizantes, como está acontecendo em Cataguases. Os cursos do Senai já estão aproveitando todo maquinário para isso. Por enquanto, é uma parceria do governo do Estado. Se formos esperar que as escolas sejam construídas, o jovem perderá muito tempo com isso. Temos de entender que essa parceria não é definitiva, mas urgente para a profissionalização dos nossos jovens. Com a palavra, a Sra. Lílian Paraguai.

Palavras da Sra. Lílian Paraguai

Bom-dia a todos. Cumprimento a Mesa e as entidades integrantes do Movimento Educação que Temos, Educação que Queremos, que vem tentando, junto com a Assembleia, fazer essa discussão. As entidades foram as responsáveis por manterem, de forma guerreira, os oito encontros regionais no interior do Estado, para que a maior parte da sociedade participasse, porque é a ela que interessa a construção de uma política pública de qualidade social para a educação de Minas Gerais.

Ao iniciar, quero dizer que, infelizmente, estamos já atrasados para concluir esse processo de debate, porque a Constituição de 1988, LDB, já previa a estruturação dos planos estaduais decenais e municipais, logo após a conclusão do Plano Nacional de Educação. Infelizmente, Minas Gerais ficou atrasada nesse processo. O plano decenal ficou engavetado no Executivo por mais de dois anos. Isso é inadmissível, tendo em vista que estamos falando de metas, de planejamento para a educação no Estado. Nem estamos falando da aplicação dessas metas, mas da construção delas. Por mais que algumas já estejam em prática, onde fica a discussão desse projeto com a sociedade?

Vou tentar falar rapidamente, porque o debate é muito importante. Com certeza, todas as pessoas presentes estão ansiosas para fazer alguma pergunta em relação à realidade da sua escola. Estamos vindo do interior. Há pessoas de várias partes do Estado. Tenho certeza de que muita gente vai querer fazer perguntas.

Vamos começar pelos desafios que temos pela frente. A sociedade ajuda a construir a educação, discute a educação ou tenta ter espaço para isso. Nem sempre, há esse espaço. Na maioria das vezes, a sociedade é podada. Não é à toa que nós, entidades envolvidas no movimento Educação que Temos, Educação que Queremos, estamos cobrando providências do governo. O Sind-UTE vem cobrando do governo do Estado essa proposta de plano decenal há mais de dois anos.

Então, quais são os desafios do governo do Estado? Nortear toda a política educacional nos próximos 10 anos; assegurar uma política que garanta continuidade nos investimentos e nas diretrizes educacionais do Estado e dos Municípios - não estamos pensando apenas na rede estadual, temos de pensar em todas as redes -; construir políticas educacionais de Estado e não de governo - política contínua, que atenda aos interesses da população dos Municípios e do Estado. Esses são alguns dos nossos desafios. O governo do Estado estabelece alguns pressupostos na elaboração do Plano Decenal, que foi concluído em 2005-2006 durante o Congresso Mineiro de Educação. Alguns princípios são os da equidade, da qualidade, do diálogo entre redes e da democratização.

Para não falarem que não somos propositores, afirmamos que questionamos porque o principal, para se construir uma política de educação para o Estado, é o diagnóstico. Precisamos de ter um diagnóstico verdadeiro. Foi nesse sentido que lançamos em fevereiro deste ano a revista "Radiografia da Educação". A maioria dos presentes já deve tê-la recebido, porque fizemos distribuição ampla em todas as escolas, entre todos os filiados do sindicato e nos encontros do fórum técnico no interior. Essa revista tenta, de certa forma, fazer um diagnóstico verdadeiro da educação no Estado. Números e dados quase nos convencem, fica parecendo que estamos numa Suíça brasileira ou que estaremos daqui a alguns anos. Mas nada melhor que a própria realidade para vermos como a educação funciona, ou não, em Minas.

Para cumprir esses pressupostos da equidade e da qualidade, apresentamos algumas sugestões, não na quantidade que gostaríamos de mencionar, porque o tempo é pequeno; são algumas observações para a construção da educação de qualidade no Estado. Primeiro, temos o princípio da equidade com base nas diferenças regionais, já que o Estado é muito grande. Precisamos urgentemente de maior investimento nas escolas do interior do Estado, reconhecendo-se as diferenças regionais, a educação no campo, os quilombolas, a indígena, enfim, a diversidade cultural. Não é possível que o Estado não perceba a diversidade que existe num território do tamanho do de Minas Gerais.

Outra sugestão é maior investimento na infraestrutura dessas escolas, principalmente onde existe menor IDH. Existem pesquisas, inclusive a da Fundação Itaú, citada pelo Rudá, anteriormente, que mostram que se registra menor IDH exatamente onde existem os piores índices de qualidade da educação e os piores índices de aprendizagem dos alunos. Isso não é à toa. Se não houver investimento real na educação, a qualidade da aprendizagem continuará sendo baixa, visto que, de acordo com os dados do Ideb, Minas Gerais não saiu do lugar, estamos parados.

Ainda quanto à infraestrutura, não é possível que haja escolas onde alunos do ensino fundamental, por exemplo, estudem em paiol, enquanto os do ensino médio estudam em salas de aula arejadas e amplas. Essa é a realidade. Sem infraestrutura, quadras poliesportivas, bibliotecas para os alunos e para os professores, não vamos conseguir melhorar a qualidade da educação nem os índices de aprendizagem de nossos alunos.

Maior investimento na formação dos trabalhadores e trabalhadoras dessas regiões onde o IDH é menor. Foi provado que, onde existe o menor IDH, existe a menor formação dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse dado também não existe à toa.

Falaremos agora um pouco sobre a qualidade e destacaremos os índices do Simave-Proeb: reconhecer as debilidades do sistema por meio de diagnóstico qualitativo e levantamento de todos os problemas que interferem no processo de ensino e aprendizagem. O MEC já inicia esse processo, e precisamos também construí-lo aqui, em Minas Gerais. Devemos fazer um diagnóstico verdadeiro da estrutura e de todos os problemas que permeiam o processo de ensino e aprendizagem. As avaliações simplesmente quantitativas não darão conta de resolver todos os problemas que enfrentamos na escola. Então, precisamos fazer um diagnóstico completo. Quais são os problemas dentro e fora da escola? Quais são os problemas sociais que a comunidade enfrenta? Devemos diagnosticar tudo que interfere no processo de ensino e aprendizagem.

Reconhecer as debilidades do sistema, construir uma verdadeira política educacional baseada em análises pedagógicas completas da educação: hoje existem projetos fragmentados, que não atingem um número grande de alunos. Sinceramente, dizer que há um projeto, por exemplo, de informática, em 27 escolas... Temos na rede estadual quase 4 mil escolas. Então, esses projetos, na verdade, não dão conta de resolver os problemas minimamente - e não falo de forma parcial.

Os níveis e modalidades: sem fragmentá-las e promovendo a ligação entre os níveis de ensino. Ou seja, devemos pensar em uma educação completa, trabalhando todos os níveis de forma integrada, sem construir projetos fragmentados, que não deem conta de todo o processo. Aliás, para a educação superior, não existe grandes investimentos no Estado.

No caso do ensino profissionalizante das escolas técnicas, devemos cancelar progressivamente a terceirização dessa modalidade. Na realidade das escolas estaduais, principalmente depois da reforma curricular do nível médio, vemos um avanço no número de excedentes de professores no Estado. Por que, então, fazer parceria com a iniciativa privada? Existem várias realidades em todo o Estado, e a minha cidade é uma delas. Existe uma escola estadual com uma boa infraestrutura e, dentro dela, poderiam ser colocados o ensino profissionalizante e o ensino técnico. Por que isso não é feito? Enquanto isso não acontece, os professores excedentes aumentam e, às vezes, são obrigados a lecionar conteúdos para os quais não são habilitados. Essa é a realidade que o Estado impõe para nós, trabalhadores e trabalhadoras da educação: vários professores e professoras do Estado são obrigados a lecionar conteúdos para os quais não estão habilitados, porque, do contrário, ficariam excedentes nas suas escolas. Então, há uma contradição em o Estado promover parceria com a iniciativa privada, sendo essa a situação das escolas da rede estadual.

Criar rede estadual de escolas técnicas. Aliás, ficamos um pouco mais indignados, sabendo que o nível médio é responsabilidade do governo do Estado. A educação infantil e o ensino fundamental são responsabilidades dos Municípios. O nível médio é responsabilidade do governo do Estado, e não é essa a realidade que vemos.

A parceria com a iniciativa privada não resolverá as nossas questões.

Tem de haver a formação para os desenvolvimentos regional e estadual, a educação não pode ser pensada de forma isolada. Ela tem de estar integrada num projeto de desenvolvimento estadual.

É necessário maior investimento na educação superior do Estado, para que isso ocorra no próprio sistema. Há a Uemg e a Unimontes. Podemos superar as dificuldades com a estratégia de interligar a academia, a teoria, à sala de aula e à prática, incluindo-se a formação dos nossos profissionais, pois, cada vez entram mais profissionais no mercado de trabalho sem uma formação que lhes garanta uma condição para enfrentar a realidade atual das escolas, de violência e de pouco desenvolvimento social. O Estado precisa sair do campo das intenções e do discurso, para começar a praticar o que prega.

As outras duas intenções dizem respeito ao diálogo e à interação entre as redes de ensino. Precisamos construir um diálogo oficial e constante entre essas redes, pois não podemos adotar diferentes linguagens. Deixo essa discussão para a Conae, da qual o Sind-UTE também participa, como integrante da Comissão de Organização, e da qual a Undime é a coordenadora. Não podemos focar a discussão da educação apenas em um segmento. Por exemplo, a Undime é um segmento gestor, que representa apenas uma rede de ensino: a municipal. Esse diálogo é fundamental. Tem de haver a construção da interação e do diálogo entre as redes de ensino.

Há algumas contradições a superar. Não teremos condições de apresentar todas, mas há algumas sobre as quais não poderíamos deixar de falar. Em relação às escolas-referência, propomos o fim do programa Escolas-Referência, pois todas as escolas devem ser referência para uma boa qualidade da educação. Não podemos admitir que apenas 500 escolas tenham maior investimento e maior formação dos seus trabalhadores em um cenário de quase 4 mil escolas. Todas as escolas devem ser referência para uma boa qualidade da educação no Estado.

Temos de promover ampla discussão sobre merenda e transporte escolar. O desafio é permitir o acesso, mas também a permanência do aluno, pois a evasão no ensino médio, por exemplo, mostra claramente que não existe investimento nem discussão a respeito. Até há pouco tempo, os alunos do ensino médio não recebiam merenda e tinham de se virar para se alimentarem. O aluno do turno da noite vinha do trabalho e não recebia merenda para ficar na escola durante umas quatro horas. Sem investimento, não teremos uma educação de qualidade.

Um outro desafio tem de constar no Plano Decenal: temos de aumentar o investimento para 10% do PIB. Esse é um desafio que tem de ser imposto ao Estado. Precisamos de maior investimento na educação.

Temos de rever a proposta de currículo para o ensino médio sugerido pela Secretaria e tem de haver a construção de um currículo que seja para a cidadania, pois a educação não pode estar desatrelada do desenvolvimento social. Temos de construir um currículo que seja pautado pela construção da cidadania.

Tem de haver menos intervenção pedagógica e mais tempo para a discussão e para o coletivo dos trabalhadores, para que possam construir os seus projetos político-pedagógicos na escola, com a comunidade escolar, os pais, os alunos e a sociedade. Precisamos de tempo para essa discussão e para o pensamento. Isso tudo necessita de tempo. Queremos menos intervenção pedagógica de cima para baixo e mais tempo para que os trabalhadores e o próprio coletivo da escola e da comunidade escolar construam a educação que desejam e que defendem.

Valorização das carreiras das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação, começando pela implementação do piso salarial nacional, de acordo com a nossa carga horária no Estado. O valor do piso já corrigido é de R\$1.132,40 para a formação de nível médio, para uma carga horária de até 40 horas. Precisamos de valorização das carreiras, da total implementação do plano de carreira, que até hoje não foi totalmente implementado pelo governo do Estado. Sem valorização da profissão e sem a construção de uma carreira para a trabalhadora e o trabalhador, não teremos uma educação de qualidade no Estado.

Finalmente, não à avaliação e à premiação de professores, ao estilo das empresas que premiam seus funcionários pela produtividade. Estabelecer um sistema de avaliação que realmente traduza a realidade da atividade docente, uma vez que as condições para o exercício dessa atividade não são adequadas. Aceitar a premiação significa responsabilizar individualmente e unicamente o professor pelo resultado da educação. Sabemos que isso não é possível, isso não é verdade, porque o professor não é responsável sozinho pelo processo de ensino e aprendizagem. São vários os fatores que interferem nesse processo. Não queremos avaliação-desempenho punitiva, mas também não queremos premiação, porque isso, definitivamente, não resolve nem provoca a qualidade na educação. Precisamos de valorização, de espaço, de infra-estrutura.

Finalmente, criação de um sistema de monitoramento das metas do Plano Decenal, composto por representação da área educacional e de movimentos sociais que disputem educação, a fim de não incorrerem no mesmo erro. Quando o Executivo construiu o Plano Decenal envolveu apenas os segmentos que estavam dentro da escola. Precisamos envolver toda a sociedade. A Assembleia vem tentando corrigir isso com essa ampliação do debate para outros segmentos sociais que também discutem educação. Precisamos de um controle social.

Por meio dos trabalhos de grupo que serão iniciados hoje, devemos tentar colocar dentro do Plano Decenal uma previsão para esse controle social. Se não conseguirmos fazer isso, ficaremos esperando que essas metas sejam colocadas em prática? Não. Precisamos estabelecer esse controle social, anualmente ou de dois em dois anos. Não sei. Vamos pensar, discutir isso nos trabalhos de grupo, mas devemos apresentar uma proposta de controle desse Plano, que não pode ser aprovado por esta Assembleia sem esse monitoramento social. É necessário termos o controle das metas que estão sendo cumpridas, das metas que não estão sendo cumpridas, se o tempo está sendo observado, se tudo está correndo de acordo com o planejamento que estamos fazendo agora.

Desejo um bom trabalho a todos, porque na parte da tarde iniciaremos os trabalhos de grupo. A nossa participação é de fundamental importância. Devemos manter metas votadas no interior e acrescentar outras que não foram incluídas, ou seja, vamos tentar, com esse Plano Decenal, uma boa estrutura para a qualidade da educação.

Lanço um desafio aos Deputados presentes: é responsabilidade deles sugerir as emendas que serão votadas, é um projeto de lei que está tramitando nesta Casa. Além disso, que sejam aprovadas as emendas apresentadas pela sociedade nos oito encontros regionais que tivemos e neste fórum técnico, neste encontro final, realizado em Belo Horizonte. Obrigada a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de 3 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

A Sra. Presidente - As inscrições estão encerradas. Já recebemos as perguntas que serão feitas oralmente. Temos quatro microfones no centro, um à direita e outro à esquerda. Peço que os inscritos se posicionem próximos a eles: Marco Antônio, que fará pergunta para a Lílian; Pedro Trindade Barreto, que fará pergunta para o Clodoaldo; Daniel Rocha e Ione Maia, que farão perguntas para o Joaquim; Beatriz Rocha, da Escola Luiz Francisco Ribeiro, que fará duas perguntas para Maria das Graças; Ana Maria Aparecida Pereira, da Fetaemg, que fará pergunta para Maria das Graças; e Maria Catarina Domingos, de Divinópolis, que fará pergunta para Maria das Graças.

A Sra. Maria Celina Dias - Sra. Presidente, peço a palavra para apresentar uma questão de ordem.

A Sra. Presidente - Você se inscreveu?

A Sra. Maria Celina Dias - Não, quero apenas um esclarecimento. Meu nome é Maria Celina Dias, represento a Federação de Pais do Estado de Minas Gerais, que já tem sua confederação nacional. Quero dizer que sentimos falta de uma fala sobre gestão democrática, que não foi mencionada em momento algum. Fazemos essa denúncia, porque a Federação só acredita na mudança da educação quando a gestão democrática estiver realmente colocada no interior da escola. Acreditamos que a gestão democrática só acontecerá quando os quatro segmentos que estão no chão da escola estiverem organizados.

Os gestores estão organizados, os professores estão organizados, mas os alunos e os pais não estão. Só acreditaremos em mudança quando os grêmios estudantis e as associações de pais no Estado de Minas Gerais... O Rio Grande do Sul conseguiu o 1º lugar, e lá são 2 mil associações de pais dentro das escolas organizadas. Ficamos em penúltimo porque não temos nem 1% das escolas com esses segmentos organizados. Esse é o meu depoimento. Agradeço a Mesa por ter me deixado fazer esse depoimento.

A Sra. Presidente - Gostaria que você pegasse a programação para ver que esse tema será motivo da discussão no dia de amanhã.

A Sra. Maria Celina Dias - Estou fazendo essa denúncia porque nenhuma fala até agora mencionou a gestão democrática.

A Sra. Presidente - Essa matéria será discutida amanhã, e bem discutida. O financiamento e a gestão, duas vezes amanhã.

Passaremos agora a palavra aos palestrantes. Maria Catarina, de Divinópolis, para Maria das Graças.

A Sra. Maria Catarina - Em primeiro lugar, estou trazendo a minha indignação, porque esperava que esta Casa, uma vez que hoje faz 121 anos que foi falsamente decretada a abolição dos negros no País, pelo menos fizesse uma pequena homenagem ou algo nesse sentido. Estou aqui representando os negros do País e estou muito sentida com isso. Esse Plano Decenal de Educação, mais uma vez, não contempla a Lei nº 10.639, a Lei nº 11.645, que alterou a Lei nº 10.639. Faz de conta que quilombolas, afrodescendentes e afro-brasileiros e africanos são a mesma coisa, e não são. Tenho de ficar nervosa, porque, em 2006, comprei esse debate com o João Filocre. Não podemos continuar dessa forma, com um plano que não contempla a diversidade de fato e acompanhado de ações afirmativas. Essa é a primeira coisa que quero dizer. Discutimos isso no eixo em Divinópolis. É a terceira vez que sai uma proposta, e o assunto não consta dela. Não pode ser dessa forma. Isso é lei federal, que alterou a lei maior da educação, a LDB, a Lei nº 10.639.

Também quero me manifestar sobre quilombolas, pois não deu para falar. Aliás, a minha companheira quilombola me afirmou que foi difícil para ela fazer parte da Mesa. Está dito que os movimentos sociais deverão participar de todos os eixos, inclusive da Mesa. No contexto complicado, pergunto como se encontram as comunidades remanescentes dos quilombos no Estado, principalmente na região central? Quero saber do mapeamento. É muito pouco o que se fala. Temos pelos menos de 80 a 90 mil áreas de remanescentes. Quero repetir, mais uma vez: quero saber das propostas, das estratégias e dos investimentos para afro-brasileiros, porque os africanos são diferentes. Quero denunciar a falta de estrutura desses projetos do PAV, Educação Integral, que está demais no Estado.

Outra coisa: o alcance do PEP deverá atingir todas as regiões do Estado. Não podemos aceitar que, em apenas algumas regiões, esses alunos tenham feito essa prova do PEP. Ele tem de abranger todas as regiões do Estado. Por quê? Qual é o objetivo? Politicamente, sabemos o motivo. Mas por que a educação de presídios, as escolas de presídio não foram contempladas nesse Plano uma vez que são regidos pela mesma resolução? Sabemos a quantas anda a educação nos presídios no Estado. Muito obrigada.

A Sra. Maria das Graças Pedrosa Bittencourt - Professora, infelizmente não deu tempo de falarmos tudo.

A Sra. Presidente - Fit, com licença. Ela fez quatro ou cinco perguntas. Você deve se situar em apenas uma pergunta, porque o tempo é pouco, ou então, responda-as por bloco. Você gostaria que lêssemos as outras perguntas, já que há muitas destinadas a você? A sugestão é que anotemos todas para que depois você as responda.

Com a palavra, para fazer a sua pergunta, Ana Maria Aparecida Pereira.

A Sra. Ana Maria Aparecida Pereira - Nesta manhã, muitos falaram dos avanços na educação. Minha pergunta à Diretora Maria das Graças é se tais afirmações condizem com as regiões Norte de Minas, Mucuri e Vale do Jequitinhonha e se os resultados do Enem são verdadeiros.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Sra. Beatriz Rocha.

A Sra. Beatriz Rocha - Maria das Graças, hoje, ao vir para cá, assistimos a uma manifestação de estudantes pelo Passe Livre. Manifestação muito bonita, por sinal, e com muitos guardas e policiais acompanhando. Isso me fez pensar na situação das professoras da área rural. Vim para Belo Horizonte com uma professora da zona rural que recebe um salário aviltante e, ainda assim, mantém o custeio de sua ida e volta para a escola e dorme em casa de família no local em que trabalha. Fico pensando quando é que começaremos a considerar a situação do educador que, com o salário que ganha, paga para trabalhar. Isso é indigno, precisa ser colocado em pauta. Ouvimos sempre falar em transporte escolar de alunos, mas o professor também precisa desse auxílio e dessa ajuda.

Outra pergunta se refere à estrutura escolar. Fala-se muito em escola de tempo integral. Pois bem. Dou aula na Escola Estadual Coronel Carneiro Júnior, em Itajubá, que era um grupo escolar e hoje oferece ensino fundamental e está caminhando para a criação do ensino médio. Há quase um ano e meio, seu laboratório de informática está fechado. Sua estrutura é indigna. Os alunos fizeram um documento, que eu trouxe para mostrar a quem esteja interessado em conhecer a realidade de nossa escola. Diante disso, quando falam em educação de tempo integral, chego a arrepiar, porque a escola não tem estrutura para isso. Antes de questionar todos esses avanços, temos de olhar a situação das escolas de Minas Gerais.

A Sra. Presidente - Outra pergunta para Maria das Graças.

A Sra. Amarilda de Abreu Araújo - Maria das Graças disse que está investindo na equipe pedagógica para a assistência às escolas. Temos visto mesmo muitos casos comissionados na equipe pedagógica das superintendências regionais de ensino. Porém, essa equipe pedagógica está fazendo o papel muito mais fiscalizador que coadjuvante na ação pedagógica. A equipe pedagógica costuma passar caderninhos para que alunos avaliem professores. Queremos saber quando a Secretaria de Educação tomará providências para transformar a equipe pedagógica numa equipe de real apoio aos profissionais da educação.

Ao Prof. Joaquim, pergunto: já foi feita uma avaliação da iniciação à informática nas escolas? Não vemos isso no Estado. O que vemos são laboratórios fechados onde se implantou o curso de construção e reforma de computadores. Vemos muitos aparelhos nos cantos da escola. Por que em vez de o Estado fazer parceria com a iniciativa privada, não aproveita as escolas noturnas, que estão ficando ociosas, e implanta cursos profissionalizantes?

Sugiro também que seja observada a situação dos profissionais de ensino nas unidades carcerárias. Hoje mesmo vamos resolver um grande problema, pois não há como trabalhar nas escolas das penitenciárias nas condições que apresentam.

A Sra. Presidente - Maria das Graças, há mais uma pergunta oral dirigida a você. A pergunta é da Marlene Lima, da Universidade Vale do Rio Doce - Univale.

A Sra. Marlene Lima - Quero perguntar ao Prof. Jamil Cury e também ao Sr. Clodoaldo sobre o risco de um plano se transformar em uma carta de intenções, o que já se denunciou em relação ao Plano Nacional de Educação. Pergunto: quais são as perspectivas para que esse plano que discutimos hoje não tenha o mesmo destino do Plano Nacional de Educação? Era essa a minha indagação.

A Sra. Presidente - Recebemos uma sugestão melhor para o andamento dos trabalhos. Vamos escutar todos os que queiram se manifestar, os palestrantes guardarão as perguntas que lhe forem dirigidas e, depois, poderão respondê-las. Acredito que fazendo dessa forma adiantaremos um pouco os trabalhos.

O Prof. Carlos Jamil tem um compromisso. A pergunta para ele é do Daniel Rocha, do Sind-UTE.

O Sr. Daniel Rocha - Na verdade, a minha pergunta seria um diálogo com o Rudá. Vou tentar agilizar para falar em dois minutos. Aproveitando o diálogo do Rudá, peço à Maria das Graças que leve nossa sugestão à Secretaria. Escutamos muito falar em mudança de paradigma; portanto, a Secretaria e os políticos têm de passar por uma mudança de paradigma. Na realidade, as políticas e propostas são de governos. Estamos precisando de propostas de Estado para atender o Estado, a sociedade, a comunidade e os nossos alunos. De propostas de governo, estamos cheios. Vale lembrar Hélio Garcia, Newton Cardoso e companhia limitada.

Por causa dessas políticas de governo, de Estado, estamos passando por uma situação difícil - e aproveito o espaço concedido por esta Casa para denunciar, já que o Plano Decenal é para as redes municipais, estaduais e particulares - na Prefeitura de Contagem, onde há dois meses protocolamos uma pauta de reivindicações e, até ontem, dia 12, data em que se completaram os dois meses, não obtivemos resposta da Prefeitura. A resposta veio hoje: teríamos uma reunião de negociação, mas foi cancelada, porque a categoria dos trabalhadores decidiu reduzir a carga horária. Portanto, pedimos a intervenção do nosso querido Deputado Carlin Moura, que participa com o governo nessa negociação.

Para finalizar, pergunto à Secretária Vanessa: Qual será o nome da próxima provinha que teremos de fazer? Hoje, na escola, só fazemos provinhas. Para que estão avaliando os alunos? Temos realmente que ensinar os alunos e não trabalhá-los para resolver essas provinhas que vêm instituídas.

A Sra. Presidente - Depois passaremos a palavra a cada um para que possa responder às perguntas. Pergunta dirigida ao Sr. Clodoaldo, do Sr. Pedro Trindade Barreto, da Confenapa.

O Sr. Pedro Trindade Barreto - A discussão já é antiga dentro da Conferência Nacional de Educação Básica. Arguimos a constitucionalidade da lei que instituiu o Fundeb, porque ela trata desigualmente aqueles que são iguais em direitos e deveres, professores e alunos. Pergunto qual é a proposta para que possa prevalecer a igualdade de direitos ao acesso e permanência, tanto para alunos como para professores. A desigualdade está institucionalizada por uma lei que é flagrantemente inconstitucional quando atribui R\$680,00 por aluno, por ano, para o Piauí e Pará, mil seiscentos e pouco para Minas, quase 2 mil para o Tocantins e 60% para serem aplicados para a garantia do salário do professor, o que cria desigualdades institucionalizadas, tanto para o direito do professor ao salário como para o direito dos alunos à manutenção de auxílio.

Clodoaldo, qual é a proposta?

A Sra. Beatriz Rocha - Queria dizer que, em Itajubá, temos uma escola do CEP, e ainda o Senai e o Senac, oferecendo cursos profissionalizantes. O custo do aluno fica em torno de R\$25,00, e a hora-aula do professor fica em torno de R\$8,00. Temos um índice de 20% de evasão. Constatamos, junto à direção do Senai, que o professor, que quase sempre é o mesmo que trabalha no CEP, ganha em torno de R\$19,00 a hora-aula e o custo por aluno é de R\$1.200,00. O índice de evasão está em torno de 40% a 60%. Em Santa Rita do Sapucaí, turmas que começaram no Senai com 35 alunos, estão com 12. Isso gera, de imediato, a fusão de turmas.

Eu quero perguntar qual é o futuro dessa política atual para o ensino profissionalizante estadual.

A Sra. Presidente - Vamos permitir que o Prof. Jamil fale agora, porque ele tem um compromisso daqui a pouco.

O Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - Quero desculpar-me, mas tenho um compromisso às 14 horas. Sou professor e não gosto que os meus alunos fiquem me esperando na sala de aula. Quero louvar, mais uma vez, a iniciativa da Assembleia Legislativa por essa proposição em que a pluralidade está aparecendo, o diverso está aparecendo, seja de uma forma, seja de outra. Que isso conduza realmente à efetivação do nosso Plano Decenal de Educação de Minas Gerais.

Encerrando a minha fala, desejo que a Assembleia Legislativa assuma uma lei de responsabilidade educacional, da mesma forma que os governantes têm uma lei de responsabilidade fiscal e nós temos, como indivíduos, cidadãos e consumidores, um código de defesa do consumidor. Uma lei de responsabilidade educacional parece ser a forma mais realista e factível de serem cumpridas metas. Muito obrigado, Deputada, colegas de Mesa, professores.

A Sra. Presidente - Agora passaremos às respostas; antes, porém, daremos a palavra ao Marcos, para mais uma pergunta. A radiografia da revista está defasada. Na Superintendência Regional de Ensino de Poços de Caldas, as escolas já foram quase todas reformadas. Fale um pouco sobre isso.

O Sr. Marcos Antonio Bertozzi - Existe uma parceria e, como Superintendente de Poços de Caldas, abri todas as escolas, para que o pessoal do Sindicato estivesse presente e verificasse a real situação. Refiro-me à reportagem, porque você fez menção a duas escolas: uma em que havia alunos estudando em um paiol, e outra em uma parte privilegiada. Isso já não é real. Para a credibilidade do próprio Sind-UTE, é importante que saibamos que as informações devem ser atualizadas. Isso já passou. Até para planejamento e proteção do Sind-UTE, é necessário que as informações sejam recentes. Na época da revista, isso já era algo defasado. Devemos dar as orientações, mas elas devem ser coerentes com a realidade. Obrigado.

A Sra. Presidente - Com a palavra, Lilian Paraguai.

A Sra. Lilian Paraguai - A informação é boa. O levantamento da radiografia da educação que lançamos em fevereiro teve coleta de dados realizada no segundo semestre do ano passado. É muito recente. Fomos a cinco regiões do Estado, em várias escolas, e nem todas estão na revista, até porque o material ficaria muito extenso. Essa pode ser a realidade de Poços de Caldas, mas não é a da maior parte do Estado. Quem confirma ou não são as próprias pessoas aqui presentes, que vêm de várias regiões do Estado e conhecem a realidade da educação. A revista é muito atual. Algumas escolas, reformadas ou não após a coleta de dados, não interferem na maioria do diagnóstico que temos sobre a educação no Estado, que é caótica, principalmente em algumas regiões.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, Lilian. Com a palavra, Maria das Graças Pedrosa Bittencourt.

A Sra. Maria das Graças Pedrosa Bittencourt - São muitas questões, buscaremos objetividade. A professora questionou os quilombolas, a diversidade étnica e social. A Secretaria tem um projeto, o Afrominas, que busca atender a essa questão posta por leis federal e estadual. Os remanescentes de quilombo estão em 22 escolas estaduais, além das inúmeras municipais em que também são atendidos. Toda essa questão da Lei nº 10.639, salvo engano, é obviamente obrigatória, e o conteúdo curricular abrange a questão etnoracial. Há uma resolução da Profa. Vanessa, Secretária de Educação, a qual delimita esse conteúdo curricular em todos os currículos dos ensinos fundamental e médio da rede estadual e, claro, da rede municipal.

Outra colega fez o questionamento em relação aos avanços, se eles de fato estariam atingindo o Norte de Minas, o Jequitinhonha, o Mucuri e o Rio Doce, o Grande Norte. Professora, se a senhora analisar os resultados das avaliações externas que a Secretaria tem feito desde 2006 até agora, todos os dados nos mostram que essa é a região em que mais temos melhorado os índices de proficiência média dos alunos.

Ficamos felizes com esse dado, pois nos remete àquela meta, àquela prioridade do Plano Decenal de Educação, qual seja a redução das desigualdades educacionais. Com certeza, os educadores do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Mucuri e do Rio Doce estão se empenhando para melhorar os resultados educacionais demonstrados na avaliação do Proalfa e do Proeb junto à Secretaria e às superintendências. Estamos falando sobre a avaliação do Estado de Minas Gerais.

Em relação à estrutura das escolas de tempo integral, em minha exposição, disse que um dos maiores impedimentos para haver em todas as escolas do ensino fundamental da rede estadual a escola em tempo integral é a infraestrutura física. Nem todas as escolas dispõem de espaço físico adequado para atender aos alunos durante um tempo maior. Por isso houve a necessidade de priorizar algumas etapas do ensino. Prioritariamente, atendemos os meninos dos anos iniciais com maior dificuldade de aprendizagem. Havendo espaço físico, não há por que não implantar a escola em tempo integral. Sabemos que Minas são muitas. Há escolas em que isso está funcionando muito bem; em outras, não funciona tão bem, mas o caminho está sendo percorrido.

Professora, sobre a equipe pedagógica da Superintendência da Secretaria de Educação, não tenho conhecimento de cargos comissionados nessas equipes. A Secretaria concedeu autorização para o aumento de pessoas nas equipes da Superintendência da Secretaria, não para cargos comissionados, mas para professores e especialistas das escolas que podem ser levados para lá com uma pequena gratificação, porque a carga horária de trabalho aumenta. Essa é a forma que conheço. Mas sobre os cargos em comissão, cada superintendência tem um número e pode usá-lo de acordo com sua necessidade. Uma coisa precisa ficar clara: toda orientação da Secretaria e da superintendência em relação à atuação dessa equipe pedagógica é pedagógica; nunca, em hipótese alguma, de fiscalização. Elas estão lá para ajudar, para somar esforços. Onde ocorre de forma diferente, os educadores deverão procurar sua superintendência para fazer a denúncia e a reclamação adequada - acredito que vocês estejam fazendo isso.

Em relação à avaliação dos alunos que o outro professor mencionou, não consigo conceber educação sem avaliação dos alunos feita internamente pelo professor, pela escola e, externamente, pelo sistema. É assim no mundo onde a educação atingiu um patamar de excelência. Temos de fazer avaliação interna, que é uma obrigação do professor, contínua e diária. Mas o sistema também tem de avaliar. Isso é bom para o professor. Acho bom o professor saber como o aluno se comporta em outra avaliação. Essa avaliação só tem dois nomes: avaliação do Proalfa, que é Pró-Alfabetização e avaliação do Pró-Educação Básica - Proeb. Não há outro nome. O MEC manda para as escolas uma prova, chamada Provinha Brasil, que não entra em nenhum resultado. A partir desse diagnóstico, a escola avalia, analisa e efetua a intervenção pedagógica necessária. Há duas avaliações: o Proalfa, para os meninos da alfabetização, e o Proeb, para os alunos do ensino fundamental, 5º ano, 9º ano e 3º ano do ensino médio.

Estão faltando só mais duas questões. Presidente, estou terminando.

Há a questão do passe livre das professoras de escolas do campo. Além de Superintendente em minha cidade, como a Deputada Maria Lúcia Mendonça disse, fui Secretária Municipal de Educação. Sei das dificuldades dos professores que trabalham nas escolas do campo. Isso pode ser apresentado como proposta, como meta neste plano decenal, embora a questão possa ser resolvida, como fizemos em Muriaé, pelo Município. Como já há o transporte escolar, as professoras podem, assim como ocorreu no meu caso, viajar nos ônibus com os meninos. Fazíamos um acerto com os transportadores dos ônibus escolares.

Uma professora perguntou se a Secretaria possui algum plano de alfabetização. A Secretaria, não; todavia a Secretaria de Estado

Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, Norte de Minas e Rio Doce possui. Eles estão fazendo um trabalho muito bonito. O que temos - e pode ajudar a quem quiser, pois já está disponibilizado no nosso "site", no CRV - é um material que fizemos para alfabetizar, em 14 semanas, alunos que ainda não sabem ler nem escrever e estão em nossas escolas de ensino fundamental, e até de ensino médio. Apelidamos esse documento de "Um sonho de Renato", porque foi feito a partir da realidade dos meninos do Norte de Minas, do Mucuri, do Jequitinhonha e do Rio Doce. O Renato é de Almenara. Esse trabalho pode ser aplicado em qualquer região, por se tratar de um processo de alfabetização rápido para adolescentes.

A última questão é sobre a falta de recursos. O professor Jamil disse que faltaram recursos àquele plano decenal. A professora pergunta se corre perigo de isso ocorrer também com o Plano Decenal de Educação em Minas Gerais. Devemos ter metas factíveis, ou seja, que realmente possam ser implementadas de acordo com a realidade orçamentária de Minas Gerais. A nossa luta por mais recursos para a educação é permanente, e todos vocês sabem fazê-la muito bem.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, Sra. Maria das Graças, mas uma pergunta ficou sem resposta, sobre a educação penitenciária. Voltem essa pergunta para que a Sra. Maria das Graças possa respondê-la posteriormente, por escrito. Com a palavra, o Sr. Joaquim Antônio Gonçalves.

O Sr. Joaquim Antônio Gonçalves - Não lerei as perguntas, apenas emitirei meus comentários em relação a elas.

Quanto ao curso de informática, o objetivo é promover a formação inicial para o trabalho. Não se trata de formação específica de curso técnico para o mercado de trabalho, por isso é considerado um curso de iniciação.

Quanto aos cursos mencionados, principalmente os de Itajubá, do Senai, por que não houve fusão de turma? O que acontece com esses cursos? O Estado adquire, da instituição credenciada, a vaga. Portanto, se ela trabalha com uma turma com 5, 10 ou 20, o Estado só remunera a instituição pelos alunos frequentes. Temos um sistema todo informatizado de acompanhamento. Portanto se trata da gestão da instituição. Considerando a evasão persistente nos patamares mencionados, conforme acompanhamos pelo sistema, esses cursos já não foram credenciados no PEP 3, e não o serão nas edições posteriores, exatamente em razão da dificuldade da instituição de manter os alunos na formação de nível técnico.

Em relação aos cursos de manutenção abordados pela Amarilda, do Sindicato, é feito acompanhamento pelo NTE. A dificuldade de criação desses cursos em escolas estaduais se dá, como a Deputada já disse, por vários motivos. Qual é a grande dificuldade da educação profissional? O fluxo, a demanda e uma rotatividade enorme de profissionais. Além disso, o curso hoje existe, mas amanhã poderá não existir mais. O que fazer então com a infraestrutura e os recursos humanos que foram alocados para essas instituições ou para essas escolas? Por essa razão, a contratação de prestação de serviços é que oferecerá, na minha avaliação, sem dúvida nenhuma, o melhor serviço para o aluno que precise ingressar com competência no mundo do trabalho.

Uma questão relativa à EJA: quando os cursos da EJA começarão? No mês de agosto de 2009, em 514 escolas e em 356 Municípios do Estado.

A outra questão refere-se à matrícula do PEP nos turnos matutino e vespertino. A pessoa está dizendo que deveria ser mais no noturno. Ela é mais no noturno. Na edição PEP-2009, em 20 mil matrículas, são 9 mil no noturno, 6 mil no matutino e cerca de 5 mil no vespertino.

Em relação à participação das superintendências na orientação do PEP, já foram feitas duas reuniões com os superintendentes, duas reuniões com técnicos, mais uma terceira reunião para preparação da avaliação. Portanto, se essa pessoa - desculpe-me - não tiver a informação, peço-lhe que, inicialmente, procure o superintendente da sua região, e, quanto a qualquer dificuldade, a nossa equipe está à disposição.

Por último, sobre diminuir o excesso de professores em relação a aprofundamento de estudo; se pode ser no sexto horário. Peço à escola que tenha a intenção de fazer o aprofundamento no sexto horário que faça contato com minha equipe, por gentileza. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada, Joaquim. Passemos a palavra ao Clodoaldo.

O Sr. Clodoaldo José de Almeida Souza - Boa-tarde. Já estão todos com fome, não é? Peço para fazer um parêntese para a colega que fez a defesa relativa à questão da Lei nº 10.639. Queria dizer-lhe que, na minha exposição, que aqui deixo por escrito porque tive de reduzir meu pronunciamento, há material sobre a inclusão da lei em todos os segmentos, níveis e modalidades da educação básica, inclusive no campo. Pontuamos essa questão. Há também uma pontuação sobre o Plano Nacional do Projeto da Educação Carcerária.

Quanto ao financiamento, estamos lutando, em nível nacional, para termos uma lei de responsabilidade nacional para a educação. O Jamil é um grande defensor disso. Ele está fazendo essa defesa em todas as palestras, em todo o seu trabalho nos Estados. Vejo essa lei, de iniciativa do Estado, como uma garantia muito grande. Não adianta o Estado dizer que tem 25, 30 ou 35%. Parece que, em Minas, são 25%. Poderia, talvez, subir para 30% de sua receita para educação. Muitas vezes há Estado que tem 35% da receita para a educação, mas, em sua maioria, os recursos são desviados para uma ponte, para isso, para aquilo, uma série de coisas que não têm ligação direta com a educação. Essa é uma questão.

A outra questão, que considero nacional, é a luta por, no mínimo, 10% do PIB para educação. Todos têm que batalhar por isso. Temos de lutar por isso.

Para Minas, qual a minha sugestão? Muitas metas do Plano Nacional não foram alcançadas, e um dos pontos, com certeza, é a educação infantil, de crianças até 3 anos. E nenhum Estado chegará até lá. Uma das grandes questões foi a de recursos. Enquanto no segmento de até 4 anos se conseguiu alcançar metas até acima do previsto, no Plano Nacional de Educação umas metas foram alcançadas e outras não. Recebi bons planos estaduais recentemente, participei da discussão, da orientação sobre eles. Mas, se não houver uma garantia de recursos por parte do Executivo, não adianta propor metas lindas e maravilhosas, que vão virar carta de intenção.

Se num Estado como Minas Gerais, com 853 Municípios regionalizados, não houver destinação regionalizada dos recursos, vocês sofrerão muito nas próximas avaliações. A minha sugestão é que, se vocês conseguirem aprovar esse Plano, a próxima avaliação seja em 2011, que é quando faremos a avaliação do Plano Nacional de Educação. Assim, em 2013, ele terá dois anos de implementação, e o de vocês, quase quatro. É uma questão de sistematização, de estratégia para acompanhá-lo. Quando falamos no Plano, pensamos na sua elaboração, na sua execução, no seu acompanhamento e, sobretudo, na sua avaliação. É preciso definir o prazo de avaliação que o Estado quer, se é de dois em dois anos, de quatro em quatro anos, etc. Já temos uma experiência de quatro anos no Plano Nacional de Educação que não foi bem-sucedida. Realmente a questão do recurso é primordial. Se não houver garantia de recursos, vira carta de intenção. Tenho recebido dezenas de planos municipais, e o que me interessa é apenas o capítulo do financiamento. Se não houver recurso, devolvo para que o estabeleçam, se possível, por metas na educação infantil e nos ensinos fundamental, médio, superior, profissionalizante, etc. Essas metas devem ser montadas por série, para que possamos atendê-las. Por exemplo, se vou ampliar meu atendimento, tenho de estabelecer meta para a rede física, para a contratação, para a capacitação de professores, etc. Mas não podemos começar com uma meta de 100%, porque não conseguiremos cumpri-la. É preciso começar com metas simples no primeiro e no segundo ano, fáceis de serem atendidas. Isso nos dará encorajamento para que, no terceiro ou no quarto

ano, possamos avançar.

Relativamente ao Fundeb, todos sabem que ele é uma cesta com vários itens de impostos. Então quanto mais exigirmos a nota fiscal, mais dinheiro teremos para a educação no percentual de ICMS. O Fundeb avançou em relação ao Fundef porque ampliou para a educação infantil, o ensino médio, a EJA, etc., mas, em termos de dinheiro, não foi tão elástico assim. Virá uma complementação do recurso federal, mas, no momento, ficou elas por elas. Houve um reordenamento dos recursos para a Nação e para os Estados e os Municípios. Quanto aos 60%, há uma grande defasagem. Estamos preocupadíssimos com as novas propostas para o Plano Nacional de Educação, que será trabalhado a partir da Conferência Nacional de Educação a ser realizada em abril de 2010. Esperamos que até lá já tenhamos uma proposta factível para cada Estado. Mas isso dependerá muito da situação financeira de cada Estado e da situação da rede de atendimento às escolas. Os Estados devem, o mais rápido possível, fazer os estudos dos custos totais. A maioria só tem um cálculo sobre o custo de cada aluno. Esse custo balizará toda uma proposta financeira, aliás, para o novo Plano Nacional de Educação. Sem isso, não temos como agir.

O Estado que tem o maior custo por aluno do País é a pequena Roraima, com uma receita razoavelmente elevada e matrícula bem pequena. Não há aluno. Então, o que se divide do bolo fica acima dos R\$3.000,00. Mas, nos Estados em que o custo é baixo, é preciso captar recursos, o que compete aos Estados e Municípios. Não se faz um plano estadual dessa envergadura, com essa ampla participação da sociedade, se, na sua implementação, não houver planejamento educacional junto aos Municípios. Isso é muito importante. A soma de escolas estaduais e municipais no Município é que muda a educação de um Estado, não o Estado sozinho, até porque a matrícula estadual em certos segmentos é bem menor que a municipal. Essa implementação, esse acompanhamento e essa integração são muito importantes. Quando oriento a elaboração de planos municipais, por meio de seminários, faço muito essa ponte. Vocês dispõem de várias. Um plano estadual ou municipal é um plano de governo, da Nação, do Estado, do Município, com poder de captar recursos internos e externos, diferentemente dos outros programas, que tem, por exemplo, financiamento médico e outros. O plano pode alcançar uma dimensão maior, buscando recursos fora do País, nas entidades privadas. Conheço Municípios com escolas bonitas, pintadas e equipadas com planos de captação de recursos junto a bancos, à área da saúde, a várias instituições, inclusive fora do Município ou do Estado. Hoje a maioria dos Municípios não tem mais de 10 mil habitantes, mas há Municípios excelentes, com grandes planos, e Estados também com excelentes planos. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada, Clodoaldo. Ele deixou bem claro que não podemos pedir um pedaço do céu, mas o que pode ser realizado. Há uma pergunta do Luiz Cláudio, da Escola Estadual Prof. Vitiza Octaviano Viana, dirigida a mim: (- Lê:) "Qual estratégia está sendo realizada com os demais Deputados desta Casa para a aprovação deste projeto? A aprovação depende deles, pois estamos numa democracia representativa."

Luiz Cláudio, pode ter a absoluta certeza de que nós, da Comissão de Educação, seremos suficientemente capazes para, apaixonados pela educação, envolver os 77 Deputados na aprovação do plano decenal que queremos. Somos comprometidos com a educação. Acho muito importante esta lei de responsabilidade educacional, que tem de se tornar uma realidade. Por que só os Prefeitos, o governo estadual e a Assembleia têm de agir de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal? Temos de ter a lei de responsabilidade da educação. Quem não cumpri-la terá de ser punido. Por que processar somente os políticos? A educação também tem de ter compromisso. Acho essa lei importantíssima, repito, pois todos têm de ter compromisso com a educação. Ao encerrar a primeira fase, informo que retornaremos às 14h30min. Na parte da tarde o Grupo 1 - "Educação Infantil e Ensino Fundamental" - vai reunir-se no Salão Nobre, andar térreo; o Grupo 2 - "Ensino Médio, Educação Tecnológica e Formação Profissional" - vai reunir-se no Teatro, também no andar térreo; o Grupo 3 - "Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação no Campo e Quilombola" - vai reunir-se no Auditório, neste andar, SE.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/5/2009

Presidência do Deputado Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Jacques Schwartzman - Palavras do Sr. Celson José da Silva - Palavras do Sr. Diogo de Oliveira Santos - Palavras do Secretário Adjunto João Antônio Filocre Saraiva - Palavras da Sra. Antônia Vitória Soares Aranha - Palavras do Sr. Heleno Araújo Filho - Palavras do Sr. Gilson Reis - Palavras da Sra. Suely Duque Rodarte - Palavras do Sr. Pedro Trindade Barreto - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Ademir Lucas - Almir Paraca - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Cecília Ferramenta - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico "Plano decenal de educação em Minas Gerais: desafios da política educacional", cujo objetivo é buscar, junto às entidades representativas da sociedade civil e dos setores público e privado, subsídios para a discussão do Projeto de Lei nº 2.215/2008, que estabelece o Plano Decenal de Educação, com objetivos, metas e ações para a política educacional do Estado nos próximos 10 anos.

Nesta manhã, continuaremos a discussão do Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais em dois painéis, com os seguintes temas: "Educação superior em Minas Gerais", "Formação e valorização dos profissionais de educação", "Financiamento e gestão" e "Diálogo entre as redes de ensino e sua interação".

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Jacques Schwartzman, Diretor do Centro de Estudos sobre Ensino Superior e Políticas Públicas para a Educação da UFMG; Celson José da Silva, Superintendente de Supervisão e Políticas Públicas da Subsecretaria de Ensino Superior da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Diogo de Oliveira Santos, Presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais; e João Antônio Filocre Saraiva, Secretário Adjunto da Secretaria de Educação; a Exma. Sra. Antônia Vitória Soares Aranha, Diretora da Faculdade de Educação da UFMG; o Exmo. Sr. Heleno Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; a Exma. Sra. Suely Duque Rodarte, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais no período de 2005 a 2009 e Vice-Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; os Exmos. Srs. Pedro Trindade Barreto, Diretor da Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos e Presidente da Associação de Pais e Alunos do Estado da Bahia; e Gilson Reis, Presidente do Sindicato dos Professores da Rede Particular de Ensino; e as Exmas. Sras. Deputadas Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura e membro da Comissão de Educação desta Casa; e Maria Lúcia Mendonça, Presidente da Comissão de Educação desta Casa.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, da Vereadora Dilene Dileu, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares.

Palavras do Sr. Jacques Schwartzman

Bom-dia a todos e a todas. Agradeço a oportunidade de estar aqui falando sobre um tema tão caro para mim, que é o ensino superior. Atualmente, dirijo um centro de estudos sobre o ensino superior na UFMG, mas trabalhei algum tempo na Secretaria de Ciência e Tecnologia, juntamente com meu colega Celson, nas questões relacionadas a ensino superior. É um prazer estar aqui e fico muito satisfeito ao ver um público tão seletivo e tão grande envolvido com esta atividade.

Em primeiro lugar, acho importante darmos algumas informações sobre a importância de Minas Gerais no contexto do ensino superior no Brasil.

Os números mostram que, no Brasil, temos 4.880.000 matrículas no ensino superior, compreendendo o ensino público estadual e federal e o ensino privado. E em Minas Gerais, são 505.000, aproximadamente. O número de matrículas no setor privado em relação ao total de matrículas é muito mais acentuado em Minas que em todo o País. No Brasil, temos aproximadamente 74,5% dos alunos matriculados em instituições privadas e, em Minas Gerais, 81,4%. Essa é uma diferença substancial, considerando-se o fato de que o Brasil é o país da América Latina que tem a maior relação setor privado/matrículas totais.

Outra observação a fazer é que, no Brasil, temos 12,8% dos alunos matriculados em instituições federais de ensino superior. Em Minas Gerais, temos 15,4%. Por quê? Porque Minas Gerais possui 11 universidades federais e um Cefet, que também é federal, enquanto os outros Estados do Brasil possuem muito menos. Os Estados que têm mais instituições federais depois de Minas Gerais são Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Portanto, temos mais alunos, proporcionalmente, nas universidades federais em Minas Gerais que no restante do País.

Quanto às matrículas no setor estadual, ocorre o inverso. No Brasil, 9,9% dos alunos estão matriculados em instituições estaduais. Em Minas Gerais, são apenas 2,8%. O sistema estadual de Minas Gerais é pequeno. Esse quadro mostra que temos apenas 15 mil estudantes de nível superior em estabelecimentos públicos estaduais, que são a Uemg, a Unimontes, a Fundação João Pinheiro, a Utramig e, talvez, a Fundação Helena Antipoff, dependendo de uma decisão de caráter mais técnico. O sistema estadual sobre o qual podemos legislar, fazer planos é muito pequeno e é constituído, basicamente, por duas universidades relativamente novas em Minas Gerais. Portanto, essa é uma característica muito específica do nosso setor.

Em Minas Gerais, ocorre o mesmo que no Brasil: há vagas ociosas no ensino superior. No Brasil, foram oferecidas, em 2007, ano a que estou me referindo, em torno de 2.823.000 vagas, e houve o ingresso de 1.481.000 alunos. Portanto, estão sobrando 1.141.000 vagas no País. Em Minas Gerais, a situação é parecida. Temos 256 mil vagas sendo oferecidas, e o ingresso de alunos é em torno de 150 mil alunos. Isso demonstra que temos 106 mil vagas ociosas.

Em relação a isso, constatamos que o número de concluintes do ensino médio está diminuindo, ultimamente, em vez de aumentar. Uma das razões para isso é a questão demográfica: a população em idade de frequentar o ensino médio está diminuindo. Mas, de qualquer maneira, temos apenas 180 mil alunos concluindo o ensino médio. E temos vagas para 256 mil, quer dizer, em princípio, não haveria problema de oferta de vagas em relação à absorção de alunos que não têm acesso ao ensino superior. Esse problema pode existir em função da questão financeira, mas não, quanto à oferta de vagas.

Faremos uma análise sobre o que o Plano Decenal pode fazer. Parece que sua primeira versão, em relação ao ensino superior, ainda não está madura o suficiente, porque faltam diagnósticos muito importantes. Um de seus objetivos é a interação das universidades com o ensino básico por meio da formação dos professores, especialmente nas áreas de ciências exatas - física, química e matemática - e biologia, em que o Estado tem carência. Mas isso não está claro. É preciso fazer um diagnóstico para saber onde está faltando professor, porque não estamos conseguindo segurá-los. É preciso saber se é um problema de salário ou de falta de perspectivas na carreira. Desse modo, poderemos dirigir as nossas instituições para a formação de mais professores nas áreas de ciências exatas. Não podemos fazer políticas que não estejam ao nosso alcance. A nossa influência sobre o aumento da taxa de escolarização no ensino superior é muito pequena, porque a maior parte dos nossos alunos estão matriculados em instituições de ensino privado. Temos de saber que abrangência geográfica queremos dar às nossas instituições. Por exemplo, até onde a Unimontes deve crescer? Ela deve ficar restrita ao Norte de Minas e ter vocação regional nas suas atividades de pesquisa e de ensino ou deve ser conduzida de forma generalizada, como a Uemg, que não tem uma clareza na sua atuação? Assim como a Unimontes, a Uemg está crescendo, mas não está claro até onde o Estado quer que ela cresça. É para a formação de professores? É para áreas específicas do conhecimento, como engenharia, medicina, etc., que estão carentes? Até onde queremos que as instituições cresçam? O que queremos que a Fundação João Pinheiro faça? Esse é o nosso âmbito de atuação. É pequeno, restrito, pois não temos como influenciar os outros setores, ou seja, não podemos aumentar muito a taxa de escolarização, porque a maior parte das matrículas está no ensino privado; não podemos mudar currículos, porque isso é função do Conselho Nacional de Educação. A nossa limitação em relação ao ensino superior é muito grande.

Além dos que mencionei, ainda podemos citar a Fapemig, para a qual, no primeiro rascunho do Plano Decenal, está estabelecido que se deve destinar 1%, previsto pela Constituição. Já chegamos a 1%. Agora, é importante saber onde ela aplicará esses recursos. Atualmente, aplica a maioria deles nas universidades federais situadas em Minas Gerais. É natural que essas universidades recebam uma quantidade de recursos maior que a de outras instituições. Há outras possibilidades quanto ao que fazer quando se tratar de política estadual. Quando eu estava na Secretaria de Ciência e Tecnologia, havia o Programa Endogovernamental, de auxílio às instituições de ensino e pesquisa do Estado (no caso,

as duas universidades), em que eram alocados recursos para formação de uma base em termos de capacidade de pesquisa, o que permitiria a essas instituições requererem o seu credenciamento junto a órgãos estaduais e federais. Outra questão relacionada a isso é utilizar adequadamente o poder homologatório da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Sabemos que qualquer decisão sobre criação de novos cursos, tanto de graduação como de pós-graduação, e credenciamento ou credenciamento de universidades passa pelo Conselho Estadual de Educação, que funciona como órgão assessor da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que deve homologar o resultado para que ele, posteriormente, seja assinado pelo Governador. Nesse momento, essa Secretaria pode exercer sua capacidade de fazer política de ensino superior, orientando a trajetória das instituições privadas. Evidentemente, há questões de natureza política, que devem ser tratadas. Muitas vezes, há pressão de grupos locais e políticos para a criação de escolas públicas. Todo político quer que a sua região tenha uma extensão da Uemg, que oferece ensino gratuito. Essa questão tem de ser tratada não apenas politicamente, mas também tecnicamente, analisando-se se há necessidade e se a opção se coaduna com o plano do Estado.

Outra questão diz respeito a financiamento. Além dos docentes, há o problema do financiamento dos alunos. Não há muita clareza em Minas Gerais - imagino que não seja diferente em outros Estados - quanto ao número de estudantes que não conseguem ingressar no ensino superior por problemas financeiros. Isso merece ser estudado. Há alguns programas federais relativos a essa questão, como o ProUni, destinado à compra de vagas em instituições privadas de boa qualidade, especialmente em áreas prioritárias, como sociologia, engenharia, medicina e licenciatura na área de ciências exatas; e o Fies, que faz empréstimos a alunos carentes. Estamos satisfeitos com o ProUni em Minas Gerais? Deve ser aumentado ou não? São Paulo, por exemplo, compra vagas no setor privado. Carecemos de uma análise crítica do ProUni e do Fies, para sabermos se estão atendendo, e um diagnóstico melhor da distribuição de renda da população mineira, para sabermos se há problema de financiamento dos alunos. Considero importante essa questão. A universidade pode crescer com as suas próprias instituições ou por meio do setor privado, comprando vagas em instituições de boa qualidade, que atendam, com menor custo, a essa demanda. Concluindo, afirmo que o sistema estadual tem-se expandido, sem obedecer a uma política de ensino superior e de pesquisa, pelo menos explicitamente equacionada. Neste fórum temos a oportunidade de discutir com maior clareza e transparência, definindo as regiões e áreas de conhecimento em que queremos investir: se queremos atender aos estudantes carentes nas regiões mais pobres, se queremos formar professores de ensino médio nas áreas de física, química, matemática e biologia. É preciso ter maior clareza em relação a isso.

Precisamos conhecer nossa estrutura de ensino e nossa capacidade de pesquisa, e esse conhecimento será um instrumento na definição dessas ações. Como uma crítica ao plano apresentado, digo que carecemos ainda de um bom diagnóstico explícito. Penso que ele pode estar implícito na cabeça dos dirigentes, mas precisa ficar mais claro para a sociedade. Muito obrigado.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Celson José da Silva

Lamentavelmente, acabo de ser informado de que meu tempo foi consideravelmente encurtado; por isso, vou tentar me ater aos 15 minutos. Se não conseguir e fizer um pouco de vistas grossas quando a campanha tocar, Sr. Presidente, não se preocupe, pois será por pouco tempo. Vou me permitir cortar algumas falas e alguns "slides", bem como vou me ater à leitura, sem muita monotonia, do texto que tenho em mãos, porque, em 15 minutos, é mais fácil seguir o roteiro para não se perder. A projeção deste primeiro "slide" indica que minha participação neste fórum está diretamente relacionada à minha atual inserção na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, como gestor público, e não, como acadêmico, como alguns me conhecem, pois sou ex-professor da UFMG, onde me aposentei. Minha palavra, portanto, vai ser mais a do gestor público e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A bem da verdade, devo dizer que estou aqui substituindo o Prof. Octávio Elísio Alves de Brito, Subsecretário de Ensino Superior, que esteve presente na abertura, ontem. Ele foi convidado para fazer esta exposição, mas, por deveres profissionais, não pôde estar presente e me pediu que o substituisse, o que faço com muita honra e prazer. Ao fechar esta preliminar, gostaria de pedir licença à Presidência da Mesa para quebrar um pouco a praxe protocolar e dispensar os tradicionais cumprimentos e desejar a todos um bom-dia. Desejo a todos um profícuo dia de trabalho. Acho que seria desnecessário falar aqui do Plano Decenal. Foi amplamente enfatizada sua importância ontem e hoje. Gostaria de cumprimentar a Assembleia e os organizadores deste fórum, bem como de parabenizar o Deputado Carlin Moura pela ideia, porque isso está possibilitando a abertura do debate público sobre esse importante tema. Enfatizo novamente a importância deste fórum e dos grupos de trabalho, que estão se reunindo à tarde. Na verdade, eu ia utilizar um pouco do tempo para falar da visão e da missão da Secretaria, mas vou preferir passar rapidamente por esses dois "slides", apenas para mostrar a vocês que, de fato, faz parte da missão da Secretaria a melhoria da qualidade de vida em Minas Gerais, com ênfase na ciência, tecnologia, inovação e ensino superior. No que diz respeito ao ensino superior, aquela visão e aquela missão, que foram rapidamente projetadas na transparência anterior - e que certamente não deu tempo de ninguém ler -, são uma das muitas atribuições da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - à qual passarei a referir-me daqui para a frente apenas como Sectes - que estão claramente definidas na Lei Delegada nº 115, de 2007. No que tange ao ensino superior, entre outras muitas atribuições está a de regular, supervisionar e avaliar o ensino superior estadual, em regime de colaboração com o Conselho Estadual de Educação. Na realidade, o ensino superior só foi incorporado à Secretaria há poucos anos, certamente pela óbvia ligação entre ciência e tecnologia e a necessidade de formação de pessoal qualificado, o que conduz necessariamente ao ensino superior.

É importante reforçar algo que o Secretário Alberto Portugal tem repetido inúmeras vezes, que é a ênfase dada pelo Governador Aécio Neves à necessidade de que a Sectes fortaleça todas as ações relacionadas com a ciência e a tecnologia, incentivando e apoiando todas as ações voltadas para a inovação, que é o grande foco atual do governo e da Secretaria, assim como apoio decididamente a oferta de ensino superior no Estado, com todos os cuidados para que seja assegurada a qualidade do ensino ofertado. Não é sem razão que a Sectes tem estado vivamente empenhada em estimular e apoiar não só ações ligadas à inovação, mas também à expansão do ensino superior com qualidade, razão pela qual foi criada em 2007 a Subsecretaria de Ensino Superior, que contou com o decisivo apoio do Prof. Jacques Schwartzman, aqui presente, que era o Secretário Adjunto na época, e do Prof. Eduardo Santa Cecília, então Assessor Especial do Secretário. Logo, é recente a criação da Subsecretaria de Ensino Superior dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Eu não poderia continuar minha fala sem antes referir-me, ainda que rapidamente, a uma questão que certamente trouxe alguma preocupação, ansiedades e expectativas para um grande número de instituições de ensino superior - e de agora em diante direi apenas a sigla IES - sediadas em Minas Gerais, envolvendo certamente um grande número de professores, alunos, pais e familiares. Refiro-me à reestruturação por que passou o Sistema Estadual de Ensino Superior. Sem nenhuma pretensão de transformar esta tribuna em uma cátedra, julgo conveniente lembrar que convivem harmonicamente hoje no Brasil dois tipos de sistemas de ensino: de um lado, o sistema federal, e de outro sistemas estaduais. Essa questão está claramente consagrada na LDB, conforme pode ser visto no "slide" projetado, e que, no que diz respeito ao ensino superior, eu gostaria de sintetizar da forma que mencionarei a seguir. Sistema federal - as IES mantidas pela União e o conjunto daquelas criadas e mantidas pela iniciativa privada. Então, todas as instituições públicas mantidas pela União - universidades federais, Cefets, etc. - e a totalidade das IES privadas estão inseridas no âmbito do sistema federal. De outro lado, os sistemas estaduais congregam as IES mantidas pelos Estados e Municípios.

No que se refere a Minas Gerais, o Sistema Estadual de Ensino Superior está hoje constricto a precisamente seis instituições: a Uemg, com cerca de 5 mil alunos; a Unimontes, com aproximadamente 10 mil alunos; a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, com cerca de 300 alunos e claramente voltada para a formação de gestores públicos; a Utramig e a Fundação Helena Antipoff, conjuntas, com aproximadamente 1.700 alunos e mais focadas na formação de professores para o ensino básico; e também a Academia de Polícia Militar, focada na formação de oficiais. Essa não era, de fato, a realidade do Sistema Estadual de Ensino Superior de Minas Gerais até março do ano passado. Quando falo Sistema Estadual de Ensino Superior, é precisamente aquele ao qual se referiu o Prof. Jacques, que está sob a supervisão e o controle do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Mais precisamente, até setembro último, o Sistema Estadual era integrado pelas seis IES anteriormente indicadas e também por cerca de 90 instituições privadas de ensino, mantidas por 32 fundações educacionais - eram 33, mas uma foi desativada - que, em conjunto, ofereciam aproximadamente mil cursos com mais 140 mil alunos matriculados. Esse contingente migrou para o sistema federal, o que nos dá bem a ideia do tamanho do sistema estadual de educação superior, antes do julgamento da ADI 2.501 pelo Supremo Tribunal Federal, que causou tanta ansiedade na comunidade acadêmica de Minas Gerais. Apenas para referência, mencionarei que universidades são essas. Gostaria de esclarecer que, além das seis IES públicas, o sistema

estadual congregava ainda seis universidades - Unifenas, Unipac, Fumec, Unit, Univas e Unincor -, sete centros universitários - Unilavras, Unipam, Unis, Uniaraxa, Unec, Unifor e Universitas - e também um grande número de instituições de ensino isoladas, mantidas pelo conjunto das 19 fundações educacionais listadas no "slide". Vou dar-me o direito de não ler todas elas, para não tomar muito tempo, mas elas estão projetadas, para que vocês vejam quais são as outras 19 fundações educacionais que também integravam o Sistema Estadual de Educação. Sem gastar em demasia o tempo que disponho, apenas gostaria de lembrar que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a ADI 2.501, em 4/3/2008, declarou a inconstitucionalidade de parte do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira. Com isso, o STF definiu uma questão que vinha se arrastando, desde 2001, quando foi dada a entrada da ação de inconstitucionalidade. Ou seja, as instituições de ensino superior privadas, que até então vinham integrando o sistema estadual, deveriam migrar-se para o sistema federal. A expressão alcunhada foi exatamente "migrar", porque, se foi declarada a inconstitucionalidade, de fato elas já deveriam estar no sistema federal desde a Constituição Mineira de 1989, que as transformou em fundações privadas e garantiu que as instituições de ensino por elas mantidas continuariam sob a égide e o controle do Sistema Estadual de Educação. Gostaria de informar que, desde a publicação do acórdão, em 4/9/2008, a Sectes, em conjunto com o CEE, tem estado em permanente contato com o MEC, intermediando a passagem dessas instituições de ensino para o sistema federal. Posso assegurar a todos os presentes que, desde o início, a equipe da Secretaria de Ensino Superior - Sese -, do MEC, se mostrou muito sensível e receptiva quanto às sabidas dificuldades e possíveis transtornos que essa migração poderia trazer. Foi concedido prazo até 30 de abril último para que todas as fundações providenciassem o credenciamento das IES por elas mantidas no sistema eletrônico do MEC. Nos constantes e permanentes contatos que temos mantido com a Sese - o Sr. Octávio Elisio esteve na última segunda-feira novamente conversando com o Paulo Wolkmer a respeito -, temos sido informados de que esse processo está seguindo o seu curso normal.

Ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.501, o Supremo teve todo o cuidado de garantir que nenhum prejuízo seria causado aos alunos matriculados nessas instituições de ensino que migraram e de garantir também que todos os atos então praticados seriam considerados válidos, para assegurar a normalidade dessa transição. É importante retomar a questão mais genérica da inserção do ensino superior na Sectes. A bem dizer, tem sido firme a posição do Secretário de que a Secretaria não pode se restringir apenas ao sistema estadual de ensino como tal: deve também ter como referência a questão mais ampla do ensino superior no Estado de Minas Gerais, o que significa propor e desenvolver políticas públicas, tendo em vista o conjunto das IES sediadas em Minas Gerais. Tanto é assim que, terminada a etapa do acordo de resultados, a Sectes está revendo o seu planejamento estratégico de longo prazo. Já está acertado que, entre as muitas outras ações a serem redefinidas no novo mapa estratégico, tanto no que se refere à ciência, à tecnologia e à inovação quanto no que diz respeito ao próprio ensino superior, ele contemplará as diretrizes listadas no "slide" projetado. Permito-me fazer a rápida leitura da projeção:

"Desenvolver ações para ampliar a oferta do ensino superior com qualidade; ampliar a oferta de cursos superiores a distância; estimular a criação e o fortalecimento de cursos de base tecnológica e profissionalizante; fortalecer a pesquisa científica e tecnológica, os centros de excelência e a retenção de talentos; buscar um ordenamento jurídico regulatório compatível com as características e dinâmicas da área da ciência, tecnologia e inovação e ensino superior; e fortalecer a capacidade da gestão e articulação para impulsionar o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Informação e Ensino Superior."

Essas são apenas algumas diretrizes mais diretamente relacionadas ao ensino superior. Isso não ficará registrado apenas no mapa estratégico, e não se trata apenas de diretrizes abstratas. Já estão em desenvolvimento várias ações concretas, tendo em vista essas diretrizes. Uma delas é o apoio à pós-graduação, focado nos programas de especialização, mestrado e doutorado que têm conceito 6 e 7 garantido na Capes. A ideia fundamental é permitir que o mestrado com conceito 7, com inserção internacional, tenha condições de se manter nesse nível, mas também possa ajudar o mestrado de nível 6 a galgar o nível 7, e o de nível 5 a escalonadamente, galgar o 6 e, depois, passar para o 7. Se houvesse mais tempo, apresentaria mais justificativas para esse ponto de vista, mas todos podem ver que isso significa estimular a pesquisa de ponta no Estado de Minas Gerais.

Essas ações não se restringem ao sistema estadual; são direcionadas a todas as universidades sediadas no Estado. Entretanto quem está se beneficiando são exatamente as instituições localizadas fora do sistema estadual. A grande ênfase é estimular o conhecimento novo. Uma das bases desse programa é o estímulo ao conhecimento novo.

Temos também o Programa Mineiro de Capacitação Docente, cujo objetivo é promover e apoiar parcerias interinstitucionais, na linha exposta pelo Prof. Jacques, entre as IES sediadas no Estado, para a promoção e qualificação dos docentes; estimular e apoiar a formação de docentes, sobretudo nesse primeiro momento, da Uemg e da Unimontes, trabalhando para que sejam feitos acordos interinstitucionais, em que universidades de ponta, principalmente federais, possam receber professores dessas instituições, a fim de que conclua suas qualificações em mestrado e doutorado. Consideramos esse um importantíssimo programa, que conta com R\$10.000.000,00: R\$6.000.000,00 destinados pela Capes e R\$4.000.000,00 pela Fapemig.

O objetivo do programa Universidade Aberta do Estado de Minas Gerais - UAEMinas - é o fomento à oferta de cursos superiores a distância por meio da formação de um consórcio entre as universidades sediadas em Minas. Esse programa está em franca discussão. As sugestões serão muito bem-vindas. Estamos na fase de escolher o local, além de selecionar e definir as universidades que estarão envolvidas no UAE Minas, pela importância que tem assumido no País o ensino superior a distância.

A formatação de um banco de dados sobre o ensino superior é fundamental. O objetivo é organizar e sistematizar digitalmente os dados e informações sobre as IES sediadas no Estado, traçando um perfil do ensino superior em Minas. Será, sobretudo, um banco integrado e regionalizado, que está contando com a colaboração da Capes, do Inep e do IGA de Minas. A ideia é que seja um banco de dados efetivo, que permita todos os cruzamentos de dados não só em termos de índices variáveis do ensino superior, mas também no que se refere a variáveis de população, desenvolvimento regional e IDH. Por isso, o IGA também está envolvido. Esse banco de dados está sendo considerado exemplar para todo o País. O Inep colocou o seu banco de dados à disposição. Cogita-se se isso poderia ser copiado para outros Estados, porque, se for implementado da forma como estão pretendendo, será uma excelente contribuição para o ensino superior em Minas Gerais. As negociações a respeito encontram-se em franca discussão.

Capacitação para cadeias produtivas: o objetivo é apoiar o desenvolvimento de ações visando a formação, com qualidade, de recursos humanos especializados voltados para demandas e necessidades do setor produtivo. Sinto não poder explicar melhor essas ações, mas estão em discussão. A Secretaria assumiu a tarefa de intermediar a formação de mão de obra qualificada no nível tecnológico e no nível do mestrado, para o polo mineiro-metalúrgico, para o polo aeronáutico, por meio de convênio entre a Sedese e a Sectes, e para o polo de tecnologia de informação. O objetivo é promover interação entre empresas, IES e centros de pesquisa, a fim de se estimular o desenvolvimento do Estado.

Além disso, a Secretaria está vivamente empenhada em apoiar, naquilo que for possível, as instituições estaduais de ensino superior, em particular a Unimontes e a Uemg. É preciso reconhecer o esforço que essas universidades fazem para se consolidarem. No caso da Uemg, o objetivo é apoiar, no que for possível, a consolidação de um curso de pós-graduação que seja reconhecido pelo Caps. Nesse programa, estamos vivamente empenhados em apoiar a Uemg e a Unimontes.

Sr. Presidente, sinto ter ultrapassado o limite de tempo. Inicialmente, concederam-me 20 minutos, mas V. Exa. foi constrangido a reduzir meu tempo para 15 minutos. Desejo um bom trabalho para todos. Reforço a importância da realização deste fórum. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Bom-dia a todos e a todas. Cumprimento os componentes da Mesa. Nós, estudantes, temos a função de representar e de ajudar a construir políticas para o ensino superior. Sem dúvida, este é um momento importante para expormos o que acumulamos sobre a realidade da educação no dia a dia do movimento, nos debates, em cada diretório central dos estudantes, em cada universidade. Nosso caso específico é a rede estadual. É importante nos determos no ponto sobre o qual a Assembleia Legislativa pode legislar. Temos nossas opiniões sobre o ensino federal. É importante haver um diálogo da Secretaria de Ensino Superior com a rede federal, mas, prioritariamente, ela tem que se dedicar a discutir, a elaborar e a planejar o que deveria ser o sistema estadual de ensino superior.

O sistema atual é deficitário para o Estado de Minas Gerais: ele está entre os três principais Estados do País, mas sua rede estadual está entre as menores do País. Trouxe dados a esse respeito, mas o Prof. Jacques, da UFMG, já disse o número de vagas disponibilizadas em Minas Gerais, na rede estadual, que é bem inferior à média nacional. O nível de investimento desse Estado por estudante na rede estadual, é cerca de 1/3 da média nacional. É uma rede cheia de complicações. A Uemg, por exemplo, ainda possui câmpus que cobram mensalidades dos estudantes. Há algumas fundações que estão deixando de cobrá-las. Não cobram mensalidades em Belo Horizonte, mas o fazem em Divinópolis e em Ituiutaba, ou seja, é uma rede estadual que não é gratuita em alguns lugares, apesar de ser de responsabilidade do Estado. O plano deveria se debruçar sobre esse cenário.

Concordo também, sem sombra de dúvida, com os que disseram anteriormente que falta no plano explícito para a sociedade um diagnóstico mais elaborado sobre essa realidade. Dados quantitativos e qualitativos sobre investimentos na educação - dados oficiais - que estão no diagnóstico do plano demonstram que de fato existe uma deficiência de investimentos. Minas está atrás da média nacional na rede estadual. Isso talvez seja um dos principais gargalos sobre o qual o plano deveria debruçar-se: o próprio investimento. Nas ações estratégicas e nas metas, não consta nenhum tipo de previsão de reajuste orçamentário ou de aumento dos recursos, tanto para o ensino quanto para a pesquisa e a extensão. Em nossa opinião, esse talvez seja o primeiro grande problema de a gente conseguir realocar investimentos para esse setor.

Outra questão importante que precisamos apreciar é o planejamento. Qual função essas instituições devem exercer no Estado de Minas Gerais? As universidades federais, de alguns anos para cá, voltaram a buscar um planejamento. Por exemplo, por meio do projeto Reuni, estão aumentando as vagas nas universidades federais. Para isso, elas foram obrigadas a aumentar os recursos a serem repassados pelo MEC e estabelecer diretrizes, metas e prazos para serem executados. Isso coloca a universidade em um sentido. Qual é o sentido da UFMG, da Universidade Federal de Uberlândia e da de Juiz de Fora? É necessário estabelecer qual é de fato o papel da universidade no sistema federal de ensino superior. Ainda falta, sem sobra de dúvida, isso em Minas Gerais.

O Sistema Estadual de Ensino Superior é tratado em Minas Gerais - eu posso estar aqui exagerando - como pró-forma. A Unimontes tem um papel importante no Norte de Minas, mas apresenta muitos problemas que, ao longo dos anos, vêm-se acumulando e não são resolvidos - a própria ação da Fapemig demonstra isso. Ela tem uma relação mais próxima e direta com as universidades federais - e isso não é errado -, mas não existe o planejamento de colocar as universidades estaduais também no centro do Sistema de Ensino Superior de Minas Gerais. Não podemos pensar, de forma alguma, que somente as universidades federais são suficientes nem que Minas, por ter o maior número de universidades federais, poderia abdicar-se de um sistema estadual de ensino superior. Precisamos das instituições para pensar os dilemas da nossa sociedade e tentar resolver os problemas sociais, econômicos, como, por exemplo, as desigualdades regionais. Podemos estabelecer um papel importante para as universidades estaduais. Ampliar o acesso ao ensino superior é uma forma de aumentar a democracia e garantir que setores da sociedade excluídos tenham uma perspectiva de vida, de profissão para diminuir as desigualdade regionais. Esse pode ser um dos aspectos do planejamento estratégico do sistema estadual.

A partir da própria fala da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, podemos constatar que existe um planejamento estratégico que vem sendo desenvolvido e atualizado. Parece que foi isso que eu captei. Eu poderia trazer aqui uma proposta: já que não temos conhecimento de todo o plano estratégico do atual Plano Decenal, pois está muito diluído, é preciso aprofundar o diagnóstico e o planejamento. Esperamos que o planejamento que vem sendo elaborado seja colocado no espaço público e debatido com a sociedade para podermos finalizar esse projeto, esse planejamento estratégico. É positivo o anúncio de que ele está sendo elaborado, mesmo porque faz dois anos e pouco que surgiu a Subsecretaria.

Para ter sucesso e se ligar diretamente às necessidades do Sistema Estadual do Ensino Superior, o planejamento precisa ser levado ao diálogo com a sociedade, com o movimento estudantil, com o movimento docente e com os professores da Uemg, Unimontes e Fundação João Pinheiro, num espaço aberto. Sem sombra de dúvida, isso seria uma demonstração de abertura para a construção da política pública de educação superior no Estado de Minas Gerais. Deixo, então, para posterior avaliação da Secretaria, a proposta de construirmos um espaço para essa discussão.

Tenho uma opinião divergente daqueles que discordam da decisão do STF de retirar do Sistema Estadual de Ensino Superior as fundações privadas e migrá-las para o sistema federal, ou seja, para o Conselho Nacional de Educação e para o MEC. Na minha opinião, não podemos considerar essas instituições privadas como parte do sistema estadual, nem contabilizar suas vagas como se fossem oferecidas pelo sistema estadual. Isso não é possível. Temos de contar, em Minas, apenas com as instituições públicas estaduais mantidas com o orçamento do governo do Estado. Mais que isso, a decisão do STF faz um reparo muito importante. Em Minas Gerais, havia o sério problema das instituições privadas terem sido abertas simplesmente com a autorização do Conselho Estadual. Assim sendo, os diplomas de cursos que não eram reconhecidos pelo Conselho Nacional valiam apenas no Estado. Houve casos de estudantes que nem sabiam disso quando ingressavam na universidade. A imprensa, aliás, divulgou notícias a esse respeito. Em 2007, se não me engano, o assunto teve grande repercussão no Estado. Foi, portanto, um reparo necessário. Que bom que foi feito.

A nosso ver, o próprio Conselho Estadual de Educação precisa ser reformulado. Foi aprovada, aliás, no final do ano passado, uma nova lei para compor o Conselho. É necessário agora um decreto para definir que entidades e que organizações participarão dele. É o momento de a sociedade exigir que, a partir de agora, se componha o Conselho e que o decreto insira nas unidades sindicais e o movimento estudantil, dos professores, dos técnicos administrativos, das universidades estaduais - Uemg e Unimontes - e de todos os setores que debatem cotidianamente a realidade da educação superior em Minas Gerais. É uma forma de fortalecer o Conselho, dar-lhe legitimidade, acompanhá-lo e fiscalizá-lo. Temos grande preocupação com o Conselho Estadual de Educação, porque nosso desejo é que, dessa forma, ele consiga servir à sociedade.

Entendemos quais são os principais gargalos. Recentemente, em fórum com os DCEs de todo o Estado, a UNE aprovou um documento em que são apontadas as medidas centrais para o Plano Decenal e em que se solicita à Secretaria que o aprecie em seu planejamento estratégico. Sem sombra de dúvida, o mais importante para nós é o investimento. O movimento estudantil de Minas Gerais julga necessário duplicar, pelo menos, o investimento em ensino superior em Minas Gerais para, assim, garantir uma política de assistência estudantil. Essa campanha é antiga na Unimontes, universidade grande, que tem 10 mil estudantes. Uma política dessa monta evitaria a evasão universitária e diminuiria as vagas ociosas. Montes Claros está numa região que necessita muito mais de assistência do que o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas. Que se crie, então, uma política de assistência estudantil efetiva, para garantir, na Unimontes, a entrada de estudantes dos setores menos favorecidos.

É importante conseguirmos a construção do câmpus da Uemg de Belo Horizonte; proposta, aliás, discutida nos fóruns regionais. Levantamos a bandeira de que é necessário um câmpus unificado para aquela universidade, reunindo, assim, todas as áreas de conhecimento. Isso garantirá a própria identidade da Uemg e a consolidará como universidade do Estado de Minas Gerais.

Não podemos permitir mais essas unidades que cobram mensalidades. Essa é uma questão central, se quisermos construir um sistema estadual que realmente contribua com o Estado. Já temos uma quantidade imensa de universidades privadas, por isso precisamos que as estaduais sejam gratuitas.

Entre as questões recentemente aprovadas, temos a necessidade de ampliar a participação democrática nessas instituições, o que é fundamental para o seu desenvolvimento interno e para o projeto pedagógico. É necessário averiguar para onde vai cada investimento nessas instituições, o que significa ampliar o número de cadeiras da comunidade acadêmica - para professores, estudantes e órgãos deliberativos das instituições - e promover eleição para coordenação de curso e para a reitoria. É necessário ampliar a democracia interna das instituições em todos os sentidos.

Essas são algumas das bandeiras que a União Estadual dos Estudantes tem levantado. É necessário, em Minas Gerais, ampliar o ensino superior, porque, para um Estado como o nosso, a rede é insuficiente. Para isso, é necessária uma nova postura do poder público de Minas Gerais em relação ao ensino superior. Temos que transformar o ensino superior em política pública prioritária, como forma de desenvolver o Estado, como forma de promover qualificação profissional e de diversificar a plataforma econômica do Estado. Refiro-me à graduação, à pesquisa. Esse fórum é fundamental para levantarmos as bandeiras e as prioridades da sociedade para a Assembleia e para o Poder Executivo. É necessário que se tenha, em Minas Gerais, um novo olhar sobre o papel do ensino superior; é necessário que o ensino superior conte com um planejamento e esteja inserido no desenvolvimento do Estado. No primeiro debate que fizemos e que abriu o fórum técnico, essa foi uma das questões levantadas sobre a área da educação, não só no que se refere ao ensino superior, mas a toda a rede de educação. Temos que pensar em qual educação queremos em Minas Gerais e em qual rumo ela está tomando. Queremos centros de referência no ensino básico? Queremos só essas poucas instituições da rede estadual? É necessário um maior diálogo com a sociedade civil, são necessários mais investimentos, mais planejamentos estratégicos que prevejam investimento, democracia, desenvolvimento do Estado, sanando os gargalos existentes no ensino superior de Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Adjunto João Antônio Filocre Saraiva

Meus cumprimentos aos membros da Mesa e o meu bom-dia a todos. Faço esse cumprimento geral em razão da escassez de tempo. Tinha preparado algumas lâminas para projetar, mas vou preferir não usá-las porque não terei tempo disponível.

Vou alterar um pouco o que havia planejado e falar sobre alguns aspectos mais gerais e centrais. Há pouco mais de um mês, estive aqui conversando sobre esses mesmos temas programados para hoje. Dei-me ao trabalho, o que é importante, de ler todas as propostas de modificação apresentadas nas reuniões ocorridas no interior do Estado. Com especial atenção, li as sugestões referentes aos temas que serão abordados hoje. Fiquei feliz e impressionado com a qualidade das sugestões apresentadas para aperfeiçoar o projeto do Plano Decenal de Educação. Os Delegados presentes, que hoje à tarde discutirão as propostas nos grupos, têm um material de boa qualidade e têm condições de apresentar à Assembleia Legislativa um relatório com mudanças importantes e significativas no projeto em tramitação. Aproveito para cumprimentar a Assembleia Legislativa pela iniciativa. Valeu a pena o esforço. O resultado mostra que a Assembleia não pode, em nenhuma ocasião, agir de outra maneira que não seja consultar permanentemente todos os setores da sociedade envolvidos. O Plano Decenal não é do governo do Estado. É um plano da sociedade de Minas Gerais e precisa expressar todos os desejos, necessidades e expectativas da população em relação à educação para os próximos 10 anos. Pela maneira como foi organizado o Plano, separando-se as sugestões relativas a metas e ações estratégicas dos vários setores e níveis de ensino, a sociedade teve a oportunidade de apresentar o que deseja para o futuro de cada um desses setores e níveis, de expressar qual educação deseja para Minas Gerais daqui para frente. Se esse projeto tivesse sido apresentado há 30 anos, as necessidades, as exigências da sociedade seriam completamente diferentes. Naquela época, a questão central era o acesso à escola, a universalização do ensino fundamental, a construção de escolas; enfim, o cenário era completamente diferente. A sociedade mudou, as necessidades mudaram, tudo mudou. Esse Plano, com o projeto e as sugestões apresentadas pela sociedade, será um instrumento orientador de como deve ser a educação para os próximos 10 anos em Minas Gerais. Temos as demandas da sociedade em relação aos ensinos fundamental, médio e superior; temos, enfim, o desenho-base do que a sociedade deseja e sabemos todos os esforços que devem ser feitos pelos governos estadual e municipais para que esse desenho não se frustre e para que se realize nos próximos 10 anos. A parte do Plano Decenal que trata das demandas da sociedade em relação aos vários níveis de educação é o núcleo central do projeto. É fundamental. Ali está o desejo, o sonho, a expectativa, o que a sociedade deseja. Essa parte central e fundamental não seria mais do que um sonho, caso não tivesse a parte complementar, que está sendo discutida hoje, isto é, os meios para que tudo isso se torne realidade. O Plano Decenal estaria incompleto se não contivesse os três componentes em discussão nessa sessão. São eles professores, servidores, profissionais qualificados e preparados para fazer esse desejo se tornar realidade em Minas. Isso é fundamental. Um plano que não tratasse dessa questão se constituiria apenas de declarações de intenções sem nenhuma possibilidade de viabilização prática.

O componente do Plano Decenal relacionado à valorização e à formação de todos os profissionais da educação é um pilar fundamental para que possamos ter a expectativa de que esse não seja apenas um projeto de lei que ficará na gaveta e não gerará consequências reais.

Outro aspecto do Plano Decenal que está sendo discutido hoje e se constitui pilar fundamental é a colaboração entre todas as redes de ensino. No Estado, por suas dimensões gigantescas, especialmente por sua diversidade, pelas grandes desigualdades históricas que tem, é inviável que apenas um setor consiga resolver todos os problemas. Nem o governo atual do Estado nem os próximos, isoladamente, conseguirão resolver todos os problemas. Nenhum Município, isoladamente, conseguirá resolver todos os seus problemas. É fundamental que haja um esforço conjunto, uma colaboração muito próxima entre as várias redes de ensino para que esse grande e complexo problema, que é a educação de Minas Gerais, tenha alguma chance de ser resolvido. É indispensável que os poderes públicos e todos os setores sociais se irmanem nesse esforço conjunto e estabeleçam ações, políticas e mecanismos de cobrança, acompanhamento e avaliação. Isso tudo tem de ser feito por toda a sociedade. Esse esforço conjunto garantirá que esse Plano que está em tramitação na Assembleia também não fique guardado em uma gaveta, mas gere consequências.

Finalmente, outro pilar fundamental em debate hoje é o financiamento e a gestão. Nada disso acontece se não existirem recursos adequados para viabilizar a educação que se deseja. Qualidade não é algo que tem um preço único. Não se pode dizer que qualidade se alcança quando se tem 1% do PIB aplicado em educação, ou 2%, ou 3%, ou 4%. Essa projeção não é automática. Os recursos devem ser adequados ao projeto, geridos, aplicados, acompanhados e avaliados também de maneira adequada. Não se trata apenas de investir mais recursos, mas de investir recursos adequados, apropriados à qualidade da educação que se deseja. Além disso, esses recursos devem ser aplicados e geridos de maneira apropriada e eficaz para que os resultados apareçam.

Os três temas em debate, hoje, sobre os quais nos cabe falar, constituem aspectos centrais da educação. Sem esses três pilares, o Plano Decenal não teria a possibilidade de se tornar realidade e mudar a educação de Minas.

Sobre a valorização de todos os servidores, essa é uma questão central. Aliás, considero esta a questão fundamental da educação. Sem pessoas preparadas para realizar e tornar isso realidade, podemos esquecer tudo, porque nada vai acontecer. A boa formação dos professores, diretores, especialistas, inspetores escolares e de todos os membros do Conselho Estadual da Educação é fundamental para uma atuação eficaz na área da educação. A questão central da educação em Minas está relacionada à formação de seus profissionais. Não é uma questão só de titulação, pois, pelo menos na rede estadual, em todos os níveis, mais de 90% dos professores têm nível superior. Não é só um problema de titulação, mas de preparação adequada desses profissionais. Ter o título não representa necessariamente uma garantia de que essa pessoa esteja em condições de assumir uma escola ou entrar em uma sala de aula e realizar o trabalho apropriado. Temos visto que mesmo pessoas tituladas deixam frustradas as crianças, os jovens e os pais. Embora tenham o título, não reúnem condições para resolver os problemas que surgem. Essa questão é difícil porque as Secretarias Municipais de Educação e a Secretaria Estadual de Educação não são instituições de ensino

superior, não formam os profissionais. Isso deve ser realizado pelas instituições de ensino superior, pelas universidades e faculdades instaladas em Minas Gerais. Temos percebido grande falta de sintonia entre os programas de formação e as necessidades da educação pública em Minas.

Crianças e jovens de estratos sociais que não tinham a menor chance de entrar na escola pública hoje estão lá dentro, mas os professores que já estavam lá não foram preparados para lidar com eles, e os que estão em formação não estão sendo formados para lidar com essa nova realidade da escola pública de Minas Gerais. As instituições formadoras, que em Minas são mais de 300, não se prepararam ou não se deram conta dessa mudança fundamental que ocorreu na escola em todo o Brasil, especialmente em Minas Gerais. Essa falta de sintonia é um enorme problema. O Estado já definiu, em seu plano de carreira, que a condição para alguém entrar na área educacional é ter formação superior. Essa é uma exigência legal. A rede estadual e as redes municipais trabalham com os profissionais formados pelas instituições que estão aí, mas depois o Estado tem de gastar milhões de reais para corrigir as deficiências na formação desses servidores. É claro que o Estado precisa gastar R\$50.000.000,00, R\$100.000.000,00, R\$150.000.000,00, mas não na superação das deficiências, não no desenvolvimento profissional. O Estado tem de dar um passo adiante, e não voltar para corrigir deficiências que muitos já trazem na sua formação inicial. Nenhuma instituição, ao elaborar seu plano de formação de professores ou de outros profissionais, procura as secretarias estaduais ou municipais para saber quais são as necessidades. A rede pública tem 90% dos alunos, mas nunca foi consultada para saber qual é o profissional, quais são as competências, as habilidades e o conhecimento necessários.

A rede estadual tem uma definição de currículo para o ensino fundamental e médio, mas a formação dos professores não leva em conta essas exigências, nem mesmo o vestibular, que não é organizado considerando o que é ensinado para 90% dos alunos. O programa do vestibular é feito sintonizado com as necessidades de 10% dos alunos da rede privada. Depois, falam que o aluno da rede pública saiu-se mal. Claro. As opções feitas pelas instituições elegeram com conteúdos privilegiados aqueles que estão na rede privada, e não aqueles que foram escolhidos soberanamente pela rede pública de ensino de Minas Gerais. Essa falta de sintonia precisa acabar. É preciso haver aproximação, mas, mesmo havendo essa aproximação, faço uma crítica que já fiz antes, uma crítica à formação do profissional da área de educação, especialmente dos professores: o modelo não é adequado. O professor tem uma parte da sua formação em uma instituição, e outra numa faculdade de educação. O professor de Matemática tem uma parte de sua formação numa faculdade de Matemática; o professor de Física, numa faculdade de Física; o de Química, na de Química; o de Biologia, na de Biologia. Depois, vão todos para uma faculdade de Educação. Esse modelo não funciona. Não é assim no mundo inteiro, e não precisa ser assim no Brasil.

Há muito tempo esse modelo tem sido criticado por não ser capaz de formar pessoas em condições de entrar numa sala de aula e fazer um trabalho adequado. O professor de Física não precisa ser físico; ele precisa ter formação em física suficiente para formar seu aluno. Nem todos os nossos alunos serão físicos. Serão cidadãos, pessoas que têm de resolver problemas do dia a dia, participar dos debates que acontecem todos os dias. Eles não entrarão num laboratório. A formação é uma questão central. E há uma dificuldade, porque a rede de ensino tem suas necessidades, e as instituições têm sua autonomia. Então, não conseguimos promover essa aproximação, estabelecer essa sintonia, essa colaboração. E a colaboração não é só com as outras redes de ensino. A colaboração central, fundamental, que trata do problema mais importante atualmente - a formação dos profissionais na educação - não se fará de maneira adequada se não conseguirmos, daqui para a frente, estabelecer uma relação e uma colaboração muito estreita com todas as instituições formadoras. E elas têm de levar em conta que a realidade educacional mudou, que as necessidades mudaram. As escolas precisam de um profissional diferente, com competência diferente e com capacidade diferente para fazer valer e implementar todas essas ações que estão sendo previstas no Plano Decenal. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Antônia Vitória Soares Aranha

Bom-dia a todos e a todas. Saúdo os componentes da Mesa da Assembleia Legislativa por esta iniciativa. Considero o Plano Decenal de Educação de vital importância. Algumas questões que apresentarei são fruto de discussão do Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras - Forumdir -, que tenho a honra de presidir. Do dia 9 ao dia 12/12/2008, reunimo-nos em Salvador, por demanda do próprio Ministério da Educação, para discutir a questão da formação docente, em especial dos profissionais da educação básica. Algumas questões têm abrangência nacional, mas podemos fazer "links" de outras com a nossa situação aqui, no Estado de Minas Gerais.

Nossa primeira constatação foi que a formação dos professores e a política educacional, de uma maneira geral, não podem ser apenas uma política de governo, têm de ser uma política de Estado. Para quê? Exatamente para que não tenhamos tantos zigue-zagues nas esferas de governo. É preciso que tomemos medidas, com bases muito sólidas, que façam avançar a educação no nosso país, assim como a formação dos profissionais da educação básica.

Uma das questões, já abordada pelo Prof. João Filocre, que me antecedeu, diz respeito à constatação de um grande distanciamento entre a academia ou os órgãos formadores e a educação básica. Não quero me estender nisso, porque concordo integralmente com o que ele disse. E, se esse diálogo não se estabelecer, continuaremos a formar profissionais muito distantes das demandas que a educação básica requer.

Outra questão para a qual chamáremos a atenção: se é muito importante essa formação docente para a educação básica, ela também não pode ser vista como uma panaceia para todos os problemas educacionais. Ela tem sua amplitude, tem sua envergadura, mas é preciso constatar que, ao lado de iniciativas referentes à formação docente, é preciso iniciativas mais amplas, que dizem respeito à solução de várias questões gerais na educação básica. Darei um exemplo concreto para vocês. Nessa discussão, nós nos situamos, por exemplo, nas condições de trabalho dos professores da educação básica. É absolutamente desumano ter de lecionar de manhã, de tarde e de noite porque o salário do professor é insuficiente. Como vamos cobrar desses colegas que se preparem melhor, que avancem na sua formação, se nem sequer têm tempo de ler um jornal diário, de se informar, e se, o que é mais grave em determinadas regiões do país, não têm condições de comprar livros e periódicos que os ajudem na sua formação. Eu diria que é fundamental atacarmos os problemas gerais da educação e não fazermos da formação docente uma panaceia, embora tenhamos consciência da sua importância.

Vejam um outro exemplo: uma das questões que nos parece garantir boa parte da qualidade do ensino das universidades federais chama-se dedicação exclusiva dos seus professores.

Como um professor ou uma professora da educação básica pode interferir mais na realidade da sua escola se, muitas vezes, não tem sequer tempo de conhecer mais profundamente os seus próprios colegas? É necessário que, ao lado de iniciativas relacionadas à formação docente, haja iniciativas para alterar as condições do trabalho docente.

Outra questão importante do ponto de vista das instituições formadoras é a necessidade de fortalecer a licenciatura como espaço de construção de conhecimentos e de efetiva articulação com a educação básica. Na minha universidade, isso tem sido minimizado, mas ainda ocorre. É muito comum as pessoas perguntarem: "você vai fazer bacharelado, vai formar-se como pesquisador, ou fará licenciatura?", como se a licenciatura também não fosse um campo de investigação e de pesquisa absolutamente essencial. Temos de superar, de fato, essa dicotomia, essa desvalorização da licenciatura nas instituições formadoras de professores da educação básica. Na atuação das universidades - não desconsiderando as ações governamentais -, é necessário defender a autonomia universitária como algo essencial para iniciativas que garantam políticas mais permanentes de formação docente.

Do ponto de vista das nossas agências de fomento, a área de ciências humanas, na qual se inclui a educação, deve ter maior valorização. Infelizmente, isso ainda não ocorre. Continua havendo certo privilégio das ciências exatas e tecnológicas em detrimento das áreas pertencentes às ciências humanas. Há também uma desarticulação entre as licenciaturas de modo geral nas instituições de formação. É mais ou menos

aquilo que o Prof. Filocre disse, ou seja, há uma desarmonia entre outras instituições ou unidades no interior da própria instituição formadora de docentes e as faculdades de educação. Constantemente, somos obrigados a abrir nossos espaços por meio de cotoveladas. Isso é muito ruim e humilhante. Temos de nos conscientizar da necessidade de superar esse problema.

Quero fazer um alerta para todos, não só para Minas. É preciso ter cautela na formação de professores em cursos de educação à distância. Não temos nada contra a educação à distância, mas não podemos estigmatizá-la ou colocá-la como um grande paradigma para a formação de docentes em massa. A nossa experiência comprova que a educação à distância, se for benfeita, é cara. Queremos que os nossos professores tenham uma boa formação. É preciso que haja a educação à distância, mas temos de usá-la com cautela para que não seja mais uma panacéia na solução dos problemas relativos à nossa formação docente. É com muita satisfação que informamos que 90% dos professores de Minas já têm curso superior. Em outras regiões do Brasil, a situação é muito complicada.

Por fim, quero tratar de uma questão que também considero importante: a formação continuada dos professores. É preciso ficar claro que a formação docente pressupõe um aprimoramento contínuo.

É fundamental analisarmos também a relação entre trabalho docente, formação docente, formação continuada e instituições formativas. Primeiro, a atividade de formação deve ser incorporada à carga horária do professor na escola, com a conseqüente redução relativa de horas em salas de aula com alunos. Se quisermos que os nossos professores tenham aprimoramento contínuo, é preciso que isso esteja previsto em sua carga horária. A formação não pode ser algo a mais para o professor fazer, mas precisa ser algo incorporado à sua atividade docente. Segundo, o desenvolvimento da educação deve dar-se com estabelecimento de parcerias, por meio da constituição de redes cooperativas formadas por equipes cujos membros pertençam às três instituições envolvidas no processo formativo: escolas das redes públicas, secretarias de ensino e IES. De forma muito simples, afirmo que também é preciso que nós, profissionais das IES, responsáveis pela formação docente, desçamos do pedestal, do salto alto. Isso significa que não apenas nós - às vezes, até dominamos menos - temos consciência das necessidades da educação e domínio da sistematização de conhecimentos necessária para lidar com a realidade. Essa parceria, a rede colaborativa, tem de partir desse pressuposto. Todas as três instâncias devem dialogar em igualdade de condições. Não podemos partir do pressuposto de que nós, que estamos na academia, dominamos a realidade, temos as alternativas. Se fosse assim, as coisas estariam num estágio muito superior. Precisamos descer do pedestal, dialogar com as redes e reconhecer os nossos colegas da educação básica como sujeitos e construtores do conhecimento, como formadores, tanto como nós. Terceiro, é necessário que as atividades formativas sejam desenvolvidas no local de trabalho. A nossa criatividade tem de ser colocada à prova para conseguirmos fazer isso. Quarto, o professor da educação básica, como disse, deve ser visto como formador colaborador. Analisamos muito a experiência inicial do Pibid, programa voltado às instituições federais de ensino superior de estímulo à docência. Considero-o muito interessante. Em nossa instituição, estamos muito envolvidos com esse programa, que parte do pressuposto de que o nosso aluno da licenciatura será acompanhado, em determinadas escolas, pelo professor da educação básica. Esse diálogo é muito interessante. Às vezes, em relação à política de Estado, à política governamental, o equilíbrio ainda é pequeno para que as ideias possam fincar raízes. Infelizmente, tivemos um problema seriíssimo com o Pibid. Espero que, agora, consigamos resolvê-lo. Para vocês terem uma ideia, nossos professores da educação básica e da educação superior, há mais de quatro meses, não recebiam o valor referente a essas bolsas, inclusive os nossos alunos da licenciatura.

Como o meu tempo está esgotado, encerro ressaltando a importância de reconhecermos os professores da educação básica como sujeitos do conhecimento. Reforço que a formação em serviço ou continuada deve se dar em estreita sintonia com as secretarias de ensino, com as IES e com os colegas da educação básica. Obrigada.

Palavras do Sr. Heleno Araújo Filho

Bom-dia a todos. Recebam os cumprimentos da direção da CNTE e da direção do Sind-UTE de Minas Gerais. Neste espaço importante de debate sobre educação, foi-me passada a tarefa de trazer algumas reflexões quanto à perspectiva dos trabalhadores em educação sobre o Plano Decenal de Educação de Minas Gerais. As reflexões que apresentamos aqui são fruto de uma luta histórica da classe, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, com o objetivo de garantir a qualidade social da educação básica e superior. Logo mais, nos trabalhos de grupo, teremos condições de fazer as alterações necessárias no projeto de lei: alterá-lo para melhor, a fim de construí-lo de forma coletiva e, com base nessa construção coletiva, fazer o controle social, a cobrança, o acompanhamento da sua plena execução. Não adianta nos concentrarmos só na teoria, só no papel; é preciso que apliquemos tudo na prática, no nosso local de trabalho.

Começo falando sobre a formação inicial. Apresento as motivações que o texto traz quanto à formação inicial a distância, mesmo tentando justificar o porquê dela: locais de difícil acesso, poucas possibilidades de oferecer disciplinas? Pelo nosso entendimento, esses argumentos não justificam um processo de formação a distância para professores, educadores, profissionais da educação. Vivemos uma situação muito complicada no País, cujas taxas de criminalidade são altas. Precisamos estar mais presentes, com seres humanos cuidando de seres humanos, um cuidando do outro. Realizar um processo a distância poderá formar um profissional frio, sem a capacidade de olhar no olho do outro para cuidar.

Chamo a atenção para esse ponto, a fim de que o grupo altere o que está estabelecido no projeto de lei. Relativamente à formação continuada, o foco do projeto de lei é a disciplina, a área específica de formação. O conjunto dos trabalhadores considera necessário ampliar a ideia da formação continuada. Não é levada em conta no projeto de lei a formação continuada no local de trabalho através das relações interpessoais. Não é considerada a questão da organização da comunidade escolar através das entidades que organizam cada segmento que atua na escola. É preciso que o projeto de lei amplie a perspectiva da formação continuada, abrangendo não apenas a área específica do profissional, mas pensando também a escola como um todo, a comunidade escolar. Temos capacidade de apresentar propostas que melhorem esse texto. A formação tem de estar conjugada com a valorização profissional, não pode vir separada dessa questão. Quando se fala em formação, tem de haver a perspectiva de progressão funcional, de avanço na carreira e tem de haver ligação aos indicadores, para alcançar a qualidade social da educação.

Destaco a questão do salário digno do profissional da educação. Há uma deficiência enorme de salário no País. A Lei do Piso, aprovada no Congresso Nacional, estabeleceu um valor que ainda não significa para nós salário digno. Aquele valor foi negociado e recebeu a anuência do Congresso Nacional, de todos os partidos políticos. Foram realizadas 17 audiências no País, com a presença de Secretários Estaduais e Municipais de Educação, de trabalhadores e de outras entidades. Foi necessário um ano e dois meses em discussões sobre a Lei do Piso. Aprovada e sancionada pelo governo Lula, os Governadores e Prefeitos já a estão questionando, não querem aplicá-la. O governo federal, os governos estaduais e municipais estão desaprendendo a fazer interpretação de texto. A Lei do Piso é clara. Ela aponta o valor de R\$950,00 e define o conceito de piso: valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão pagar como vencimento inicial. Essa interpretação equivocada de que por 20 horas se pagam R\$475,00 é um absurdo, pois a lei também menciona que a jornada máxima é de 40 horas. Não está escrito que esse valor é pago por 40 horas, mas por, no máximo, 40 horas. E, se existe a previsão de um valor abaixo do qual ninguém pode pagar, não podemos aceitar essa interpretação equivocada de que, por 20 horas, tem de ser paga a metade do valor. Ora, se R\$950,00 não conferem dignidade à nossa profissão, R\$475,00 é um absurdo. Não dá para aceitar esses valores.

A lei é clara quando dispõe que o piso é reajustado em janeiro de cada ano, a partir de janeiro de 2009. Está escrito isso na norma, mas os governos insistem em falar do piso de R\$950,00, que não mais procede, porque também se estabelece o percentual que corrigirá a Lei do Piso, e o governo está desconsiderando isso. Então, o valor de referência é R\$1.132,40 e está sendo desconsiderado. Temos de discutir esse aspecto na formulação de estratégias e metas para a educação no futuro.

Não vou discorrer sobre a questão das condições de trabalho, porque não é preciso. O Sindicato fez um bellissimo trabalho em defesa da

educação pública - com certeza, todos receberam o material. Está aqui a revista dos 30 anos do Sindicato com as fotos e depoimentos de trabalhadores e estudantes, revelando o cenário da educação em Minas Gerais, que precisamos mudar, e é para isso que estamos realizando este debate.

Quanto à questão da carreira, é importante que o plano de cargos e carreira considere o processo de formação e as condições para a progressão funcional. Isso equivale a aumentar o salário ao longo do processo de formação, do tempo de serviço e da progressão pelo desempenho. Devemos fazer com que os governos não fiquem só falando, mas apliquem as leis existentes. O plano de cargos e carreira daqui e de tantos outros Estados e Municípios é descumprido no momento de aplicar o desenvolvimento na carreira. A jornada de trabalho também precisa existir como elemento de valorização dos profissionais, e deve haver a perspectiva de uma jornada única e exclusiva. A professora acabou de nos dizer isso: trabalhar de manhã, de tarde e de noite não dá nenhuma possibilidade de construir uma educação diferente. Então, deve haver uma jornada exclusiva, específica e um salário digno para garantir esse avanço. Assim os trabalhadores serão valorizados como sujeitos formuladores de propostas e não como meros executores de propostas feitas por algumas poucas cabeças, que pensam que é assim que deve ser aplicada a política educacional. Então, para que o Plano Decenal tenha condições de garantir a valorização dos profissionais de educação, estes devem ser considerados como elementos formuladores, sujeitos que estão construindo a política e, ao fazer isso, com certeza, terão facilidade na sua execução.

É importante destacar no projeto a preocupação que levantamos com relação ao que está escrito sobre a formulação do Sistema de Certificação Ocupacional. O que é isso? O que o governo está propondo? Certificar os profissionais que já foram aprovados nas suas faculdades e universidades? Com certeza, eles têm deficiências na sua formação inicial, mas também é dever do Estado cuidar disso. Para melhorá-la, em 1994, foi assinado um pacto pela valorização do magistério, que tratava da formação inicial, mas ele foi descumprido pelos governos e pelo Estado brasileiro. Então, nessa perspectiva, há uma insistência muito grande, aqui e no Congresso Nacional, de querer fazer certificação dos professores e profissionais da educação. Essa certificação consistiria em fazer um Enem, uma prova, um teste, como se esses instrumentos fossem mudar a realidade da educação. Há um equívoco muito grande, porque esses instrumentos não mudarão a realidade da educação. Na verdade, para mudar esse quadro, são necessários mais recursos, mais financiamentos, além da aplicação de políticas decentes. Ainda no aspecto da valorização profissional, destaco, na nossa reflexão, a parte que fala dos contratos temporários. Falam que, daqui a 10 anos, vamos diminuir os contratos temporários em 80%. Chamo a atenção para a informação de que o Conselho Nacional de Educação aprovou as diretrizes de carreira e, nelas, determinou que o máximo de professores em regime de contrato temporário, em cada rede, que se pode ter é 10%. Então, existe essa diretriz aprovada no Conselho, e estamos esperando a homologação do Ministro da Educação. Já aqui, apontam, no máximo, 20%. É necessária uma correção nesse processo para podermos discutir o que está sendo estabelecido na esfera nacional.

O projeto de lei, o Plano Decenal de Educação, precisa nos dar minimamente uma perspectiva de execução. Do jeito que ele está formulado, isso não existe. Comentei aqui que achei muito tímidas as propostas apresentadas no item financiamento, para não dizer que elas são inexistentes. Aliás, são inexistentes porque se tratou de um ponto na estratégia: tirar o aposentando da folha dos 25%. O projeto só trata disso. Na parte que trata de financiamento, não há nenhuma proposta indicando a perspectiva de avançarmos no financiamento da educação.

Foi apontada pelos grupos ou trabalhos nas regionais a necessidade de ampliar a folha além dos 25%, mas penso que precisamos melhorar esse texto, dando a perspectiva de até onde queremos chegar. Se, de forma transparente, correta e integral o Estado e os Municípios aplicam os 25% e, mesmo assim, não dão conta da demanda, então precisamos ampliar esse valor para 30% ou 35%, ou seja, o necessário para avançarmos, e isso deve ser apontado no texto do projeto de lei, até porque há um acordo para a introdução desse item. Dizem que investir na educação é um direito do cidadão e da cidadã e que é uma questão de cidadania, mas depositam a esperança no Fundeb, para que desenvolva um projeto nacional de desenvolvimento. Pensam na educação como uma política nacional de desenvolvimento, como direito e como uma questão de cidadania. Se isso é verdade, por que nada aponta para um aumento de recursos ou de financiamentos para a execução das propostas? Está escrito que todas as ações estratégicas e todas as metas estão à mercê da disponibilidade financeira. Se sobrar verba, fazem; se não, não fazem. Se se trata de estratégia e de prioridade, temos de contar com recursos de outras fontes para garantir esse investimento.

Na gestão democrática, é importante que, na introdução do texto, conste que isso não é somente dever do poder público, mas um direito conquistado pelos nossos movimentos. Isso é belíssimo, mas precisamos ampliar, no texto, a questão da decisão democrática na escola, na rede e no sistema. Chamo a atenção para isso, porque o texto também trabalha a perspectiva de harmonização dos currículos, dos programas, dos calendários e dos documentos. Isso gera o risco de se fazer tudo igual em Minas Gerais, ou seja, o que for aplicado na Capital será também aplicado em qualquer parte do Estado, sem que sejam levadas em conta a cultura e a realidade local. Como ficará essa questão? Temos de cuidar disso também para que seja respeitada a autonomia da escola garantida na LDB em seu processo de construção.

Por último, no que diz respeito à cooperação entre os sistemas, fala-se de cedência de prédios, de estrutura e de material, mas não se fala de remoção de pessoas. As diretrizes de carreira cuidam disso. Elas foram aprovadas no CNE e apontam a possibilidade de, entre os entes federados, haver a remoção para garantir a permanência do estudante e do profissional na escola. É bom resgatar esse elemento das diretrizes para podermos acrescentá-lo ao projeto de lei.

Essas são as considerações que apresentamos para contribuir com o debate. Agradeço a atenção de todos e de todas.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras do Sr. Heleno Araújo Filho. Na oportunidade, transmito o convite formulado pela comissão organizadora da Conferência Estadual de Educação de Minas Gerais, que será a preparatória para a Conferência Nacional de Educação a ser realizada em 2010. Essa comissão organizadora convida os gestores, os profissionais da educação, os pais, os alunos e os movimentos sociais para a cerimônia de lançamento da Conferência Estadual de Educação de Minas Gerais, a ser realizada no dia 19/5/2009, às 14h30min, no Teatro da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, sob a coordenação da Undime. Todos estão convidados. Com a palavra, o Sr. Gilson Reis.

Palavras do Sr. Gilson Reis

Bom-dia, companheiros da Mesa, militantes da educação presentes neste Plenário e telespectadores da TV Assembleia que acompanham este debate em todo o Estado de Minas Gerais.

Gostaria de falar da importância desses três dias de debate nesta Casa. Estranhei a reduzida presença de Deputados entre nós. Penso que deveriam estar presentes os 77 Deputados desta Casa, porque, em última instância, votarão essa proposta. Filocre, não estamos agregando, mas mudando, reestruturando o Plano Decenal, sob uma nova concepção, sob uma nova vertente de ideias que está sendo construída em Minas Gerais, ao longo desses últimos quatro meses. Espero que os Deputados fiquem atentos ao que as várias organizações de Minas construíram como proposta a esse Plano Decenal de Educação. Esse é o primeiro registro que gostaria de fazer.

Em segundo lugar, quero enaltecer os militantes de vários movimentos que, ao longo desses quatro meses, discutiram, debateram, nas oito regiões de Minas Gerais, com mais de 2 mil pessoas, esse Plano Decenal. O movimento Educação que temos, educação que queremos, com certeza, criou possibilidades para debatermos a educação de Minas Gerais, que era muito consolidada na propaganda oficial. Agora a desnudamos e demonstramos a educação que temos, uma educação que necessita, cada vez mais, de investimentos e de políticas públicas que garantam sua qualidade. Demonstramos que a nossa educação está no CTI, está falida. É necessário o esforço de toda a sociedade para que possamos construir a educação que queremos no Estado.

Abordarei questões relacionadas ao ensino superior. Considero esse um debate fundamental para o Plano Decenal e para a estruturação da educação que queremos em Minas Gerais. Antes de entrar no mérito da discussão em torno do ensino superior, penso que devemos refletir sobre dois aspectos muito importantes. Em primeiro lugar, devemos discutir educação sob um novo modelo de Estado, e não sob o modelo de Estado que herdamos a partir dos anos 80: um Estado liberal, que diminuiu investimentos de políticas públicas em saúde, educação e segurança; um Estado que diminuiu a capacidade de valorizar seus profissionais em todas as áreas, implantando políticas de arrochos salariais permanentes, além da falta de uma política clara para construir novas perspectivas para a educação em Minas Gerais e no Brasil. Se não fizermos esse debate sobre o Estado que temos e o Estado que queremos, continuaremos reproduzindo o que vem sendo feito ao longo do último período, ou seja, um Estado que é mínimo para os trabalhadores, mínimo para o povo, mínimo para políticas sociais e máximo para o capital financeiro, máximo para as grandes empresas, máximo para as grandes propriedades rurais.

Estou dizendo isso porque, por exemplo, o governo de Minas alega não possuir dinheiro para investir em educação, em saúde, mas 13% do orçamento do Estado é usado para rolar a dívida pública mineira com a União. Continuaremos a financiar o sistema financeiro brasileiro e internacional retirando dinheiro de políticas públicas a fim de repassá-lo a uma minoria de banqueiros e investidores internacionais? Devemos discutir isso.

A segunda questão que devemos discutir e que envolve o ensino superior é: por que estamos querendo uma universidade para Minas Gerais? Por que criticamos a Uemg? Como foi dito aqui, ela é mínima, ou seja, somente 2,9% dos alunos do Estado frequentam escola pública estadual. Por que queremos expandir a escola pública universitária em nosso Estado? Porque não podemos compreender que, em Minas Gerais, que é o segundo Estado da Federação brasileira, dos dez principais produtos exportados, nove são produtos primários relacionados ao minério ou à agricultura. Como podemos pensar num Estado que se desenvolve, que cria condições históricas para produzir ciência e tecnologia para disputar essa nova ordem internacional que se consolida na química fina, na genética, na informação, na TI e em vários outros ramos? Que Estado estamos construindo para o futuro se Minas não investe nada em educação superior? O que estamos projetando para o futuro? É mais soja? É mais minério para arrebentar nossas terras, para poluir nossos rios, ou discutiremos a tecnologia e a ciência? Queremos mudar o perfil desse Estado e, para isso, precisamos de uma universidade pública que garanta o ensino, a pesquisa e a extensão e dê qualidade aos seus profissionais para que possam desenvolver projetos pedagógicos e científicos. É disso que estamos falando. Se não falarmos da importância da universidade e da importância de se mudar o caráter desse Estado, podemos discutir durante muito tempo, mas não conseguiremos aplicar aquilo que definimos como proposta para o Plano Decenal. Dito isso, temos que discutir o problema do investimento.

Companheiros do Sindifisco estadual, ligados ao setor de levantamento de investimentos no Estado, estão avaliando se o governo gasta mesmo 25% do orçamento com educação, conforme afirma. Estamos investigando isso. Queremos saber se os 25% aplicados pelo governo de Minas Gerais chegam na ponta da educação ou se perdem no meio do caminho devido à corrupção e aos desvios. Enfim, sabemos como funciona a estrutura política deste país. Queremos saber se estão sendo garantidos os 25% e para onde estão indo. Se chegarmos à conclusão de que esses 25% estão chegando à educação, ainda assim consideraremos muito pouco, porque é preciso mais investimento. Não é despesa, como muitos pensam. O próprio governo atual de Minas considera que aplicar dinheiro em educação é uma despesa, não é um investimento. Para termos uma educação superior de qualidade, é preciso dar condições de trabalho aos funcionários da Uemg, que estão em movimento contra a política do governo de Minas Gerais em relação às suas condições de trabalho. Em primeiro lugar, é preciso consolidar a Uemg que temos. Em segundo lugar, é preciso ampliar essa Uemg para o Estado de Minas Gerais. É preciso mais do que formar professores para dar conta da educação básica em nosso Estado, temos que criar cientistas e pessoas preparadas para construir uma nova concepção de Estado, um novo Estado. Sem isso, não faremos milagres. É preciso dinheiro e investimento. No Plano Decenal, propomos que Minas Gerais invista mais 5% do orçamento na educação para garantir uma universidade pública gratuita de qualidade no Estado de Minas Gerais.

A segunda questão importante a ser debatida nesse processo é o projeto da Uemg construído ao longo do último período. Como foi dito, houve a inclusão de várias fundações, 32 ou 33. No ano passado, isso foi resolvido pelo Supremo Tribunal Federal, porque, em tese, existia uma fraude, pois a escola não era pública, era paga. Então, colocou-se tudo num guarda-chuva único para garantir que as fundações, cujos principais representantes estavam no Conselho Estadual de Educação, organizassem a expansão dessa universidade que não sofria controle da estrutura federal.

O Conselho Estadual foi presidido por Presidentes de fundações e liberava a criação de cursos superiores no Estado de Minas Gerais todo, sem nenhum controle. No sindicato de Minas Gerais, recebemos denúncias de cursos que foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação. Entretanto, há dezenas de cursos que não passaram sequer pelo Conselho Estadual de Educação, para os quais não houve nenhum tipo de fiscalização. É preciso discutir essa situação.

Quando abrimos, por exemplo, o "site" da Uemg, vemos que as associadas ainda continuam lá. Peço à Uemg ou ao próprio Estado que retire essa relação do "site". O STF determinou a retirada dessa relação da página da Uemg. E não é possível que o Líder do Governo na Assembleia Legislativa apresente o Projeto de Lei nº 3.229, estabelecendo o retorno para o interior da Uemg dessas seis fundações que foram excluídas por lei, com determinação do Supremo. Estão tentando novamente desrespeitar o Judiciário brasileiro ao quererem incorporar como associadas à Uemg essas universidades, para continuar locupletando a sua expansão e a sua concorrência no interior.

Mais que isso, Filocre, temos de discutir essa situação com o Estado. As fundações que nesse período migraram para a estrutura da Uemg tiveram agora de migrar para o MEC, e isso em um setor da educação - somos da rede privada - que é altamente competitivo e mercantilizado e no qual o que importa é o lucro da escola privada, a mercantilização em última instância. Entre essas fundações - algumas, aliás, com muita qualidade -, por exemplo, há a Fundac, que durante 44 anos dirigiu o Uni-BH. Essa universidade é um patrimônio da cidade, mas foi entregue para o capital de fora - parece que americano -, para uma tal de Anima, que agora está querendo comprar tudo e transformar as fundações em objeto de mercantilização da educação. Se o Estado, durante mais de 20 anos, permitiu que elas ficassem sob o seu guarda-chuva, Filocre, penso que o Estado agora tem a responsabilidade de discutir o que faremos com elas. Essas fundações receberam dinheiro público ao longo dos últimos 20 anos. Quero saber agora para quem ficará o patrimônio e a estrutura delas? Ficarão para o capital privado que veio para mercantilizar a educação? Ou o Estado abrirá um debate para discutir o que faremos com essas fundações? Companheiros e companheiras, no Plano Decenal, não há nada que trate disso. Então, é necessário começarmos a discutir essa questão.

Quando consideramos o Plano Decenal de Educação no que diz respeito ao ensino superior, eu diria que, mais que insuficiente, é quase nada. Há uma falta de compromisso completa da proposta encaminhada com a formulação de uma política de educação de ensino superior. Não vou lê-la, porque não há tempo - e a debateremos no período da tarde -, mas, por exemplo, a meta de expansão proposta é de 40% nos próximos 5 anos e de 60% nos próximos 10 anos. Se considerarmos o item 2.7 da proposta, que trata da representação do ensino estadual no setor de ensino superior, o aumento de 40% não representa 1% de crescimento do ensino superior em Minas Gerais. Em um Estado do tamanho do nosso, isso é quase nada. Mesmo para as metas propostas pelo Plano Decenal, isso é completamente insuficiente para o que estamos discutindo.

Professores e professoras, militantes, essa causa é uma das mais nobres que podemos ter na vida: a luta por uma educação de qualidade, pública, laica, calcada não na perspectiva de focalização, mas de universalização; uma educação que garanta qualidade, acesso e permanência; enfim, uma educação cujas políticas não estejam voltadas para um Estado liberal, mas para um Estado republicano; uma educação voltada não para políticas de choques de gestão, mas para políticas de choques de inclusão.

É isso o que estamos discutindo neste seminário, para, ao final de três dias, construirmos um projeto de educação, um plano decenal que não seja do governo de Minas, mas do Estado de Minas. Esperamos que os 77 Deputados garantam a aprovação do projeto assim que chegar a esta Casa. Quando for convocado o debate em torno do Plano Decenal, precisamos lotar essas galerias e exigir que aquilo que discutimos e

propusemos para a construção do Plano Decenal seja garantido na prática.

Em nome do Sinpro de Minas Gerais, afirmo que estamos no caminho certo. Fortaleçamos, então, o movimento Educação que temos, educação que queremos e, com certeza, construiremos um plano de Estado que garantirá uma educação pública de qualidade.

Está circulando entre nós o manifesto dos professores da Uemg. Peço que todos o leiam para saber como têm sido tratados os professores, os funcionários e os estudantes da Uemg. É necessário fazer um grande movimento para denunciarmos a política de governo praticada pelo Estado na Uemg e construirmos essa universidade tão importante para o desenvolvimento de Minas e do seu povo. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Suely Duque Rodarte

Bom-dia a todos e a todas. Reafirmo nossa admiração e nosso respeito pelo Deputado Carlin Moura e pela ex-Deputada Elisa Costa, atual Prefeita de Governador Valadares, pela brilhante iniciativa deste seminário, e cumprimento a Deputada Maria Lúcia Mendonça por estar à frente do movimento. Na pessoa da Profa. Antônia, cumprimento os componentes da Mesa e, na pessoa do amigo Clodoaldo, saúdo os educadores, meus colegas de segmento, que estão presentes no Plenário. Farei uma inversão na minha fala, começando com a conclusão a que desejo chegar. É que, quando a campainha toca, fico totalmente desorientada. Portanto, começarei concluindo.

Se conseguirmos que o Plano Decenal cumpra as palavras da Profa. Antônia, do Gilson, do Heleno, do Diogo e, em muitos aspectos, do Prof. Filocre, teremos dado um enorme passo no que diz respeito à educação em Minas Gerais. Foram todos muito assertivos em suas observações. Vemos a educação como um todo, mas cada um está inserido em determinado segmento, com o qual estamos especificamente preocupados. Assim sendo, o foco da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, que trabalha diretamente com os Municípios, é a educação infantil. Temos enorme preocupação com a educação infantil.

Não chegaremos ao ensino superior sem ter qualidade na educação infantil e sem universalizá-la. É provado por pesquisas que a criança que frequenta creches tem mais sucesso na vida social, na vida financeira, além de apresentar uma participação ativa na sociedade. Temos que nos lembrar de incorporar o direito da mãe trabalhadora ao direito da criança de ter uma educação infantil de qualidade. Hoje não existem mais mulheres em casa, aquelas mães que tivemos; as mulheres saem para conquistar sua vida profissional. Portanto, a educação infantil garante à criança o seu desenvolvimento e à mãe, o direito de ser a trabalhadora que toda mulher é hoje neste país.

Não há como fazer educação com dignidade e competência se não houver planos de cargos e salários. Superamos a fase em que o professor era o abnegado. O professor é profissional e, como todo profissional, tem que ter remuneração digna, condizente. Não vemos nenhum profissional de sucesso que não esteja empenhado numa formação contínua. A formação continuada dos professores tem que acontecer com qualidade. Estou vendo professores virem para o Pró-Letramento com recursos próprios porque os Municípios não dispõem de transporte nem de recursos para isso. É necessário garantir que o professor tenha condições de fazer esse aperfeiçoamento.

A outra situação é a democratização da escola, a sua autonomia. Temos que fixar esses pontos no Plano Decenal. Os dirigentes municipais de educação têm que fazer cumprir a lei. Conversei com o Gilson e perguntei se 25% eram insuficientes. Às vezes não, mas a educação, em muitos lugares, é uma porta de entrada e saída para socorrer um governo municipal em todos os aspectos. Portanto, tem que legitimar mesmo. O dirigente municipal de educação, que chamamos de Secretário, tem que ser o gestor, porque, sendo o responsável pela assinatura dos cheques, vai pensar muito no que será feito com o dinheiro da educação. É necessário dar ao dirigente municipal da educação a gestão financeira da educação porque até então ele está lá assinando os cheques e os gastos por outras competências.

A outra parte de grande importância é o fato de nós, dos segmentos sociais, estarmos dialogando, conversando, buscando o entendimento para a melhoria. Os Municípios precisam que todos os conselhos sejam normatizados para que a sociedade se sinta corresponsável e acompanhe o desenvolvimento da educação. O Presidente do conselho não pode ser do Executivo, mas, em vários lugares de Minas, temos encontrado isso na área municipal, e ninguém verifica. Se queremos que a sociedade atue na educação que queremos ter, é preciso fazer constar a necessidade de normatizar os conselhos, seja da merenda, seja do transporte, seja outro qualquer, dando prioridade ao Conselho Municipal de Educação.

O Filocre falou a respeito da gestão financeira, mas a gestão é financeira para ser eficaz? Concordo com o Filocre quando ele diz que não se faz gestão sem financiamento, mas o sistema de colaboração entre os entes federados tem que ser respeitado. Quando se fala em educação infantil, vemos que Minas Gerais tem apenas 1 milhão de crianças atendidas. Isso acontece porque os Municípios são pequenos e não têm condições de arcar com a educação infantil. Portanto, a gestão tem que ser da obrigatoriedade do cumprimento, não pode ficar só no papel.

Se o sistema de colaboração for seguido, vamos ter educação de qualidade. Se tivermos os conselhos ativos, o dinheiro público seguirá o rumo certo, como mencionou o Gilson sobre o ensino superior. Se os conselhos forem eficientes, o dinheiro público terá a devida aplicação. Essa era minha conclusão. Agora, começarei de onde queria.

Primeiro, para construirmos esse plano e nos inteirarmos no Plano Nacional, por meio das conferências, precisamos de um grande elo entre os três entes federados: Municípios, Estado e União. É preciso, principalmente, que se fomentem os Planos Decenais em todas as esferas. O Município deve estar com seu Plano Decenal e fazendo revisão. Para nós, que estamos muito ligados ao Plano de Desenvolvimento da Educação, é muito importante o respeito ao pacto social, que está entre as cinco metas do compromisso "Todos pela Educação". Esse pacto é intersetorial. No pacto de Estado, todos os Governadores e Prefeitos assinaram o compromisso "Todos pela Educação". Temos 28 diretrizes para cumprir. Se cumpridas, estaremos progredindo na educação. Nesse pacto, escolhi cinco que para mim são metas primordiais a serem cumpridas. A primeira é toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola. Temos que garantir, além do acesso à escola, a permanência e a qualidade. Temos que correr atrás, principalmente no atendimento aos meninos, e especial atenção aos de baixa frequência, aos de baixa aprendizagem. A segunda é a nossa preocupação com a promoção da educação infantil. Temos que ter toda criança plenamente atendida e alfabetizada até os 8 anos. A terceira é o foco na aprendizagem e nos resultados. Uma das coisas importantes é que as avaliações sistêmicas têm que permanecer porque servem como leme para reconhecermos a nossa educação. Todo aluno deve ter aprendizado adequado a cada série. A distorção entre a idade e a série é um prejuízo para o aluno e para todos nós. E todo aluno deve ter concluído o ensino médio até os 19 anos. Outra coisa importante é a organização dos comitês locais. Fui Secretária por vários mandatos. Não se faz educação em separado da sociedade local. Para garantir essa educação, são necessários os comitês locais. Por fim, temos que observar a educação, como foi dito por todos. É necessário investir em educação e principalmente gerir e acompanhar o dinheiro destinado ao setor. Isso se refere ao que já falamos a respeito dos conselhos. Uma de nossas preocupações que não se concretiza em todas as falas é a de que devemos analisar os dirigentes municipais de educação.

Em muitos locais, a educação está nas mãos da política partidária. Isso compromete a educação. A Undime fez questão de afastar o nome "secretário", porque secretário é o executor de políticas do governo. Usamos o termo "dirigente", para mostrar a ele qual é a sua responsabilidade em estar à frente da educação. O dirigente municipal de educação deve estar principalmente comprometido em garantir o direito de aprender de todos e de cada um, em particular, e garantir a qualidade dos conteúdos escolares. Analisando o Plano Decenal, percebemos a descontinuidade de projetos. Nos Municípios, parece que nenhum projeto é do Estado, cada um é de um governo. Isso provoca atraso na educação. Sempre digo que na escolha e na competência do dirigente municipal, deve haver cinco pontas, como uma estrela. O dirigente municipal deve ser um técnico administrativo, um técnico pedagógico e um elemento de relações sociais com as comunidade humana e política. Se queremos sucesso na educação, temos de garantir a competência e saber quem é o gestor dessa educação.

Não precisamos falar mais a respeito da LDB. Segundo as competências de cada ente federado, preocupa-me cada vez mais como os Municípios farão para atender à demanda da educação infantil, se não houver o estreitamento do regime de colaboração. Não vamos conseguir uma boa educação básica, em seu final e em nível superior, quando a educação infantil está desfalçada de suas competências, principalmente quanto a creches, que incluem a formação nutricional da criança. No Brasil, Minas Gerais é o Estado que tem o maior contingente de crianças em idade de educação infantil que não estão sendo atendidas.

Termino com essa declaração de Jomtien, porque esse movimento que empreendemos, deve ser encarado com toda a seriedade por cada um de nós que o levamos em frente: "Se quisermos ter educação de qualidade para todos, precisamos, como neste momento, ter todos pela qualidade da educação". Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Palavras do Sr. Pedro Trindade Barreto

Inicialmente, agradeço a Assembleia Legislativa de Minas, cumprimentando a todos os membros da Mesa, na pessoa do Deputado Carlin Moura, responsável pela realização deste evento, e a Deputada Maria Lúcia Mendonça, relatora e Presidente da Comissão de Educação.

De tão preocupado que me sentia, até as 2h50min da manhã estava reformulando tudo o que foi preparado, para apresentar no exíguo tempo de 20 minutos. Mesmo assim, essa redução prejudica muito a qualidade da contribuição para um projeto de lei, sem dúvida o mais importante do Estado da Bahia, como ocorreu com os palestrantes anteriores.

Tentarei sintetizar, fazendo como a Suely, minha colega da Undime, começando pelas conclusões. Peço ao colega que avance os slides até os que estão em branco, sem a música de fundo, Tristesse, de Frédéric Chopin, pela tristeza que sentimos ao ver um projeto que começou sem a participação da sociedade mineira, no momento em que o Enem diagnosticava a educação em Minas como a segunda pior do País. Nosso Estado sempre foi referência nacional em termos de educação, não só em concepções, mas também na operacionalização, nos investimentos e na vanguarda de propostas avançadas para a educação, para todo o Estado brasileiro.

Como nossa fala não deve contemplar apenas a questão do financiamento, endossarei, em grau, gênero e número, as palavras, postulações e propostas apresentadas pela Antônia Vitória Soares Aranha, Diretora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que pontuou com excelência os problemas que vimos discutindo há mais de 40 anos. Em nossa reunião em Salvador, todos foram coerentes com as mesmas problemáticas. Sugiro que tenhamos vencer a ideologia que permeia nossas instituições de ensino superior de linhas de pesquisa fechadas, ditadas de forma antidemocrática por coordenadores de mestrado e de doutorado e que criam uma enorme barreira para que haja sintonia, articulação e integração entre as universidades criadas há quase 1.200 anos, com o objetivo de ser o farol para iluminar os caminhos da sociedade. Dessa forma, conseguiremos vincular a linha de pesquisa, fomentando e incentivando com tese de mestrado, com doutorados e com especializações destinadas a atender às demandas concretas dos sistemas municipais de ensino e do sistema estadual de ensino, em que estão os problemas. Com essa orientação, a formação dos professores estará vinculada ao monitoramento e ao acompanhamento, contribuindo para a avaliação institucional. Assim, muitos dos cacótes e das distorções que ocorrem em virtude de avaliações feitas nas próprias administrações públicas que mapeiam a realidade certamente não terão essa guarida diante do olhar de seriedade, da conduta ética dos cientistas e daqueles que estão elaborando suas teses, sob pena de cair em na desaprovação da comunidade educacional por seu descrédito ao escrever inverdades. Esta é nossa sugestão à colega Antônia Vitória Soares.

Corroboro também com o quadro diagnóstico apresentado pelo Secretário João Filocre em relação a essa ausência de sintonia. Se adotarmos essa postura, aí, sim, estaremos formando professores para atender a uma demanda regional e municipal. Atenderemos aquilo que realmente é necessário em termos de formação, de concepção pedagógica, de avaliação, de supervisão, que deve ser produto de reflexão cotidiana dos professores em suas reuniões pedagógicas nos Municípios, no âmbito da mesoavaliação, da microavaliação e da macroavaliação. A microavaliação é a avaliação na sala de aula, de competência exclusiva do professor; a mesoavaliação é a dos dirigentes das unidades de ensino; e a macroavaliação é da responsabilidade de gestores de sistemas. Discutimos esse assunto em vários países e verificamos que o sistema nunca chegava ao professor na sala de aula, exatamente àquele que era o objetivo maior. Com tudo isso atrelado, saberemos o que nossos alunos devem aprender, como devem fazê-lo, qual o currículo nacional, qual o currículo de cada escola e o que é aprendido, de fato, pelos nossos alunos. Eles atendem às necessidades reais? Como estão sendo construídos os projetos político-pedagógicos dos cursos nos colegiados? Eles têm ouvido o clamor da sociedade, que é tão evidente? Claro que isso não é atendido, e essa é a razão dos fracassos escolares no mundo inteiro. Como diria minha companheira, os professores fracassam porque não sabem sequer o que os alunos sabem e também não sabem o que eles sabem para fazer da educação um processo contínuo de construção. Portanto, é preciso que o nosso planejamento pedagógico atenda a essa realidade, numa avaliação contínua processual e diagnóstica.

Quanto à questão do financiamento, temos perseguido essa proposta em todas as conferências estaduais. Tivemos a felicidade de ver que a maioria absoluta dos 3 mil delegados presentes à Conferência Nacional de Educação Básica constataram que a lei, que instituiu e institucionalizou o Fundeb, é flagrantemente inconstitucional, porque trata desigualmente aqueles que são iguais em direitos e deveres, adota uma arquitetura jurídica apenas para atender a interesses de um único Estado brasileiro que foi contra o proposto inicialmente por nós, desde a criação do Fundef, que era estabelecer um fundo nacional que transferisse para cada sistema de ensino estadual e municipal o mesmo valor relativo a aluno por ano. Aí teremos cumprido, por excelência, o princípio da equidade, e não teremos, através de um artifício legal, recriado o velho salário mínimo regional, que faz com que os 60% aplicados em salários sejam um terço no Nordeste, R\$680,00 o valor aluno por ano. No Piauí e no Maranhão, no início do ano passado, 60% representavam menos que o salário mínimo, ou seja, desrespeitava-se até uma outra lei federal maior e o direito dos alunos. Terei de continuar no meu Nordeste, com escolas funcionando em casas de farinha, em salões de igreja, porque os meus 40% representam um terço do valor que se paga em muitos Municípios de outros Estados do Brasil. Aqui em Minas, muitos professores do Sistema Estadual de Educação fazem concurso para trabalhar no Sistema Municipal de Contagem, porque o valor aluno por ano do Fundeb é 60% ou 70% maior do que o que se paga em Belo Horizonte. Portanto, essa é uma mentira, uma fraude, que tentaram encobrir com o projeto do piso salarial, que é constitucional e um avanço enorme na garantia de direitos do professor.

Os Municípios não podem viver de esmolas nem de contribuições aleatórias da União porque, da forma como está, os gestores municipais de educação - e endosso a proposta da colega da Undime -, têm de ser os gestores financeiros da educação, como é o gestor da área da saúde, em que se paga o mesmo valor por qualquer serviço de atenção básica no País de média e alta complexidade por uma tabela do SUS. Na educação, temos essa distorção absurda.

Não poderíamos deixar de sublinhar que a Lei nº 11.494 tem de ser revogada para que uma nova emenda à Constituição construa aquilo que a sociedade julga mais importante para si. Desafio qualquer cidadão deste país a desmentir o que afirmo aqui. Para a construção de uma sociedade justa e organizada, é importante que haja acesso igualitário à educação, assim como ocorre na saúde. No ano passado, propusemos a federalização do ICMS, ou seja, para que 30% sejam destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, 20% à saúde e os 50% restantes ao Fundo de Participação dos Municípios. A União e o Estado não teriam nenhuma participação no ICMS. Ele deve ser empregado no fortalecimento das finanças do Município, porque é lá que o cidadão vive. Infelizmente, tudo o que demanda acesso ao Estado e à União ainda é demorado. Quando se encontra a solução, o cidadão já morreu. Em síntese, a proposta é para que haja o financiamento. Como disse o Gilson, nosso companheiro do Sinpro, há uma coisa muito acanhada no Plano. É necessário que haja esses acréscimos nele. E no âmbito do Estado, ele pode destinar 30% dos recursos do ICMS exclusivamente para o reforço da educação, distribuindo igualmente os recursos para todos os 853 Municípios do Estado de Minas Gerais. Agora, as soluções não estão só nos vários aspectos que discutimos. Pela manhã, ouvi os pronunciamentos dos professores do ensino médio, ouvirei hoje à tarde e

também no dia 19, no lançamento da Conferência Nacional, da qual sou membro da comissão organizadora. Quebramos muitas arestas dentro do MEC para que tivéssemos avanços que realmente atendessem os interesses da sociedade para uma política de Estado, e não uma política de governo e uma política partidária. Queremos que haja políticas públicas na educação, na saúde, na assistência social, que deixaram de ser voluntarismo para ser um direito legal, conquistado em todo o mundo a partir de 2000. Cada país elaborou suas legislações e passou a executar aquilo que era um anseio, um clamor universal. A partir de 2000, no que diz respeito aos direitos sociais, buscamos transformações e avanços. Sem dúvida, os equívocos na parte pedagógica envolvem algumas concepções ambíguas que estão na mente dos professores pela carência de educação continuada. Fico arrepiado quando alguém fala em educação seriada. A própria LDB já consagrou a organização da educação em ciclos, etapas, projetos, ou de qualquer outra forma, mas que tenha por objetivo a melhor aprendizagem dos alunos. E esse Plano não pode deixar de atender aquilo que já é lei e que o próprio Conselho Nacional de Educação regulamentou, não apenas na Resolução nº 02/98 do ensino fundamental, mas também na Resolução nº 03/98 do ensino médio. É preciso ficar claro que a educação tem de ser em ciclo, que temos de acabar com a mentira da nota, que a avaliação tem de ser contínua, processual, diagnóstica e formativa para retroalimentar o processo, como ocorre na área da saúde, em que o profissional da saúde investiga, verifica, constata e intervém a fim de obter o estado ideal de saúde do cidadão.

Não devemos manter aquela mentira, que todo educador conhece, de que a nota não representa aprendizagem do aluno, competência adquirida ou assimilação de valores humanos - um dos objetivos da educação - e muito menos habilidade adquirida. A avaliação tem de ser feita no dia a dia, no trabalho na sala de aula e no campo, nas pesquisas, sobretudo no trabalho em equipe. Por sermos seres gregários, temos de aprender a trabalhar em equipe. As nossas sugestões estão disponibilizadas integralmente em nosso "site", pois não há condição de expor tudo isso em 15 minutos. Pretendo convidá-los para nos reunirmos com as entidades, no sábado, para apresentar um projeto substitutivo que assegure a concepção do plano, pois, sem quadro orçamentário de metas, o plano é mera figura de ficção retórica. Precisa ser dito o quanto é necessário investir, como quando da aprovação do Plano Nacional de Educação, a Lei nº 10.127, cujo art. 4º dispõe que a União, os Estados e os Municípios deverão assegurar recursos orçamentários para o cumprimento das metas estabelecidas pelo plano. Ninguém terá o direito de dizer que não há dinheiro para fazer isso, pois constará das leis plurianual e orçamentária. Temos de sair daqui dizendo o quanto é preciso para termos a educação que queremos, para ser investido nos próximos 10 anos, sob pena disso cair, como ocorreu com o projeto da construção do Fundef. Para cumprir o art. 114 da Constituição, precisamos criar um fundo que assegure os recursos necessários. Mais de 90% dos Municípios brasileiros não têm condição de investir o que é necessário. Fiz o cálculo de R\$30,00 por aluno por ano, o que é irrisório. Apresentamos alternativas. Fizemos um estudo de como se dá a educação em outros países, como Holanda, Inglaterra, Suíça, Alemanha, Chile e Argentina. O MEC aproveitou muito bem isso, para que ninguém saia autorizando e se intitulando pai de uma ideia, sem nunca ter estudado o assunto e proposto nada de objetivo. Foi a nossa confederação de pais e alunos que apresentou a proposta, protocolada no MEC, quando o mineiro Itamar Franco era Presidente do País e o Dr. Murilo de Avelar Hingel, Ministro da Educação, para quem peço os aplausos de vocês, por ter sido um brilhante Ministro. Muito obrigado pela atenção.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Gilson Válter Oliveira - Sou do Sind-UTE Contagem. Gostaria de fazer a pergunta ao Prof. João Filocre. Em Contagem, temos tido muitos problemas na rede estadual relacionados às Inspetoras. Acredito que isso não seja apenas em Contagem. Na minha escola, por exemplo, sempre acontecem fatos absurdos. Foi assim da outra vez e, nesta semana, aconteceu mais um fato desse tipo. Inspetoras vão a escolas e, na região do Ressaca, uma Inspetora, dentro de uma sala de aula, à noite, contava alunos, para verificar se as turmas seriam fechadas. Alguns alunos que chegaram mais tarde, conforme acordo com os professores, porque trabalham e não conseguem chegar antes das 19h30min, puderam presenciar esse fato. A Inspetora disse a eles que deveriam cancelar a matrícula, porque não há lei que lhes assegurava o direito de chegar atrasado à escola. Como poderemos trabalhar com esses Inspetores? A Secretaria não poderia dar a esses Inspetores uma função mais nobre, como a dos professores, ou seja, a lutar pela educação, trazer os alunos para as escolas, evitando a repetência e evasão e trabalhando por uma formação realmente de qualidade, com os alunos que temos, não com os que querem. Estamos falando do aluno trabalhador, que não consegue chegar no início das aulas, porque não há políticas de transporte que possam atender ao aluno que trabalha e que gasta mais de uma hora para chegar, por exemplo, na região do Ressaca. A sugestão é rediscutir a função dos Inspetores na escola, para que possam realmente trabalhar junto aos professores e não como cães de guarda da superintendência. O que eles dizem é que estão cumprindo ordens da superintendência. Portanto, não podemos entender que isso seja trabalhar pela inclusão, pela educação de qualidade, pela educação que queremos.

O Sr. José Luís da Costa - Bom-dia. Sou do Sind-UTE. Fico feliz com os discursos. Realmente são muito bonitos. Saímos daqui animados. Parece que a educação vai ter um outro sentido no dia seguinte. Mas, como disse um amigo, na outra semana, voltamos para a mesma realidade, para o velho quadro, para o velho giz, para o velho mimeógrafo. Trouxe provas para corrigir. Paguei o xerox dessas provas, porque, para a segunda via da prova de recuperação, não tenho xerox. Não posso passar no quadro essa prova, porque não tenho o que fazer com os alunos que não vão copiá-la. Mas fico feliz de ouvir os discursos. Saímos daqui animados, pois parece que tudo está muito bem. A fala do Prof. João Filocre foi muito bonito, só que não funciona.

Estamos com um problema sério, é papelada demais, burocracia demais e solução de menos. Faça uma indagação: será que não estamos querendo aplicar o modelo de educação de outros países a uma realidade completamente diferente? Será que isso dá certo aqui? Será que o mesmo modelo que se aplica na França, nos Estados Unidos, na Suíça, seja lá onde for, funciona no Bairro São Sebastião, em Araguari? Deixo essa pergunta.

O Sr. Aurívio Veiga - Bom-dia a todos. Meu nome é Aurívio Veiga, sou professor de Química de Araguari e do Sind-UTE. Primeiro, gostaria de fazer uma ressalva ao Prof. Filocre, porque recurso público utilizado para a formação de professor não é gasto, sempre será investimento. Estamos habituados na escola à seguinte situação: quando o resultado é bom, é virtude da direção, da superintendência, da Secretaria; quando é ruim ou não muito bom, a culpa é dos professores. Isso tem de ser mudado rapidamente. Nesse diapasão, o Prof. Filocre veio com uma novidade: agora, a culpa é da formação dos professores, não é só do professor. Isso é novo, porque até hoje não havia ouvido essa argumentação. Concordamos que existe um distanciamento entre a formação dos professores e a realidade, mas queríamos saber onde está a responsabilidade da Secretaria de Educação e da Superintendência de Ensino. Nesse sentido, minha pergunta é a seguinte: O senhor está há sete anos à frente da Secretaria de Educação e diz que nunca foi procurado por nenhuma entidade para resolver essa questão. Quando foi que o senhor procurou alguma entidade para resolver isso? Quando foi que a Secretaria de Educação de Minas Gerais tomou a iniciativa de tentar resolver o problema? Como diz o ditado, se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé. Se o problema está detectado, por que não se procurou resolvê-lo? Finalizando, parabênizo o Deputado Carlin e a Assembleia por esta iniciativa, que está recuperando o que deveria ter sido feito pelo governo de Minas Gerais. Bom-dia a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Prof. Aurívio. É nosso dever e obrigação.

A Sra. Maria de Fátima Martins da Silveira - Sou da Escola Estadual Alfredo Sá, Sind-UTE, Subsede Teófilo Otôni. Só quero apresentar um

problema que ocorre de maneira geral nas caixas escolares. As escolas estaduais estão enfrentando essa dificuldade, ao serem obrigadas a devolver ao Estado os valores das tarifas cobradas em cada conta: R\$15,00 mensalmente, R\$28,50 anualmente, na época do aniversário da conta no banco. Muitos Diretores têm de tirar do próprio salário para devolver esse valor. Quando se procura o gerente do banco, a resposta é que a instituição não trabalha de graça. Se ligamos para a Superintendência, de Ensino, a resposta é: "Pague com recurso próprio". Como? Nem toda escola tem. Se ligamos para a Secretaria de Educação, somos advertidos a ligar primeiro para a Superintendência, mas já havíamos procurado a Superintendência, e não obtivemos resposta. Ai vamos para a Secretaria, e não pode, tem de seguir a hierarquia. O que fazer, se o setor de prestação de contas alega que não tem poder para resolver?

Fiz uma proposta que está na mesa: dispor de recursos para manutenção das tarifas bancárias e manutenção do cadastro anual cobrado pelo banco na época do seu aniversário.

O Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes - Bom-dia. Meu nome é Marcos e sou da região do Jequitinhonha e Diretor da Fetaemg. O Prof. Filocre traz algumas informações sobre a questão dos 90% e, ontem, percebemos na discussão que, quando se fala de educação, volta para a situação em que se encontra hoje o campo, não só na parte física, mas principalmente na formação dos professores. Hoje um dos maiores problemas que identificamos é justamente a formação. Por quê? Hoje falamos que há problemas com os professores das escolas. No campo, os professores não estão aptos nem capacitados para lidar com aquela realidade, para conseguir conjugar aquilo. Hoje, no Estado, estamos aproximadamente com quase 10 licenciaturas na educação do campo formando professores que consigam dar conta de trabalhar essa realidade e não recebemos nenhum apoio da Secretaria de Estado de Educação nesse trabalho. Então, gostaria que o Prof. Filocre abordasse a sua visão desses professores que atuam na educação no campo. Estamos participando desse plano e temos várias propostas, sendo uma delas a de que esses professores que estão no campo consigam não só serem formados, mas também que a Secretaria de Estado, juntamente com as universidades, proporcione condições para se formarem professores que deem conta dessa realidade. Do contrário, teremos um campo esvaziado, pois sabemos que a maioria dos jovens e trabalhadores saem do campo porque precisam estudar. Se a escola não vai até os alunos que estão no campo, esses precisam ir para a cidade a fim de estudar.

A Sra. Maria Imaculada de Oliveira Vagnatti - Bom-dia. Vou me dirigir ao Secretário João Filocre. Desde 2005, acompanho as suas belíssimas falas sobre o Plano Decenal, que me sensibilizaram e incentivaram a colaborar na construção do Plano Decenal Municipal da Secretaria de Educação de Teófilo Ottoni. Em nove meses, elaboramos esse plano e, em todos os anos, ele é avaliado, tendo quase 90% das ações e metas já sido cumpridas. Aliás, o piso nacional já foi incorporado aos salários dos educadores. Foi o senhor que me orientou e guiou a fazer um plano decenal municipal.

Em 2006, fiz questão de participar da construção do plano decenal estadual, e gostaria de saber do senhor por que esse plano ficou engavetado durante tanto tempo. Por que só agora ele veio para a Assembleia? Parabenizo a Assembleia por ter tirado esse plano do silêncio e trazido para este debate. Essa é a primeira questão.

Espero que, de fato, esse plano saia deste ambiente, vá para a Secretaria e seja cumprido. Existem metas com prazos curtos, um ano, dois anos, e, pelas questões mencionadas, essas metas são extremamente sérias. Então, gostaríamos que, de fato, essas palavras tão fortes que nos movem e são trazidas pelo senhor penetrassem no seu interior, coração e alma, para que essas metas, de fato, sejam cumpridas.

No tocante ao piso salarial, quero dizer que sou professora há 31 anos e estou me aposentando na educação pública com um salário de, mais ou menos, R\$1.200,00 mais descontos. Isso não é justo. Precisamos de um salário digno, e quero também uma explicação para esse piso. Por que, até hoje, há toda essa confusão de não aprovar esse piso nacional, incorporando-se esse salário aos professores mineiros? Outra questão: "o que aconteceu com o nosso plano de carreira? Onde está?". Finalizando quero saber para que está servindo a avaliação de desempenho dos educadores, pois, em todos os anos, somos avaliados. Para quê? Muito obrigada.

A Sra. Marilda de Abreu Araújo - Prof. João Filocre, gostaria de debater com o senhor durante uma tarde inteira o seu discurso, porém me limitarei apenas a uma pergunta.

O senhor criticou bastante a questão da formação dos professores e das entidades que os formam. Será que o Estado não colabora com isso, ao obrigar os professores excedentes a completar a sua carga horária, ou assumir aulas com conteúdos para os quais dizem não estar preparados? A própria Lei Complementar nº 100 foi introduzida para resolver um problema deste Estado, onde os profissionais viraram tapaburacos, pois servem para dar aulas de qualquer conteúdo, sem estarem preparados nem habilitados para isso.

O Sr. Izaquias Pereira da Costa - Sou militante do Sind-UTE. Prof. João Filocre, o senhor falou sobre a formação. Qual foi o projeto de formação profissional que apresentou? Não conheço nenhum projeto do Estado que unisse a formação e a valorização profissional. Muito obrigado.

A Sra. Geane Camargo - Boa-tarde. Meu nome é Geane Camargo e sou do Sind-UTE, subsede de Teófilo Ottoni. A minha pergunta também é dirigida ao Prof. João Filocre.

Na verdade, gostaria de comentar que, quando o senhor iniciou o seu discurso, eu não sabia se ria ou se chorava. Percebi que as pessoas mais diretamente ligadas à educação no Estado de Minas Gerais sabem porque o processo não funciona. Todos têm conhecimento da amplitude do problema e principalmente das desigualdades. Por essa razão, pensava em rir, mas choro porque, há muito tempo, o governo tem conhecimento dessa realidade, mas nunca fez nada, tanto que hoje pretende premiar o professor, para que faça uma mágica e tire da cartola uma solução para que a educação aconteça neste Estado, mas não é assim que tem de ser feito. Sabemos que a educação tem de ser tratada de forma diferente em cada região de Minas Gerais, pois elas são muito diferentes. Isso está bem claro para a Secretaria de Educação. O Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri são apresentados como as regiões com o menor índice de desenvolvimento na educação. Realmente, não há condições de atender a elas com os vestibulares das universidades federais, mas poderiam ser atendidas por um projeto que levasse financiamento e fizesse com que descobrissem as suas riquezas e fossem tratados como pessoas e cidadãos capazes de gerar mais riqueza para o Estado.

O senhor sabe que, infelizmente, os educadores enfrentam dificuldades para manter a sua formação. Temos de buscar isso, pois o Estado enfia os projetos goela abaixo nas escolas, como o da escola em tempo integral, o projeto "padre não sei o quê", Ueja e outros projetos, além da inclusão, que é para inglês ver. Os educadores não estão preparados para isso. Fomos formados para trabalhar com alunos de uma forma, mas hoje somos obrigados a incluir todos, porque são seres humanos, e não porque fomos preparados para isso. Cadê a formação que o Estado deveria oferecer ao educador, para que os projetos para acabar com o analfabetismo em Minas Gerais possam funcionar com dignidade?

Sou professora de História, fui formada para trabalhar com História, mas estou, em ambas as escolas, no cargo de professora de Sociologia, com o que nunca trabalhei. Não estou capacitada para trabalhar com essa disciplina. Mas os meus alunos desejam passar no vestibular e demonstrar a grandeza do Estado de Minas Gerais. Só se for para o Estado, se o Governador continuar fechando os olhos e ouvidos para a realidade. Ele deveria querer outro tipo de educação para falar das grandezas de Minas.

A Sra. Maria Inez Camargos - Embora vários governos desrespeitem leis, o atual governo de Minas é um bom exemplo de desrespeito: desrespeita leis e educadores. Quanto ao debate sobre o Plano Decenal de Educação, pelos debates realizados no interior, as políticas implementadas pelo governo para os educadores não passarão. Esperamos que esta Assembleia, que os Deputados respeitem essa posição que

vem de todo o interior do Estado: não implementem políticas que joguem sob a responsabilidade dos trabalhadores problemas que não podem resolver, problemas que devem ser resolvidos por políticas.

Abordarei também o problema da certificação. A imprensa nos procurou dizendo que a Secretaria de Educação está afirmando que implementará isso neste ano. Pelo que está sendo discutido, a certificação não pode passar, porque é uma política totalmente ineficaz para resolver os problemas da educação, coloca somente sob a responsabilidade do professor a solução para os problemas da educação. A nossa luta por valorização discute a questão da carreira, que esse governo desestruturou completamente ao colocar um abono sobre a jornada e sobre a formação. Esse abono desestruturou toda a carreira. Pergunto ao Secretário João Filocre: qual é a posição desse governo sobre a lei do piso salarial profissional nacional? Como disse o companheiro Heleno, é muito mais que a questão do valor, é a questão da formação, do respeito à possibilidade de avanço na carreira, com pagamento diferenciado pela questão da habilitação e, sobretudo, pela hora-atividade, que temos de ter para garantir melhorias na educação.

O Sr. João Marques - Sou da Subsele Teófilo Ottoni, Sind-UTE. Entregarei a revista "Radiografia da Educação Mineira" ao Prof. Pedro, que é da Bahia, e ao Prof. João Filocre, que não é de Minas também e desconhece a nossa educação.

- Procede-se à entrega da revista.

Estou batendo na tecla do profissional que está em sala de aula, mas não domina o conteúdo. Gostaria que os Profs. Gilson, Pedro e Vitória comentassem o que foi dito. Por meio de uma efetivação, foi imposto às pessoas que assumissem salas de aula sem ter capacidade de dominar o conteúdo. Isso gerou o que está sendo dito hoje em nível nacional, que é a decadência da educação mineira. O Prof. Pedro falou muito bem sobre isso. Infelizmente, professor, talvez, em seu Estado, o professor esteja ganhando mais do que nós.

Quero comentar com o Prof. Gilson a respeito do plano de carreira. Todos teriam que entrar na educação por meio de concurso. Houve uma efetivação, pela Lei nº 100, que beneficiou algumas pessoas. Como disse a colega, ela é professora de História, mas dá aula de Sociologia; o outro nem é professor e dá aula de Inglês. Gostaria que fosse explicado onde está o plano de carreira e onde está o concurso. Em nossa escola, é confuso. Colegas que não dominam o conteúdo, foram obrigados a atuar pela Lei nº 100, que não atende a ninguém. Gostaria que os Profs. Gilson, Pedro e Verônica falassem sobre onde entra a nossa capacitação, se o professor que está ali não tem capacitação para atuar em sala de aula. Como é que podemos trabalhar com esse colega que, infelizmente, não tem formação? Onde estamos pecando em relação a isso?

O Sr. Manuel Paixão - Sou do Sind-UTE de Juiz de Fora. Falo em nome dos meus colegas que são professores nas penitenciárias e nos centros socioeducativos.

Que educação temos? O Deputado já conhece a nossa posição em Juiz de Fora, que defendemos perante a Mesa. Sabemos que, para a merenda dos nossos alunos, o custo é de R\$0,02 ao dia, R\$60,00 ao mês. O recuperando custa R\$60,00 ao dia, o que dá ao Estado de Minas Gerais um custo de R\$1.800,00 por mês, com esse sistema de penitenciária falido do Estado de Minas Gerais.

Diante disso, nossos colegas que estão lá dentro não têm nenhum apoio pedagógico, físico, de segurança, nem nada. Se nossos colegas são oposição à direção da unidade prisional ou à direção da escola, são acusados de relação afetiva com o preso. Uma Diretora no Estado de Minas Gerais teve a coragem de chamar a Polícia para fazer um boletim de ocorrência, porque nossa colega não quis entrar numa cela cheia de sangue e de vômito de preso.

Pergunto ao Heleno se dentro da Confederação já está sendo ao menos ventilada a situação dos nossos colegas que trabalham no falido sistema brasileiro de penitenciárias. Pergunto ao Secretário Filocre se o Estado está preocupado com essa situação.

Nas escolas convencionais, todos já sofremos com essa situação, quanto mais nossos colegas que estão dentro da penitenciária, que estão ao bel-prazer da Diretora da Escola e da Diretora da Penitenciária.

A Sra. Edna Carvalho - Bom-dia. Sou Edna Carvalho, do Sind-UTE de Uberlândia. A minha fala será em cima da indagação do Jacques sobre a falta de professores na rede estadual de Minas Gerais. Poderia estar aqui enumerando vários motivos por que faltam professores na rede estadual, mas falarei sobre dois. O primeiro deles é o salário, sim, como o Jacques falou. É uma vergonha nacional o segundo Estado que mais arrecada dinheiro no Brasil pagar um salário vergonhoso - abaixo do salário mínimo - para os trabalhadores da educação: R\$315,00 para o auxiliar de serviços gerais; R\$330,00 para a Secretária de escola; R\$336,00 para um professor que tem ensino médio; e, pasmem!, R\$500,40 para o professor graduado. O segundo é a sobrecarga de trabalho. Com esse salário, o trabalhador da área de educação tem de ter duas ou três jornadas para poder sobreviver. Além da sobrecarga de trabalho dentro das escolas, ainda há a cobrança do Módulo II - alguns que me precederam já falaram que a cobrança do Módulo II são duas horas que o professor deve cumprir com reuniões pedagógicas; duas horas, com reuniões administrativas; e duas horas, com reforço para o aluno. Há ainda alguns Inspectores insensíveis - alguns nos apoiam -, na cidade de Uberlândia e região, que orientam o Diretor a dar falta para o professor quando o aluno não comparece ao reforço. Essa situação é inadmissível.

Aqui vem a pergunta para o Prof. João Filocre. Com essa carga horária, quando sobrar tempo para o professor elaborar provas e avaliações, organizar os diários e planejar as aulas? Ele ficará sobrecarregado? Quanto ele recebe por isso, já que o Módulo II é cobrado? Não somos contra as reuniões pedagógicas e administrativas, tão necessárias dentro da escola, mas quando ele fará todo o restante do trabalho e quanto receberá por isso?

A Sra. Lavínia Rosa Rodrigues - Represento o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - Sinpro - Minas. Quero abrir o diálogo com o Prof. Jacques Schwartzman. Faço o registro da recuperação do debate também em torno da educação superior. Vimos aqui levantamentos voltados para a questão da formação, que é importante, mas, como professora da rede privada do ensino superior e também da Universidade do Estado de Minas Gerais, gostaria de fazer minha pergunta em relação ao Plano Decenal de Educação, tendo como referência as questões apresentadas pelo Prof. Jacques Schwartzman e pelo Prof. Celson, que representa a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais. É possível pensar em um projeto estratégico de Universidade do Estado de Minas Gerais, quando não se tem praticado ainda um mínimo de autonomia didático-pedagógica, quando nos deparamos com questões colocadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão, que manda cortar os parques e minguados recursos, o que significa até dispensa de professor? Estou observando que essa questão só muda o problema de nível, pois os professores também são obrigados a trabalhar em determinadas condições de docência para as quais não têm uma preparação. O que fazer relativamente à perspectiva do Plano Decenal de Educação de se ter um projeto de universidade estadual?

Queremos que, de fato, haja uma política de Estado que passe por esse governo que está aí e que, aliás, faz uma ótima propaganda de si mesmo.

Não temos absolutamente nada contra a expansão da educação básica, mas, enquanto isso, como fica a educação superior? Quando haverá respeito pela educação superior estadual neste país? Só porque temos 12 universidades federais, estão querendo acabar com as estaduais? Então, que isso venha a público. Mas aqui estamos para defender as universidades estaduais e para saber como a Secretaria de Ciência e Tecnologia pode contribuir nesse processo para melhorar as propostas no Plano Decenal.

O Sr. Gladson Reis - Bom-dia a todos. Meu nome é Gladson e sou Presidente do Grêmio da Escola Estadual Central.

Antes de discutir o ensino superior, primeiramente é preciso fortalecer o ensino básico, porque atualmente, no Estado e no País, há mais jovens nas penitenciárias e cadeias que no ensino superior. Todos sabemos qual é a atual política do governo estadual em relação à educação. A escola pública está um caos. É um absurdo o que acontece por aí.

Tenho uma pergunta para o Secretário Adjunto Filocre sobre a estrutura curricular e gostaria que ele a respondesse. Atualmente, quando se passa para o segundo ano, faz-se a opção pela área biológica, humana ou exata. Sou da área de humanas e não estudo Física. Apenas para treinar, tentei o último vestibular e obtive nota zero na prova de Física. Por outro lado, há estudantes que não têm aula de História. Isso é um absurdo. Como debater, então, o acesso à universidade, se a educação pública do ensino médio não o garante? Temos de ter consciência da necessidade de mais investimentos na educação para garantir o acesso ao ensino superior. Outra providência importante é acabar com o sistema falido de vestibular, que impede a juventude e os trabalhadores de receberem o conhecimento técnico tão necessário para o desenvolvimento do País.

Aproveito a oportunidade para denunciar a ação da Polícia Militar - polícia fascista do governo estadual - durante nossa manifestação pelo meio passe, ontem, em Belo Horizonte. A Polícia Militar prendeu vários estudantes, utilizou "spray" de pimenta e bateu em mulher. Qual foi o crime dos estudantes? Foi defender o meio passe para ir à escola. Muitos chegam ao ponto de nem ir por não terem dinheiro para pagar passagem. Se alguém neste Estado tem de ser preso, que seja o Governador Aécio Neves e a Secretária de Educação, porque eles não pagam o piso nacional dos professores e ainda impõem essa estranha grade curricular.

Deixo aqui minha moção de repúdio à política do governo do Estado e aproveito para mandar um recado à Secretaria de Educação, à Superintendência e à Direção da Escola Estadual Central. Se persistir a repressão ao grêmio da nossa escola, não nos autorizando a passar em salas e a realizar nossas atividades, ocuparemos a Secretaria, a Superintendência e o lugar que for preciso, para garantir a democracia neste Estado.

As propostas do Plano Decenal têm de ser efetivadas. Se não o forem, nós, a exemplo do Sind-UTE, do Sinpro e de outras organizações sindicais, arrancaremos a solução na marra. Como os Deputados não estão aqui para apreciar a discussão do Plano Decenal, ele terá de ser arrancado na marra mesmo. Somente com a organização dos trabalhadores, conquistaremos a educação que queremos e de que o País precisa.

A Sra. Antônia Vitória Soares Aranha - Peço desculpas por não poder ficar até o final do debate. Às 14 horas, tenho uma banca de uma orientanda na minha escola, na Pampulha.

Responderei rapidamente as duas perguntas que chegaram a mim. Uma é da Maria Catarina, de Divinópolis: "Preocupa-me muito a pouca importância dada à formação relacionada à diversidade étnica e à afrodescendência. Quais são as perspectivas a esse respeito?"

Eu diria que essa questão é, antes de mais nada, pertinente e muito justa. Acredito que é importante levar em consideração essa questão, não só no ensino estadual, mas também em toda a educação básica, relativa a afrodescendentes e a outros grupos, tais como indígenas e portadores de necessidades especiais. Mas podemos ver que a reação maior a qualquer apoio dá-se principalmente com os negros.

Quero dizer que mais recentemente, não só em função de iniciativas governamentais estaduais, municipais e federais, mas também em função dos movimentos sociais, a educação tem dado uma maior atenção a políticas de ações afirmativas. Eu daria dois exemplos: um é a Lei nº 10.639, que focaliza o ensino e a cultura da África por intermédio de outras políticas de ingresso e permanência de negros no ensino superior. Não basta colocá-los dentro da universidade se não há políticas de assistência e políticas curriculares para garantir a sua permanência. Em outra ocasião podemos debater isso melhor.

A outra pergunta é da Rosana: "Será que podemos levar a sério a intenção de valorização do professor na educação básica, pois disso depende totalmente a valorização da educação?". Eu me sinto muito contemplada com a sua conclusão. Se não houver uma valorização, em todas as dimensões, da formação, da carreira, do trabalho docente da educação básica, dificilmente conseguiremos avanços maiores na educação. Eu diria que isso não é responsabilidade apenas governamental; é responsabilidade de toda a sociedade. Os estudos que temos, as questões que observamos nos mostram que é necessária uma alteração radical na sociedade com relação à escola e ao professor da educação básica. Eu diria que teremos que fazer uma alteração radical do ponto de vista cultural com relação às nossas escolas e aos professores. Agradeço e coloco-me à disposição para outros debates para os quais fomos convidados. Agradeço à Mesa da Assembleia Legislativa a oportunidade. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Nós é que agradecemos a importante participação da Faculdade de Educação da UFMG e pedimos que transmita a nossa saudação a todos aqueles que fazem parte dessa importante instituição.

A Sra. Terezinha Rocha - Boa-tarde a todos. Sou representante do movimento de deficientes e estou representando também o CVI. A pergunta que faço para os Deputados é como melhorar o transporte no interior, nos lugares de acesso mais difícil, para que possamos dar mais suporte ao trabalhador e ao aluno do interior? Podemos ver o quanto Belo Horizonte cresceu em 30 anos, talvez por falta de estrutura no interior.

Então, pedimos que, se houver, nos deem a resposta. Recentemente houve várias denúncias a respeito da deficiência de transporte no interior. Os alunos até ficaram prejudicados em relação às aulas. É preciso dar suporte ao trabalhador e ao aluno para que haja mais condições de estudo. A educação e a saúde são a base de tudo. Até para entendermos o direito de chegar até aqui, de chegar a essa porta, precisamos ter educação. Quero saber se a Comissão faz esse acompanhamento. Ontem, no meu grupo de debate, as opiniões ficaram divididas. Não houve esclarecimento. A metade falava que temos garantia de transporte, de recursos em geral no interior, e a outra metade falava que não havia. Os moradores do interior bateram de frente nas respostas. Precisamos saber para não sairmos daqui com o disse-me-disse. Uma coisa é falada na televisão. Na realidade, sabemos quando falam que tem, e, na verdade, não tem. Há também o que aconteceu com os recursos da alimentação. Passamos para a Mesa o que a Kátia recebeu por "e-mail" e nos deixou tristes, pois foram setenta e tantos bilhões. Se isso está embutido no computador da alimentação, acreditamos que também aconteça na saúde e na educação. Não estamos vendo isso na realidade. Muito obrigada.

O Sr. Everaldo Dornelas de Queiroz - Boa tarde. Meu nome é Everaldo Dornelas de Queiroz, e sou membro do Conselho-Geral do Sind-UTE e dirigente regional da entidade na Subsele de Manhuaçu. Vivemos um momento de crise financeira mundial. Essa crise começou com a dificuldade de liquidez de algumas instituições financeiras. Podemos dizer que a educação no Brasil está em crise, principalmente em Minas Gerais. Os trabalhadores em educação também têm dificuldade de liquidez por causa do salário que ganham. Para combater a crise financeira mundial, devemos aumentar os investimentos em educação. Dessa forma, investiremos mais recursos na área, faremos girar mais dinheiro. Para que o Plano Decenal tenha sucesso, é preciso que os investimentos aumentem. Sem mais recursos, sua implantação é inviável. Pergunto ao João Filocre se o governo de Minas tem interesse em aumentar os recursos da área da educação, que são poucos.

A Sra. Rosani Souza Oliveira Brito - Meu nome é Rosani Souza Oliveira Brito, e sou professora de História da rede estadual em Cataguases, Zona da Mata, e represento o Sind-UTE. Todo plano de educação deve passar pela valorização e pela formação do profissional. Antes das

eleições, a educação é primordial em todos os palanques. Tudo será resolvido. Nas últimas eleições municipais, muitos professores bateram palmas para muitos partidos de direita que prometeram implantar o piso. Eles acreditaram e hoje estão fazendo operação tartaruga; daqui a uns dias farão paralisação total, porque nada será feito. Boa parte dos governos diz que devemos ter responsabilidade com os alunos e amamos. Temos muita responsabilidade e amamos demais os alunos, porque somos profissionais da educação e dessa forma queremos ser vistos. Queremos ser vistos como profissionais, pois o piso nacional nos dá essa condição.

Gostaria que Heleno Araújo Filho, Secretário de Assuntos Educacionais, falasse mais um pouco sobre o Estado de Minas, criando essa dualidade do nosso piso, com essa certificação que, a princípio, considero vergonhosa. Gostaria que fizesse essa relação entre o piso e essa profissionalização que necessitamos. Vivemos de amor e responsabilidade, mas temos de ser reconhecidos como profissionais da educação, como trabalhadores e trabalhadoras em educação. Gostaria que falasse dessa relação entre o piso e essa vergonhosa história da certificação, da forma como está. Muito obrigada.

O Sr. Cláudio Framone - Muito obrigado. Meu nome é Cláudio Framone, e sou psicólogo educacional, CRP 0414648. Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, milito há 14 anos na educação do Estado de Minas como psicólogo educacional, e somos vistos como "ETs" nas escolas públicas. Aparecemos de vez em quando e sumimos rapidamente. É fundamental que, como categoria profissional, possamos contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem no Estado. Causa-me preocupação notar que, durante o fórum técnico, há muita ansiedade pela implementação de medidas. O cumprimento das metas está sendo esperado para o curtíssimo prazo. Sabemos da inércia do poder público, sabemos como as coisas acontecem lentamente em nosso Estado. Se continuarmos no fórum técnico apontando metas de curtíssimo prazo - por exemplo, a implantação imediata ou daqui a dois anos, mesmo sabendo-se da dívida histórica com a educação -, no ano que vem, o Anastasia anestesiará todas as nossas expectativas. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação por telefone e pela internet do Sr. José Francisco, de João Pinheiro; de Jupeci Alves, de Além Paraíba; da Sra. Marlene Rosa dos Santos, de Carlos Chagas; dos Srs. Laurindo Pereira, de Montes Claros; Paulo de Tarso, de Águas Formosas; das Sras. Leida Aparecida Peixoto, de Passos; Valeska Barros Abrantes, de Paracatu; Maria Conceição Valadares, de Belo Horizonte; de Abedenegi Mangabeira Barbosa, de Conselheiro Lafaiete, e do Sr. Vinícius Marques. Todas as questões serão encaminhadas à nossa assessoria e farão parte dos anais deste trabalho. Agradecemos também a participação, pelo 0800, da Sra. Elizabeth Alves de Oliveira, de Lagoa da Prata, e do nosso conterrâneo da querida cidade de Contagem, Marcos Pinheiro de Lima. Suas sugestões serão anexadas ao caderno de propostas.

Em função do horário, todas as perguntas formuladas por escrito serão repassadas aos palestrantes. Cada palestrante, em suas considerações finais, com livre-arbítrio, escolherá as perguntas que vai responder. Combinamos que, na medida do possível, eles darão retorno, por meio de carta ou "e-mail", e estarão à disposição para, pessoalmente, responder a alguma questão mais específica. Decidimos assim para priorizar o debate nos grupos de trabalho. Passamos, então, para as considerações finais e para a resposta a eventuais perguntas formuladas.

O Sr. Pedro Trindade Barreto - Estou imensamente feliz por ver a participação da sociedade mineira no Plano Decenal, a partir da brilhante iniciativa do Deputado Carlin Moura, pessoa comprometida com os direitos sociais. Como parlamentar, é um exemplo para o Brasil, tem respeitabilidade e credibilidade junto a todos os parlamentares brasileiros. Também fico feliz com a participação de todos os segmentos organizados, porque foram capazes de traduzir com clareza os anseios, repudiando a forma e também o conteúdo de propostas. Eles vieram para construir o que considero um novo Plano Decenal, que é da sociedade. Não é o plano que o governo mandou aperfeiçoar. Em termos de concepção de projeto de lei, entendo que, quando ele é tão desvirtuado por 1.200 emendas e 220 propostas que abrangem todos os itens, que ficaram abertos para garantir a questão do financiamento, a sociedade mineira está de parabéns.

Alguns colegas perguntaram-me sobre o absurdo de um professor sem a devida habilitação profissional ser obrigado a lecionar determinada disciplina. Infelizmente, esse mal é crônico e histórico. Antes do advento da LDB, 690 mil professores leigos na rede de ensino mantinham um sistema de educação mentiroso e fraudulento. Pessoas sem a 8ª série concluída ensinavam Física, Química, Matemática, etc., no ensino médio. Ainda hoje, no Estado de Minas, apesar de todo o esforço e de elevados investimentos da União, há um resíduo de professores leigos - um quadro bem pior do que a professora de História nos relatou - ensinando Sociologia na rede de ensino no Estado de Minas Gerais. É vergonhoso e deprimente e não deveria mais acontecer.

Fizemos o Pró-Formação e o retomamos por mais dois anos, porque ainda havia um grande resíduo no País, com mais recursos e mais reforço. Se a Constituição do Estado já contempla a questão, punindo, em seus arts. 9º, 10 e 218, o agente público que não faz cumprir a lei, que fraudar, ele tem de ser afastado do cargo. Faltaria cadeia para tanto gestor e executivo neste país, porque é um descalabro o que acontece. Essa atribuição é não apenas nossa, dos professores, mas também da sociedade, assim como do Ministério Público, que tem de ser provocado por nós para denunciar este Estado, para entrar com uma ação civil pública pedindo o afastamento do gestor que permite tal situação. A Lei de Diretrizes e Bases é clara e inequívoca. A partir da Década da Educação, não seria mais permitida a contratação de nenhum professor que não tivesse ensino superior. Seria concedido prazo até o ano de 2006 para que todos os professores leigos tivessem oportunidade, com os programas especiais estabelecidos pelo MEC, de obter a formação especial no Pró-Formação e na renovação deste. Dessa maneira, essa distorção é inaceitável. Vocês têm toda a nossa solidariedade e devem encaminhar a denúncia ao Ministério Público, porque a habilitação tem de ser respeitada. Muito obrigado a todos vocês, mineiros. Vocês moram no meu coração. Estarei aqui com vocês no dia 19, no lançamento da Conferência Nacional de Educação. Meu muito-obrigado à Mesa, ao Carlin, aos parlamentares e ao Filocre, que recebeu com grandeza todas as críticas e teve um árduo trabalho para construir esse projeto educacionais. Agradeço a todos os que me honraram com sua participação nesta construção coletiva. Vi em todos um esforço sincero de contribuir para a educação em Minas, a fim de que seja exemplo para o Brasil, como sempre foi.

A Sra. Suely Duque Rodarte - Carlin, não responderemos mais, não é? A partir de agora, responderemos às perguntas por "e-mail". Quanto à pergunta relativa a Barbacena, peço à pessoa que a formulou para procurar-me, pois é uma questão bem particular da cidade, e ajudarei no que me for possível. Quanto ao Diego, nós nos encontramos todos os dias e depois conversaremos. Encerro solicitando que, em vez de aguardarmos tanto tempo as decisões do governo federal quanto à formação dos Conselheiros, esta Assembleia, junto com todos os gestores de Minas, dê esse passo. É urgentemente necessária a formação dos Conselheiros Municipais, para que cada um exerça a sua tarefa com competência. Por que não nos organizarmos em parceria com a Assembleia, com a Undime e demais segmentos? Somos competentes o bastante para fazer essa formação e esse trabalho. Com isso, respondo ao pessoal do Sind-UTE.

Agradeço a esta Casa pela iniciativa do acontecimento. É importante a participação social que constatamos neste momento. Dessa forma, estreitamos a corresponsabilidade, pois a educação é responsabilidade de todos nós. Parabéns, Carlin, parabéns à Assembleia. Gostáramos, entretanto, de ter mais Deputados aqui presentes para dividir conosco as responsabilidades pela educação de Minas Gerais. Muito obrigada.

O Sr. Heleno Araújo Filho - Responderei rapidamente a três questões. Primeiramente, quanto à preocupação que foi levantada por escrito, com relação ao piso salarial. A lei do piso diz que, até 31 de dezembro, pode ser considerado como remuneração, mas não podemos confundir-lo com o salário do professor: é o piso salarial profissional nacional; portanto, é um piso da profissão. Falamos de piso para aquele profissional que está ingressando no serviço público, com a formação de nível médio, no seu início de jornada. Portanto, se o início de jornada é de 20 horas, ele tem um vencimento inicial para aquela jornada de trabalho, com a formação de nível médio. Aplica-se o piso para esse profissional. Para os demais, é desenvolvimento na carreira, e deve ser aplicado o Plano de Cargos e Carreira, em sua íntegra. O que está acontecendo nos Estados e nos Municípios? Querem aplicar o piso para o professor que está recebendo um valor abaixo do piso e desconsideram os outros. Aí, há greve no Rio Grande do Norte, há greve em Recife, em todos os lugares, porque essa é uma leitura equivocada do processo. Aplica-se o piso na base, e aplica-se a carreira. Vai ser preciso reformular o Plano de Cargos e Carreira, e, para tanto, a lei do piso também estipula um prazo - até 31 de dezembro - para a reformulação. A relação piso-certificação ocorreu no debate do Congresso. O Deputado Federal Paulo Renato, ex-

Ministro, apresentou emenda dizendo que só teria direito de receber o piso quem fizesse a prova de certificação e nela fosse aprovado. É importante dizer que não temos medo da avaliação; os trabalhadores em educação querem que seja feita a avaliação do conjunto da educação: do sistema, da escola e nossa, da comunidade escola e professores. Tanto isso é verdade que, a partir do nosso debate, as diretrizes de carreira, aprovadas no CNE, apresentam um item todo específico para avaliação, além de diversos indicadores a serem considerados com vistas a avaliar, fazer o diagnóstico, localizar o problema e criar políticas para resolvê-lo, e não, uma política de avaliação para responsabilizar o professor. Elaborar uma prova e acusar os muitos que tiraram zero é dizer que a educação não avança porque o professor não se deu bem na prova. Esse elemento não cabe nesse processo de construção, quando se discute avaliação.

Questiona-se a presença de novas disciplinas no debate do processo: a educação ambiental e a educação tributária.

A proposta do MEC é acabar com tantas disciplinas e trabalhar por áreas; daí a necessidade do debate. Se forem criadas mais disciplinas, como ficará a situação dos estudantes? Se trabalharmos por área, como responsabilizar algumas áreas em relação à questão ambiental, à questão do financiamento, à questão tributária, à questão fiscal e ao controle do Estado? Devemos pensar essa estrutura para trabalhar esses temas.

Por último, a educação na prisão. Devemos participar nas conferências livres - estão preparando a nossa intervenção na I Conferência Nacional de Segurança Pública -, fazendo diagnóstico da educação na prisão, levantando as preocupações, apresentando nossas propostas e fazendo debate na Conae sobre as nossas atuações nos diversos espaços da educação.

Agradeço o convite para participar deste debate tão importante. Espero que esta construção coletiva que a Assembleia Legislativa propôs e está desenvolvendo junto com diversas entidades no Estado sensibilize o Poder Executivo e que este considere todo o debate e formulação feitos pela comunidade escolar, não apondo veto ao projeto e, principalmente, colocando-o em prática para que possamos realmente ter uma escola pública de qualidade. Muito obrigado.

O Sr. Gilson Reis - Companheiros e companheiras, estamos encerrando uma fase importante deste debate em Minas Gerais. No processo de construção do Plano Decenal nesta Casa, conseguimos estabelecer as oito reuniões regionais. Fomos chamados aqui, e tentaram inviabilizar este debate. O nosso movimento, juntamente com as várias organizações e sindicatos, exigiu que fosse cumprido o acordo para a realização deste seminário. Em negociação com as entidades, conseguimos manter quatro reuniões pela Assembleia e quatro pelo movimento. Com certeza, nestes dois ou três meses em que debatemos educação em Minas Gerais, nós, profissionais da educação, pais, alunos e sociedade, saímos mais fortalecidos. Compreendemos com mais profundidade a nossa educação. Foram apresentadas várias avaliações, e a última foi a do Enem, que demonstra a sua situação pré-falimentar e as difíceis condições em todas as áreas. Neste próximo período histórico, temos de construir, realmente, uma educação pública de qualidade, laica e capaz de formar cidadãos comprometidos com a história do nosso país e do nosso Estado.

Quero registrar a minha indignação com a ausência dos Deputados neste debate. O que estamos discutindo aqui será remetido para eles, mas muitos sequer lerão a proposta original e a proposta que estamos apresentando. Depois, eles se dão ao direito de vir aqui votar o projeto sem saber sequer o que estão votando. Deputado Carlin Moura, uma das pessoas que incentivou este debate, esperamos pelo menos podermos colocar esses Deputados a par do que está acontecendo. Ao final, enviaremos a eles o plano por meio de "e-mail", exigindo que se comprometam com este projeto que estamos discutindo aqui ao longo destes meses. É inadmissível a ausência dos Deputados num debate tão importante para o País e para Minas Gerais. Passaram alguns Deputados aqui, mas muito poucos.

Como o tempo é curto, não será possível responder a todas as perguntas. Mas quero me referir a duas, dizendo que não constituem apenas um problema da rede pública de educação, mas de todas as redes, inclusive da privada, as questões da valorização do profissional da educação, dos baixos salários e da sobrecarga de trabalho. Os professores não dão aula apenas nas salas de aula, mas passam sábados, domingos e feriados, dia e noite, estudando, organizando, elaborando suas aulas, para terem condição de dar retorno da qualidade da educação. Há ainda as jornadas duplas ou triplas, pois o salário é tão pequeno que é preciso trabalhar em duas ou mais escolas, para, no fim do mês, receber o mínimo para custear suas necessidades básicas de vida. A soma de salário baixo, sobrecarga de trabalho e jornada dupla ou tripla só pode ter como resultado uma péssima qualidade da educação. É preciso refletir sobre isso. Não se trata de um problema dos profissionais da educação, mas da sociedade brasileira, da sociedade mineira. É preciso pressionar os governos, os nossos Deputados, que estão à frente dos governos municipais e estaduais, no caso Minas Gerais, para que se comprometam mais com a educação. Finalmente, o problema do plano de cargos e salários, necessidade premente não apenas do ensino básico, mas do ensino superior. Que possa ser definido um plano de cargos e salários o mais urgente possível, para que esse profissional possa ter condições dignas de trabalho. Como disse na minha intervenção inicial, este debate se encerrará amanhã. Com certeza sairemos daqui com uma proposta muito mais avançada em relação à original, apresentada pelo governo; aliás, é uma nova proposta. Cada sindicato, cada organização que aqui está precisa divulgá-la. Que possamos pressionar esta Assembleia e o governo do Estado para se comprometerem com esse Plano Decenal. Desde a Constituição de 1988, há necessidade de sua aprovação. Passaram-se 21 anos. Se fosse para atender a certos interesses particulares, tudo teria sido decidido rapidamente; mas, como se trata da educação, esperamos 21 anos. Que, após tantos anos, seja aplicado na sua forma, na sua essência e no seu conteúdo. Parabéns a todos nós pelo movimento e pelo debate tão rico que construímos ao longo destes meses. Muito obrigado.

O Secretário Adjunto João Antônio Filocre Saraiva - Evidentemente, para atender a todas as perguntas, não farei as minhas considerações finais em tempo tão curto, como fizeram os demais membros da Mesa. Isso não seria respeitoso com aqueles que apresentaram perguntas, oralmente ou por escrito. Não é certo, simplesmente, eu falar rapidamente, despedir-me e ir embora. Tenho a obrigação, como Secretário, de responder a todos. Trata-se de uma prestação de contas a todos que aqui estão, e a farei no tempo que for necessário. Gostaria de iniciar a minha fala prestando alguns esclarecimentos sobre o que foi dito. Como disse no fórum técnico realizado há um mês, uma das grandes conquistas, um dos grandes progressos na área da educação foi a qualificação do debate. Há 20 ou 30 anos, as conversas eram feitas com base no desejo de cada um. Hoje dispomos de sistemas de avaliação muito precisos, com séries históricas importantes, censos escolares, todo um conjunto de informações bastante confiável, que permite à sociedade, aos especialistas, às instituições acadêmicas fazer uma discussão qualificada do problema da educação. Isso é uma grande conquista. Faço questão de responder a vocês, de conversar com vocês, com base nas informações precisas da Secretaria. Se alguma coisa não está sendo feita no Estado não é por ignorância da Secretaria a respeito da realidade. Algo que fazemos permanentemente é estudar a realidade para saber o que está acontecendo.

Não nos escondamos atrás da ignorância dos fatos para dizer que não fizemos porque não sabíamos. Conhecemos a realidade, fazemos as políticas e desenvolvemos as ações que achamos ser as melhores para a educação, as que têm mais chance de produzir resultados benéficos para os nossos alunos e cuja realização está dentro das condições do Estado. Então, isso é claro e preciso. Não nos escondemos atrás da falta de informações para justificar alguma coisa que não está sendo feita. E é porque não nos escondemos que tenho de prestar um outro esclarecimento a respeito do Enem, que tem sido muito utilizado para justificar a posição não pouco favorável da educação de Minas em relação a outros Estados. Só quero lembrar que, no dia posterior, aconteceu a divulgação pela imprensa dos resultados do Enem pelo Ministério da Educação. Ele divulga, em primeiro lugar, pela imprensa, para depois informar às secretarias municipais e estaduais. Sabemos depois da imprensa. A imprensa recebe as análises do Ministério em primeiro lugar. No dia seguinte, o Ministro da Educação, numa entrevista coletiva, chamou a atenção, depois do estrago feito, para o fato de que o Enem não é o instrumento adequado para fazer comparações entre escolas e sistemas. O Ministro sabe que o Enem não foi feito para isso. O Enem faz o aluno que quiser; não é universal nem amostral. Quem quiser vai lá e faz. As provas não são comparáveis. Os itens não são testados. Então, não é possível dizer se o Enem deste ano foi mais difícil ou mais fácil do que o do ano passado, se houve melhora ou piora de um ano para outro. Os resultados não são comparáveis. O Ministro da Educação sabe desse fato, mas só disse isso no dia seguinte pela imprensa. Mas, como muitas pessoas ouviram as notícias no dia anterior e ignoraram o que o Ministro disse no dia seguinte, continuaram afirmando que Minas está mal. Não dizem, por exemplo, que, das 50 escolas de mais baixo desempenho no Enem, existem apenas duas de Minas. Se Minas estivesse dentro dessas 50, representada pelo seu tamanho - Minas é 10% do Brasil - teríamos de ter pelo menos cinco. Nesta segunda-feira, saiu uma matéria do Ministério da Educação, mostrando por que as escolas de

Minas ficaram entre as 50. Os alunos não fizeram a prova. O índice de participação foi baixíssimo por alguma razão. Não sabiam se era por boicote, por falta de interesse ou por algum outro motivo, mas as duas escolas têm apresentado bom desempenho. Seus alunos não fizeram a prova. Acho que, se realmente queremos ter um retrato razoável, um espelho mais confiável da realidade da educação em Minas, será importante nos apoiarmos nos fatos obtidos, por meio de métodos e processos que permitam essa comparação entre uma escola e outra, um sistema e outro, um ano e outro. O próprio Ministério faz isso, por meio do Saeb. Ele faz avaliação do 5º ano, do 9º ano e do 3º ano do ensino médio. Ali Minas não está mal. Estava, em 2002, em 4º lugar. Hoje estamos muito mais bem-situados do que antes. Antes, estava tudo bem. Os consultores que tinham contratos com a Secretaria de Educação, no governo passado, não achavam que a situação estava ruim naquela época. Havia caído do 1º para o 4º. Hoje, quando Minas retoma uma posição dianteira, disputando com Estados que têm mais recursos, como São Paulo, vemos que estamos numa situação muito boa. O Distrito Federal gasta R\$6.000,00 com cada aluno por ano. São Paulo gasta R\$3.000,00. Minas não tem esse dinheiro, pois os nossos professores, pela sua competência, conseguem superar todas essas diferenças e colocar Minas lá na frente. Isso não é mérito do Estado. Essa posição privilegiada de Minas Gerais, no cenário educacional, deve-se ao esforço e ao trabalho que é realizado em cada escola. A Secretaria de Educação está apenas indiretamente dentro da sala de aula; quem está lá são os professores. Quem está dentro da escola são os profissionais. Nós passamos, mas todos os servidores permanecem.

Eu possuía essa revista do Sind-UTE e já a havia lido cuidadosamente. Considero louvável que o Sind-UTE faça esse trabalho, deve fazê-lo sempre. Essa preocupação em conhecer como as coisas estão lá e começar a tomar medidas com base nisso é louvável, não se pode criticar. O que não é razoável é o Sind-UTE querer, a partir desse trabalho, fazer uma inferência sobre a realidade do sistema educacional de Minas, porque isso é um trabalho jornalístico. Aqui tenho apenas 15 escolas que não foram escolhidas de tal maneira que se constituísse numa amostra estatisticamente representativa da rede estadual de Minas. Não é.

Tem-se de tratar a questão dentro dos limites permitidos. Se o Sind-UTE deseja ter um instrumento que lhe permita falar sobre a realidade da escola, digo ao Sindicato e a todas as demais entidades, inclusive as estudantis, que vamos contratar uma instituição especializada para fazer uma pesquisa. Faremos uma pesquisa, com o acompanhamento das entidades, mas com uma metodologia que permita obter resultados que informem corretamente sobre a realidade de Minas. A Secretaria faz esse convite a todas as entidades. Vamos contratar uma instituição capacitada para esse trabalho, faremos a pesquisa e vamos divulgar os resultados. Eles serão a base para as nossas conversas, para a avaliação da educação em Minas e do trabalho realizado por este governo, que está no comando transitoriamente. Eu ouvi todos. Agora não permito que se fale. Se o Sind-UTE deseja, a Secretaria se dispõe a fazer uma pesquisa que resulte nesse instrumento que permita à entidade fazer inferências e afirmar algo sobre todo o sistema. Fica proposto isso a vocês.

O outro esclarecimento diz respeito a perguntas que me foram encaminhadas sobre o uso de recursos da educação para financiar projetos. Algumas pessoas fizeram perguntas por escrito, e não no microfone, sobre esse assunto, alegando que o desenvolvimento desses projetos reduz os recursos da educação para pagar melhores salários aos professores. Quero esclarecer como se faz o financiamento da educação. Os recursos que a Secretaria utiliza para financiar todos esses projetos não poderiam ser utilizados para o financiamento da folha. Os recursos desses projetos não vêm do Fundef, mas da Quota Estadual do Salário-Educação - Ques - que, constitucionalmente, não pode ser usada para pagar salário. Então não é recurso retirado da folha de pagamento. São recursos de outras fontes, que vêm da Quota Estadual do Salário-Educação, e que não são volumosos, mas o suficiente para fazermos um esforço e financiarmos as transformações que queremos empreender.

A respeito das grandes diferenças regionais, a matéria é conhecida. As políticas e as ações da Secretaria têm por finalidade reduzir essa diferença. Nós nos orgulhamos dos dados já publicados, mostrando que as diferenças entre as várias regiões de Minas não vêm aumentando, mas diminuindo. Apresentei alguns desses números no primeiro fórum - não todos, é claro. Mas tive a oportunidade de, nesse caso específico, demonstrar que a diferença entre as várias regiões está diminuindo.

Sobre a formação de professores, que elegi hoje como sendo o assunto central e à qual me referi na minha fala inicial, continuo afirmando que não há na educação apenas a questão da formação.

Há muitos outros problemas, e todos precisam ser enfrentados, mas nada do que se faça produzirá um resultado satisfatório se não tivermos uma equipe de profissionais. Falo de profissionais da educação, não apenas os professores, e alguém aqui me cobrou isto: "Só fala de professores especialistas". Não, falo dos profissionais da educação, uma equipe capaz de realmente realizar o trabalho que corresponda à expectativa da sociedade e atenda suas necessidades. Isso é fundamental.

Alguém me disse que, se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé, e quero dizer que Minas Gerais já colabora com as instituições. Quer dizer, já desenvolvemos e financiamos projetos de formação inicial com várias instituições, como a PUC, a Unimontes e a Uemg, por exemplo. Já formamos 7.500 professores de várias disciplinas. Também fizemos um projeto que formou 15 mil professores por meio de uma rede de instituições de Ensino Superior; 20 instituições foram contratadas para desenvolver o Projeto Veredas. Formamos 15 mil pessoas. Então Minas, mais do que outros Estados, tem a tradição de um bom relacionamento com as instituições formadoras.

Qual é, então, o problema? O problema é que as instituições respondem quando a Secretaria demanda e financia, fazem o trabalho para projetos específicos, mas os seus cursos de licenciatura regulares não se modificam. Dessa forma, se solicitamos e financiamos um curso de formação para professores de Física, não faltará professor da equipe da instituição para realizar o projeto, como contratado, diferentemente do curso que se oferece regularmente. Acabado o projeto, a instituição continua formando, da mesma maneira, os seus alunos regulares de licenciatura, segundo os mesmos pressupostos e com o mesmo distanciamento da realidade. Esse é o problema: a instituição não se modifica, e eles não têm aprendido ou têm aprendido muito pouco com essa relação histórica que a Secretaria de Educação estabelece.

De qualquer maneira, em relação à formação, o Governador já publicou, em outubro, um decreto criando a Rede Mineira de Formação de Educadores. Esse é o projeto que, daqui para frente, procurará responder às necessidades de formação. Essa é uma rede para atender, efetivamente, todo o pessoal efetivo ou o pessoal ativo no Estado, e será constituída por instituições formadoras que atendem certas exigências de qualidade. Uma delas é que só pode fazer parte da rede a instituição que tiver programa de pós-graduação avaliado pelo Caps. Então, das 300 instituições existentes em Minas Gerais, apenas 25 ou 26 estão em condições de realizar um trabalho. Isso é uma garantia de qualidade de trabalho com os nossos profissionais da educação, e esse decreto já foi publicado. Também a Secretária já publicou uma resolução regulamentando-o, e agora estamos entrando na fase de elaborar a certificação das instituições que a integrarão. Por meio desse caminho, dessas estratégias, a formação dos profissionais de educação se fará, daqui para frente, na rede estadual.

A respeito da questão central, na verdade não é o piso, mas a remuneração, a política remuneratória. O piso só se torna algo fundamental quando a política do Estado não é suficiente. Então precisamos de uma política que vá além do piso, porque este, rigorosamente, com os padrões de remuneração que estabelece, pode ser importante para um Estado do Nordeste ou um Município do interior, mas não resolve o problema da rede estadual. Precisamos, na verdade, definir uma política de remuneração adequada. Não vou ficar aqui, como já disse, negando a realidade e falando que professor do Estado ganha bem, que servidor ganha bem e que o técnico ganha bem. Não ganha, e não adianta querer tampar o sol com a peneira. Essa é a nossa realidade, e, se o pessoal já tinha antes o direito de receber uma remuneração melhor que a que tinha há 10 anos ou 5 anos, hoje isso é um direito maior ainda, em consequência dos resultados que o sistema apresenta. Se, quando os resultados estavam ruins, as pessoas já tinham o direito de reivindicar uma remuneração melhor, agora que todo o sistema e todos os profissionais mostraram que são capazes de alavancar o desenvolvimento da educação de Minas e apresentar melhores resultados, é maior ainda o direito de fazer as exigências. Do ponto de vista moral, eles estão ainda mais qualificados para fazer essa exigência ao governo. É assim, e não adianta negar.

Outra coisa é o Estado, com suas dificuldades, acertar com as entidades como isso poderá ser feito. De um lado, o problema de Minas Gerais

diz respeito à remuneração básica; de outro, há uma questão grave e difícil de resolver, que tem de ser negociada com todas as entidades: a grande diferença de remuneração entre os próprios professores. Ninguém ganha menos do que R\$850,00, pois a lei não permite isso. Antes de o Congresso aprovar o piso salarial nacional, Minas Gerais já tinha estabelecido o seu.

No que diz respeito à aplicação do piso salarial em Minas Gerais, se considerarmos a lei aprovada pela Assembleia Legislativa no ano passado e implantada em Minas, já está assegurado que nosso Estado cumpre as determinações da lei como está hoje, mas, no ano que vem, isso não acontecerá, pois, quando esse piso for transformado em um piso de vencimento básico, a história será completamente diferente. Hoje, enquanto a lei estabelecer que isso é considerado um piso remuneratório, em que poderão ser incluídas as gratificações e as outras vantagens, aqui em Minas Gerais isso será cumprido.

Há uma diferença no entendimento da lei, e isso não será eu quem resolverá, mas as pessoas, que terão de examinar e definir a questão. Quando foi criada, a lei estabeleceu que o piso seria de R\$950,00 para 40 horas. Essa é a diferença. Há um entendimento de que, se forem 24 horas, a remuneração seria de R\$950,00. Caso o professor dê 10 aulas, também receberá R\$950,00. E se der uma aula somente, receberá os mesmos R\$950,00. Esse entendimento é um absurdo, pois alguns professores dão uma, duas ou três aulas e recebem R\$950,00. É óbvio que isso não pode continuar assim. Quando o governo federal encaminhou o projeto à Assembleia, a remuneração era claramente proporcional à jornada de trabalho. Essas modificações introduzidas posteriormente deram essa possibilidade de interpretação, que não nos parece razoável. Nesse sistema, não faltam professores que dão 4, 5 e 10 aulas e recebem a mesma remuneração de um professor que dá 24 aulas. Isso não é razoável. Essa é a questão.

Do ponto de vista da aplicação da lei, referente ao piso, como está disposta não há no Estado nada que esteja violando ou contrariando o que a lei estabelece, mas estudos e mudanças precisam acontecer em um prazo estabelecido pela própria lei, que é até 31 de dezembro, incluindo-se as mudanças no plano de carreira, para que, a partir do ano que vem, em que as regras serão de outra natureza, as normas sejam cumpridas por Minas Gerais.

Cumprimento a Assembleia pela iniciativa desse processo. O que acontece é muito importante. Com a participação de todos vocês e de todas as entidades envolvidas, teremos condições de elaborar um documento que realmente seja capaz de orientar a educação de Minas, não neste governo, que está na reta final, mas em todos os que vierem daqui para a frente. Muito obrigado.

O Sr. Celson José da Silva - Serei rápido, pois já estamos no apagar das luzes, mas não poderia deixar de prestar um esclarecimento. Foi dito que todas as perguntas escritas seguiam essa linha referente à cobrança de mensalidade pela Uemg. Isso não é verdade, pois a Uemg não cobra mensalidade em seus cursos normais. Quem cobra mensalidades são as instituições do ensino superior mantidas pelas fundações privadas, que integram o sistema estadual por força de uma decisão constitucional, incluindo-se as seis fundações associadas à Uemg. A bem da verdade, reafirmo que são fundações educacionais associadas à Uemg por dispositivo da Emenda à Constituição nº 72, que diz explicitamente: "Com vistas ao estabelecimento de cooperação mútua, mantida a autonomia administrativa, financeira e patrimonial das fundações". Ou seja, nenhuma dessas 32 fundações pertence ou pertenceu à estrutura formal da Uemg. Portanto, não é a Uemg que cobra mensalidades dos seus alunos matriculados em seus cursos.

Agradeço, em nome da Secretaria, a oportunidade de estar aqui presente. Cumprimento, particularmente, o Deputado Carlin Moura - velho companheiro de lutas, de muitos anos, quando eu exercia cargos de administração universitária na UFMG -, pela iniciativa deste fórum. Despeço-me com um muito-obrigado a todos.

O Sr. Jacques Schwartzman - Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês discutindo questões relacionadas com a educação, particularmente o ensino superior. Responderei a duas questões que me foram encaminhadas. A primeira é da Sra. Maria Catarina, de Divinópolis, que indaga o seguinte: "Quando o governo efetivará, de fato, a transformação de algumas universidades mineiras em públicas?". As escolas que antes eram associadas à Uemg não são mais associadas à Uemg. Havendo interesse mútuo do Estado e das universidades, pode haver essa associação. Isso está previsto em lei. De maneira geral, a estatização de universidades pode ser muito problemática, porque, em primeiro lugar, incorpora toda a força de trabalho de seus professores e funcionários, que se tornarão funcionários públicos. Em segundo lugar, deixa-se de cobrar mensalidades: os alunos que eram pagantes antes deixarão de ser. Alguns se beneficiarão disso, mas outros não têm necessidade dessa gratuidade do Estado. É uma situação complicada, mas existem outras maneiras de o Estado intervir. Pode, por exemplo, incentivar determinados cursos, determinadas áreas de conhecimento, determinadas áreas de pesquisa sem estatizar a universidade. Isso é um grande problema, porque tira as autonomias financeira e administrativa, que são muito precárias nas universidades públicas estaduais e federais.

A outra pergunta, encaminhada pela Sra. Beatriz Rocha, fica prejudicada pela falta de informação: "Se existem vagas ociosas nas universidades federais, por que não aproveitar o momento para trabalhar com a formação continuada dos professores do ensino básico, em Minas Gerais?". Creio que cometi um erro de comunicação, quando disse que havia grande quantidade de vagas ociosas em Minas Gerais. Na realidade existem, mas não estão nas universidades federais, que têm taxa de ociosidade muito baixa. Se desejarem aproveitar a capacidade ociosa dessas instituições para a formação continuada de professores, creio ser perfeitamente possível, mas estaremos tratando de universidades particulares, que terão seus custos, seus honorários, etc. Isso é possível, mas não em universidades federais, que estão com uma capacidade praticamente plena.

Era o que gostaria de dizer. Agradeço novamente a oportunidade de participar deste debate. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Prof. Jacques. Sobre a questão do transporte escolar, as informações são as seguintes: o governo federal repassa recursos, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE -, ao Estado e aos Municípios, conforme o número de alunos matriculados nas redes de ensino fundamental e médio. O repasse é calculado conforme o número de alunos residentes na zona rural que necessitam do transporte. O Estado complementa os repasses na forma de convênio com os Municípios, para que se responsabilizem também pelo transporte dos alunos da rede estadual. A reclamação dos Municípios é que os valores repassados são insuficientes para a execução do serviço com qualidade.

Informação importante: as apresentações feitas durante as palestras estão disponíveis na internet, na página da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br. Basta acessar o "site" e ir até o "link" do Fórum Técnico do Plano Decenal. O áudio também está disponível. A nossa tecnologia é muito moderna.

Informo que retornaremos às 14h30min. Na parte da tarde o Grupo 4 - "Educação superior" vai reunir-se no Plenarinho 1, no andar SE; o Grupo 5 - "Formação e valorização dos profissionais de educação" vai reunir-se no Teatro, no andar térreo; o Grupo 6 - "Financiamento e gestão, interação entre as redes de ensino" vai reunir-se no andar SE.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais é uma instituição pioneira no debate com a sociedade. Há 17 anos, a Assembleia de Minas abre espaço para ouvir a sociedade. O exemplo disso é este fórum sobre o plano decenal, que visou ouvir a sociedade. A Assembleia interrompeu a tramitação do Projeto de Lei nº 2.215/2008 para ouvir a sociedade. Foram feitos oito encontros regionais. Diversos parlamentares participaram desses encontros, comparecendo ontem, hoje, e provavelmente amanhã comparecerão. O resultado deste fórum será consolidado em um relatório que será apresentado amanhã ao Presidente da Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho. Os 77 parlamentares desta Casa

receberão uma cópia do relatório final. Todo o material de divulgação da Assembleia, o nosso Boletim Informativo, o "Assembleia Informa", dará o devido destaque para as discussões e polêmicas aqui apresentadas. Existe um "hot site" específico na página da Assembleia, com todo o conteúdo discutido aqui e nos fóruns regionais. Durante a tramitação do projeto de lei, esse tema será debatido pelos parlamentares. O nosso objetivo fundamental é ouvir a sociedade civil. Os parlamentares não poderiam intervir nesse debate, pois tiraríamos a oportunidade de os senhores e as senhoras o fazerem. Posteriormente, faremos um profundo estudo, que será objeto de debate interno nesta Casa. A Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia já avisou, ontem, que a relatoria será compartilhada. Faremos um grande esforço para que as propostas sejam incluídas no projeto final em forma de emendas.

Esta Casa continua funcionando normalmente. Faço um agradecimento especial aos Deputados e Deputadas componentes da Comissão de Educação, à Deputada Maria Lúcia Mendonça, à Deputada Gláucia Brandão, ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva e a todos os demais.

Faço uma homenagem à ex-Deputada Elisa Costa, Prefeita de Governador Valadares, que, como Líder da Bancada PT-PCdoB, teve a iniciativa, juntamente com este Deputado, de apresentar o requerimento para a realização deste fórum. Ela está em Brasília, em reunião com Ministros, por isso não pôde estar aqui presente, mas tentará comparecer amanhã, durante o encerramento.

A Bancada PT-PCdoB é pequena, mas muito laboriosa. Dividimos as tarefas e coube a este Deputado acompanhar assuntos relacionados à educação. Todas as posições adotadas pela Bancada PT-PCdoB são conjuntas, previamente discutidas com o conjunto da bancada.

O mesmo procedimento também é adotado pelos outros blocos parlamentares e partidos. Os Deputados e as Deputadas da Casa estão muito envolvidos com este importante debate, inclusive o nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Posso já afirmar, de antemão, que este, sem dúvida nenhuma, foi um dos principais e, talvez, o mais importante acontecimento realizado no Plenário desta Casa. Quero agradecer, de forma muito especial, à nossa assessoria, à nossa Gerência de Projetos Institucionais - GPI -, porque, sem a presença dos nossos servidores, dos nossos Consultores e assessores, esse trabalho não seria tão benfeito. O conteúdo deste debate será novamente reprisado na TV Assembleia.

A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença, especialmente aos nossos ilustres palestrantes, que engrandeceram muito o debate, e ainda às instituições e entidades participantes, que são fundamentais para a defesa da educação em Minas Gerais.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/5/2009

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho e da Deputada Gláucia Brandão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Suspensão e reabertura da reunião - Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho - Apresentação das propostas e dos pedidos de destaque - Votação do documento final, salvo destaques; aprovação - Suspensão e reabertura da reunião - Apreciação dos destaques - Apresentação e apreciação de novas propostas - Eleição da Comissão de Representação do Fórum - Entrega do Documento Final - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Carlin Moura - Gláucia Brandão - Lafayette de Andrada - Maria Lúcia Mendonça.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Gláucia Brandão) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

A Sra. Presidente - Destina-se esta reunião à realização da plenária final do fórum técnico "Plano Decenal de Educação em Minas Gerais: Desafios da Política Educacional". A plenária final será destinada à discussão, votação e aprovação das propostas resultantes dos grupos de trabalho, à eleição da comissão de representação e à entrega do documento final. Quero dar as boas-vindas a todos.

Meu nome é Gláucia Brandão e também sou educadora: fui professora em escola pública, em Belo Horizonte; trabalhei na Universidade Federal como professora - atualmente aposentada -; e fui Secretária de Educação. Temos muito em comum e, com muita alegria, estamos aqui nesta sexta-feira para finalizar este trabalho de tão grande importância, que irá definir as metas, as ações estratégicas para a política educacional nos próximos 10 anos. Estamos aqui como corresponsáveis pela elaboração desse plano e pelo acompanhamento de sua implementação. A Assembleia foi muito privilegiada por ter esses dois dias de debate profícuo com a sociedade civil organizada, com as entidades, com os gestores, com os pais, com os alunos. Isso é um privilégio para a democracia participativa, pois, juntos, vamos definir o rumo da educação em nosso Estado. Quero parabenizar a todos vocês: esta Casa, a GPI, a nossa assessoria, as pessoas que ficaram aqui até 1 hora da manhã discutindo as propostas. Isso é cidadania, isso é compromisso, isso faz a diferença na realização de políticas públicas voltadas para a promoção do bem comum.

Quero falar da minha alegria em estar à frente dos trabalhos hoje. Tenho certeza de que será um trabalho profícuo. O trabalho maior já foi feito

pelos grupos, que tiveram legitimidade no aprofundamento das questões. Estamos aqui numa plenária para referendar e aperfeiçoar ainda mais as propostas apresentadas e aprovadas nos grupos temáticos. O trabalho não será complicado. Estamos aqui para trabalhar com o conteúdo, e quero chamar a atenção de vocês para que não se prendam à redação. Para isso temos uma assessoria técnica que irá rever todas as questões. As propostas ainda serão encaminhadas para a Comissão de Educação da Casa. Vamos nos ater ao conteúdo. Nós podemos adicionar termos para aperfeiçoar a proposta, podemos suprimir - se não houver relevância nem a fundamentação necessária - e podemos alterar. Também novas propostas podem ser incluídas. Teremos uma manhã de muito trabalho e precisaremos de muita sabedoria, de muita humildade para escutar o outro, de muita paciência. Se não tivermos essa meta e coerência nos trabalhos, poderemos ficar aqui até às 18 horas. São 250 propostas. Não vamos desqualificar o trabalho que foi feito nos grupos temáticos. Agradeço a presença do autor do requerimento, Deputado Carlin Moura, um incessante batalhador em prol da educação, em prol da política pública que promove a dignidade e a cidadania em Minas Gerais.

Composição da Mesa

A Sra. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Lívia Maria Fraga Vieira, Professora do Departamento de Administração Escolar da FAE-UFMG e Coordenadora do Grupo 1 - Educação Infantil - Ensino Fundamental; Galdina de Souza Arrais, Coordenadora da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Minas Gerais e relatora do Grupo 1; o Exmo. Sr. Hormindo Pereira de Souza Júnior, Professor do Departamento de Administração Escolar da FAE-UFMG e Coordenador do Grupo 2 - Ensino Médio - Educação Tecnológica e Formação Profissional; as Exmas. Sras. Savana Diniz Gomes Melo, membro do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente - Gestrado - da FAE-UFMG e Coordenadora do Grupo 2; Rosely Carlos Augusto, representante da Rede Mineira de Educação do Campo e da Comissão Pastoral da Terra e Coordenadora do Grupo 3 - Educação Especial - Educação de Jovens e Adultos - Educação Indígena, Educação no Campo e Quilombola; Santuza Abras, Diretora-Geral do câmpus BH da Uemg e Coordenadora do Grupo 4 - Educação Superior; o Exmo. Sr. Alexandre Borges de Miranda, Professor do Departamento de Administração Escolar da FAE-UFMG e Coordenador do Grupo 4; as Exmas. Sras. Maria Helena Oliveira Gonçalves Augusto, membro do Gestrado da FAE-UFMG e Coordenadora do Grupo 5 - Formação e Valorização dos Profissionais de Educação; Maria Juliana de Almeida e Silva, membro do Gestrado da FAE-UFMG e Coordenadora do Grupo 5; Geane Aparecida Camargo, relatora do Grupo 5; Rosani Souza Oliveira Brito, representante do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE - de Cataguases e relatora do Grupo 6 - Financiamento e Gestão - Interação entre as redes de ensino; o Exmo. Sr. João Marques Gonçalves, representante do Sind-UTE de Teófilo Otôni e relator do Grupo 6; a Exma. Sra. Deputada Maria Lúcia Mendonça, Presidente da Comissão de Educação desta Casa; e o Exmo. Sr. Deputado Carlin Moura, coautor do requerimento, junto com a ex-Deputada Elisa Costa, que deu origem a esta solenidade.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

A Sra. Presidente - A Presidência informa aos participantes a dinâmica desta plenária. O documento contendo as propostas dos grupos de trabalho já foi distribuído. Após a reabertura da reunião, será feita a apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho com apresentação dos pedidos de destaque. A Presidência vai ler cada proposta, e a Mesa receberá os pedidos de destaque, os quais deverão ser feitos oralmente. Os destaques podem ser feitos para suprimir, adicionar ou modificar. Para agilizar os trabalhos, a Presidência solicita aos participantes que as alterações propostas sejam substanciais, evitando-se mudanças pouco significativas. Propostas novas e propostas contraditórias serão automaticamente descartadas. Até o momento da votação, poderão ser apresentadas novas propostas, desde que formalizadas por escrito e subscritas por, no mínimo, 30% dos votantes presentes. Quem tiver novas propostas deve pegar a assinatura de pelo menos 30% dos votantes. Aprovado o relatório, salvo destaque, será concedida a palavra por até 2 minutos aos seus autores para o encaminhamento da votação das propostas destacadas, e, ao final, para votação de novas propostas, alternando-se um encaminhamento favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência. Informamos que a aprovação da proposta destacada prejudicará a proposta com teor contrário, aprovada em bloco.

A ata deste fórum técnico contendo a transcrição completa das exposições e debates será publicada no "Diário do Legislativo", na edição do dia 30/5/2009. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões do fórum técnico esclarecemos que não será possível fornecer cópias das gravações, pois haverá a reprise do evento pela TV Assembleia. A reprise será exibida nos seguintes dias e horários: dia 22/5/2009, sexta-feira, às 8h30min, será a reprise do dia 13; no dia 23/5/2009, sábado, às 8h30min, reprise do dia 14; no dia 24/5/2009, domingo, 8h30min, reprise do dia 15, plenária final.

Suspensão da Reunião

A Sra. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 20 minutos, para que os participantes façam a leitura da proposta do documento final. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

A Sra. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência lembra aos participantes que, antes do encerramento desta reunião, conforme prevê o regulamento do fórum técnico, será eleita uma comissão de representação para acompanhar junto à Assembleia Legislativa o desdobramento das propostas aprovadas neste fórum. Caso alguma entidade tenha interesse em apresentar alguma proposta para a composição da comissão de representação, a Presidência solicita que os pedidos sejam encaminhados à Mesa, por escrito, até as 11 horas. Portanto, as pessoas interessadas em participar dessa comissão, que acompanhará os trabalhos na Comissão de Educação e a tramitação do projeto de lei, favor se inscreverem junto à Mesa, até as 11 horas.

Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

A Sra. Presidente - Neste momento, farão uso da palavra os coordenadores e relatores dos grupos de trabalho. Cada grupo terá o prazo de 5 minutos para relatar o seu trabalho.

A Sra. Lívia Maria Fraga Vieira - Bom-dia a todos. Meu nome é Lívia Maria Fraga Vieira. Sou professora da Faculdade de Educação da UFMG. Estou colaborando com os trabalhos de apresentação e discussão das propostas do Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais. O nosso grupo se reuniu na quarta-feira à tarde e contou com significativa participação de professores das redes estaduais e municipais e de ensino superior; representantes de órgãos estaduais e municipais de educação, de movimentos de luta por creches, dos fóruns de luta pela qualidade da educação infantil e do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; e outros segmentos envolvidos na luta pela educação de qualidade em nosso Estado. As discussões e as deliberações ocorreram em clima democrático e expressaram consensos importantes pelo aprimoramento das propostas relativas à educação infantil e ao ensino fundamental. Ficou também evidente a manifestação dos representantes, interessados em acelerar as metas e os períodos de implementação das propostas. Fica expressa a necessidade de que a melhoria do acesso à qualidade de educação se dê de forma mais acelerada, afinal de contas muitos temas estão sendo discutidos há mais de ano no Brasil e em nosso Estado. Em algumas áreas ficou evidente algumas ambiguidades, como em relação à educação infantil, à formação e às características dos profissionais de educação. Essas questões devem ser aprofundadas nos diferentes fóruns, para que a educação infantil tenha tratamento adequado nos sistemas de ensino estadual e municipal.

Em relação ao ensino fundamental, fica evidente a questão da educação integral, da melhoria do atendimento nas escolas, da educação

especial e das parcerias nos sistemas, assim como a melhoria do atendimento, o trabalho dos professores e a gestão da escola. A discussão das propostas vai expressar isso, mas, de qualquer maneira, quero dizer que as discussões foram bastante proveitosas. Conseguimos debater e deliberar sobre todas as propostas que estavam em pauta. Estamos aqui com a nossa relatora, a Profª Galdina, que representa a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação.

O Sr. Hormindo Pereira de Souza Júnior - Bom dia. Também sou professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e estou colaborando com a coordenação do grupo do Ensino Médio - Educação Tecnológica e Formação Profissional. Gostaria de destacar o número expressivo de participantes desse grupo: cerca de 90. É uma participação intensa e cuidadosa. Com certeza, elaborar o Plano Decenal e pensar no ensino médio é algo fundamental. Sabemos que, sem uma certa universalização do ensino fundamental no país, o ensino médio não será para todos. O grupo expressou uma preocupação grande, principalmente com definições conceituais. Por exemplo, o que se entende por padrão de entendimento? No primeiro artigo estabelecido pelo grupo, foram definidos 13 itens de importância para o padrão de entendimento. Algo recorrente que a Lívia já identificou no primeiro grupo foi a questão da redução dos prazos imediatos. Tudo é imediato em educação. Na verdade, tudo é muito imediato. Quando falamos em educação em nosso país, tudo é imediato, tendo em vista a redução e o cumprimento dos prazos, a necessidade de ampliação e atendimento do ensino médio e da educação profissional em nosso Estado. As preocupações do grupo são significativas em relação à melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, à participação da comunidade na gestão democrática, à eleição para Superintendente de delegacias regionais de ensino e para diretores das escolas e à universalização do ensino médio. Vou citar algumas ações estratégicas que foram marcantes e que definem bastante a concepção dos participantes desse grupo no que se refere ao Plano Decenal de Educação. Por exemplo, definir em seis meses os padrões de atendimento do ensino médio, abrangendo os aspectos relacionados à infraestrutura física, ao mobiliário, aos equipamentos, aos recursos didáticos, ao número de alunos por turma - conforme legislação vigente -, à gestão escolar e aos recursos humanos indispensáveis para a oferta da educação de qualidade. Outra ação estratégica muito importante, que mostra a concepção que norteou o grupo, é a extinção imediata da política de focalização, como as escolas-referência, adotando-se estratégias universais de qualidade para o ensino médio.

As metas também mostram claramente qual foi a concepção norteadora do trabalho. Cito, por exemplo, uma meta significativa para o ensino médio: ampliar progressivamente a jornada escolar diária, visando à oferta de tempo integral, para 20% dos alunos do ensino médio em três anos e para 40% em cinco anos, com prioridade para os que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social e com a garantia da oferta de cursos de formação profissional. Outra meta significativa, relacionada diretamente ao problema do trabalho do professor, é implantar, em no máximo um ano, em todas as escolas do ensino médio, a lousa, o marcador e um programa para instalação da lousa eletrônica. Isso é algo significativo, porque o estudo mostra que, além da depressão, como doença fundamental do professor, o uso do giz branco causa uma doença importante. Trata-se da melhoria das condições de trabalho.

No caso da formação profissional, destaco uma ação estratégica significativa, que é a criação de uma rede pública estadual própria, gratuita e de qualidade de ensino técnico profissionalizante em cinco anos, com o investimento previsto no Orçamento Anual do Estado, absorvendo a demanda estadual e rompendo com a terceirização da oferta de vagas nessa modalidade de ensino. Obrigado.

A Sra. Rosely Carlos Augusto - Bom-dia a todos e a todas. Meu nome é Rosely e sou militante do movimento e da Rede Mineira de Educação do Campo e doutoranda na Faculdade de Educação na área da educação do campo.

Trabalhamos no Grupo 3 na quarta-feira, e estiveram presentes professores, professoras, alunos e militantes das áreas da educação de jovens e adultos, movimentos do direito da pessoa com deficiência, do direito a uma educação diferenciada, do campo, indígena e quilombolas. Contamos também com a presença de profissionais das áreas das políticas sociais que envolvem esses setores.

O tema pertinente ao Grupo 3 diz respeito à inclusão social, ao direito à igualdade e à diferença e à diversidade cultural. Tínhamos quatro temas no grupo - educação de jovens e adultos, educação especial, educação do campo, educação indígena e de comunidades quilombolas -, e um novo tema foi introduzido pelas audiências públicas regionais e consulta popular, que foi a educação no sistema carcerário e ao sistema socioeducativo.

Não vou alongar-me na justificativa da importância destes temas para a política de educação, pois tenho certeza de que todos temos consciência da sua pertinência, importância e relevância e também porque, pelo teor das propostas apresentadas, perceberemos o quanto esses temas e especificidades ainda são desconsiderados na elaboração e implementação das políticas públicas, de um modo especial na política de educação, e ainda o quanto são desrespeitados os direitos humanos, o direito à diferença, os direitos sociais e os direitos individuais nas práticas de educação e nas políticas públicas propostas.

O problema que detectamos é menos de legislação, de modo geral, e mais do cumprimento das normas pertinentes a essas áreas. Temos legislação suficiente que nos permite avançarmos, de forma acelerada, para superar as desigualdades sociais. Ou seja, podem ser garantidos os direitos à igualdade e à diferença e à constituição de um sistema, de fato, de educação inclusiva. De modo geral, as propostas, no teor e no debate, se ativeram aos prazos, às metas e às garantias do direito ao acesso, à sensibilidade e à diferença. Propomos a garantia do direito a uma educação diferenciada. Espero que, nesta manhã, possamos trabalhar bem.

A Sra. Santuza Abras - Bom-dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa dos Deputados presentes. Em primeiro lugar, quero fazer um agradecimento à Assembleia Legislativa e à equipe da GPI, que muito nos ajudou no trabalho dos grupos. Sem eles, seria praticamente impossível que hoje tivéssemos aqui este documento. Quero dizer, de público, como esse esses servidores trabalham para realmente termos tudo pronto a tempo e hora. Foi impressionante o trabalho das pessoas. Todos os que estavam nas comissões sabem até que hora tivemos de ficar aqui para que hoje estivesse tudo certinho. Então, penso ser importante fazermos esta ressalva.

O nosso grupo teve 90 participantes. Foi muito interessante que o tema "Educação superior" conseguisse um lugar nesse Plano Decenal. Embora a educação superior do Estado esteja vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia, não conseguimos enxergá-la separada do outro nível, educação infantil, educação fundamental e ensino médio, ou seja, da educação básica. Talvez o número de propostas desse grupo seja o mais tímido do caderno, mas confesso a vocês que o grupo trabalhou de forma harmônica, respeitando as opiniões das pessoas. Houve debates, e ficamos ali até tarde para tentarmos chegar às melhores opções, até porque tínhamos um número limitado de propostas novas a serem apresentadas. Assim, foi muito bom termos trabalhado com esse grupo a fim de ressaltarmos a importância da educação superior no Estado de Minas Gerais. Precisamos fortalecer as nossas instituições estaduais de ensino superior, que muito têm contribuído para o nosso Estado e poderão contribuir ainda mais, fazendo parte desse Plano Decenal. Também gostaria de enfatizar que continuaremos a trabalhar para integrar a educação básica à educação superior, porque esta é aquela que exatamente forma as pessoas que trabalharão na educação básica. Embora sejamos de Secretarias diferentes, devemos trabalhar com a visão de que não há um interesse específico para determinado nível. Todos os níveis devem olhar em uma direção, para que melhorem, cada vez mais, a qualidade da educação. Elaboramos 27 novas propostas que, por meio de votação, se tornaram 17 propostas. Depois conseguimos selecionar o número solicitado. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e dizer que será muito importante acompanharmos esse Plano Decenal de Educação e todas essas metas. O primeiro colega que falou lembrou que todos, de um modo geral, nas opiniões que manifestaram, pediram para diminuir o tempo. Isso é muito lícito, pois esse plano já deveria estar em funcionamento. Como está iniciando agora, muitos pediram para que os prazos fossem reduzidos. Os trabalhos desta manhã serão muito profícuos. Muito obrigada.

A Sra. Maria Helena Oliveira Gonçalves Augusto - Bom-dia a todos. Cumprimento o auditório e a Mesa. É um prazer estar aqui. Sou doutoranda em educação da Faculdade de Educação da UFMG, mas tenho uma longa carreira na área de educação pública no Estado de Minas Gerais, e não podia me esquecer de mencionar isso aqui. Agradeço a colaboração de todos que, ontem, participaram do grupo de formação e valorização dos

profissionais da educação. Em primeiro lugar, ressalto a plenária completa, composta por profissionais da educação e outros, que estiveram presentes até o encerramento dos trabalhos, às 21h30min. Isso é muito importante. Todos estavam muito envolvidos e participaram ativamente dos trabalhos. Agradeço a colaboração e a coordenação da Juliana, minha colega de doutorado, da Geane, nossa relatora, da equipe de assessoria da Assembléia, da Comissão de Educação e da GPI, que também foi muito importante.

Destaco que as propostas de ação priorizadas e as metas vieram preencher uma lacuna constatada no projeto de lei encaminhado à Assembleia, antes da realização do fórum técnico, em maio de 2008. As propostas apresentadas ontem visavam corrigir essa distorção do projeto de lei no que diz respeito à formação e à valorização dos profissionais da educação. Destaco alguns aspectos: a rejeição unânime à supressão completa do aspecto da premiação e da certificação dos professores nos planos e nas políticas; a premência e urgência da questão salarial, para corrigir essa defasagem constatada nos quadros da educação de um modo geral; e a contemplação da atualização salarial nas tabelas dos planos de carreira, da Lei nº 15.293, que estão sem correção há muito tempo. Há também os aspectos importantes referentes às condições de trabalho dos professores. Pelas exposições, percebi que isso foi discutido também em outros grupos. Resalto ainda as propostas encaminhadas para corrigir essas precariedades e distorções verificadas nas condições de trabalho; a urgência na promoção dos concursos públicos; as políticas de saúde; a questão da formação continuada, que, muitas vezes, é renegada; o afastamento remunerado para o aperfeiçoamento profissional previsto nas políticas; as horas de trabalho remuneradas para outras atividades além da regência das aulas nas salas; a melhoria das condições de trabalho no que diz respeito à infraestrutura; a informática na educação e a urgência de os professores terem acesso a esses equipamentos e serem capacitados para a sua utilização; a ênfase na garantia e no financiamento da educação, para que as propostas sejam efetivamente concretizadas, e a política não seja baseada no recurso que se tem, mas no que se deve fazer, além de um acompanhamento permanente do profissional da educação. É preciso que haja um fórum permanente de educação. Era o que gostaria de dizer.

A Sra. Rosani Sousa Oliveira Brito - Bom-dia a todas e a todos. Estaremos aqui fazendo a discussão final e imediata do Plano Decenal da Educação em Minas Gerais é muito gratificante, porque trabalhamos muito na base para que isso acontecesse. A Ana, minha companheira, se dedicou dias e noites, em Juiz de Fora, para que ali acontecesse tão brilhantemente esse fórum. O tema do nosso grupo, "Financiamento e Gestão", é muito importante para a educação, porque, se não tivermos gestores democráticos que entendam a educação como primordial para que uma sociedade tenha sucesso, principalmente no que diz respeito à cidadania, aos direitos e deveres, não conseguiremos levar nada adiante.

O que mais chamou a minha atenção durante a discussão - embora tenha sido dito aqui, vou reafirmar - foi a questão do prazo, ou seja, imediatamente, quase que para ontem. Em todos os momentos, em todos os grupos, falávamos sobre isso. A contribuição do companheiro Aurívio é muito importante: "aumentar o investimento em educação no valor de 1% do PIB de Minas Gerais a cada ano, nos próximos 10 anos, sem prejuízo do percentual previsto em lei. Garantir recursos financeiros na dotação orçamentária do Estado e Municípios para formação dos conselheiros dos órgãos de controle social da educação".

Outra dificuldade que estamos enfrentando nos Municípios é a indicação de Diretor. Isso está doendo demais no processo democrático pelo qual estamos lutando desde o período militar: "estabelecer em seis meses, eleição direta para Diretor de escolas públicas municipais e estaduais, além dos Superintendentes regionais de ensino para mandato de três anos com direito a uma reeleição". Em todo o processo democrático, a eleição é importantíssima, porque o debate é feito na base. Devemos continuar lutando, não podemos desistir desse processo democrático e, principalmente, devemos colocar a educação como a essência de toda a sociedade não só nos palanques políticos, mas também na prática. O companheiro João Marques dará continuação à exposição do tema.

O Sr. João Marques Gonçalves - Bom-dia a todas e a todos. São muito interessantes algumas propostas feitas no interior e na Capital. Como a Rosani disse, o aumento de 1%, sem queda de salários, é muito importante. Essa proposta obteve aprovação unânime. Existem outras questões com as quais devemos ter muito cuidado no momento da votação. Estou me referindo a algumas palavrinhas que estão deixando a desejar. Precisamos ter esse controle. Também é muito importante a implementação da revisão dos regimentos dos conselhos estadual e municipais de educação.

Hoje podemos dizer que não conhecemos ou que não sabemos quem são esses conselheiros, podemos até mesmo estar entre eles. É importante que falem com os segmentos da comunidade e sem o veto do Governador. É importante termos independência nisso.

Outra coisa dita foi a garantia de recursos financeiros de dotação orçamentária de Estados e de Municípios para a formação de conselheiros. Tudo isso é muito importante. A Comissão escolhida terá que ser muito atenta em relação ao financiamento.

Quero chamar a atenção para uma questão que está embutida em outra proposta. Como professores, necessitamos de auxílio pedagógico e psicológico que nos dê sustentação na escola. Quero que essa proposta seja revista durante o percurso desse trabalho porque é muito importante. Que haja, sim, um concurso para esses profissionais, a fim de que nos auxiliem no dia a dia. O que encontramos na escola muitas vezes nos deixa muito estressados no final do dia.

A garantia do transporte escolar pode ser algo redundante, mas há cidades que infelizmente não têm isso. A mídia comenta isso em todos os cantos.

Queremos que o financiamento, a gestão, o orçamento participativo da Superintendência de Ensino, a participação direta da comunidade escolar e da comunidade civil sejam vistos com muito carinho. Tudo isso tem que ser votado com muito cuidado para não decidirmos coisas que futuramente nos prejudiquem. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - A Presidência agradece a todos os coordenadores e relatores que participaram dos grupos temáticos realizados ontem.

Apresentação das Propostas e dos Pedidos de Destaque

A Sra. Presidente - Faremos a composição do quórum. Há 172 votantes presentes. Serão necessárias, no mínimo, 52 assinaturas para apresentação de novas propostas.

- Procede-se à leitura das propostas e à apresentação dos pedidos de destaque.

Votação do Documento Final, salvo Destaques

A Sra. Presidente - Em votação, o documento final, salvo destaques. Quem for favorável, levante o cartão. (- Pausa.) Aprovado.

Suspensão da Reunião

A Sra. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1h30min. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

A Sra. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Gostaria de dizer que até aqui tem-nos ajudado o Senhor, e estamos muito felizes com as condições do trabalho até este momento. Esperamos que nesta tarde tenhamos o mesmo sucesso que obtivemos até agora. Precisamos ser ágeis e objetivos nas falas. As pessoas que forem contra ou a favor devem ser muito objetivas ao fazer a avaliação da proposição, dizendo se realmente ela é fundamental para o aperfeiçoamento da proposta.

Muito obrigada pela participação de todos. Toda a nossa Minas Gerais está representada, e esperamos que este trabalho também represente os sonhos, as demandas e as necessidades de todos os educadores da comunidade educacional de Minas Gerais.

Apreciação dos Destaques

A Sra. Presidente - Iniciaremos com a apresentação dos destaques. Solicito a todos que, para o destaque, posicionem-se ao microfone. Digam primeiro se a proposta é aditiva, supressiva ou de modificação. Leiam a proposta e, logo em seguida, disponham de 1 minuto para o encaminhamento a favor. Uma pessoa terá 1 minuto para o encaminhamento contrário. Depois colocarei a proposta em votação.

- Procede-se à apreciação dos destaques.

Apresentação e Apreciação de Novas Propostas

A Sra. Presidente - Há cinco novas propostas. Daremos início à apreciação das novas propostas. Farei a leitura da proposta duas vezes e, se houver destaque, a pessoa deverá manifestar-se, dizendo o seu nome e a instituição que representa. Se não houver destaque, leremos todas e, no final, procederemos igualmente. (- Lê:)

"Estratégias e ações de gestão democrática em todas as escolas públicas e privadas. Tema: financiamento e gestão. Entidade: Federação de Associações de Pais e Alunos de Minas Gerais - Faspa-MG. Proposta: padrão de boa qualidade da educação. Justificativa:

A Constituição Federal, no art. 208, exige a definição de um padrão mínimo para determinar a boa qualidade. A palavra 'qualidade' é um substantivo que não tem poder de qualificar a educação. Assim, se queremos um padrão de boa qualidade, temos que apresentar quesitos mínimos que determinem a boa educação, e sem deixar dúvidas quanto à qualificação boa."

Estamos apresentando a questão de padrão de boa qualidade da educação. É a proposta de inclusão no financiamento e gestão. Destaques? Peço que a autora use 1 minuto para apresentar a proposta.

A Sra. Iedy Bambirra - O problema é que listamos 19 itens que precisam ser aprovados em bloco, pois não faz sentido tirar qualquer quesito. Assim como a escola de samba tem quesitos para ganhar o prêmio - tempo, música, fantasia -, a educação também tem quesitos mínimos. Embora muitos já estejam abrangidos em outras propostas, não se pode tirá-los, porque a Constituição Federal exige a definição desses quesitos. Então, é importante a aprovação em bloco. E gostaria de lê-los para conhecimento da plenária. Isso me é permitido?

A Sra. Presidente - Não.

A Sra. Iedy Bambirra - Mas será aprovada sem a leitura?

A Sra. Presidente - Farei a leitura dos quesitos. A ideia é que ela defina padrões de qualidade.

A Sra. Iedy Bambirra - São 3 artigos e 19 quesitos.

A Sra. Presidente - Ela diz: "Gestão democrática em todas as escolas públicas e privadas". Segundo: "Participação da comunidade escolar, que deve ter ciência do processo pedagógico, bem como os pais ou responsáveis". Além da ciência do processo pedagógico, também "participar da definição das propostas educacionais". Art. 53 da Lei Federal nº 8.096, de 1990. Terceiro: "É assegurada à criança e ao adolescente a qualificação para o trabalho". Lei Federal nº 8.096. E aí menciona o Estatuto: "É assegurada à criança e ao adolescente igualdade de condições para o acesso à permanência...". E destaca todos os itens.

A Sra. Iedy Bambirra - Destaque cada um, por favor.

A Sra. Presidente - "É assegurado à criança e ao adolescente o direito a ser respeitado por seus educadores". É todo o Estatuto; são 20 itens.

A Sra. Iedy Bambirra - Mas é importante a assembleia saber isso, por favor.

A Sra. Presidente - Todo o mundo conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A Sra. Iedy Bambirra - Não, a grande maioria nunca o leu.

Um participante - Deputada, questão de ordem. Faça a votação.

A Sra. Presidente - Colocarei em votação.

A Sra. Iedy Bambirra - Gente, pelo amor de Deus! O que custa ler 19 itens? O povo precisa tomar conhecimento disso.

Um participante - Questão de ordem. Deputada, ponha em votação na plenária.

A Sra. Presidente - Só um momento, pessoal. Colocarei em votação se querem que eu leia os 20 itens.

A Sra. Iedy Bambirra - Dezenove itens.

A Sra. Presidente - Quem for favorável à leitura dos 19 itens levante o cartão. (- Pausa.) Então, não lerei os 19 itens.

A Sra. Iedy Bambirra - Tem que ser aprovado em bloco.

A Sra. Presidente - Quem for favorável a que eu não faça a leitura levante o cartão. (- Pausa.) Aprovado.

A Sra. Iedy Bambirra - Agora, quero a aprovação em bloco, total.

A Sra. Presidente - Faremos o encaminhamento da proposta da Faspá em relação à definição de padrão de boa qualidade para a educação. Quem for favorável à inserção dessa nova proposta no Plano Decenal levante o cartão. (- Pausa.) Rejeitada a proposta.

A Sra. Iedy Bambirra - Isso significa que Minas continua para trás, que saiu da vanguarda. Meus pêsames para esta plenária!

A Sra. Presidente - Proposta de inclusão no Grupo 5, formação e valorização profissional. "Proposta de meta: implementar, imediatamente, a liberação de um terço de aulas mensais para o professor poder atuar na coordenação de área ou áreas afins do ensino básico". Novamente: "implementar, imediatamente, a liberação de um terço de aulas mensais para o professor poder atuar na coordenação de área ou áreas afins do ensino básico". Quem for favorável à inclusão dessa proposta levante o cartão. (- Pausa.) Aprovada.

Proposta de Cláudio Francisco de Moraes Neves, psicólogo educacional licenciado. "Garantir, no prazo máximo de dois anos, a realização de concurso público para psicólogo educacional, psicopedagogo, fonoaudiólogo e assistente social para as escolas públicas do Estado de Minas Gerais, reconhecendo as atribuições específicas desses profissionais, que passarão a compor as equipes de educadores da escola, tendo suas carreiras reconhecidas e valorizadas no ensino público. Quem for favorável à proposta, levante o cartão. (- Pausa.) Aprovada.

A Sra. Santuza Abras - Não falaram pedagogos, e eu gostaria que fosse incluído. A Prefeitura não faz concurso para pedagogo há muito tempo.

A Sra. Presidente - Tudo bem. Estão faltando apenas duas propostas, e quero dizer que preciso que vocês permaneçam aqui. Primeiro, porque votaremos a Comissão de Representação e, segundo, porque o nosso Presidente Alberto Pinto Coelho está aguardando para receber das mãos de vocês o Plano Decenal que será aprovado aqui. Então, por favor, mais 10 minutos para encerrar.

Proposta de Sheila Maria Lucas, do Sind-UTE. Proposta de meta: "Implementação imediata da Lei nº 11.738/2008, Lei do Piso Salarial do profissional do magistério público da educação básica para a jornada de 24 horas, de formação em nível médio, com um terço de hora por atividade-extra de sala de aula. Além disso, pagamento por habilitação, conforme Lei nº 15.293, de 5/8/2008 - Plano de Carreira". Quem for favorável à proposta levante o cartão. (- Pausa.) Aprovada.

A Sra. Tânia Figueiró - Se realmente for aprovada, favor incluir a Lei nº 15.301 - Plano de Carreira -, que ficou excluída mais uma vez.

A Sra. Presidente - Proposta de Gilson Reis, do Sinpro-MG: "Estender a abrangência do Plano Decenal à educação privada e estabelecer um sistema único de ensino para o Estado de Minas Gerais". Quem for favorável à proposta do Gilson levante o cartão. (- Pausa.) Aprovada.

Eleição da Comissão de Representação do Fórum

A Sra. Presidente - A Mesa recebeu uma proposta para a composição da Comissão de Representação. A proposta é manter a composição da Comissão Organizadora e acrescentar as entidades que se inscreveram. A Comissão Organizadora foi composta por várias entidades parceiras. Estamos incluindo todas as entidades que se inscreveram. Coloco em votação a proposta que a Mesa recebeu de inclusão na Comissão de Representação de todas as entidades que participaram e se inscreveram. Quem for favorável a essa proposta levante o cartão. (- Pausa.) Aprovada. Passaremos, agora, à eleição da Comissão de Representação.

- Procede-se à eleição da Comissão de Representação, cujos membros são os seguintes:

1 - Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais – APPMG

- Leni Maria Rabelo

2 - Associação Nacional dos Universitários do Prouni – Guna

- Adriana Ferreira

3 - Câmara Municipal de Cabeceira Grande

- Lília Marcos Viana de Siqueira

4 - Colégio Tiradentes da Polícia Militar

- Elizabete Jurema Machado da Rocha

5 - Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos de Minas Gerais – Confenapa-MG

- Maria Celina Dias

6 - Conselho Regional de Educação Física – 6º Região – CREF6

- Anísia Sudário Daniel

7 - DAs – UEMG

- Vitor Fernandes Colares

8 - Escola Estadual Luiz de Melo Viana Sobrinho - Divinópolis

- Maria Catarina Laborê Domingues Vale

9 - Federação das Associações de Pais e Alunos de Minas Gerais – Faspam-MG

- Iedyr Gelape Bambirra

10 - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg

- Renata Karine Lacerda – Marcos Vinicius Bias Nunes

11 - Fesempre / UGT

- Silvério do Prado

12 - Fórum Mineiro de Educação Infantil

- Dinéia Domingues / Clever Alves Machado

13 - Fundação de Ensino de Contagem – Funec

- Cíntia Maria Fernandes

14 - Movimento dos Sem Universidade de Minas Gerais

- Luiz Eduardo Rodrigues de Almeida Souza

15 - N'Golo – Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais

- Míriam Aprígio Pereira – Sandra Maria da Silva

16 - Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais

- Camila Campos da Cruz

17 - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

- Maria Salete Chaves

18 - Prefeitura Municipal de Arcos (Educação)

- Edna Soares Pereira e Lino

19 - Rede Evangélica 3º Setor / Populações Tradicionais

- Hélio Emiliano Moreira

20 - Secretaria de Estado da Educação – SEE

- Luís Aureliano Gama de Andrade – Maria de Lourdes Melo Prais - Dedê

21 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes

- Celson José da Silva

22 - Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni

- Maria Imaculada de Oliveira Pignaette

23 - Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros

- Marta Aurora Mota e Aquino

24 - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac – Administração Regional de Minas Gerais

- Giane Tita de Souza Ferreira

25 - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Minas Gerais – Senai-MG

- Eliane Aquino Ribeiro

26 - Serviço Social da Indústria – Sesi

- Simone Santos

27 - Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro

- Ana Maria Prestes Rabelo – Clarice Barreto Linhares - Gilson Luiz Reis

28 - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG

- Lílian Paraguai

29 - União Colegial de Minas Gerais – UCMG

- Flávio Tarcísio Rosa Nascimento

30 - União dos Conselhos Municipais de Educação de Minas Gerais- Uncme-MG

- Galdina de Souza Arrais

31 - União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais – UEE-MG

- Diogo Oliveira Santos

32 - União Nacional de Grêmios Estudantis – Ungres

- Thiago Henrique dos Santos Carvalho

33 - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime-MG

- Jauer Torquato Rodonhalho – Marisa Mara Vaz Costa Galuppo – Suely Duque Rodarte

34 - Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg

- Santuza Abras

35 - Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

- Juliana Leite Ferreira

36 - Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Educação – FaE-UFMG

- Mônica Correia Baptista

37 - Universidade Federal de Minas Gerais – Núcleo de Estudos Quilombolas e Populações Tradicionais – NUQ-UFMG

- Cynthia Adriadne Santos

Entrega do Documento Final

A Sra. Presidente - Está aprovado o Plano Decenal para os próximos 10 anos para a política educacional do Estado de Minas Gerais. Parabéns a todos que contribuíram e que participaram deste fórum. Gostaria de chamar, para entregar ao Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, o documento final aprovado hoje: Lílian Paraguai, do Sind-UTE; Galdina de Souza Arraes, da Uncme; Flávio Nascimento, da União Colegial dos Estudantes de Minas Gerais - UCMG -; Gilson Luiz Reis, do Sinpro; Renata Karine Lacerda, da Fetaemg; Iedir Gelape Bambirra, da Faspá; Miriam Aprígio Pereira, dos Quilombolas; Marinez, do Sind-UTE, e também o representante da UFMG.

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Com a palavra, a Deputada Maria Lúcia Mendonça.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça - Sra. Presidente, permita-me uma fala antes do nosso querido Presidente. Escutem o que somos, retirado de Jeremias: "Só eu conheço os planos que tenho para vocês: prosperidade e não desgraça, e um futuro cheio de esperança. Sou eu, o Eterno, quem está falando". Vejam o que o Carlin Moura retirou para nós, de Provérbios 22:6: "Ensina à criança o caminho que ela deve seguir; mesmo quando envelhecer, dele não se há de afastar".

Mateus 5:14-16: "Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre a montanha nem se acende uma luz para colocá-la debaixo dos alqueires, mas, sim, para colocá-la sobre o candeeiro a fim de que brilhe a todos os que estão em casa.". Para encerrar, Romanos

8:31: "O que diremos depois disso? Se Deus é por nós, quem será contra nós?". É isso o que queremos para todos vocês. Muito obrigada. Vamos levar isso para a nossa vida.

A Sra. Lilian Paraguai - Em nome das mais de 20 entidades organizadoras do fórum técnico e das mais de 40 entidades participantes, gostaria de ressaltar que este documento expressa toda a vontade e necessidade da sociedade civil organizada e da comunidade escolar. Nós fizemos a nossa parte e agora esperamos que os senhores façam a sua, enquanto representantes desta Casa importante, que deve expressar a vontade de toda a sociedade.

O Deputado Carlin Moura - Neste encerramento, agradeço a todas as entidades parceiras, a todos aqueles que, durante as etapas regionais em Montes Claros, Araçuaí, Paracatu, Governador Valadares, Divinópolis, Juiz de Fora, Uberlândia e Varginha nos ajudaram a desenvolver este trabalho. Faço ainda um agradecimento à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pioneira no processo de diálogo com a sociedade civil e referência nacional, porque o verdadeiro poder democrático não se constrói sem ouvir a comunidade. Não poderia deixar de fazer um agradecimento muito especial aos servidores desta Casa, à GPI, a todos os assessores e Consultores, à equipe da TV Assembleia. Se não fossem eles, o que seria de nós, Deputados e Deputadas? Agradeço também ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, que nos momentos mais difíceis sempre esteve ao nosso lado incentivando e garantindo a realização deste fórum. Muito obrigado.

A Deputada Gláucia Brandão - Agradeço a participação de todos, dos cidadãos mineiros que participaram através de consulta pública, de vocês que permaneceram aqui nesses últimos três dias, das gerências da Casa, da TV Assembleia, enfim, de todos que contribuíram para que tivéssemos um final feliz.

A Bíblia fala que na multidão de conselhos está a sabedoria. Compartilhamos idéias e diversidades e chegamos a um denominador comum. O documento será encaminhado à Comissão de Educação.

Como membros desta Comissão, assumimos o compromisso de analisar, com carinho e profundidade, todas as propostas, para que possam ser transformadas em emendas e incluídas na lei. Vamos dar prosseguimento, com a Comissão eleita aqui hoje, à Comissão de Representação, para continuarmos juntos até a aprovação final da lei. Depois iremos conclamar toda a sociedade de educação de Minas para acompanharmos a implementação do plano, o que é mais importante.

Gostaria de agradecer a participação de todos, a seriedade, o compromisso. Agradeço a todos das galerias, a todos que participaram à distância, e gostaria de dizer que o processo de construção de uma democracia participativa se dá quando o Parlamento e a sociedade abraçam uma ideia e trabalham juntos para incentivá-la. Afinal, não desejamos realizar apenas uma representação pelo povo, mas sim com o povo. Isso foi vivenciado aqui nesses dias. Por isso agradeço a todos, desejando sucesso. Que vocês continuem trabalhando com sabedoria, empreendimento, alegria e prazer, para que possamos transformar a educação do nosso Estado. Que Deus nos abençoe, a todos, nessa nossa nova empreitada.

- Procede-se à entrega do Documento Final ao Sr. Presidente, cujo teor é o seguinte:

RELATÓRIO FINAL DO PLANO DECENAL

Grupo 1

Educação Infantil - Ensino Fundamental

Ações Estratégicas

Educação Infantil

1 - Implementar e garantir, em até dois anos, no âmbito dos sistemas estadual e municipal de ensino, os padrões de atendimento da educação infantil, conforme estabelecido nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil do MEC, abrangendo os aspectos relacionados com a infraestrutura física, o mobiliário e o equipamento, os recursos didáticos, o número de crianças por turma, a gestão escolar e os recursos humanos indispensáveis à oferta de uma educação de qualidade.

2 - Definir e implementar, em até dois anos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, ações que garantam as condições para promoção do desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

3 - Regularizar, em até dois anos, os processos de autorização e funcionamento da educação infantil de todas as instituições públicas e privadas, observando os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, bem como os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.

4 - Elaborar ou atualizar, em dois anos, os projetos pedagógicos em todas as instituições de ensino infantil públicas e privadas e estabelecer um programa para formação continuada, em serviço, para os profissionais de educação infantil, em parceria com a União e os Municípios.

5 - Assegurar e ampliar a oferta de vagas em cursos normal de nível médio e superior para formação de docentes para atuar na educação infantil.

6 - Disponibilizar e garantir, nas instituições de educação infantil, o atendimento de um professor especializado em Educação Física.

7 - Tornar obrigatória a colaboração da escola na implantação da lei sobre o "teste da orelhinha", por meio de campanhas que busquem a conscientização dos pais e das crianças, visando à saúde destas.

8 - Assegurar, em regime de colaboração técnica e financeira, que, em dois anos, todos os Municípios tenham definido sua política para a educação infantil, com base nas diretrizes nacionais e normas complementares estaduais e municipais.

9 - Garantir estrutura física e pedagógica e profissionais especializados para o atendimento, nas instituições de educação infantil, de crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.

10 - Universalizar, em até três anos, em articulação com as áreas de saúde e assistência social, os exames de acuidade visual e acuidade

auditiva, os atendimentos psicológico, odontológico e fonoaudiológico e outros procedimentos, para as crianças matriculadas nas instituições de educação infantil, bem como acompanhamento para suas famílias, como forma de prevenção e garantia de tratamento adequado aos que apresentarem deficiências.

11 - Garantir, em colaboração com os Municípios, e nas redes de educação infantil estadual e municipal, o atendimento da alimentação escolar de qualidade, conforme disposto na Medida Provisória nº 455, de 2009, resguardando as especificidades da alimentação da criança de até 5 anos.

Metas

Educação Infantil

12 - Garantir, em até três anos, 100% das instituições de educação infantil, no âmbito do sistema de ensino, com infraestrutura física e humana adequada às necessidades das pessoas com deficiência.

13 - Implantar padrões básicos de atendimento, de acordo com os parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil e com os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil estabelecidos pelo MEC, em 50% das instituições de educação infantil, em três anos, e em 100%, em cinco anos, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.

14 - Aumentar a taxa de atendimento escolar para 100%, em cinco anos, na faixa etária de até 3 anos.

15 - Aumentar a taxa de atendimento escolar para 100%, em cinco anos, universalizando o acesso à escola pública na faixa etária de 4 a 5 anos.

16 - Ampliar progressivamente a jornada escolar diária - no mínimo 20% a cada ano -, visando à oferta de tempo integral para 100% das crianças de 4 e 5 anos, em cinco anos, priorizando as que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social.

17 - Garantir recursos orçamentários e financeiros que viabilizem a implementação das metas nos prazos previstos.

18 - Estabelecer, em cinco anos, o tempo integral para a faixa etária de até 5 anos, priorizando as crianças que se encontram em condições de maior risco social.

19 - Oferecer às crianças com deficiência serviços de profissionais especializados que atuem diretamente nas unidades escolares, abrangendo orientações aos profissionais de ensino e acompanhamento específico no âmbito familiar.

20 - Estabelecer, em parceria com a União e os Municípios, buscando a colaboração de universidades e institutos superiores de educação, programa de formação para os profissionais da educação infantil o qual cumpra as seguintes metas:

a) em cinco anos, formação apropriada em nível superior para todos os dirigentes de instituições de educação infantil;

b) em quatro anos, habilitação específica em nível médio e, em cinco anos, formação específica em nível superior, para todos os professores.

21 - Admitir, na educação infantil, a partir da vigência deste plano, somente profissionais que possuam titulação mínima em nível médio, modalidade normal, dando-se preferência à admissão de profissionais graduados em curso específico de nível superior.

22 - Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da educação, saúde e assistência social, na manutenção, na expansão, na administração, no controle e na avaliação das instituições de atendimento às crianças até 5 anos de idade.

23 - Estabelecer, até o final da década, em todos os Municípios, com a colaboração dos setores responsáveis pela educação, pela saúde e pela assistência social, programas de orientação e apoio aos pais com filhos até 5 anos, oferecendo a assistência necessária e implantando projetos pedagógicos complementares e específicos.

24 - Garantir, em dois anos, em toda a rede pública do Estado e Municípios, concurso para professor da educação infantil, com equiparação salarial e benefícios dos outros níveis de ensino.

25 - Expandir, no prazo de cinco anos, no mínimo 20% a cada ano, a jornada de todas as escolas do Estado e Municípios para tempo integral, visando à oferta de uma formação ampla e humanística, bem como a garantia de padrões de qualidade no tratamento à criança, com aulas diferenciadas (artes, danças, ginástica) e com contratação de profissionais capacitados para ministrá-las.

Ações Estratégicas

Ensino Fundamental

26 - Definir e implementar, em até um ano, os padrões básicos de atendimento do ensino fundamental, abrangendo os aspectos relacionados com infraestrutura básica e física, o mobiliário e equipamentos, os recursos didáticos, o número de alunos por turma, a gestão escolar e os recursos humanos, a agilização do processo de designação e a disponibilização de profissionais habilitados, indispensáveis à oferta de uma educação de qualidade, que possam atender plenamente às necessidades pedagógicas e especificidades dos alunos, limitando em 25 o número de alunos nas turmas do 6º ao 9º ano.

27 - Discutir e elaborar ou atualizar, em até dois anos, em parceria com educadores, comunidades e instituições públicas de ensino superior, projetos que permitam potencializar e desenvolver as habilidades e competências dos alunos.

28 - Atualizar, em até dois anos, em parceria com os trabalhadores em educação e a comunidade escolar, os projetos pedagógicos de todas as instituições que atuam nessa área, viabilizando recursos financeiros para a implantação de projetos pedagógicos em todas as instituições de ensino fundamental.

29 - Estruturar, em até um ano, plano de segurança para as escolas públicas, em articulação com os órgãos e as instituições que atuam nessa área e com a participação da comunidade escolar, e contratar profissionais para garantir a segurança em todas as escolas públicas.

30 - Universalizar, em até dois anos, em articulação com as áreas de saúde e assistência social, os exames de acuidades visual e auditiva, os atendimentos psicológico, odontológico e fonoaudiológico e outros procedimentos, para os alunos matriculados nas instituições de ensino fundamental, bem como acompanhamento para suas famílias, como prevenção e garantia de tratamento adequado aos que apresentarem deficiências.

31 - Estabelecer e implementar, em até cinco anos, em parceria com os Municípios, política de transporte escolar gratuito e de qualidade que atenda à demanda de todo o ensino fundamental nas zonas urbana e rural, priorizando os alunos da zona rural.

32 - Implementar o acompanhamento social em toda a educação básica, garantido a integração intersetorial das políticas sociais na educação, conforme a Lei nº 16.683, de 2007.

33 - Garantir, em colaboração com os Municípios e nas redes de educação básica estadual e municipal, o atendimento da alimentação escolar de qualidade, conforme dispõe a Medida Provisória nº 455/2009.

34 - Garantir estrutura física e pedagógica e profissionais especializados para o atendimento, nas instituições de educação infantil, de crianças com deficiência ou mobilidade reduzida.

Metas

Ensino Fundamental

35 - Garantir, em dois anos, 100% das escolas de ensino fundamental com infraestrutura física e recursos humanos adequados ao atendimento das pessoas com deficiência.

36 - Implantar, fazendo o acompanhamento e a avaliação, o ensino fundamental de nove anos, com matrícula no início do ano letivo, obedecendo ao Parecer CNE/CEB nº 39, de 2006, aos seis anos de idade completos, em todas as escolas públicas e privadas, até 2010.

37 - Implantar padrões básicos de atendimento em 50% das escolas de ensino fundamental, em três anos, e em 100%, em cinco anos, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.

38 - Elevar a taxa de atendimento escolar para 100%, em dois anos, consolidando a universalização do acesso à escola pública na faixa etária de 6 a 14 anos.

39 - Ampliar progressivamente e estruturar com qualidade a jornada escolar diária, visando à oferta de tempo integral para 40% dos alunos do ensino fundamental, em três anos, e para 80%, em cinco anos, priorizando os que se encontram em maior condição de vulnerabilidade social.

40 - Instalar laboratórios de informática, conectá-los à internet, disponibilizar professores capacitados e recursos para infraestrutura, suporte técnico e manutenção dos equipamentos, em 100% das escolas estaduais de ensino fundamental, em dois anos, e nas escolas municipais, em três anos.

41 - Garantir 50% das escolas públicas com quadra poliesportiva coberta, em três anos, e 100% em cinco anos, com as condições necessárias para a prática de atividades esportivas e culturais e com professores especializados em Educação Física em todos os turnos.

42 - Garantir laboratório de ensino de ciências e biblioteca atualizada, com profissionais especializados e espaços adequados, em 50% das escolas de ensino fundamental, em três anos, e, em 100%, em cinco anos.

43 - Informatizar os serviços de administração de 100% das escolas estaduais e municipais de ensino fundamental, em dois anos, e capacitar os funcionários da área administrativa e demais profissionais da educação.

44 - Participarem 100% das escolas públicas de ensino fundamental de instrumentos de avaliação de ensino dos governos federal, estadual e municipais.

45 - Flexibilizar a proposta de funcionamento das Ceseccs, adaptando-a às necessidades dos Municípios próximos, fazendo parcerias locais, quanto à disponibilidade de profissionais para aplicação das provas nos respectivos Municípios.

46 - Garantir a formação continuada dos profissionais em educação dentro de sua jornada de trabalho, objetivando melhorias no atendimento à comunidade escolar.

47 - Garantir, nas escolas públicas, que a organização das turmas nos anos iniciais do ensino fundamental não ultrapasse 20 alunos e, nos anos finais, 25 alunos.

48 - Implementar, no prazo de três anos, em todas as escolas das redes estadual e municipal de ensino fundamental, a disciplina Música, como conteúdo curricular, em atendimento à Lei nº 11.769, de 2008, estipulando a necessidade de formação profissional específica dos professores.

49 - Criar, em até dois anos, programa de avaliação qualitativa dos sistemas de ensino, que promova o diagnóstico de todos os fatores que interferem no processo ensino-aprendizagem, como infraestrutura adequada, formação inicial e continuada, desenvolvimento psicossocial, entre outros fatores.

Grupo 2

Ensino Médio

50 - Definir, em seis meses, os padrões de atendimento do ensino médio, abrangendo os aspectos relacionados com a infraestrutura física, o mobiliário e os equipamentos, os recursos didáticos, o número de alunos por turma, conforme legislação vigente, a gestão escolar e os recursos humanos indispensáveis à oferta de uma educação de qualidade, incluindo:

- a) espaço, iluminação, ventilação e insolação dos prédios escolares;
- b) instalações sanitárias e condições para a manutenção da higiene em todos os edifícios escolares;
- c) espaço para esporte, lazer, recreação e cultura;
- d) espaço adequado para bibliotecas e para brinquedotecas, com profissionais habilitados, atualização e ampliação de seus acervos, incluindo material bibliográfico de apoio ao professor e ao aluno;
- e) acessibilidade para pessoas com deficiência;
- f) instalações e equipamentos para laboratórios de ciências, artes e línguas estrangeiras;
- g) laboratórios de informática, com profissionais qualificados, equipamentos atualizados e recursos adaptados para pessoas com deficiência;
- h) equipamento didático-pedagógico atualizado de apoio ao trabalho em sala de aula;
- i) telefone, fax e fotocopiadora;
- j) estabelecimento do limite máximo de 35 alunos por turma no ensino médio e adequação do padrão de espaço do aluno dentro da sala ao padrão nacional;
- l) valorização do trabalhador com formação continuada na jornada de trabalho legal e pagamento do piso salarial nacional da educação;
- m) alimentação escolar e espaço físico para a sua oferta nos três turnos;
- n) transporte escolar para alunos e trabalhadores da educação.

51 - Estabelecer, em um ano, mediante discussão com os profissionais da educação e outros segmentos da comunidade escolar e instituições de ensino superior, as habilidades a serem desenvolvidas nos alunos e as metas a serem alcançadas pelos sistemas de ensino em cada ano escolar, de modo a garantir o progresso dos alunos.

52 - Atualizar, em um ano, com a participação da comunidade escolar, os projetos político-pedagógicos em todas as instituições de ensino médio públicas e privadas.

53 - Estruturar e implementar, em um ano, plano de segurança para as escolas públicas e privadas, em articulação com os órgãos e as instituições que atuam nessa área e com colaboração da comunidade escolar, na perspectiva de educação para a paz e para a cidadania.

54 - Incentivar e dar visibilidade a projetos educacionais escolares, a serem avaliados pelas escolas, pela Secretaria de Educação e pela sociedade, que propiciem melhorias no sistema de ensino e na aprendizagem dos alunos.

55 - Articular o ensino médio com os objetivos estratégicos da educação básica, da educação profissional e tecnológica e da educação superior, visando à formação humanística e técnico-científica dos estudantes.

56 - Extinção imediata da política de focalização - como as escolas-referência -, adotando estratégias universais de qualidade para o ensino médio.

57 - Desenvolver e implementar políticas educacionais de valorização da população do campo.

Metas

Ensino Médio

58 - Garantir, em um ano, 100% das escolas de ensino médio com infraestrutura física adequada e adaptada às necessidades das pessoas com deficiência.

59 - Implantar os padrões básicos de funcionamento definidos nas ações estratégicas em 50% das escolas de ensino médio, em dois anos, e em 100%, em três anos, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.

60 - Atender, em um ano, a toda a demanda para o ensino médio dos alunos concluintes do ensino fundamental regular ou de educação de jovens, adultos e idosos e de todos os que desejem retomar os estudos nesse nível de ensino, em todos os Municípios mineiros.

61 - Aumentar a taxa de atendimento escolar para 94% em três anos e para 100% em cinco anos, universalizando o acesso à escola pública na faixa etária de 15 a 17 anos.

- 62 - Aumentar a escolarização líquida para 94% em três anos e para 100% em cinco anos, na faixa etária de 15 a 17 anos.
- 63 - Aumentar o número de matrículas nos turnos diurno e noturno, assegurando infraestrutura adequada e professores habilitados em, no mínimo, 50% em três anos e em, no mínimo, 80% em seis anos, de forma a atender a toda a demanda.
- 64 - Ampliar progressivamente a jornada escolar diária, visando à oferta de tempo integral para 100% dos alunos do ensino médio, em cinco anos, sendo 20% a cada ano, priorizando os que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social e garantindo-se a oferta de cursos de formação profissional.
- 65 - Instalar laboratórios de informática com conexão à internet em 100% das escolas estaduais e municipais de ensino médio, em dois anos, garantindo-se suporte técnico de profissionais especializados e manutenção e atualização dos equipamentos e programas.
- 66 - Garantir quadra esportiva coberta e adequada à prática esportiva e cultural, com professor habilitado em Educação Física, em 50% das escolas públicas no prazo de três anos, e em 100% no prazo de cinco anos.
- 67 - Estruturar, em dois anos, laboratório de ensino de ciências e biblioteca atualizada, com profissionais especializados e equipamentos adequados, em todas as escolas de ensino médio, assegurado seu funcionamento em todos os turnos.
- 68 - Disponibilizar para 100% dos alunos de escola pública de ensino médio com livros didáticos de todas as disciplinas, imediatamente.
- 69 - Assegurar, imediatamente, a 100% dos alunos do ensino médio acesso a alimentação escolar de qualidade, conforme a Medida Provisória nº 455/2009.
- 70 - Informatizar a administração de 100% das escolas estaduais e municipais de ensino médio, imediatamente, com garantia de atualização tecnológica de equipamentos e suprimentos.
- 71 - Reduzir em 40%, em dois anos, e em 60%, em três anos, as desigualdades regionais entre as Superintendências Regionais de Ensino, levando-se em consideração as avaliações do Proeb, do Enem, do IDH e os padrões de atendimento definidos para o ensino médio.
- 72 - Reduzir em 40% a taxa de abandono do ensino médio, em três anos, e em 70%, em seis anos.
- 73 - Garantir recursos orçamentários e financeiros que viabilizem a implementação das metas nos prazos previstos.
- 74 - Promover eleição direta para Superintendentes das superintendências regionais de ensino e Diretores de escolas das redes estadual e municipal, com mandato de três anos, garantindo-se ampla participação da comunidade escolar, permitida uma única reeleição.
- 75 - Garantir, em um ano, a efetiva implantação das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo regular do ensino médio, em toda a rede estadual e municipal, com professores habilitados e concursados nas respectivas áreas, e implementar o ensino de Música, como conteúdo curricular, em atendimento à Lei nº 11.769, de 18/8/2008, estipulando a necessidade de formação profissional específica dos professores, os quais devem ter o diploma de licenciatura em Música.
- 76 - Implantar mais escolas de ensino médio no campo e desenvolver um currículo adaptado à realidade da população do campo.
- 77 - Instalar, em no máximo um ano, em todas as escolas de ensino médio, a lousa, o marcador e o programa para implantação da lousa eletrônica.
- 78 - Introduzir, nos currículos do ensino básico, a Educação Fiscal e a Educação Ambiental.

Ações Estratégicas

Educação Tecnológica e Formação Profissional

- 79 - Elaborar e implantar imediatamente plano de expansão e gestão da educação profissional, articulado com a educação básica e a formação de jovens e adultos e voltado para o aproveitamento das potencialidades das novas tecnologias da educação.
- 80 - Compatibilizar a política de formação profissional com políticas de geração de empregos e renda, incluindo o encaminhamento para estágios remunerados e a concessão de bolsas aos alunos matriculados nos cursos profissionalizantes, visando à formação e absorção de mão de obra qualificada, de acordo com as demandas regionais.
- 81 - Estabelecer regime de cooperação com o poder público estadual, suas fundações e demais instituições públicas de formação profissional na oferta de cursos e parcerias com setores privados na oferta de vagas de estágios, mobilizando e ampliando a capacidade instalada para atender à demanda por cursos de qualificação básica e de nível técnico e tecnológico, com prioridade para os segmentos excluídos do mercado de trabalho, em caráter emergencial, com imediata e gradativa oferta desses cursos em instituições públicas de ensino.
- 82 - Criar sistema de informação de mercado de trabalho, contendo, em sua estrutura, centros de informação e orientação profissional, com a finalidade de realizar diagnósticos sobre o mercado de trabalho, obter perfis profissiográficos e difundir informações relativas ao trabalho e à educação profissional.
- 83 - Prover estrutura física e pedagógica para o atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas instituições de educação tecnológica e de formação profissional.
- 84 - Implementar cursos profissionalizantes em toda a rede estadual.
- 85 - Transformar, imediatamente, escolas e outros prédios públicos que estiverem ociosos em centros públicos de formação profissional para atendimento, de acordo com a demanda dos Municípios.

86 - Criar uma rede estadual própria - pública, gratuita e de qualidade - de ensino técnico-profissionalizante, em cinco anos, com investimento previsto no orçamento anual do Estado, absorvendo a demanda estadual e rompendo com a terceirização da oferta de vagas nessa modalidade de ensino.

87 - Reformular, em dois anos, todo o currículo e organização do tempo e espaço das escolas do campo conforme as "Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo" que consideram que a educação básica, desde o fundamental e educação de jovens, adultos e idosos, não deve se dissociar da formação tecnológica e profissional, tendo em vista que a atividade profissional de agricultor é uma atividade familiar e está intrinsecamente ligada à identidade dos sujeitos.

88 - Garantir o repasse de recursos às instituições públicas municipais que desenvolvem educação profissional de nível médio.

Metas

Educação Tecnológica e Formação Profissional

89 - Garantir, em dois anos, a oferta de cursos de qualificação básica para o trabalho em 100% das escolas públicas de ensino médio na parte diversificada do currículo, a serem ministrados por professores habilitados.

90 - Ampliar, no prazo de um ano, em 200% o número de alunos de ensino médio de escolas públicas matriculados em cursos de formação profissional de nível técnico, e em 400%, no prazo de dois anos.

91 - Ampliar para 50% o número de matrículas de educação de jovens, adultos e idosos na opção formação profissional, em um ano, na cidade e no campo.

92 - Garantir, em dois anos, a instalação de laboratórios de informática conectados à internet em 100% das escolas públicas de formação profissional e assegurar a manutenção dos sistemas de informática.

93 - Implementar, em dois anos, processo de avaliação periódica externa, realizada pelo poder público, em 100% dos cursos de educação profissional, visando a sua adequação às exigências do desenvolvimento regional e às demandas do mercado de trabalho.

94 - Informatizar, imediatamente, os serviços administrativos em 100% das escolas estaduais de educação profissional e das escolas municipais.

95 - Garantir recursos orçamentários e financeiros que viabilizem a implementação das metas nos prazos previstos.

96 - Integrar, em um ano, os sistemas educacionais da rede estadual e das redes municipais de ensino com laboratórios de informática.

97 - Garantir a elaboração de currículos de educação profissional que respeitem as exigências de desenvolvimentos nacional e regional e a vocação produtiva regional.

98 - Determinar dotação orçamentária específica para oferta de transporte gratuito para alunos e professores.

99 - Garantir pelo menos um curso de formação profissional em cada Município, na rede pública, em dois anos.

Grupo 3

Educação de Jovens, Adultos e Idosos-Educação Especial/Educação Indígena, do Campo, Quilombola e Afrodescendente

Ações Estratégicas

Educação de Jovens, Adultos e Idosos

100 - Definir, implementar e garantir, em um ano, em conjunto com a sociedade, os padrões de atendimento da educação de jovens, adultos e idosos, abrangendo os aspectos relacionados com a infraestrutura física, o mobiliário e os equipamentos, os recursos didáticos, o número máximo de 25 alunos por turma, a gestão escolar democrática e o planejamento pedagógico, o currículo, a organização do tempo escolar e os recursos humanos indispensáveis à oferta de uma educação de qualidade.

101 - Implantar, em dois anos, avaliação sistêmica que atenda às especificidades da educação de jovens, adultos e idosos que considere as vivências dos educandos, a infraestrutura das escolas e a diversidade dos processos pedagógicos desenvolvidos nos Municípios e suas regiões.

102 - Criar e implantar programa específico de colaboração entre o Estado e os Municípios para garantir pleno atendimento à demanda por ensinos fundamental e médio de jovens, adultos e idosos, nas modalidades regulares presencial, semipresencial e especial de suplência.

103 - Desenvolver e implantar, em dois anos, em colaboração com instituições de ensino superior, projeto de ensino com recursos didáticos e pedagogia específica para a educação de jovens, adultos e idosos que permita potencializar e desenvolver as habilidades e competências dos alunos, garantindo oferta continuada de cursos.

104 - Implementar, imediatamente, em todas as modalidades de ensino da rede estadual, a Lei nº 16.683, de 2007, que trata do acompanhamento social na educação e da intersetorialidade das políticas sociais.

105 - Garantir e implantar cursos de formação continuada destinados aos profissionais que forem atuar na educação de jovens, adultos e idosos.

106 - Desenvolver, na modalidade da educação de jovens, adultos e idosos, a educação profissionalizante de acordo com a opção do educando e com a realidade de cada região mineira.

107 - Discutir e elaborar, em dois anos, com os educadores da educação de jovens, adultos e idosos, em parceria com instituições públicas de ensino superior, projetos que permitam potencializar e desenvolver as habilidades e competências dos alunos, de modo a garantir o seu sucesso, bem como projeto de atividade física visando à melhoria da qualidade de vida, de forma a possibilitar o acesso dessa parcela da população à prática orientada.

108 - Elaborar, em conjunto com a sociedade, e implementar proposta político-pedagógica para a educação de jovens e adultos.

109 - Prover, no prazo de dois anos, estrutura física de acordo com a ABNT e equipe psicopedagógica, para o atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas instituições de educação de jovens e adultos.

Metas

Educação de Jovens, Adultos e Idosos

110 - Reduzir em 80% a taxa de analfabetismo, em cinco anos, e erradicá-lo ao final de 10 anos.

111 - Adequar, em dois anos, 100% das escolas que oferecem educação de jovens, adultos e idosos presencial e semipresencial com infraestruturas física e psicopedagógica adequadas e adaptadas às necessidades das pessoas com deficiência.

112 - Implantar, em dois anos, padrões básicos de funcionamento em 100% das escolas que oferecem Educação de Jovens, Adultos e Idosos, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.

113 - Aumentar progressivamente o atendimento da demanda de escolarização básica nos ensinos fundamental e médio da população de jovens, adultos e idosos, até alcançar 100% em cinco anos.

114 - Garantir, em um ano, que todos os alunos de Educação de Jovens, Adultos e Idosos presencial e semipresencial recebam, no momento da matrícula, materiais didáticos adequados a essa modalidade de ensino e às necessidades específicas do aluno.

115 - Implantar, em dois anos, processo de avaliação sistêmica periódica em 100% das escolas que participam dos programas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, nas modalidades presencial e semipresencial.

116 - Ampliar para 70% a oferta de vagas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos na opção formação profissional, no prazo de dois anos, nas escolas do campo e da cidade.

117 - Adicionar ao texto da lei o artigo: "Art. (...) - O Estado garantirá a disponibilidade orçamentária e financeira para a implementação das metas constantes dos temas integrantes do Anexo IV desta lei, dentro dos prazos previstos".

118 - Garantir, em colaboração com os Municípios, alimentação escolar de qualidade para o aluno do ensino fundamental e médio de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, de acordo com a Medida Provisória nº 455, de 2009.

Ações Estratégicas

Educação Especial

119 - Garantir e implementar, em um ano, os padrões de atendimento da educação especial, abrangendo os aspectos relacionados à infraestrutura física, ao mobiliário e aos equipamentos, aos recursos didáticos, ao número de alunos por turma, observados os parâmetros legais, à gestão escolar e aos recursos humanos indispensáveis à oferta de uma educação de qualidade.

120 - Fomentar e apoiar continuamente a implementação, com a participação dos profissionais da educação, de projetos político-pedagógicos em todas as instituições de educação com alunos com deficiência, inserindo em seu escopo atividades de socialização com vistas à inclusão dos alunos.

121 - Implementar, de forma contínua, programas específicos de educação profissional para as pessoas com deficiência, considerando-se os arranjos produtivos locais.

122 - Garantir e implementar, em todas as avaliações sistêmicas, recursos e meios adequados e adaptados para alunos com deficiência que deles necessitarem.

123 - Garantir formação continuada aos educadores que atuam na educação especial.

124 - Fomentar a intersetorialidade dos órgãos do Estado para melhor atendimento às pessoas com deficiência.

125 - Garantir a implantação dos serviços substitutivos em saúde mental, Capsi e Caps AD, no prazo máximo de três anos, bem como dos serviços de atenção social básica e especial, priorizando as localidades onde já existem Apaes, produzindo a imediata intersetorialidade necessária ao atendimento adequado aos usuários da Educação Especial.

Metas

Educação Especial

126 - Garantir, em até cinco anos, infraestrutura física e pedagógica adequada e adaptada às necessidades das pessoas com deficiência, em 100% das instituições de ensino. (Nota da Revisão: mudança sugerida na proposta 58.)

127 - Implantar padrões básicos de funcionamento em 70% das escolas de educação comum e especial, em dois anos, e em 100%, em cinco anos, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.

128 - Universalizar, em dois anos, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, nas escolas regulares.

129 - Instalar, em cada um dos Municípios mineiros, no prazo de dois anos, pelo menos uma escola regular de ensino fundamental e médio preparada, em termos de profissionais capacitados, espaço físico e recursos didáticos, incluindo salas de recursos multifuncionais, livros didáticos e de literatura falados, em braille e em caracteres ampliados, materiais para pessoas surdas e de comunicação alternativa, para o atendimento de pessoas com deficiência.

130 - Implantar, progressivamente, em até cinco anos, nos municípios-sede das Superintendências Regionais de Ensino, e nas cidades-polo das regiões, pelo menos um centro especializado, com equipe multidisciplinar, destinado ao atendimento de alunos com deficiência, em parceria com os Municípios e as organizações da sociedade civil, garantido o transporte para os alunos residentes em outras cidades da região.

131 - Informatizar os serviços da administração escolar de 100% das escolas de educação especial e dos centros de atendimento educacional especializados estaduais, em um ano, e das escolas e centros municipais, em dois anos.

132 - Adicionar ao texto da lei o artigo: "Art. (...) - O Estado garantirá a disponibilidade orçamentária e financeira para a implementação das metas constantes dos temas integrantes do Anexo IV desta lei, dentro dos prazos previstos".

133 - Articular com os entes federativos, em até dois anos, a elaboração de uma política nacional voltada ao atendimento das demandas psicopedagógicas e de infraestrutura dos estudantes com deficiência.

134 - Ampliar progressivamente, em até 10 anos, a oferta de atendimento educacional especializado no contraturno, nas escolas, com professores especializados, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial e na perspectiva da educação inclusiva, de forma a atender a 100% da demanda.

135 - Incluir, na matriz curricular do ensino público estadual, desde a educação infantil até o ensino médio, disciplina específica que contemple ampla reflexão sobre a cidadania das pessoas com deficiência, fomentando o desenvolvimento de suas potencialidades.

136 - Criar instrumentos de divulgação dos trabalhos de docentes e de escolas com bons resultados alcançados na formação dos alunos.

Ações Estratégicas

Educação Indígena, Educação do Campo, Quilombola e Afrodescendente

137 - Garantir e implementar, em um ano, uma política educacional de atendimento em escolas indígenas, do campo, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais, abrangendo os aspectos relacionados à diversidade geográfica, histórica e cultural, à infraestrutura física, ao mobiliário e equipamentos, aos recursos didáticos, ao número de alunos por turma, à gestão escolar democrática e aos recursos humanos indispensáveis à oferta de uma educação de qualidade e diferenciada.

138 - Elaborar e implementar, em colaboração com as instituições de ensino superior, projetos educativos próprios, para atender a educação diferenciada nas escolas do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais, incluindo plano curricular e métodos de ensino específicos, bem como a utilização de materiais didáticos adequados a cada realidade e ao calendário agrícola, garantindo-se a atualização e acompanhamento dos projetos.

139 - Elaborar ou atualizar, em dois anos, os projetos político-pedagógicos, currículos, metodologias e formação em alternância em todas as escolas indígenas, do campo, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais, de forma participativa e contextualizada e considerando as manifestações culturais locais.

140 - Elaborar e implantar, em articulação com a sociedade civil, sistema de avaliação sistêmica que atenda às especificidades das escolas do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais.

141 - Implementar e garantir como disciplina, na matriz curricular de licenciatura e formação continuada, a diversidade étnico-racial, a vulnerabilidade social, a educação indígena, do campo, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais, assegurando o ensino da língua materna e uma educação intercultural e bilíngue.

142 - Implementar a Resolução nº 1, de 17/6/2004, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, estabelecidas na Lei nº 11.645 de 2008 e pela Resolução CD/FNDE nº 8, de 26/3/2009, que estabelecem orientações e diretrizes para execução de projetos educacionais de formação continuada de professores quilombolas e elaboração de material didático específico para a educação básica.

143 - Aprovar, regulamentar e implementar as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais (Resoluções CNE/CEB nº 1/2002 e nº 2/2008) e nas comunidades indígenas (Resolução CNE/CEB, de 3/11/99).

144 - Garantir alimentação escolar de qualidade, na cidade e no campo, priorizando os produtos provenientes da agricultura familiar de acordo com a Medida Provisória nº 455, de 2009.

145 - Extinguir a política de nucleação das escolas do campo em área urbana e expandir as redes de ensino estadual e municipais nas comunidades, em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 3, de 2008.

146 - Alterar a composição dos Conselhos Municipais e Estadual da Educação, incluindo representação social do campo, indígena, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais.

147 - Expandir e implementar o projeto "Oca da Saúde", com práticas alternativas, integrativas e complementares (massoterapia, terapia comunitária, homeopatia, geoterapia, acupuntura, fitoterapia) para as escolas do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais.

148 - Adotar o termo "educação do campo" como referência das escolas e do projeto educacional desse segmento.

Educação Indígena, Educação do Campo, Quilombola e Afrodescendente

149 - Garantir, em dois anos, 100% das escolas no campo, indígena, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais com infraestrutura adequada às necessidades das pessoas com deficiência.

150 - Garantir, em três anos, água, luz, esgoto, laboratório de informática com conexão à internet, estradas apropriadas e transporte escolar de qualidade para 70% das escolas do campo, indígena, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais, e para 100% das escolas, em cinco anos.

151 - Universalizar, em até cinco anos, em regime de colaboração com os Municípios, o atendimento escolar das crianças e jovens indígenas, do campo, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais, nos níveis infantil, fundamental e médio.

152 - Garantir, em dois anos, professores habilitados e com formação específica, infraestrutura física e recursos didáticos adequados a uma educação de qualidade e diferenciada para 100% das escolas do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais.

153 - Instalar, em dois anos, laboratórios de informática com conexão à Internet em 100% das escolas do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais, garantindo-se suporte técnico de profissionais especializados e a manutenção e atualização dos equipamentos e programas.

154 - Desenvolver e consolidar, no prazo de três anos, diretrizes de organização, funcionamento e implantação das escolas indígenas, do campo, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais, incorporando a metodologia da formação em alternância, adequando o currículo e a organização do tempo-espço escolar às especificidades locais e considerando as manifestações culturais.

155 - Adicionar ao texto da lei o artigo: "Art. (...) O Estado garantirá a disponibilidade orçamentária e financeira para a implementação das metas constantes dos temas integrantes do Anexo IV desta lei, dentro dos prazos previstos".

156 - Implementar, em três anos, o ensino médio e profissionalizante no campo, indígena, quilombolas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, em parceria com os Municípios e em consonância com os processos produtivos e ambientais locais, garantindo aos jovens e adultos sua permanência no campo.

157 - Mapear e regulamentar, em cinco anos, as comunidades diversificadas, com a participação de seus representantes.

158 - Implementar, em um ano, a lei das relações étnico-raciais (Lei nº 11.645, de 2008, Resolução CD-FNDE nº 8) no ambiente escolar, assegurando dotação orçamentária, apoio técnico, pedagógico, estrutural e bibliográfico para sua implantação, realizando campanhas educativas sobre a diversidade étnico-racial brasileira nos diferentes tipos de mídia.

159 - Ampliar, em três anos, a oferta de cursos de licenciatura, em diferentes áreas do conhecimento, em todas as instituições de ensino superior, para a formação específica de educadores do campo, indígena, quilombolas, afrodescendentes e de comunidades tradicionais, valorizando a formação em alternância, presencial e a distância, com a participação da sociedade.

160 - Implementar, em três anos, em todos os Municípios do Estado, o Programa Saberes da Terra (Pró-Jovem Campo) nos níveis fundamental e médio (modalidade educação de jovens, adultos e idosos), atendendo também pessoas com idade acima de 29 anos.

Tema Novo

Ações Estratégicas

Educação nos Sistemas Penitenciário e Socioeducativo

161 - Assegurar a oferta de educação aos adolescentes, aos jovens e aos adultos vinculados aos sistemas penitenciário e socioeducativo do Estado, em especial nos níveis fundamental e médio e na modalidade profissionalizante, com certificação somente da Secretaria de Estado de Educação, do órgão responsável pela educação no Município e do sistema S.

162 - Considerar as especificidades das unidades do sistema prisional e dos centros socioeducativos no que se refere ao planejamento e à capacitação dos profissionais envolvidos na educação.

163 - Capacitar e assegurar apoio psicossocial aos profissionais da educação que atuam no sistema prisional e nos centros socioeducativos para atuação apropriada ao contexto pedagógico do público atendido.

164 - Promover mecanismos que garantam a segurança dos profissionais de educação que atuam nos sistemas prisional e socioeducativo.

165 - Articular, com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os órgãos de Defesa Social do Estado e as entidades da sociedade e os movimentos religiosos que atuam no sistema, parcerias e apoio para implementação dos projetos educacionais voltados aos sistemas prisional e socioeducativo.

166 - Garantir o pagamento de adicional aos trabalhadores da educação que atuam nos sistemas prisionais e socioeducativos.

Metas

Educação nos Sistemas Penitenciário e Socioeducativo

167 - Elaborar, em dois anos, em colaboração com a Secretaria de Estado de Defesa Social, padrões mínimos de infraestrutura para o

atendimento educacional adequado, com salas de aula, oficinas, bibliotecas e quadras de esporte, nas instituições dos sistemas penitenciário e socioeducativo do Estado.

168 - Garantir e efetivar, em dois anos, a adaptação, pela Secretaria de Estado de Defesa Social, das instalações educacionais das unidades penitenciárias e socioeducativas aos padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos.

169 - Desenvolver e implantar, em dois anos, programa de formação de professores e demais profissionais de educação para atuar nos sistemas socioeducativos e penitenciários, por meio de convênio com instituições de ensino superior, e estabelecer parcerias com essas instituições para oferta de estágio de seus acadêmicos nas unidades socioeducativas e penitenciárias.

170 - Elaborar ou atualizar, em dois anos, os projetos político-pedagógicos das unidades educacionais atuantes nos sistemas penitenciário e socioeducativo do Estado.

171 - Adicionar ao texto da lei o seguinte artigo: "Art. (...) - O Estado garantirá a disponibilidade orçamentária e financeira para a implementação das metas constantes dos temas integrantes do Anexo IV desta lei, dentro dos prazos previstos".

Grupo 4

Educação Superior

Metas

172 - Instituir, no prazo de um ano, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Secretaria de Estado de Educação e das unidades estaduais de ensino superior, fórum de educação, ciência e tecnologia, com participação da comunidade e entidades civis organizadas, com o objetivo de fomentar a discussão sobre questões educacionais pertinentes a esse nível de ensino, com vistas a garantir:

a) compatibilização das políticas e ações da educação superior com as demandas, expectativas e necessidades de desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social;

b) ampliação, até o final da vigência deste Plano, da oferta da educação superior pública estadual para 100% dos concluintes do ensino médio público e, pelo menos, para 30% dos jovens de 18 a 24 anos, garantindo igualdade de oportunidades e equidade;

c) ampliação, na rede pública estadual, com a colaboração da União, da oferta da educação superior pública nas modalidades presencial e a distância, tendo como referência necessidades evidenciadas em estudos relativos à demanda proveniente de concluintes do ensino médio e dos demais candidatos à educação superior, de modo a assegurar, em cinco anos, o aumento de, no mínimo, 60% das vagas, atingindo 100%, em 10 anos, com prioridade para as regiões do Estado de maior vulnerabilidade social;

d) formação inicial de professores da educação básica, com prioridade para as licenciaturas cuja carência já foi diagnosticada, visando a eliminar, em até quatro anos, o déficit de professores habilitados;

e) que as políticas da educação superior, das administrações pública e privada, nas diferentes regiões do Estado, contribuam para o desenvolvimento e a qualificação dos profissionais da educação básica, através de programas de formação continuada;

f) reformulação, no prazo de dois anos, das propostas curriculares dos cursos superiores de formação dos professores, com ênfase na profissionalização desde o início do curso, garantindo a oferta dos saberes específicos, processuais e metodológicos;

g) ampliação, no prazo de dois anos, do campo de estágio supervisionado dos cursos das diversas áreas, por meio de convênios firmados com os órgãos gestores de escolas públicas;

h) ampliação dos recursos para projetos de pesquisa, extensão e capacitação, destinando-se no mínimo 3% da arrecadação do Estado à Fapemig, sendo 2% dessa arrecadação nos primeiros cinco anos, atingindo-se os 3% nos cinco anos seguintes, garantidos 50% desses recursos para as instituições de ensino superior públicas estaduais;

i) adicionar ao texto da lei o seguinte artigo: "Art. (...) - O Estado garantirá a disponibilidade orçamentária e financeira para a implementação das metas constantes nos temas integrantes do Anexo IV desta lei, dentro dos prazos previstos".

173 - Garantir eleição com ampla participação da comunidade universitária para reitoria, direção de câmpus e direção das unidades, adotando-se o critério do voto universal, assegurando-se a nomeação do candidato mais votado e eliminando-se a lista tríplice.

174 - Definir e implantar, de imediato, programa de qualificação para os profissionais da educação superior, segundo as necessidades das unidades estaduais, assegurando condições financeiras e funcionais adequadas, sem prejuízo de direitos e vantagens.

175 - Efetivar a responsabilização administrativa e fiscal dos gestores públicos que não executem a integralidade dos recursos orçamentários destinados à educação, com a perda do mandato nos termos da legislação em vigor (Lei de Responsabilidade Educação Superior) .

176 - Garantir pelo menos 5% do Orçamento do Estado para as universidades públicas estaduais, a serem aplicados a partir do primeiro ano de vigência da lei do Plano Decenal de Educação.

177 - Assegurar condições de cumprimento das finalidades e das funções básicas previstas em lei para a educação superior - ensino, pesquisa e extensão -, eliminando as distorções existentes no quadro de pessoal em relação a posicionamento, carga horária, vinculação funcional e assegurando piso salarial, com reajuste anual em percentual superior ao previsto para gratificação.

178 - Criar e executar, em dois anos, Plano Estadual de Assistência Estudantil, garantindo creches, restaurantes e moradias universitárias nas unidades estaduais de ensino superior, com acesso gratuito a toda a comunidade universitária.

179 - Construir, com recursos públicos, no primeiro ano de vigência da Lei do Plano Decenal de Educação, o câmpus BH-Uemg e assegurar, no prazo de dez anos, a construção de todos os câmpus das universidades estaduais.

180 - Implantar o passe estudantil em ônibus intermunicipais, com 100% de recursos estaduais, garantindo, em dois anos, a isenção de 50% e, em cinco anos, a isenção de 100% da passagem aos alunos da educação superior pública em todo o Estado.

181 - Expandir a oferta de cursos na Uemg e na Unimontes, nas modalidades a distância e presencial, nos turnos diurno e noturno, considerando a autonomia universitária e as peculiaridades regionais.

182 - Dar preferência, na composição de parcerias estabelecidas pelo governo do Estado nos programas educacionais, às unidades estaduais de ensinos públicos básico e superior.

183 - Implementar políticas que facilitem o acesso à educação superior pela população do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e comunidades tradicionais, permitindo-lhes competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão ao ensino superior, garantindo-se, por meio de lei, a reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas.

Grupo 5

Formação e Valorização dos Profissionais da Educação

Ações Estratégicas

184 - Desenvolver, ampliar e implementar programas de formação continuada, em serviço, para todos os profissionais da educação básica, visando não apenas a seu aperfeiçoamento nas áreas do conhecimento, mas também a sua preparação para utilizar as novas tecnologias da informação e da comunicação em uso.

185 - Desenvolver, em parceria com instituições de ensino superior, fundações, preferencialmente públicas, ou em coparceria com instituições privadas credenciadas pelos critérios de excelência do MEC, cursos presenciais e a distância, nas áreas de conhecimento, em todos os níveis de especialização, no Estado de Minas Gerais, também nas localidades em que houver carência de docentes habilitados nas escolas públicas.

186 - Rever, imediatamente, os planos de carreira dos servidores das redes estadual e municipal, do Colégio Tiradentes e da educação superior, implementando enquadramento e pagamento imediato por habilitação, após conclusão de graduação e pós-graduação, desvinculando-os do período de exercício e da avaliação individual de desempenho.

187 - Criar e implementar programa de aquisição e manutenção de computadores e novas tecnologias para todos servidores da educação pública.

188 - Garantir a implementação imediata das disposições da Lei nº 11.738, de 2008, para jornada de 24 horas com, no mínimo, um terço da hora-atividade extrassala para formação em nível médio e pagamento por habilitação, conforme a Lei nº 15.293 e a Lei nº 15.301, ambas de 2004, que instituem planos de carreira.

189 - Conceder e implementar, imediatamente, o piso salarial nacional para todos os profissionais do quadro administrativo dos órgãos da educação, de acordo com as carreiras estabelecidas na Leis nºs 15.293 e 15.301, de 2004, com a revisão e a atualização das tabelas salariais.

190 - Implementar políticas de saúde e prevenção de doenças profissionais para todos os profissionais da educação das redes estadual e municipal, do Colégio Tiradentes e da educação superior, bem como garantir o pagamento de insalubridade e periculosidade aos servidores que atuam nas escolas em área de risco e em unidades prisionais e socioeducativas.

191 - Promover, imediatamente, concurso público para provimento dos cargos vagos, em todos os níveis e manter a periodicidade de dois anos para sua realização.

192 - Tornar obrigatória a admissão apenas de professores e demais profissionais da educação que possuam habilitação mínima exigida na Lei de Diretrizes e Bases.

193 - Garantir aos profissionais da educação ingresso, permanência e conclusão gratuitos em curso superior de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, por área de atuação, com liberação remunerada para tais fins, sem prejuízo financeiro na carreira.

194 - Garantir, em um ano, linhas de financiamento para reforma e aquisição da casa própria, bem como pagamento de auxílio-alimentação e auxílio-transporte em espécie e reajustável anualmente, para todos os profissionais da educação das redes estadual e municipal.

195 - Capacitação imediata para profissionais da educação para lecionarem sobre temáticas étnico-raciais e comunidades tradicionais, e direcionamento de tais profissionais ao atendimento de demandas.

Metas

196 - Desenvolver e implantar, imediatamente, programa de formação de educadores e gestores para atuar na área de educação inclusiva, promovendo a sua capacitação em braille, libras e comunicação alternativa.

197 - Aumentar para 50%, em três anos, a taxa de professores com Curso Normal médio, completo ou superior atuando na educação infantil e, para 100%, em cinco anos.

198 - Elevar para 80%, em três anos, a taxa de professores habilitados com formação superior completa atuando nas séries iniciais do ensino

fundamental e, para 100%, em cinco anos.

199 - Elevar para 90%, em três anos, a taxa de professores habilitados com formação superior completa e específica em sua área de atuação nas séries finais do ensino fundamental e, para 100%, em cinco anos.

200 - Elevar para 97%, em três anos, a taxa de professores habilitados com formação superior completa e específica em sua área de atuação no ensino médio e, para 100%, em cinco anos.

201 - Garantir que, em cinco anos, 100% do pessoal auxiliar que atua na educação básica tenha escolaridade mínima de ensino fundamental completo.

202 - Reduzir em 100%, em dois anos, o percentual de servidores com contrato temporário na rede pública, garantindo o provimento dos cargos vagos mediante concurso público em todos os níveis de ensino.

203 - Garantir recursos orçamentários e financeiros que viabilizem a implementação das metas nos prazos previstos.

204 - Regulamentar, imediatamente, no Curso Normal médio, o estágio curricular; respeitar os planos curriculares nas escolas onde já existam; criar coordenação pedagógica para o curso por ter especificidade e rubrica próprias e garantir aos egressos do Curso Normal médio a continuidade dos estudos em nível superior.

205 - Implementar política pública de formação dos profissionais da educação, visando elevar para 50%, em dois anos, a taxa de profissionais com formação em mestrado e para 50%, em cinco anos, a taxa de profissionais com formação em doutorado.

206 - Realização periódica de congressos, seminários e painéis envolvendo todos os parceiros da educação, objetivando a avaliação e reestruturação permanente do sistema.

207 - Implementar imediatamente a liberação de 1/3 de aulas mensais para permitir ao professor atuar na coordenação de área ou áreas afins no ensino básico.

208 - Garantir, no prazo máximo de dois anos, realização de concurso público para psicólogo educacional, pedagogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo e assistente social para as escolas públicas do Estado de Minas Gerais, reconhecendo as atribuições específicas desses profissionais, que passarão a compor as equipes de educadores lotadas nas escolas, tendo suas carreiras reconhecidas e valorizadas no ensino público.

209 - Implementar, imediatamente, a Lei nº 11.738, de 2008 (lei do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica), para jornada de 24 horas de formação em nível médio, com 1/3 de hora para atividade extrassala, bem como pagamento por habilitação, conforme a Lei nº 15.293, de 5/8/2004 (plano de carreira para os profissionais da educação básica) e a Lei nº 15.301, de 2004.

Grupo 6

Financiamento e Gestão / Interação entre as Redes de Ensino

Ações Estratégicas

Financiamento e Gestão

210 - Garantir a manutenção dos princípios da gestão democrática e descentralizada, por meio do fortalecimento dos órgãos colegiados das escolas públicas estaduais e municipais e do aperfeiçoamento do processo de participação dos pais e da comunidade na gestão das escolas públicas, fundamentado nos pressupostos da transparência e publicidade, com acesso a informação e locais adequados às atividades desses órgãos colegiados.

211 - Assegurar a formação continuada dos gestores, em todos os níveis de ensino, dos Conselheiros municipais de educação e dos servidores das Superintendências Regionais de Ensino, com ênfase especial na gestão dos processos administrativos, pedagógicos e financeiros, com controle social.

212 - Consolidar e aperfeiçoar o processo de escolha democrática dos Diretores das escolas e Reitores de universidades públicas, respeitando-se o resultado do processo eleitoral, incentivando-se essa prática no âmbito dos sistemas municipais, e instituir processo democrático.

213 - Promover a articulação e a cooperação entre as redes de ensino, enfatizar e fortalecer o papel e a ação psicopedagógica das Superintendências Regionais de Ensino, garantindo a comunicação horizontal entre as escolas e os órgãos municipais, regionais e central dos sistemas de ensino.

214 - Consolidar a cultura de avaliação qualitativa e quantitativa da eficácia das políticas públicas de educação pautada na busca da equidade regional, considerando-se especialmente os processos de ensino-aprendizagem e as condições de funcionamento da rede física.

215 - Assegurar efetivamente a descentralização e a autonomia na gestão educacional dos estabelecimentos de ensino e demais órgãos integrantes do sistema de educação, considerando-se as dimensões pedagógica, administrativa e financeira.

216 - Garantir o incremento de recursos financeiros para a educação básica, com a exclusão imediata da folha de pagamento dos inativos do cálculo do mínimo de 25% das receitas de Estados e Municípios destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

217 - Incentivar, por meio das Superintendências de Ensino, a criação de sistemas municipais de educação com vistas a maior agilidade no processo educacional, com base nos princípios da descentralização e da regionalização do ensino.

218 - Garantir mecanismos de articulação das três instâncias de governo que assegurem recursos orçamentários disponíveis para a formação continuada dos profissionais da educação, a melhoria de infraestrutura das instituições de ensino e a melhoria da alimentação escolar.

219 - Garantir investimentos para a criação da "oca da saúde" nas práticas alternativas e integrativas complementares, como homeopatia, terapia comunitária, fitoterapia, massoterapia e acupuntura aos alunos da educação do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, em parceria com organizações não governamentais.

220 - Ampliar e democratizar a ouvidoria da educação, garantindo a participação de toda a comunidade escolar nesse órgão.

221 - Instituir a gestão do orçamento participativo com mais autonomia das partes envolvidas na relação entre a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as Superintendências Regionais de Ensino, as escolas públicas estaduais e municipais, as universidades públicas estaduais, a comunidade escolar e a comunidade acadêmica.

222 - Inserir, no Plano Decenal de Educação, o orçamento correspondente à execução de cada meta especificada no quadro de metas, o qual deverá constar na Lei do Plano Plurianual de Ação Governamental e na Lei Orçamentária Anual, com a obrigatoriedade de sua disponibilização em cada ano fiscal para execução delas.

223 - Garantir a gestão participativa do orçamento da educação com autonomia das instâncias de gestão entre a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as Superintendências Regionais de Ensino e as escolas públicas estaduais e municipais, as universidades públicas estaduais, a comunidade escolar e a comunidade acadêmica.

Metas

Financiamento e Gestão

224 - Garantir, no primeiro ano de vigência deste plano, a implementação dos princípios da gestão democrática, fortalecendo os órgãos colegiados das escolas, dos Municípios e do Estado, as entidades de representação de estudantes e de pais e alunos, assegurando o aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão, garantindo o suporte técnico, a formação continuada de seus membros e o acesso irrestrito à informação.

225 - Garantir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, programas de formação continuada de um percentual mínimo dos Diretores de escolas públicas e dos dirigentes das Superintendências Regionais de Ensino, com ênfase na gestão dos processos pedagógicos e administrativos, visando a assegurar a melhoria da qualidade do ensino e o fortalecimento da gestão democrática.

226 - Manter e reformular o Programa de Avaliação Sistemática dos alunos, profissionais, escolas públicas estaduais e municipais, universidades públicas estaduais e órgãos dos sistemas estadual e municipal de ensino, visando a consolidar a cultura de avaliação de natureza qualitativa, construtiva e não punitiva, que considere as especificidades regionais e assegure a participação de todos os segmentos avaliados.

227 - Garantir que a Secretaria de Estado de Educação e as Secretarias Municipais de Educação elaborem, com a participação das escolas públicas, planos anuais de trabalho, em consonância com o Plano Nacional de Educação, o Plano Decenal de Educação de Minas Gerais e os respectivos Planos Decenais Municipais de Educação, assegurando o cumprimento de suas metas, a divulgação antes do início de cada ano letivo e a criação de fóruns permanentes de discussão e avaliação, com representação de todos os segmentos da educação.

228 - Estimular os Municípios a instituir a Ouvidoria da Educação, no prazo de três anos, a ser estruturada de forma a proporcionar amplo acesso da população aos seus serviços.

229 - Disponibilizar, gratuitamente, a partir do primeiro ano de vigência do Plano, acesso a base de dados educacionais atualizados em rede e em tempo real, abrangendo informações contidas no "Atlas da Educação do Estado de Minas Gerais", desagregando dados por escola da cidade e do campo sobre matrícula, situação dos servidores e aplicação dos recursos.

230 - Garantir a realização anual de Conferências Municipais de Educação, para análise do desenvolvimento dos Planos Decenais Municipais de Educação e replanejamento e, nos mesmos moldes, de Conferência Estadual de Educação, com foco no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais.

231 - Informatizar o órgão central da Secretaria de Estado de Educação e as Superintendências Regionais de Ensino e estimular a informatização das Secretarias Municipais de Educação, imediatamente, visando a criar um sistema municipal em rede que agilize e modernize a gestão, garantindo-se o acesso a todos os segmentos da comunidade escolar.

232 - Informatizar, imediatamente, a administração escolar de todas as escolas públicas de educação básica e de universidades estaduais, garantindo-se a manutenção dos equipamentos, a atualização dos programas, a capacitação dos profissionais e o acesso da comunidade escolar às redes, aos sistemas e aos bancos de dados das escolas.

233 - Estabelecer parcerias entre as Secretarias de Educação e os demais órgãos e entidades do Estado e dos Municípios, para viabilizar projetos específicos nas áreas de segurança, saúde, esporte, cultura, meio ambiente, patrimônio, entre outros, garantindo-se sua ampla transparência e divulgação e submetendo-se a sua aprovação aos órgãos de controle social.

234 - Aperfeiçoar, no prazo de um ano, o Portal da Educação em Minas Gerais, que funcionará como suporte das atividades de sala de aula, com ambiente diferenciado para professores e alunos.

235 - Garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para implementação das metas e das estratégias do PDEEMG, dentro dos prazos estabelecidos, e os respectivos orçamentos específicos constituintes do Quadro de Metas, o qual deverá constar nos planos plurianuais com as respectivas atualizações financeiras, em cada ano fiscal, na Lei do Plano Plurianual de Ação Governamental e na Lei Orçamentária Anual, com a obrigatoriedade de sua disponibilização em cada ano fiscal para execução delas.

236 - Implementar, imediatamente, a revisão dos regimentos dos Conselhos de Educação Estadual e Municipais, objetivando a democratização dessas esferas, com representação dos professores, estudantes e pais, sem previsão de veto governamental.

237 - Promover, em seis meses, eleição direta para Diretor de escolas públicas municipais e estaduais e para Reitor das universidades estaduais, com respeito ao resultado do processo eleitoral, bem como para os Superintendentes regionais de ensino para mandato de três anos com direito a uma reeleição, garantindo-se ampla participação da comunidade escolar.

238 - Garantir recursos financeiros na dotação orçamentária do Estado e dos Municípios para formação dos Conselheiros dos órgãos de controle social da educação.

239 - Aumentar o investimento em educação no valor de 1% do PIB de Minas Gerais a cada ano, nos próximos 10 anos, sem prejuízo do percentual previsto no art. 212 da Constituição Federal, com aumento da contribuição do ICMS para o Fundeb de 20% para 30%, sem prejuízo do percentual previsto no referido artigo.

Ações Estratégicas

Diálogo entre as Redes de Ensino e sua Interação

240 - Ampliar o diálogo com os dirigentes municipais, criando espaço institucional no nível central e nos Municípios, com envolvimento da Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, secretarias municipais de educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e entidades representativas dos profissionais de educação, para discussão e definição de políticas de cooperação mútua e execução efetiva dos objetivos e metas dos respectivos planos decenais de educação, com participação da comunidade acadêmica e da comunidade escolar.

241 - Fortalecer o regime de cooperação entre Estado e Municípios, com o estabelecimento de regras, critérios transparentes e publicizados capazes de orientar e aprimorar a execução de ações conjuntas voltadas para o planejamento integrado da organização escolar, e institucionalizar a inclusão da formação continuada dos profissionais da educação, o transporte escolar, a avaliação institucional interna e externa democrática e a clara definição das responsabilidades pelo atendimento da demanda educacional, visando a implantação de um sistema único de educação básica.

242 - Estabelecer, na política de atuação supletiva do Estado em relação aos Municípios, a prioridade àqueles de maior vulnerabilidade social, garantindo-se ampla divulgação de suas ações.

243 - Estabelecer parceria com o Município a fim de garantir passe estudantil para o acesso a escola, universidade e atividades culturais, esportivas e de lazer.

Metas

Diálogo entre as Redes de Ensino e sua Interação

244 - Fortalecer imediatamente o regime de cooperação entre Estado e Municípios, estabelecendo regras e critérios capazes de nortear e aprimorar as ações conjuntas em relação a:

- a) distribuição das responsabilidades pelo atendimento da demanda da educação básica;
- b) planejamento integrado, buscando o aperfeiçoamento e a compatibilização dos currículos, programas, calendário e documentação relativa à vida escolar e avaliação do aluno, como parâmetros da ação educativa nas redes de ensino;
- c) garantia de participação dos profissionais da educação nos programas e cursos de formação continuada em serviço, oferecidos prioritariamente por instituições de ensino superior estaduais e promovidos de forma compartilhada pelas redes pública e privada;
- d) aperfeiçoamento da avaliação sistêmica nas redes de ensino;
- e) compartilhamento dos dados estatístico-educacionais das redes de ensino na cidade e no campo.

245 - Aperfeiçoar a política de cooperação entre Estado e Município relativa ao programa de transporte escolar, garantindo:

- a) atendimento a todos os alunos da rede pública, em todos os níveis de educação, que dele necessitem em todas as etapas e modalidades de ensino;
- b) repasse integral aos Municípios do valor relativo ao passe estudantil para os estudantes da rede pública de ensino e das universidades públicas;
- c) cumprimento da legislação relativa ao transporte escolar;
- d) intensificação do acompanhamento e fiscalização do programa de transporte escolar, por meio do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb;
- e) aumento e adequação, em dois anos, da frota de transporte escolar para atender a demanda com segurança e qualidade.

246 - Institucionalizar, no primeiro ano de vigência do Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, intercâmbio cultural, pedagógico e didático entre as redes de ensino para facilitar a socialização dos conhecimentos e das experiências dos educandos e educadores.

247 - Aperfeiçoar, nos convênios entre Estados e Municípios, o processo de cessão de profissionais da educação com o objetivo de garantir seus direitos, bem como assegurar a qualidade do atendimento nas redes públicas.

248 - Aprimorar o processo de comunicação entre escolas, secretarias municipais de educação, superintendências regionais de ensino, Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, esta última representada pelas instituições de ensino superior estaduais, por meio da internet e de outras mídias.

249 - Garantir a disponibilidade orçamentária e financeira para implementação das metas e estratégias do Plano Decenal de Educação de Minas Gerais dentro dos prazos estabelecidos.

250 - Publicizar, trimestralmente, as aplicações dos recursos do Fundeb, salientando as atividades do Conselho perante as instituições da educação e a sociedade civil organizada.

251 - Estender a abrangência do Plano Decenal à educação privada e estabelecer um sistema único de ensino para o Estado de Minas Gerais.

Propostas Novas Aprovadas nos Grupos de Trabalho e não Priorizadas para a Plenária Final

Grupo de Trabalho Nº 2

- 1 - Garantir a articulação de áreas de conhecimento que constam como diretrizes nos Parâmetros Curriculares Nacionais.**
- 2 - Criar escolas de ensino médio e fortalecer as que existem, com políticas pedagógicas e estrutura física.**
- 3 - Prover estrutura física e pedagógica para o atendimento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas instituições de ensino médio.**
- 4 - Promover, no ano seguinte à aprovação do PDDEMG, revisão curricular do ensino médio, em parceria com entidades da sociedade civil organizada que representem segmentos escolares, e propor currículo interdisciplinar e voltado para a formação cidadã do aluno, mediante a inserção das disciplinas Direito Constitucional e Ciência Política.**
- 5 - Preparar e habilitar pessoal para atingir as metas.**

Grupo de Trabalho Nº 4

- 1 - Implantar, no prazo de um ano, a partir da vigência da Lei do Plano Decenal de Educação, escola experimental para atender os alunos de licenciatura nas unidades da Uemg e da Unimontes.**
- 2 - Prover estrutura física e pedagógica para garantir a acessibilidade e o atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nas instituições de ensino superior.**
- 3 - Viabilizar, a partir do primeiro ano de vigência da lei, parcerias com outras universidades, dentro e fora do país, para que possam contribuir no processo de formação de aluno e professores.**
- 4 - Rever, em até seis meses, a legislação de pessoal a que se encontram submetidos os profissionais da educação superior pública estadual, promovendo sua atualização, adequação e consolidação, segundo especificidades das suas funções básicas, ensino, pesquisa e extensão.**
- 5 - Incluir, na universidade pública, a disciplina Educação Emocional, nas áreas de Psicologia, Educação e Saúde, contemplando os seguintes eixos: sensibilização e informação sobre a filosofia do Dr. Bach e o sistema floral; capacitação dos profissionais das áreas citadas, buscando a melhoria e a sustentabilidade, a curto, médio e longo prazo, dos processos de aprendizagem, de forma ampla.**

Grupo de Trabalho Nº 5

- 1 - Garantir a liberação dos profissionais da educação para participar de eventos que contribuam com seu aprimoramento profissional e criar condições para relatarem suas experiências e publicarem artigos.**
- 2 - Implementar a criação, em todos os Municípios, de bibliotecas públicas e de biblioteca específica para os educadores, atualizada com publicações e periódicos, disponibilizando material de pesquisa e referência para estudos individuais.**
- 3 - Capacitar os profissionais da educação que atuam no sistema prisional e nos centros socioeducativos para atuação apropriada ao contexto pedagógico do público atendido.**
- 4 - Desenvolver e implantar, em dois anos, programa de formação de professores para atuar na área de educação especial e nos sistemas educacionais socioeducativo e penitenciário.**
- 5 - Prever a coordenação de área para as escolas, garantindo a liberação de 1/3 da carga horária mensal para as atividades de coordenação.**

Grupo de Trabalho Nº 6

- 1 - Ampliar, de 25% para 30% o percentual de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.**
- 2 - Garantir a participação da comunidade escolar no processo pedagógico e na definição das propostas educacionais.**
- 3 - Instituir a gestão do orçamento participativo com mais autonomia das partes envolvidas na relação entre a Secretaria de Estado de Educação, superintendências regionais de ensino e escolas públicas estaduais.**

Palavras do Sr. Presidente

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar a importância da oportunidade que tenho, como Presidente da Assembleia, de receber esse documento que considero, por tudo que foi feito, pelo trabalho desenvolvido, um tesouro lapidado, e dizer que faremos prevalecer o que é mais significativo para os avanços da educação pública em nosso Estado.

Esse trabalho é fecundo. Ele durou oito meses, com a realização de 12 reuniões da comissão organizadora. Foram oito encontros regionais com

mais de 1.200 participantes. Inauguramos um novo canal de interlocução da Assembleia com a sociedade por meio da consulta pública e, por meio dela, obtivemos 212 participações. Esse é o embrião de um futuro que almejamos do parlamento virtual, para que, como foi muito bem colocado aqui pelos meus pares, a Assembleia possa cumprir o seu mister, a democracia representativa, quando é fundamental que haja a intercessão da sociedade como um todo. Ou seja, a interlocução, canais fortalecidos, a participação ativa dos segmentos organizados da sociedade.

E a alegria estampada neste momento em que se comemora o final desse trabalho traduz exatamente a concretude dessa participação. Mais de mil propostas recebidas a partir dos encontros regionais e da consulta pública; 96 representantes foram eleitos nos encontros regionais; 31 entidades parceiras pertencentes aos diversos segmentos - Secretaria de Educação, professores, alunos, pais, gestores, entidades que estão aqui representadas. Um elenco de 250 propostas, aprovadas nos grupos de trabalho para apreciação na plenária final, que resultarão em muitas contribuições para a apreciação desse trabalho que tem de ser fecundo e profundo na nossa Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática. Gostaria de destacar, entre essas 250 propostas, todas com muito conteúdo, uma proposição que ressalta o novo tema da educação carcerária nos sistemas penitenciários socioeducativos.

Os dados finais mostram que, nesses três últimos dias, ocorreram 464 participações, 198 instituições inscritas e 646 participantes nos três dias, e 304 pessoas aptas a participar dos grupos de trabalho. Acho que os números falam por si e dão a dimensão do que esse trabalho representou e do que vamos colher, com toda certeza, para o Plano Decenal de Educação em nosso Estado.

Parabéns a cada um de vocês, às entidades que representam, a todos os segmentos que participaram ativamente, às comunidades, aos palestrantes, aos coordenadores, aos parlamentares que participaram diretamente, ativamente, com grande entusiasmo. Por último, e especialmente, como foi aqui destacado, digo que nada teríamos conseguido, nenhum êxito, se não tivéssemos o comprometimento de uma equipe técnica qualificada, que faz a diferença no Parlamento de Minas Gerais e que torna este Parlamento referência nacional. Um abraço, parabéns, e até o resultado final do trabalho.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cunprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 18, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/5/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Registro de presença - Discussão e Votação de Relatórios: Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda; discursos dos Deputados André Quintão, Jayro Lessa e Neider Moreira; votação do relatório, salvo destaques; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; discurso do Deputado Almir Paraca; questão de ordem; leitura e votação dos parágrafos iniciados pela expressão "Estabelecemos, ainda, por medida de cautela" e encerrados com a expressão "imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa", nas págs. 64 e 84 do relatório; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição - Discussão e Votação de Indicações: Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Osvaldo Guimarães Lasmar para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH -; encerramento da discussão; discursos dos Deputados André Quintão e Weliton Prado; questão de ordem; votação secreta; aprovação; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra, com satisfação, a presença, nas galerias, de alunos da 5ª série do ensino fundamental da Obra Social São José, do Bairro Bandeirantes, nesta Capital. A Presidência deseja que todos tenham uma boa estada em nossa Assembleia. A Presidência registra e agradece, ainda, a presença, nas galerias, de representantes do setor administrativo da Polícia Civil, que está na caminhada por seus direitos.

A Presidência anuncia os aniversariantes do final de semana até hoje: Deputado Dimas Fabiano, dia 23; Deputado Carlos Mosconi, dia 24; Deputado Adelmo Carneiro Leão, dia 25; e Deputado Ronaldo Magalhães, hoje, dia 27. Desejo a todos felicidades e muito êxito em sua vida.

Discussão e Votação de Relatórios

O Sr. Presidente - Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda, incluído em ordem do dia nos termos do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno. A Presidência informa ao Plenário que foi deferido, na reunião extraordinária do dia 6/5/2009, requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro solicitando a votação destacada dos parágrafos iniciados pela expressão "Estabelecemos, ainda, por medida de cautela" e encerrados com a expressão "imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa", nas págs. 64 e 84 do relatório. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, volto a esta tribuna para discutir esse relatório, que trata de uma questão muito importante, principalmente para os moradores da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do colar metropolitano, e também para os Municípios que integram a área de proteção ambiental - APA-Sul -, que é a necessidade de preservação das Serras da Moeda e da Calçada.

Esta Casa, em boa hora, instituiu uma comissão especial que realizou várias audiências públicas e reuniões técnicas e produziu um relatório muito importante.

Elogio os membros da comissão especial que produziu esse relatório e fez um trabalho muito proveitoso: os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sávio Souza Cruz, Jayro Lessa e Fábio Avelar. Inicialmente, destaco a importância do trabalho realizado. É um relatório benfeito, que recomenda medidas de proteção à Serra da Moeda e à Serra da Calçada. Sabemos que a exploração mineral integra um eixo estratégico de desenvolvimento econômico para Minas Gerais. Sabemos também que essa exploração deve ser feita levando-se em consideração a questão ambiental, a questão dos mananciais, a nossa biodiversidade. Cerca de 75% das áreas da Serra da Moeda e da Serra da Calçada estão nas mãos de empresas mineradoras. É muito importante que haja uma regulamentação com regras claras, nítidas, especificando o nível de exploração permitido e também as atividades compensatórias e protetivas. O tombamento, que, a meu ver, poderia ser a medida de maior impacto preservacionista, não foi recomendado pela comissão especial, em razão de jurisprudência no plano federal, que, do ponto de vista jurídico, impede esse tipo de proteção. Seria importante uma legislação que estabelecesse o nível de atividade que poderia ser desenvolvido.

Manifesto, em nome do Bloco PT-PCdoB, a concordância com o relatório que recomenda uma lei específica, a ser discutida nesta Casa. Até que haja uma regulamentação dessa lei, os novos empreendimentos e os empreendimentos em processo de implantação seriam suspensos, com exceção daqueles relacionados com atividades de segurança pública, proteção sanitária e obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento, energia, além da proteção da integridade da vegetação nativa.

Faço um alerta às Deputadas e aos Deputados: o relatório não prevê a suspensão imediata dos novos licenciamentos, das expansões nem dos procedimentos em curso. O relatório não tem esse poder. Quem tem esse poder é a lei. A lei será resultado de um projeto que esta Casa discutirá. Deixo isso claro. Alguns Deputados me procuraram perguntando se as obras em curso seriam suspensas agora. Não. O relatório não suspende nada. Se alguém estiver usando o relatório para suspender licenciamentos, a responsabilidade não é desta Assembleia Legislativa.

O relatório é muito pertinente. Vejam bem: se esta Casa não tiver o cuidado de adotar alguma medida de cautela até que seja regulamentada uma lei que ainda será discutida por esta Assembleia, lógico que haverá uma aceleração dos processos de licenciamento. Lembro que existem a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Quem está, por exemplo, com uma licença prévia, até que esta Casa aprove uma lei e o governo a regulamentar, irá acelerar os seus procedimentos. Quero que isso fique registrado, por meio da TV Assembleia, nos anais desta Casa, nas atas, em razão da nossa responsabilidade para com as futuras gerações.

Daqui a alguns anos, quando estiver conversando com minha filha, meus netos e meus amigos, quando a Serra da Moeda e a Serra da Calçada estiverem absolutamente destruídas, quero dizer que, naquela manhã de 27/5/2009, como Deputado votado na Região Metropolitana e em Belo Horizonte, em nome do PT e do PCdoB, defendi que, se não fossem tomadas medidas de proteção, a Serra da Moeda correria riscos. Que isso fique registrado.

Quero encaminhar, em nome do PT e do PCdoB, para mantermos o relatório na íntegra como uma medida de cautela. Caso contrário, aprovaremos um belíssimo relatório, mas retiraremos a medida de cautela. É como se um médico fizesse um excelente diagnóstico, dizendo que um determinado remédio seria necessário para salvar o paciente, mas não lhe desse a receita. Estamos rasgando a receita do remédio. O diagnóstico está belo. Parabéns à comissão especial. Mas, com muito respeito, sugiro que esta Casa rejeite o pedido de supressão do seguinte parágrafo do relatório, que defendemos que permaneça: "Estabelecemos, ainda, por medida de cautela, a proibição temporária de aprovação e implantação de novos empreendimentos e atividades nas Serras da Moeda e da Calçada". A cautela foi estabelecida também para a expansão de empreendimentos e atividades já implantadas. A regra vale apenas enquanto a lei não for regulamentada, lei que ainda será objeto de debates nesta Casa. "Ressalvamos dessa cautela apenas as intervenções de interesse público, como atividades de segurança pública e de proteção sanitária, obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia e atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa".

Por isso, quero encaminhar, em primeiro lugar, pela aprovação do relatório na íntegra. Caso permaneça o requerimento para a supressão desse parágrafo, votaremos pela manutenção do parágrafo e contra a supressão, a favor da compatibilização da atividade minerária com o respeito ambiental e com a proteção das nossas águas. Em defesa da Serra da Moeda e da Serra da Calçada, votaremos por esse relatório em sua íntegra.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Jayro Lessa.

O Deputado Jayro Lessa* - Sr. Presidente, ouvi o Deputado André Quintão com muita atenção. Ficaria muito feliz se Minas Gerais tivesse a agilidade dita pelo Deputado para liberação de licença ambiental, licença de operação e licença de instalação. Sabemos que Minas Gerais talvez seja o Estado que mais amarra licenças ambientais no Brasil. Infelizmente, não é como disse o Deputado André Quintão, as licenças ambientais são difíceis de serem conseguidas. As empresas sofrem durante muitos anos para obterem licença ambiental para desenvolver suas atividades em Minas Gerais. Algumas vezes, o IEF demora meses para liberar uma licença para limpar um pasto de uma fazenda em que os matagais cresceram. Por isso, no que se refere a licença para mineração, para cuja obtenção é preciso EIA-RIMA e atender todas as obrigações legais, nunca acontecerá o que o Deputado André Quintão disse.

Em relação ao relatório, houve um erro de nossa parte, que foi corrigido depois. Gostaria que esta Casa fizesse essa correção para evitarmos

um erro que atrapalhará muito Minas Gerais. Tenham certeza de que a Serra da Moeda e a Serra da Calçada jamais se tornarão esse desastre ambiental que tem sido anunciado por muitos Deputados desta Casa. As empresas que estão trabalhando naquela área são sérias. São empresas que conhecem o meio ambiente e têm obrigações ambientais. E, com certeza, o pouco que ela destrói, que, em muitos casos, não é nem 2ha ou 3ha, fará com Minas Gerais tenha uma receita maior, assim como uma maior geração de emprego e de renda. Haverá uma recuperação em torno dela maior do que a devastação que possa ser causada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Neider Moreira.

O Deputado Neider Moreira* - Sr. Presidente, na verdade, é bom esclarecer que não estamos aqui discutindo o mérito da questão. Neste momento, estamos votando um relatório da Comissão Especial, que foi publicado de maneira equivocada. A publicação do relatório, como veio ao Plenário, não foi decisão da Comissão Especial. É importante que os colegas saibam dessa questão e compreendam que houve um erro material que é preciso reparar aqui, no Plenário.

A decisão de mérito a respeito dessa questão será dada depois da discussão desse projeto que tramitará nesta Casa. Estamos aqui discutindo o relatório na forma em que foi publicado: de maneira equivocada, com errata. É preciso que os colegas saibam disso, para que possamos rejeitar os destaques e o relatório tenha a forma que definida pela Comissão Especial.

O Sr. Presidente - Em votação, o relatório, salvo destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Sebastião Helvécio - Sr. Presidente, eu não consegui registrar o meu voto no painel, mas o meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 37 Deputados, que, somados aos 2 em Comissão, perfazem o total de 39 parlamentares. Está aprovado o Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda, salvo destaques. Votação dos parágrafos destacados. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, farei o encaminhamento pela manutenção do texto original do relatório, propondo, portanto, a aprovação do texto destacado, não apenas por entendê-lo fiel ao conjunto da proposição do relatório, que preserva e protege as Serras da Calçada e da Moeda, mas também por considerar que não podemos abrir um precedente e promover correções, como vem sendo solicitado, para, assim, justificar a errata.

As questões ambientais em Minas Gerais vêm, ao longo do tempo, recebendo excelente acolhida e bons encaminhamentos desta **Assembleia Legislativa. A legislação federal, em grande medida e em muitas situações, foi, em nosso Estado, integralmente implementada para preservar o meio ambiente e os recursos naturais. E Minas Gerais, por intermédio desta Casa, contribuiu significativamente com debates e proposições que aprimoraram a legislação federal. No meu entender, portanto, preservar o texto do relatório não só mantém a sua integridade, como também orienta e indica a justa preservação das Serras da Calçada e da Moeda. Muito obrigado.**

Questão de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Desejo apenas pedir a leitura do texto destacado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura dos parágrafos destacados.

O Sr. Secretário (Deputado Hely Tarquínio) - (- Lê os parágrafos destacados, publicados na edição do dia 14/4/2009).

O Sr. Presidente - Em votação, os parágrafos iniciados pela expressão "Estabelecemos, ainda, por medida de cautela" e encerrados com a expressão "imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa", nas páginas 64 e 84 do relatório. As Deputadas e os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitados.

O Deputado Carlin Moura - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 11 Deputados. Votaram "não" 29 Deputados. Houve 1 voto em branco, totalizando 41 votos. Estão rejeitados os parágrafos destacados. Está, portanto, aprovado o Relatório Final da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda, exceto os parágrafos iniciados pela expressão "Estabelecemos, ainda, por medida de cautela" e encerrados com a expressão "imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa", nas páginas 64 e 84. Oficie-se.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Osvaldo Guimarães Lasmar para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Continua em discussão a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente peço licença ao Deputado Mauri Torres, Líder do

Governo, para encaminhar a votação pela aprovação da indicação feita pelo Governador Aécio Neves do nome do Sr. José Osvaldo Guimarães Lasmar para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Primeiramente, quero destacar a importância que essa Agência poderá ter para maior integração entre os 34 Municípios da região metropolitana e os 14 Municípios que integram o chamado colar metropolitano. Hoje temos um novo arranjo institucional. Aqui registro todo o empenho do nosso ex-Deputado e atual Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Roberto Carvalho, que, na legislatura anterior, junto a Deputados e Deputadas - Rosângela Reis e Cecília Ferramenta - discutiu a nova formatação das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço. A Lei Complementar nº 107/2009 estabelece exatamente a criação dessa Agência Metropolitana.

Entre outras atribuições, essa Agência Metropolitana tem como prioridade efetivar o Plano Diretor Metropolitano, tratar questões centrais, como a gestão territorial, loteamentos e desmembramento do solo, transporte e mobilidade. Hoje, o cidadão de Belo Horizonte, de Betim ou de Contagem circula na região metropolitana, mora em um Município, trabalha em outro e tem parentes em outro. Acabamos de votar um relatório sobre a Serra da Moeda. É fundamental que essa Agência estabeleça critérios para uma maior proteção ambiental e proteção dos nossos mananciais, e para uma política de desenvolvimento social, de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos. Hoje é praticamente impossível, principalmente para Belo Horizonte, equacionar a questão da destinação final do seu resíduo sólido sem compartilhar essa responsabilidade com os Municípios da região metropolitana. Se não construirmos uma rede de proteção social efetiva que integre os Municípios, não será equacionada a questão social, principalmente se levarmos em conta que ela demanda uma política de desenvolvimento econômico integrado para nossa região metropolitana. É muito importante o funcionamento da Agência Metropolitana.

Quero fazer um elogio ao Governador, que encaminhou o nome do Prof. José Osvaldo Guimarães Lasmar. O Prof. Lasmar é um técnico que tem tradição de trabalho em instituições de planejamento da região metropolitana e experiência com resíduos sólidos e questão ambiental. É uma pessoa que tem um bom trânsito nas instituições de ensino, com sensibilidade social. Tenho certeza de que ele saberá tratar a Agência Metropolitana de maneira suprapartidária, técnica, respeitando os Municípios. Sabemos que há uma questão fundamental que é a compatibilização jurídica dos instrumentos de funcionamento da Agência. Com a autonomia dos Municípios, será necessário um trabalho de costura política. Não queremos uma Agência Metropolitana simplesmente para haver mais um órgão em funcionamento no Estado de Minas Gerais. Para que essa Agência cumpra o seu papel, precisará ter uma retaguarda e um apoio político do Governador, dos Prefeitos e desta Casa para enfrentar conflitos entre proteção ambiental e mineração; para discutir o metrô do ponto de vista metropolitano e não simplesmente para atender ao interesse de um ou de outro Município; para efetivar o Plano Diretor Metropolitano a fim de que ele não se restrinja ao inciso de uma lei complementar, mas, de fato, tenha regras claras de ocupação do solo, de desenvolvimento econômico e de proteção ambiental.

Fizemos, na Comissão Especial, uma sabatina com o Prof. Lasmar, que discutiu muito mais o trabalho da Agência Metropolitana e as questões estratégicas, mesmo porque o currículo do Prof. Lasmar não necessita de qualquer tipo de sabatina. Ele já demonstrou o seu conhecimento e capacidade ao longo de sua vida pública. Queria também deixar registrado que o Prof. Lasmar contará como Vice-Presidente com o ex-Vereador de Belo Horizonte, José Lincoln Magalhães, que, em que pesem as nossas divergências partidárias, é uma pessoa muito ativa. É uma pessoa que ajudou muito no que diz respeito às questões urbanas no âmbito da Câmara Municipal. Na Agência, há Diretores que têm um perfil técnico, pessoas que, se tiverem apoio político, terão condições de realizar um bom trabalho.

Além de encaminhar pela aprovação do nome do Prof. Lasmar, faço uma alerta: é preciso haver uma agenda clara de trabalho da Agência, um nítido suporte e empenho político do Governador e dos principais Municípios da Região Metropolitana, para envolver todos os Municípios, ouvir a população, democratizar o trabalho realizado e enfrentar os desafios. Aliás, os desafios da Região Metropolitana são nítidos: mobilidade, gestão territorial, resíduo sólido, proteção ambiental, regularização de loteamentos, especulação imobiliária e trânsito, principalmente no vetor sul. Se a Agência não enfrentar os poderosos interesses que se manifestam na Região Metropolitana, em que pese toda a competência do Prof. Lasmar e de sua equipe, ficará aquém do previsto na lei complementar e do merecimento do cidadão metropolitano.

Ao fazer esse encaminhamento pela aprovação do nome do Prof. Lasmar, deixamos o alerta sobre a necessidade de enfrentarmos com firmeza as questões relativas a meio ambiente, território, mobilidade urbana, transporte, loteamentos, proteção das águas e desenvolvimento social. Encaminho pela aprovação do nome do Prof. Lasmar, solicitando que o Governador, os Prefeitos e Prefeitas das principais cidades vistam na Agência como elemento de integração metropolitana. Tenho a certeza de que essa é a opinião das Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta, para que o governo possa investir na reestruturação da Região Metropolitana do Vale do Aço, que também exige uma integração maior e instrumentos modernos de gestão metropolitana. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Serei breve. Espero que a Agência realmente promova o desenvolvimento da Região Metropolitana. Durante a tramitação do projeto, tive a grata satisfação de ser o Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e designei como relator o Deputado Wander Borges. Fizemos alterações importantes no projeto. Votaremos favoravelmente à indicação do Prof. Lasmar. Sabemos que é um homem preparado e competente e que tem um perfil técnico, como muito bem disse nosso companheiro Carlin Moura. Acompanharemos o funcionamento da Agência e cobraremos resultados. Todos queremos desenvolvimento e também desejamos que os gargalos da Região Metropolitana sejam superados desde o transporte ao meio ambiente, desde a limpeza pública ao tratamento das águas. Sabemos que a Lagoa da Pampulha ainda está poluída. E também a Várzea das Flores, em Contagem, dentre outras. Encaminho favoravelmente, mas ressalto que iremos fiscalizar os trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Ademir Lucas - É de bom alvitre promover a recomposição do quórum. Houve queda na frequência, e seria interessante fazer a recomposição.

O Sr. Presidente - A própria votação atestará isso e, se necessário, será realizada recomposição. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim" e os Deputados e as Deputadas que desejarem rejeitá-la registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Délio Malheiros - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Viana - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Gláucia Brandão - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juarez Távora - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Wander Borges - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 36 Deputados. Votaram "não" 3 Deputados, totalizando 39 votos. Está, portanto, aprovada a indicação, feita

pelo Governador do Estado, do nome do Sr. José Osvaldo Guimarães Lasmar para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Agência RMBH. Oficie-se ao Governador do Estado.

Declarações de Voto

O Deputado Fábio Avelar - Obrigado, Sr. Presidente. Inicialmente, manifestamos a satisfação pelo governo do Estado ter criado essa Agência, cujo embrião remonta a um grande seminário realizado nesta Assembleia, em 2003, motivado por requerimento de minha autoria. Tivemos a oportunidade, nesse seminário, de debater as questões metropolitanas em todas as regiões do Estado. Lembro-me bem, Sr. Presidente, de que naquela época havia, em tramitação nesta Casa, cerca de seis projetos de lei propondo a criação de regiões metropolitanas em todas as regiões do Estado. Procurei cada um dos Deputados, comunicando a realização do seminário e solicitando que aguardassem a conclusão de nossos trabalhos para apreciarmos os projetos de sua autoria. De pronto, atenderam a nossa solicitação. Após o término dos nossos trabalhos, chegou-se à conclusão de que não seria necessária nem importante a criação de tantas regiões metropolitanas em nosso Estado. Esse foi o primeiro resultado desse seminário legislativo. Na oportunidade, foram apresentadas, em uma sessão histórica, com presença de mais de 500 pessoas, várias proposições. Aprovamos cerca de 400 proposições em relação às regiões metropolitanas. Várias delas já foram implementadas, inclusive houve a criação da região metropolitana sugerida nesse seminário. Registramos esse fato, para ressaltar a importância que a Assembleia teve na criação dessa importante região metropolitana. Mais uma vez, ressalto a sensibilidade do Governador Aécio Neves ao encaminhar a esta Casa tão importante projeto. Nesta breve declaração de voto, gostaria também de ressaltar a competência das pessoas indicadas. Começo pelo nosso Presidente, Prof. José Osvaldo Lasmar, de reconhecida experiência não só em regiões metropolitanas, como também em administração. Com curso de especialização no exterior, ele é uma pessoa que detém o mais alto conhecimento para exercer o cargo de Presidente. A seu lado, o Vice-Presidente, nosso querido amigo José Lincoln, que leva, para essa Agência, sua experiência como Vereador de uma Capital, que contempla a legislação, tão importante em um processo que congregará todos os Municípios da Região Metropolitana. Ressalto também a qualidade dos demais Diretores. Começo falando sobre o Dr. Hubert Brant Moraes, que já foi Diretor da Copasa, grande empresa em que tive o orgulho de trabalhar durante 25 anos. Foi Superintendente Executivo da ESA, que congrega todas as empresas de saneamento do Estado. Portanto, é uma pessoa que detém os conhecimentos necessários para exercer tão importante papel. Os demais Diretores, Flávio Caldeira, Margot Navarro e Maria Elisa, são de reconhecida qualidade técnica, política e administrativa. Não poderíamos deixar de ressaltar nosso querido amigo Bira, indicado para exercer a função de Chefe de Gabinete daquela importante instituição, pessoa que detém grande experiência política, tendo sido Prefeito Municipal e Presidente da Ambel, associação que congrega os Prefeitos da Região Metropolitana. Ressalto também a qualidade dos técnicos que prestam serviço naquela Agência. Por fim, Sr. Presidente, ressalto a modalidade de seleção desses técnicos. É importante que todos saibam que as indicações foram precedidas por um apurado estudo realizado pela Sedru, com base em análise curricular, por meio de entrevistas realizadas com todos. A inscrição foi aberta a todos os que quisessem se apresentar como candidatos. Selecionados os Diretores pela equipe técnica, foram encaminhados ao governo para sua deliberação final. É importante ressaltar também o processo de indicação do Presidente dessa importante instituição, aprovado por um Conselho Deliberativo da Região Metropolitana, do qual tenho o privilégio de participar ao lado do Deputado João Leite. Uma lista tríplice foi apreciada pelo nosso Conselho Deliberativo. Além da excelente capacidade técnica e administrativa desse corpo administrativo da Agência Metropolitana, é importante salientar que todos foram precedidos de uma apurada análise técnica realizada pela Sedru. Concluindo, desejo sucesso a essa diretoria, tão importante para todos os Municípios da Região Metropolitana. Sr. Presidente, poderia dar meu testemunho. Semana passada, tivemos uma reunião com toda a diretoria, juntamente com a Frente Parlamentar em Prol da Região Metropolitana de Belo Horizonte, quando tivemos a oportunidade de traçar as primeiras propostas de uma ação conjunta com a Assembleia Legislativa, visando ao envolvimento de todos nós nesse complexo trabalho que envolve as regiões metropolitanas do Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Doutor Viana, Presidente desta reunião extraordinária da Assembleia Legislativa. Abordarei um outro aspecto, já que o Deputado Fábio Avelar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, fez um levantamento muito cuidadoso de tudo que envolveu as indicações de pessoas muito preparadas. O Dr. Lasmar juntamente com José Lincoln Magalhães, Ubiraci Prata, e toda a equipe que compõe a direção dessa Agência Metropolitana merecem o nosso aplauso. Falo, em nome da frente parlamentar em prol da Região Metropolitana, já que a Deputada Gláucia Brandão, coordenadora, se encontra, agora, participando da reunião da Comissão de Educação; não pode, portanto, estar no Plenário, neste momento. A Constituição de 1988 deixou esse vazio, e nós, mineiros, que vivemos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em cidades como o Vale do Aço e outras regiões de Minas, onde temos grandes cidades conurbadas com outras, sentimos esse vazio que permaneceu em relação a legislações da Região Metropolitana naquela Constituição. A Assembleia Legislativa, com a criação da Agência Metropolitana, ao reconhecer a visão do Governador Aécio Neves, dá um passo importante para organizar as regiões metropolitanas no Estado de Minas Gerais. Para se ter uma ideia, grande parte da população brasileira vive em regiões metropolitanas, como São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, que representam 1% do território nacional. Portanto, esse arranjo metropolitano é fundamental. A Assembleia Legislativa deu uma grande contribuição, analisando, melhorando, a partir da Comissão de Assuntos Municipais, essa legislação. Outras cidades, em outros países, conseguiram um avanço maior, como é o caso de Toronto. Conseguiram fazer de Toronto a prefeitura, e das outras cidades, subprefeituras. Esse arranjo legal, dá a Toronto, que é a cidade mais rica, a possibilidade de investir na saúde, na educação da região metropolitana e nela cobrar um único valor para o transporte público, o que ajuda especialmente em relação a algo que vivemos intensamente em Belo Horizonte: a favelização. Nestes últimos anos, principalmente a partir de 1993, 1994, quando Belo Horizonte se retira da Câmara de Compensação Tarifária do Transporte Coletivo de sua Região Metropolitana, há um crescimento muito grande da nossa população em favelas. É claro, as pessoas vêm viver próximo de onde está o trabalho, vêm viver onde o preço da passagem é menor. Espero que, a partir dessa Agência Metropolitana, tenhamos um novo arranjo. O Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana é fundamental e deverá tratar da questão ambiental. Apenas 2% da água consumida em Belo Horizonte é retirada da própria Capital, o restante vem da Região Metropolitana. Belo Horizonte lança todo o seu esgoto doméstico em cidades da Região Metropolitana. Portanto, é muito importante o que acontece neste momento. Abordarei outro tema fundamental: segurança pública, segurança dos que vivem na Região Metropolitana. Infelizmente, aqueles que querem cometer crimes não o fazem apenas em uma cidade. O arranjo da segurança pública também tem de ser metropolitano. Ontem, a Assembleia Legislativa, na Comissão de Segurança Pública, recebeu o Subsecretário de Medidas Socioeducativas, Dr. Ronaldo Pedron, que se encontra empenhado nesse arranjo da Secretaria de Estado de Defesa Social, comandada pelo Secretário Maurício Campos. Ele trouxe números impressionantes, mostrando onde os adolescentes estão cometendo crimes em Belo Horizonte: a maioria ocorre na região Centro-Sul da Capital. E muitos desses adolescentes são da Região Metropolitana. Portanto, é importante também que seja oferecida uma escola de qualidade para esse adolescente da Região Metropolitana. Falava, outro dia, na arguição feita ao Prof. Lasmar sobre o seu projeto em relação a um parque esportivo para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Somos carentes de espaços esportivos para as nossas crianças, para os nossos adolescentes, para o trabalhador e para a trabalhadora. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, a Agência Metropolitana, com a aprovação dos nomes do Prof. Lasmar e do Dr. José Lincoln Magalhães, traz grande esperança para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sabemos que o desafio é muito grande, porque praticamente nada foi feito para essa integração, mas esse é um passo extremamente importante. E a Assembleia, com as suas Comissões de Assuntos Municipais, de Meio Ambiente, de Segurança Pública, apoiará a Agência, que, dada a sua importância, deverá crescer para o Vale do Aço e outras regiões de Minas Gerais. Votamos favoravelmente, reconhecendo, assim como toda a Assembleia Legislativa reconheceu, a importância desse arranjo metropolitano, coordenado por essa Agência e pelo Prof. Lasmar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Wander Borges - Obrigado, Sr. Presidente. Serei breve, Deputado Vanderlei Miranda. Como relator do projeto na Comissão de Assuntos Municipais, fico muito feliz com o encaminhamento que está tendo esse arcabouço da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista as grandes dificuldades, sobretudo de relacionamento. Temos a Granbel, que é uma associação que reúne os Prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas ela é uma entidade política, não tem força de deliberação. Na semana passada, participamos de uma reunião sobre a Agência Metropolitana, quando foram propostos alguns temas para serem discutidos. O Prof. Lasmar, bem como toda a Diretoria da Agência, o Fábio Caldeira, o Hebert, a Maria Elisa e o Bira, já estão avaliando isso. Acreditamos que essa Agência vem substituir o antigo Plambel, já que essa questão do uso, ocupação e parcelamento do solo ficou um pouco solta. Foram feitos inúmeros loteamentos à revelia da lei. Consequentemente, muitos deles acabaram saindo das mãos do empreendedor responsável por toda a infraestrutura e passando para a responsabilidade do poder público local constituído. Houve uma inversão dos valores determinados pela Lei nº 6.766. Dentro dessa configuração, a Assembleia, por meio da Agência Metropolitana, terá de trabalhar muito, mesmo porque as ponderações que fizemos na primeira reunião sobre a Agência foi sobre a questão da sua credibilidade. Por isso, a Agência precisa agir rapidamente. Aliás, sugeri que estudássemos alguns focos, como a área de saúde, que é extremamente importante nesse relacionamento, uma vez que as ambulâncias vêm

do interior para Belo Horizonte, e da segurança pública. Hoje, já não sabemos onde se inicia Belo Horizonte e onde terminam Ibituripe, Santa Luzia, Raposos e Ribeirão das Neves. A questão metropolitana é de suma importância para o reordenamento e o planejamento dessa conturbada área geográfica. Sabemos que, nos últimos anos, quase 90% da população veio da área rural. Outra questão muito séria que precisa ser discutida é o transporte. O modelo que aí está é ultrapassado, não adianta mais. Temos de pensar em outra solução. Às 3 horas da tarde, o trânsito paralisa. Na semana passada, o governo começou a fazer a desapropriação de algumas áreas limites para a construção do terminal rodoviário metropolitano. Trata-se de um avanço. O Governador Aécio Neves acertou nisso, porque tirará de circulação alguns ônibus do centro de Belo Horizonte. Algo tem de ser feito. Acreditamos muito no potencial da Agência Metropolitana, em razão das pessoas indicadas, que têm grande conhecimento técnico. Também faremos a proposta de visitarem todas as 34 cidades da região metropolitana, para ouvir não apenas os Prefeitos, mas os servidores, a sociedade, as lideranças, as câmaras municipais, e saber o que estão planejando. Assim, poderemos fazer um encaminhamento extremamente produtivo, para que a sociedade participe e tenha melhor qualidade de vida. Agradeço a oportunidade. Muito obrigado, Deputado Doutor Viana.

O Deputado Vanderlei Miranda - Muito obrigado, Sr. Presidente. Percebo que o senhor está atento, acompanhando a votação e me concedendo a palavra. Quero primeiramente justificar a minha ausência, pois estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos, tratando de uma denúncia muito grave de omissão de socorro e atendimento no Hospital João XXIII. Sr. Presidente, antes de falar sobre a figura do Dr. José Osvaldo Guimarães Lasmar - quero dizer que tive o prazer de recebê-lo em meu gabinete antes da sabatina que tive a honra de presidir nesta Casa -, discorrerei a respeito do trânsito de Belo Horizonte, problema sobre o qual falava o Deputado Wander Borges. Ontem, quando trafegava pela Avenida Antônio Carlos, na Pampulha, vi a maravilhosa obra de alargamento dessa avenida. Mas fiquei preocupado com a pista central que está sendo construída, como fizeram na Avenida Cristiano Machado. Sinceramente, Sr. Presidente, preocupo-me com esse desenho de tráfego. A Avenida Cristiano Machado já consumiu muitas vidas, já matou muitas pessoas por causa do trânsito de ônibus nessa pista central. Se, de fato, o que vi na obra de alargamento da Avenida Antônio Carlos é uma reserva de espaço na área central para a chamada linha exclusiva de ônibus, teremos ali também - usarei um termo pejorativo, pesado - o segundo açougue humano de Belo Horizonte. Esse modelo de tráfego precisa ser revisto, porque tem consumido muitas vidas. Em relação à Agência Metropolitana, é preciso dizer que o PMDB teve importante participação em todo o processo a partir do momento em que toda a bancada se reuniu com o Vice-Governador Anastasia. O Governador apresentou propostas de melhoria da Agência, acatadas pelo nosso Vice-Governador, que hoje fazem parte do projeto da Agência, na forma como foi aprovado. Quero ressaltar a importância da ação do PMDB, que, em conjunto com os Deputados e as Deputadas desta Casa, pôde tornar realidade essa Agência. O Dr. José Osvaldo Guimarães Lasmar esteve comigo em meu gabinete, antes da reunião da Comissão Especial constituída para sabatiná-lo. Conversamos por um bom tempo. Fiquei muito impressionado com a sua inteligência, o seu conhecimento, a sua capacidade e, acima de tudo, com a sua simpatia. É uma pessoa de fácil trato. Ele também tem essa qualidade que não se adquire nas escolas, nos cursos, nos doutorados da vida, que é a facilidade de relacionamento. Acredito que a pessoa que vai dirigir essa Agência precisa ser sensível e ter, para todos os que estarão em contato com ele, essa facilidade de acesso e de diálogo. Falar de sua capacidade creio ser redundante, uma vez que os colegas que me antecederam já falaram e que ele já está oficialmente aprovado por unanimidade desta Casa - se não por unanimidade, pela quase unanimidade -, como Diretor da Agência Metropolitana. Com isso, ganha a nossa população da região metropolitana. É um grande ganho para a nossa região. Creio que isso poderá ser modelo para outras regiões metropolitanas do nosso próprio Estado, como é o caso de Ipatinga. Imagino que essa Agência poderá nos dar uma grande contribuição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência, pessoalmente e representando a Mesa, manifesta os votos de muito sucesso à Diretoria da Agência Metropolitana, liderada pelo Dr. Lasmar. Desejamos que isso dê certo, pois reverterá em benefício de Minas, do povo dessa região.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/5/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta e o Deputado Walter Tosta, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Gomes. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.973, 3.044, 3.219 e 3.240/2009 (Deputado Walter Tosta); 3.224/2009 (Deputada Cecília Ferramenta); e 3.244/2009 (Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.973, 3.027, 3.139 e 3.143/2009, 3.144/2009 com a Emenda nº 1 e 3.219/2009 (relator: Deputado Walter Tosta); 3.146 e 3.155/2009 (relator: Deputado Ivair Nogueira); 3.159 e 3.164/2009, 3.165/2009 com a Emenda nº 1 e 3.224/2009 (relatora: Deputada Cecília Ferramenta); 3.171 e 3.184/2009, 3.189/2009 com a Emenda nº 1 e 3.214/2009 (relator: Deputado Elmiro Nascimento), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.749, 3.772, 3.773, 3.782, 3.783 e 3.785/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.681 e 2.857/2008, 3.023, 3.033, 3.043, 3.063, 3.066, 3.068, 3.071, 3.073, 3.076, 3.081, 3.097, 3.102, 3.103, 3.106, 3.108 e 3.117/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Carlos Gomes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os temas "A realidade da Previdência Social e suas políticas de médio e longo prazo" e "Os avanços da atual política previdenciária e seus benefícios"; e Carlin Moura, em que solicita seja realizada visita, em conjunto com a Comissão de Administração Pública, às dependências do Quadro de Apoio Operacional da MGS para verificar a situação dos trabalhadores dessa empresa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Carlos Gomes - Walter Tosta.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/5/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Lúcia Mendonça e os Deputados André Quintão, Eros Biondini e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2009.

André Quintão, Presidente - Fábio Avelar - Maria Lúcia Mendonça.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/5/2009

Às 11h15min, comparece no Centro Comunitário do Município de Rio Casca o Deputado Juninho Araújo, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Juninho Araújo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e propor providências que garantam melhorias na segurança da Rodovia BR-262, no trecho que liga o Bairro Santa Efigênia ao centro de Rio Casca e no trevo de acesso aos Municípios de São Pedro dos Ferros e Raul Soares, e comunica o recebimento de ofício do Sr. Jacques Eduardo Vilaça, Presidente em exercício da entidade A Nova Associação dos Profissionais de Centro de Formação de Condutores do Estado de Minas Gerais, publicado no "Diário do Legislativo" de 21/5/2009. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. José Maria de Souza Cunha, Prefeito Municipal de Rio Casca; José Silvío Soares Rios, Prefeito Municipal de São Pedro dos Ferros; a Sra. Marleyde de Paula Mucida Miranda, Presidente da Câmara Municipal de Rio Casca; os Srs. Jair Heleno de Andrade, Vereador à Câmara Municipal de Rio Casca; Varley de Paiva Miranda, Vereador à Câmara Municipal de Abre-Campo; o Cap. PM Gualberto, Comandante da 118ª Companhia da PMMG; e os Srs. Vinícius Pires da Silva, representando o Sr. Sebastião Donizete de Souza, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT - no Estado; e João Bosco Salgado Bastos, Engenheiro Assessor da 17ª Regional do DER-MG, representando o Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral desse órgão, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2009.

Gustavo Valadares, Presidente - Fábio Avelar - Célio Moreira.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 1º/6/2009, destinada a homenagear a Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais pelos 42 anos de sua fundação.

Palácio da Inconfidência, 29 de maio de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Ruy Muniz e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/6/2009, às 8 horas, no Município de Itabira, com a finalidade de discutir, em audiência pública, com a presença de convidados, a situação habitacional desse Município e as denúncias de práticas de constrangimento, por parte da Vale do Rio Doce, contra possuidores de imóveis nas proximidades da sua área de atuação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Genaro, Ruy Muniz e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/6/2009, às 15 horas, no Município de Raul Soares, com a finalidade de discutir, em audiência pública, com a presença de convidados, as denúncias descritas pelo Vereador Ramiro Andrade Grossi desse Município, a esta Comissão, sobre supostas práticas delituosas executadas pelo Detetive da Polícia Civil Edeilson Carlos Araújo.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2009.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

[Relatório final das Serras da Calçada e da Moeda](#)

Parecer sobre a Proposta de Ação Legislativa Nº 587/2008

Comissão de Participação Popular

Relatório

A proposta de ação legislativa em epígrafe, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Parlamento Jovem, objetiva que esta Casa Legislativa envie os esforços necessários para que o Poder Executivo disponibilize mais recursos para a Escola Estadual São Rafael.

Publicada no "Diário do Legislativo", em 16/10/2008, a matéria foi distribuída a esta Comissão, para receber parecer, nos termos do art. 102, XVI, "a", combinado com o art. 289, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Parlamento Jovem, projeto realizado pela Assembleia Legislativa em parceria com instituições de ensino com sede em Minas Gerais, tem por objetivo propiciar a formação política dos jovens. A edição do evento em 2008, que teve como tema: "Jovem e violência: provocador ou vítima", produziu 15 propostas e uma moção. O tema proposto foi subdividido em três: "Estatuto da Criança e do Adolescente: direitos e deveres", "Violência no cotidiano: família, escola e comunidade" e "Formação profissional e trabalho: um projeto para o futuro". A proposta em análise, que integra o primeiro subtema, pretende que sejam disponibilizados mais recursos para a Escola Estadual São Rafael.

Fundada em 2/9/26, pelo ex-Presidente do Estado, Sr. Fernando de Melo Viana, a Escola Estadual São Rafael, também conhecida como Instituto São Rafael, é dedicada, exclusivamente, a educar, reabilitar e integrar deficientes visuais, recebendo alunos sem limite de idade.

Na escola são oferecidos os cursos de ensino fundamental e de ensino médio para alunos em regime de internato, semi-internato e externato. Os alunos também dispõem de atendimento especializado de orientação e mobilidade, de oficinas pedagógicas, de cursos musicais e de serviço de ensino itinerante, sendo este destinado a deficientes visuais matriculados em escola regular. Ademais, a escola possui uma infraestrutura que permite ao deficiente visual desenvolver atividades de esporte de quadra.

A equipe de apoio é constituída por psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, supervisores pedagógicos e odontólogos, além de voluntários, que prestam valoroso serviço.

Dessa forma, para o funcionamento e a ampliação das atividades da Escola Estadual São Rafael é necessário aumentar a alocação de recursos. Se isso não ocorrer, a instituição poderá até ser fechada.

Convém salientar que, em 26/11/2007, o Instituto São Rafael foi homenageado na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pelos relevantes serviços prestados à sociedade, há mais de oito décadas.

Assim, é louvável a pretensão contida na proposição em análise, razão pela qual somos pela sua aprovação na forma de um requerimento.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Ação Legislativa nº 587/2008 na forma de requerimento.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2009.

André Quintão, Presidente e relator - Fábio Avelar - Maria Lúcia Mendonça.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.240/2009

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Fahim Sawan, o projeto de lei em tela tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer - Iacel -, com sede no Município de Uberaba.

O projeto foi examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.240/2009 objetiva declarar de utilidade pública o Instituto de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer, com sede no Município de Uberaba, entidade civil sem fins lucrativos, fundada em 2007, que tem por finalidade incentivar a prática desportiva educacional.

No cumprimento dos seus objetivos programáticos, o Instituto desenvolve atividades nas áreas da assistência social, educação, cultura, esporte e lazer, sempre com o intuito de melhorar a qualidade de vida de seus associados, em especial das crianças e dos adolescentes, incentivando a participação concreta na defesa dos interesses coletivos para a consolidação da cidadania, através da prática desportiva.

Ademais, implementa ações voltadas para o desenvolvimento da comunidade esportiva em torno da agremiação Uberaba Sport Clube e de equipes esportivas com as quais venha a firmar convênios ou parcerias, principalmente no que se refere a saúde, educação, habitação, transporte, alimentação de atletas profissionais e não profissionais. Também promove a defesa do meio ambiente, do patrimônio artístico, cultural, estético, histórico, turístico e paisagístico da cidade de Uberaba.

Diante dessas considerações, é oportuna a intenção de lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.240/2009, em turno único.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2009.

Walter Tosta, relator.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a comunidade de Leopoldina pelo transcurso dos 155 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.699/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de congratulações com os colégios mineiros que menciona, que obtiveram as primeiras classificações no Estado e se encontram entre os primeiros lugares do Brasil nas mais recentes avaliações realizadas pelo Enem (Requerimento nº 3.702/2009, da Deputada Gláucia Brandão);

de aplauso ao "Jornal de Paraopeba" pelo transcurso do 19º aniversário de sua fundação (Requerimento nº 3.704/2009, do Deputado Dinis Pinheiro);

de aplauso à Casa dos Prefeitos, instalada no câmpus da Universidade Federal de Viçosa (Requerimento nº 3.710/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de aplauso ao Tribunal de Justiça do Estado pela decisão de tornar obrigatório constar no Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo observação que revele eventual sinistro gerador de perda total (Requerimento nº 3.717/2009, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Escola Estadual Raul Soares, do Município de Araguari, pela comemoração de seus 100 anos de existência (Requerimento nº 3.741/2009, do Deputado Carlin Moura).

de congratulações com a Associação Mineira dos Produtores de Algodão - Amipa - pela comemoração de seu 10º aniversário de fundação (Requerimento nº 3.742/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Colégio Providência pelas comemorações dos seus 160 anos de fundação (Requerimento nº 3.744/2009, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Passos pela comemoração dos 151 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.746/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd - pelos relevantes serviços prestados (Requerimento nº 3.748/2009, do Deputado Fahim Sawan);

de repúdio, a ser encaminhado ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei nº 4.022/2008, que fixa o salário mínimo dos Assistentes Sociais em R\$960,00, tendo em vista que o piso salarial defendido pelo Conselho Federal de Serviço Social - CFESS - é de 10 salários mínimos (Requerimento nº 3.749/2009, da Comissão de Participação Popular);

de apoio ao Projeto Minas Digital (Requerimento nº 3.755/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Cristina pelos 235 anos de fundação desse Município (Requerimento nº 3.756/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Cachoeira de Minas pelos 85 anos de fundação desse Município (Requerimento nº 3.768/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Maria da Fé pelos 97 anos de fundação desse Município (Requerimento nº 3.769/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Escola da Serra e sua comunidade escolar pela restauração do afresco pintado em seu prédio por Emeric Marcier (Requerimento nº 3.791/2009, da Deputada Gláucia Brandão);

de repúdio (a ser encaminhada ao Sr. Robson Gomes, Prefeito Municipal em exercício de Ipatinga) ao Projeto de Lei Federal nº 4.228/2008, que dá a denominação de Dr. Ronaldo Souza ao viaduto localizado na Rodovia BR-381, entre Nova Era e Antônio Dias (Requerimento nº 3.880/2009, da Comissão de Direitos Humanos);

de repúdio (a ser encaminhada aos Srs. Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, e Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias dessa Casa) ao Projeto de Lei Federal nº 4.228/2008, que dá a denominação de Dr. Ronaldo Souza ao viaduto localizado na Rodovia BR-381, entre Nova Era e Antônio Dias (Requerimento nº 3.881/2009, da Comissão de Direitos Humanos).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

41ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 26/5/2009

O Deputado Carlos Gomes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, alunos do curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro, a quem agradeço a presença, público que nos assiste pela TV Assembleia. Antes de iniciar nosso pronunciamento, queremos parabenizar a Prefeita

Marília Campos, de Contagem, que hoje realizou audiência pública sobre segurança alimentar e nutricional sustentável no Município, com a presença do Ministro Patrus Ananias. Estivemos lá e vimos quanto o Município vem saindo na frente em várias políticas públicas, como é o caso da política de segurança alimentar, que o Ministro Patrus Ananias iniciou em Belo Horizonte. Juntamente com os Deputados Weliton Prado, Carlin Moura e vários outros companheiros, prestigiamos o lançamento dessa política. Parabenizamos a Prefeita Marília Campos e Contagem por suas políticas públicas, em especial a política de segurança alimentar e nutricional de forma sustentável.

Parabenizamos Contagem também pela nota 10 no Enem. A Fundação de Ensino de Contagem, pela segunda vez, alcançou o 1º lugar. São 22 unidades, com 9.755 alunos, nas áreas de saúde, informática, gestão e química industrial. Mais uma vez, parabéns a Contagem e à Prefeita Marília Campos.

Queremos dirigir uma palavra sobre o programa Minha Casa, Minha Vida, que propõe a construção de 1 milhão de moradias para os que ganham de 1 a 10 salários. Antes, quero agradecer a presença na audiência pública realizada na semana passada, nesta Casa, a nosso convite: Sras. Inês Silva Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que nos recebeu em Brasília; Marta Garske, Diretora do Departamento de Projetos Habitacionais do Ministério das Cidades; Srs. Dilzon Melo, Secretário de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais; Teodoro Alves Lamonier, da Cohab. Visitamos o Sr. Jorge Fontes Veredas, Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, que designou representantes: Srs. Rômulo Martins de Freitas, Marcelo Bonfim e Maurício Borges, representando o Sr. Ronaldo Rogine; vários gerentes regionais e gerais, como os Srs. Max, Luiz Carlos Menezes, Ramon Agamenon e Marivaldo. Esteve também presente a Sra. Antônia de Pádua, coordenadora da União Estadual por Moradia Popular, que liderava o setor popular, com vários representantes, principalmente de Belo Horizonte, coordenadores de grupos habitacionais, lutadores ao longo de toda história para conseguir uma habitação.

Quase 20 Municípios estiveram presentes na audiência pública que realizamos semana passada. Belo Horizonte foi marcante, porque é mais fácil a presença dos seus movimentos sociais. Agradeço publicamente a presença dos quase 20 Deputados que nos prestigiaram naquela audiência pública. O Deputado Wander Borges, um defensor das políticas habitacionais de caráter social para os que mais precisam, também esteve presente. Agradeço a presença de todos.

O programa Minha Casa, Minha Vida, criado pelo governo federal, pela Medida Provisória nº 459, de março passado, regulamentado pelo Decreto nº 6.819, de 13/4/2009, tem por objetivo proporcionar atendimento habitacional a famílias com renda familiar de até 10 salários mínimos, mediante a concessão de financiamentos subsidiados, redução de taxas de juros, isenção de seguros e de taxas cartorárias, ampliação de valores máximos de financiamento e incentivo à construção de novas unidades habitacionais, tendo como meta a construção de 1 milhão de unidades habitacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o programa Minha Casa, Minha Vida é uma ação inovadora e arrojada, que complementa o PAC e, ao mesmo tempo, injeta recursos na economia, que rapidamente gera renda e garante melhores condições de acesso a moradia digna para as famílias. O programa deve resultar em investimentos de aproximadamente R\$60.000.000.000,00 - valor global que irá girar na economia -, sendo R\$34.000.000.000,00 em subsídios do Orçamento Geral da União e do FGTS. Essa ação deverá manter aquecida a indústria da construção civil, garantindo a continuação do ciclo de crescimento econômico iniciado em 2004, impedindo, assim, que milhares de trabalhadores percam seu emprego.

É claro que, no momento em que vivemos, além de atender às famílias - há um déficit de mais de 7 milhões de habitações -, o programa também será uma grande ferramenta no combate à crise. Se não crescermos mais este ano, como vinha acontecendo, também não iremos para a recessão. Manteremos o ritmo de crescimento, ainda que seja menor.

É importante lembrar que, com esse programa, o País fortalece a sua política habitacional e, ao atender às famílias com renda de até três salários mínimos, torna-se um poderoso instrumento de inclusão social, que resulta na democratização do espaço urbano e na redução do déficit habitacional. O programa propõe a construção de 1 milhão de moradias para os que ganham até 10 salários. Há um déficit habitacional muito grande; em Minas Gerais, em torno de quase 90 mil unidades, e, no País, de mais de 7 milhões de unidades. Em Minas Gerais, podemos registrar um déficit em torno de 720 mil moradias, estando, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em torno de 170 mil unidades.

Além de ser um importante instrumento para ajudar os que mais precisam a ter sua moradia, é também, repito, um grande instrumento para combater a crise. Todos sabemos que o investimento na construção civil gera emprego e ajuda na economia de forma direta. Além disso, gerará em torno de 1.500.000 empregos, o que é muito significativo para a nossa economia. Mas, para que esse programa vá em frente, é preciso, mais do que nunca, que as parcerias aconteçam o tempo todo, com o Estado e com os Municípios.

Há uma boa notícia para o programa. Na semana passada, foi aprovada a Medida Provisória nº 459 na Câmara dos Deputados, faltando apenas passar no Senado. Aquele pleito dos pequenos Municípios de até 50 mil habitantes também será atendido. Será destinado o valor de R\$1.000.000.000,00 para os Municípios menores; e o valor de aproximadamente R\$500.000.000,00 para a habitação na zona rural, região que muitas vezes fica esquecida.

Hoje o governo federal tem grande empenho em relação à região rural e aos pequenos Municípios para evitar a evasão, e para que as pessoas, podendo ficar, fiquem na cidade quando houver mais conforto - aliás, por sua escolha, podem mudar para a cidade grande. Portanto, a habitação rural é da maior importância.

Neste momento, o programa já beneficia também Municípios menores, com R\$500.000.000,00. Volto a dizer que a parceria é muito importante para levar em frente o programa habitacional. É fundamental que os Municípios ajudem na questão dos terrenos. Sabemos que, às vezes, é muito difícil conseguir o terreno, o Município não tem os terrenos necessários.

A redução de impostos também é importante. A própria cidade de Contagem já saiu na frente na isenção de IPTU, de ITBI e de ISS. Assinando o termo de adesão, Contagem vem dando exemplo. Belo Horizonte também já assinou esse termo de adesão. Ainda falta muitos Municípios seguirem esse exemplo de entrar na parceria com a doação de terrenos, na isenção de impostos, aliviando as taxas para que o programa siga em frente. Devemos realizar outros debates e outras audiências públicas, pois ainda pairam muitas dúvidas sobre como realizar o programa, que vem para ser vitorioso e ajudar as populações que mais precisam. São mais de 7 milhões de famílias que não têm habitação. Esse programa não é da Oposição nem do governo; é claro, é do governo federal, todavia só poderá ser levado em frente se houver parceria com os Estados e os Municípios. Diria mais do que isso, é um programa da população brasileira, que vem para ajudar os que mais precisam e que, em grande parte, corrigirá o déficit habitacional existente. Estimamos que pelo menos 14% poderão ser alcançados. Ao longo de alguns anos, quem sabe cada brasileiro possa ser beneficiado com esse sonho da casa própria, principalmente aqueles que têm salários mais baixos.

O Deputado Tenente Lúcio (em aparte)* - Sr. Presidente e Deputados, boa tarde. Deputado Carlos Gomes, gostaria de agradecer a V. Exa. o aparte e parabenizá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo na Assembleia de Minas. Na Comissão de Turismo, preocupado com as minorias, V. Exa. trouxe aqui microempresários e pequenos empresários e pessoas influentes dentro dos Ministérios de Brasília para a audiência pública, mostrando realmente o seu valor. Quanto a esse pacote do governo que fala sobre habitação, na semana passada, em Uberlândia, aproximadamente 30 mil pessoas passaram pelo feirão da Caixa Econômica Federal. Hoje em Uberlândia está difícil encontrar imóveis ou casas para comprar. Depois desse feirão, todos saíram com sua carta de crédito para comprar sua casa, tendo realmente a dignidade da moradia. Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e o governo federal pela parceria com os Estados e os Municípios. Temos muita esperança de

que continuará dando certo. Obrigado.

O Deputado Carlos Gomes* - Muito obrigado, Deputado Tenente Lúcio. Sr. Presidente, apenas para concluir, quero fazer um convite a esta Casa e a todos os que nos acompanham para participar de uma audiência pública que se realizará na quinta-feira, com a presença do Ministro José Barroso Pimentel. Irei debater a realidade da Previdência Social, suas políticas de médio e longo prazo, os avanços da atual política previdenciária e seus benefícios. Sabemos que esse assunto interessa a muita gente, pois muitos são prejudicados e nem sequer sabem dos grandes avanços do INSS no Estado. São quase 700 mil novos postos que serão abertos em todo o País, dos quais só em Minas Gerais serão 45 novos postos, em vários Municípios, para melhorar o atendimento a todos os brasileiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Zé Maia* - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, os telespectadores da TV Assembleia e as pessoas que estão nas galerias.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para tratar de um assunto de extrema importância, que está na pauta das discussões desta Casa e também de boa parte da mídia do nosso Estado. Assistimos, no final de semana e no início desta, à abordagem feita pela imprensa do Estado sobre as questões relacionadas a salários, reuniões extraordinárias e verba indenizatória da Assembleia Legislativa e das Câmaras Municipais. Acredito que esse é um tema que precisa ser discutido, e é fundamental enfrentarmos esse debate. Primeiramente, porque esta Casa é constituída por mulheres e homens de bem. São pessoas que chegaram até aqui depois de passar por um profundo debate, cada qual na sua região, em seu Município de base parlamentar. Todos, sem exceção, chegaram aqui depois do voto popular, depois da aprovação da população de Minas Gerais, portanto fazemos parte do que é mais sublime para um país: a democracia representativa. Cada um representa uma região, um Município, e está legitimado pelo voto popular.

Agora, democracia custa, para que os parlamentares possam ouvir a população e estar presentes nas mais longínquas regiões deste Estado, nos Municípios, dos maiores aos menores e dos mais ricos aos mais pobres. É impossível, pela dimensão do nosso Estado e pela população, que os cidadãos estejam próximo ao governo, todos eles. Uma minoria seleta é que pode estar próxima, seja do governo municipal, seja do estadual, seja do federal, através de seus legítimos representantes eleitos por meio do voto popular. E para que o cidadão possa dar sua opinião e suas sugestões, possa fazer com que os seus desejos sejam considerados no Orçamento dos Municípios, dos Estados e do governo federal, é essencial o trabalho do Parlamento. Para isso é fundamental que o parlamentar - Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador - esteja próximo de sua base e do cidadão para debater, discutir, trazer sugestões e soluções para os governos e para o Poder Executivo. Evidentemente que isso tem um custo, um preço, além de um alto valor no processo democrático. Acredito que muitos parlamentares aqui, senão todos, gastam além da verba indenizatória para fazer esse trabalho nos finais de semana, aos sábados e domingos, porque o parlamentar não é um trabalhador comum que trabalha de segunda a sexta das 8 às 18 horas. Na hora do almoço, à noite e nos finais de semana, nem sempre eles podem estar ao lado de sua família. Quantos de nossos filhos cobram a nossa presença nos finais de semana, no seu aniversário, nas reuniões de escola e não podemos participar porque estamos aqui representando e defendendo a população de Minas Gerais nesta Casa, fazendo uso para isso de carros alugados, de combustível, de telefone, de tudo que é necessário para se deslocar e chegar perto dos cidadãos da forma mais legítima, mais transparente e mais honesta possível.

É verdade que, às vezes, as pessoas querem distorcer e diminuir o trabalho parlamentar, igualá-lo à situação comum, que não é verdadeira, aliás conhecemos isso aqui. Muita gente que fala sabe, mas prefere levar as exposições para o lado pejorativo. Defendo - acredito que todos aqui fazem o mesmo - a divulgação desses gastos, pois são todos legítimos. Como disse, muitos de nós, às vezes, pegamos táxi e não vamos solicitar recibo por recibo, e o dinheiro acaba saindo do seu próprio salário ou de outra renda que o Deputado tenha para custear as despesas do seu mandato, escritório no interior para receber o povo a 800km do governo central. Quem iria fazer isso? Qual órgão do governo que existe em um Município de 5 mil, 10 mil, 30 mil habitantes para que o cidadão leve os seus reclamos ao governo? É por meio do parlamentar, da democracia representativa que isso é possível. Mas querem expor a instituição mais legítima, que defende a imprensa e as eleições livres, e colocá-la como a que rouba dinheiro do povo. São exposições pejorativas, que acabam com a imagem de pais e mães de família desta Casa e de outros parlamentos. Cada um está colocando a sua vida em risco, seja voando, seja andando de carro em nossas estradas, para visitar as pessoas e ouvir os seus anseios.

É profundamente lamentável abrir os jornais e verificar que somos considerados marginais. É a isso que temos assistido nos últimos tempos. Também é verdade que em toda instituição, qualquer atividade ou profissão haja uma ou outra pessoa que não cumpra fielmente a sua missão nem exerça convenientemente o seu cargo, mas isso é a exceção da exceção. O que procuram, na verdade, é colocar a exceção como se fosse fato comum que ocorre nesta Casa e em outras Casas Legislativas de nosso Estado e do País.

Portanto, vamos divulgar. Ninguém aqui tem medo disso. Se as pessoas têm curiosidade de saber em qual posto de gasolina o Deputado abastece, qual carro que ele aluga, vamos matar a curiosidade desse povo, gente. Qual o problema disso? São iguais às comadres que vão ao salão de beleza para informar-se das últimas fofocas. Vamos saciar a curiosidade dessas pessoas. Isso não nos custa nada. O trabalho que realizamos aqui é legítimo, é legitimado pela vontade e pelo voto do povo.

Quero fazer um desafio a esta Casa. Chegou à Assembleia Legislativa e à minha Comissão o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Estou por nomear o relator dessa matéria, talvez seja eu próprio. É fundamental travarmos uma discussão aqui. Alerto o Ministério Público de que os bilhões e bilhões de reais que gastam todas as instituições deste país - Prefeituras, Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, governos estaduais e federal, Tribunais de Justiça, Tribunais de Contas - são dinheiro do povo. São verdadeiras fortunas, são bilhões de reais gastos com a mídia e com a comunicação. É o dinheiro da Cemig que poderia ser economizado para baratear as contas de energia, da Copasa, enfim, de todas as instituições. Vamos limitar, com coragem, na LDO, o dinheiro da comunicação que vai para a mídia, para os jornais, reduzindo-o para 50%, pois estamos em ano de crise. Fala-se tanto que os parlamentos gastam muito dinheiro.

Isso é nada perto do que este País, o governo federal, os Municípios e as Câmaras gastam. O que as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional gastam não é nada perto do dinheiro que o povo brasileiro paga com o seu sagrado imposto para a mídia neste país, para os jornais que não respeitam as instituições. Temos que enfrentar esse debate. Vamos economizar o dinheiro público deste país, do povo sofrido pelos bilhões gastos com a mídia. O Ministério Público tem de investigar se realmente as colunas de jornais valem a fortuna que os governos de canto a canto dos 5.800 Municípios do Brasil investem, se esse dinheiro é legítima e honestamente aplicado.

Li também nos jornais que os Prefeitos mineiros ganham mais do que o Presidente Lula. Não é possível que o jornalista que escreveu isso acredite que o Presidente consegue manter-se com R\$12.000,00. Pare com isso! Acreditar nisso é acreditar em mula sem cabeça, em Papai Noel e lobisomem. Será possível? Vamos ser sérios neste país, vamos para a vida real. Imaginar que um Presidente da República possa manter-se com um salário de R\$12.000,00? Os Prefeitos estão mais honestos nessa situação, estão mais perto da realidade.

Quero fazer um apelo a esta Casa: que façamos um comparativo na LDO de quanto se gasta com o parlamento e com a mídia neste país. Vamos abrir essa caixa-preta. É preciso que o Ministério Público fiscalize para saber se o dinheiro é apenas para comunicação e divulgação ou se há, nas entrelinhas, outros interesses espúrios. Esta Casa deve ter a coragem, a braveza do povo que representamos aqui, do povo das montanhas de Minas, onde começam as transformações. É preciso começar por aqui, é preciso economizar os bilhões que o povo suado deste país paga - e tem um imposto caro, diga-se de passagem - para que a mídia desrespeite as instituições constituídas, sobretudo pelo voto. Ainda existe esse diferencial no trabalho realizado nos parlamentos: a cada quatro anos renovamos a nossa carteira de trabalho, por meio de

um debate aberto, frente a frente com o eleitor, numa discussão profunda. Aqueles que retornam a esta Casa depois de quatro anos estão ainda mais legitimados pela vontade popular.

Querem diminuir esta instituição, querem diminuir esse modelo, agindo com falta de respeito. Tudo o que é bom não é divulgado. As pessoas se interessam apenas pelo lado negativo, tratam com ironia e descaso a honra do parlamento mineiro e tantas outras instituições. O que queremos é aprofundar as discussões sobre os nossos gastos, abrir as nossas contas. Mas não podemos ficar apenas nisso. Temos de abrir as outras caixas-pretas do Estado. Estou pronto para isso. Não tenho medo, estou aberto para o debate porque, junto a mim, existe a lei do parlamento, a legitimidade do voto para estar aqui a cada quatro anos.

Portanto, é fundamental que haja respeito a esta instituição, ou ela terá de levantar-se. Temos aqui mulheres e homens bravos. Quem é capaz de visitar a sua região todo final de semana, discutindo os problemas, e disputar as eleições a cada quatro anos é muito corajoso. Essa não é uma tarefa fácil, não é um trabalho simples de ser realizado. Procuram diminuir esse trabalho dia a dia. Teremos de ter a altivez para que haja, no mínimo, respeito, já que aprovamos orçamentos, recursos que muitas vezes nem sabemos se a mídia está usando da forma como foram aprovados por esta Casa.

A partir de agora, temos de tratar a mídia no mesmo nível como tem tratado esta Casa. A falta de respeito, o descaso com o Parlamento é um absurdo. Divulgam fatos da maneira mais pejorativa e rasteira possível. Não podemos admitir uma situação como essa. É inaceitável.

Portanto fica lançado o desafio. Por parte desta Casa e dos Deputados, não há medo nem problema em abriremos nossas contas, porque sempre fizemos o debate em defesa do povo, discutindo as dificuldades deste Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, pessoal das galerias, boa-tarde.

Início o meu pronunciamento falando de grandes conquistas para as regiões Sul e Sudoeste do Estado. Um sonho que se realiza. Sonhávamos ter todas as nossas cidades ligadas por rodovias asfaltadas. Posso dizer que estou na política há 20 anos e que foi a partir daí que vi a importância das ações políticas na busca de soluções. Várias cidades que não tinham rodovias, hoje graças a Deus estão ligadas, faltando apenas a nossa querida São Pedro da União.

No último dia 21, o nosso Governador autorizou a publicação do edital de licitação para concorrência pública. Dentro de 60 a 90 dias, teremos máquinas trabalhando de Juruaia a São Pedro da União e de Juruaia à MG-446, ligando Muzambinho a Nova Resende. Trata-se de uma grande conquista, fruto de nossas ações em parceria com o Governador Aécio Neves, com o nosso Diretor do DER, José Élcio Monteze, com o Dr. Fuad Noman, com o Vice-Governador Anastasia, com o nosso Deputado Federal Carlos Melles, os Prefeitos e ex-Prefeitos de Juruaia e São Pedro da União, que têm sido grandes parceiros na realização desse grande sonho que é ligar todas as rodovias por asfalto. Falo isso com grande satisfação.

Hoje ainda é triste passar entre Campos Gerais e Alfenas. Há buracos que não acabam mais. Essa rodovia recebeu vários investimentos há pouco tempo, e o problema não foi resolvido. Agora podemos dizer que o DNIT tem um Diretor, o Dr. Sebastião Donizete, que realmente entende do assunto. Pessoa de clareza nas ações, de respeito pelos cidadãos, de competência no trabalho. Quando íamos a audiências ocorridas antes de o Dr. Sebastião Donizete assumir esse cargo ficávamos na dúvida, não víamos ações concretas acontecendo. Mas com ele as coisas acontecem com rapidez, legitimidade e clareza. Tivemos uma audiência com ele e o Prefeito de Campos Gerais; uma outra, com a Vereadora Maria Rocha; e outra ainda com vários Prefeitos da Alago. Ele nos falou que trataria como ação emergencial a recuperação dessa rodovia. E agora, nesta semana, já podemos dizer que se iniciarão os trabalhos de recuperação da rodovia de Campos Gerais a Alfenas.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Parabenizo V. Exa. por esse trabalho, mas não poderia deixar de fazer um comentário importante aqui. Se as obras estão saindo, é porque não dependem da Caixa Econômica Federal. Todos os recursos, Deputados, que estão na dependência de liberação pela Caixa Econômica Federal, principalmente em Minas Gerais, não saem. Assim, quando vejo V. Exa. dizer que os recursos estão saindo e que obras estão sendo inauguradas, fico muito feliz. Sabemos do trabalho de V. Exa. e do Deputado Carlos Melles e do apreço com a sua região.

Assim, parabenizo V. Exa. pelo empenho, bem como o DER. Se fosse depender da Caixa Econômica Federal, V. Exa. estaria como estão hoje os vários Prefeitos que tiveram as suas verbas do PAC liberadas, mas que não têm acesso a elas pelo fato de a Caixa Econômica Federal fazer muitas exigências. Falta a esta Casa começar a chamar os responsáveis por essa instituição e pedir-lhes explicações, para saber por que estão paralisando e inviabilizando vários recursos que estão vindo para Minas Gerais, Deputado Antônio Carlos.

Cito aqui um exemplo. Temos a liberação da reforma do Estádio Independência, que servirá ao Cruzeiro e ao Atlético nos próximos dois anos, quando o Mineirão será interditado para realização das obras necessárias para esse estádio receber os jogos da Copa do Mundo. Os recursos estão liberados graças ao Ministro Dulce, ao Deputado Federal Virgílio Guimarães, à sensatez do Ministro do Turismo. O Independência foi passado, em comodato, para a Prefeitura de Belo Horizonte, que criará ali uma arena multiuso, que atenderá a toda região, disponibilizando para a nossa cidade mais um atrativo. Até hoje estamos com problemas com a Caixa Econômica Federal, que cria dificuldades, empecilhos para a liberação da verba. Fica aqui, Deputado, o registro dessa realidade.

Parabéns a V. Exa. por essas obras que está anunciando e por seu trabalho. Fica também o protesto deste Deputado. Tenho certeza de que vários Deputados desta Casa pensam como eu. Estive em Entre Rios de Minas. Lá, os Prefeitos cobraram ações contra essa má vontade da Caixa Econômica Federal. Acredito que alguma coisa está errada. O Lula deve ter dito que o dinheiro estaria liberado pela Caixa, mas pediu para segurar um pouquinho em consequência da dificuldade de caixa. Isso ocorre para mostrar que não há atrito entre o governo federal e a Caixa, que é subordinada a ele. Acho que está na hora de esta Casa tomar providências nesse aspecto, pois não podemos aceitar mais imposição em relação a essa obra do Independência e também a várias outras.

Temos de parabenizar o trabalho que V. Exa. e o Deputado Melles fazem naquela região, com garra, com dinamismo e, acima de tudo, com o apoio dos governos estadual e federal. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Na verdade, como disse o Deputado Alencar da Silveira Jr., as coisas do Estado realmente acontecem e fazem a diferença na nossa região, quer seja na área da saúde, quer seja na da educação ou do transporte. Temos de comemorar os vários recursos que lá estão chegando.

Quero abordar um outro assunto, que é sagrado e que faz a diferença no nosso mundo. Refiro-me ao leite. Posso dizer-lhes que esse produto faz a diferença no Brasil no que concerne à geração de emprego e à saúde, além de distribuir renda e trabalho. Porém, a renda, para o produtor, não tem sido possível, infelizmente, devido à baixa dos preços. Falo do leite hoje porque, no dia 1º de junho, comemoraremos o Dia

Mundial do Leite, esse alimento barato, mas abençoado, que salva vidas, que favorece a saúde, ajuda no crescimento das nossas crianças e fortalece os ossos, por conter muita vitamina C. Quem toma bastante leite tem os seus ossos reforçados, o que evita quebrá-los nas quedas. Uso como exemplo o meu avô, que tomava 1 litro de leite por dia. Nunca quebrou um único dedo e vejam que sofria várias quedas, por trabalhar com animais e com serviço de alto risco.

Falo com alegria do leite, mas, ao mesmo tempo, com tristeza, ao ver a situação humilhante por que passam os produtores de leite mineiros e brasileiros. Na verdade, vocês pagam R\$1,90 ou R\$2,00 por litro - o Deputado Vanderlei Jangrossi, que é outro bravo lutador e defensor dos produtores de leite, sabe bem a que estou me referindo -, mas o produtor chegou a vender o litro a R\$0,37, como ocorreu lá em Pompéu. Hoje o produtor está vendendo o litro a R\$0,55. Ele se levanta de madrugada, por volta das 4 horas, com sua esposa e seus filhos, tira o leite, trata da vaca, cuida da assepsia do galpão e vai descansar por volta das 20 ou 21 horas, muito cansado. E, quando chega o final do mês, a sua renda é humilhante. É uma pena que no nosso Brasil se pratique trabalho escravo de forma indireta, mas real.

O Deputado Vanderlei Jangrossi (em aparte)* - Nobre Deputado Antônio Carlos Arantes, quero complementar a fala de V. Exa, que diz que os produtores vendem o litro de leite a R\$0,55. Na verdade, eles recebem esse valor. O produtor entrega o leite e não o vende. Ele fica na expectativa do valor que receberá. No final do mês, ele recebe a notícia de quanto será pago pelo litro de leite. Essa é uma preocupação e um grande problema que enfrentamos. V. Exa. tem defendido muito os produtores, e realizamos muitos trabalhos aqui. No ano passado realizamos uma audiência que tratou da questão do preço do leite. Acredito que o trabalho realizado aqui na Assembleia tem sido muito importante para incentivar e mostrar a situação atual do leite no nosso Estado. Essa é a preocupação.

Infelizmente, o produtor não vende o leite. Ele está de mãos atadas, encontra-se refém da situação: ou ele entrega o leite por aquele preço ou nem aquilo ele terá, como foi o caso do Leite Nilza, em que o produtor entregou o leite e não recebeu por ele. Ficaram mais de três meses sem receber. Entregaram o leite, mas não receberam. Hoje estão com o pires na mão e estão tendo de procurar outras pessoas e outros locais para entregar o seu leite, pois a situação está caótica.

Cabe-nos alertar as pessoas para que tomem providências e tentar resolver a situação do nosso produtor. É o que V. Exa. está fazendo. Caso contrário, nossos produtores acabarão por mudar de ramo vendendo suas vaquinhas, porque, realmente, essa situação não pode continuar.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Obrigado. Gostaria de abordar também a questão do transporte dos trabalhadores. Essa é uma polêmica muito grande. Muitas vezes, trabalhamos para buscar um entendimento maior, para que haja flexibilização das exigências.

Hoje o produtor rural não tem mais renda, nem dinheiro, nem crédito para comprar um ônibus novo. Na maioria das estradas mineiras, o ônibus não consegue chegar, principalmente nas lavouras. O risco de vida é muito maior quando se entra em um ônibus que tráfegará por uma estrada escorregadia, num morro ou numa ladeira. Essa é a nossa preocupação. Em uma Toyota bem-cuidada, com bancos almofadados, toldo, bem-preparada é obvio que o risco de vida será bem menor, e o produtor chegará aonde está o trabalho. Precisamos é gerar trabalho para que esses trabalhadores possam desenvolver-se. Essa questão está gerando muitos problemas, e precisamos buscar formas de entendimento que sejam boas para o trabalhador. A própria Fetaemg está propondo solução - e acredito que esteja certa -, e há também entendimento da Faemg - não é tão comum haver consenso, mas nesta hora está existindo entre a Fetaemg e a Faemg. O Estado precisa rever determinadas leis porque, em vez de ajudar, elas têm atrapalhado.

Há o caso de Nepomuceno. Hoje fui contactado pelo Vereador João Bosco. Esse caso mostra claramente as dificuldades de se levar o trabalhador à lavoura de café, fazendo com que ele fique em casa, porque o produtor não tem condições de levá-lo em um veículo com 100% de condições. Na verdade, precisa haver uma avaliação.

A questão dos taxistas também precisa ser avaliada. Hoje, no interior, se um taxista pega uma determinada pessoa numa cidade e a leva a outra, será multado. Há uma divergência: dizem que ele está concorrendo com as empresas de ônibus.

No meu entendimento, o direito de ir e vir é sagrado. Se a pessoa tem condições de pagar um táxi, por que não pagar? Então creio que é preciso revisar essa parte também, para que os taxistas tenham oportunidade. Que seja uma legislação em que prevaleça a vontade e a necessidade da maioria, e nesse caso a maioria seria dos usuários e dos taxistas.

Para finalizar, Sr. Presidente, falarei sobre o Código Florestal. A legislação ambiental no Brasil é uma legislação burra e impossível de ser colocada na prática. Para colocá-la em prática hoje, tem de se eliminar grande parte da agricultura, apenas 25% da área brasileira poderia ficar apta à produção agrícola. Não cabe nem o que se está produzindo hoje, sendo que há uma grande necessidade de aumentar a produção.

No dia 22 de junho, nesta Casa haverá um grande debate. Tenho certeza de que haverá mais de 2 mil pessoas presentes, das quais mais de mil virão da minha região, que hoje está sendo obrigada a extinguir a sua produção de café nos morros, quando muitas vezes o produtor fica sem saber o que fazer. Portanto, nesse dia, estaremos realizando aqui um grande debate, por intermédio da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, da Assembleia Legislativa. Esperamos que o governo federal aceite o estudo feito pela Embrapa e as opiniões do nosso Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que também tem sido um grande parceiro. Ele, com os Deputados Federais Carlos Melles e Marcos Montes, muito tem ajudado. Parceiros como a CNA, a própria Federação dos Trabalhadores da Agricultura, a Fetaemg, e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Brasil também propõem essa mudança na legislação.

Portanto gostaria de convocar os nobres Deputados e os companheiros para, no dia 22 de junho, estarmos aqui com a população, a fim de reivindicar a mudança no Código Florestal Brasileiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Quero saudar a todas e a todos e, mais uma vez, chamar a atenção da população do Estado em relação a um projeto que tramita nesta Casa. Trata-se do projeto para a criação de uma agência para regular o setor de água e de esgoto no Estado de Minas Gerais, a fim de respeitar uma decisão da Lei nº 11.445.

Chamo a atenção de toda a população de Minas Gerais, dos Prefeitos, dos Vereadores e dos Deputados e das Deputadas desta Casa. O projeto, da maneira que está tramitando, é um projeto ilegal, irresponsável, e vai penalizar muito a população de Minas Gerais. Esse projeto não cria uma agência de saneamento, porque, na realidade, cria uma agência tarifária, uma agência que vai homologar as vontades do governo do Estado. E nós sabemos quais são essas vontades. Se fizermos um levantamento da época em que o atual governo entrou, qual era o valor da cobrança de água e de esgoto no Estado? E quanto é hoje? Praticamente o valor dobrou. E os últimos aumentos foram totalmente ilegais e abusivos. Por quê? A Lei nº 11.445 fala que só pode haver aumento se houver uma agência para regular o setor. Mas uma agência de verdade, uma agência que pode funcionar no âmbito municipal, porque os titulares responsáveis são as Prefeituras; pode ser uma agência para atender de forma regional, todos os Municípios de uma região; pode ser uma agência em que os Prefeitos possam fazer convênio com a agência estadual. Tudo isso é possível e permitido. E o que o governo fez? Entramos na Justiça questionando os últimos aumentos ilegais. O último aumento do valor da conta de água e de esgoto da Copasa, aliás, foi suspenso por uma decisão liminar da Justiça. O Promotor Antônio Baêta entrou com uma ação, questionamos os aumentos e conseguimos impedir que o valor da conta de água tivesse o aumento, que seria o maior

dos últimos anos, quase 10% desde o mês de março. A Copasa não ficou satisfeita e tentou derrubar essa decisão da Justiça, a liminar, mas não conseguiu fazê-lo. Tentou derrubar novamente no Tribunal de Justiça, mas também não conseguiu. Então foi para o Superior Tribunal de Justiça, o STJ, e tentou derrubar lá. O Presidente do Tribunal de Justiça negou o pedido de suspensão de liminar por parte da Copasa, pois esta não conseguiu provar que teve prejuízos. O próprio Presidente da Companhia disse que não conseguiu provar os prejuízos.

A Copasa, sem ter outra saída, enviou projeto para esta Casa, a fim de criar uma agência. No entanto a agência que está sendo solicitada pelo governo do Estado de Minas Gerais se confunde com a própria Copasa. Não se trata de uma agência de saneamento, pois esta deve ter a participação da sociedade, dos Prefeitos, além de autonomia e independência. E essa, da forma como foi solicitada, é somente para atender aos interesses do governo, além de só falar de água e de esgoto. Ora, uma agência, pela legislação federal, somente pode funcionar como uma agência de saneamento se realmente tratar desse fim, e não somente de água e esgoto, mas de rede pluvial, limpeza pública, lixo.

O projeto enviado a esta Casa fere a legislação federal, não atende aos anseios da população. Fere, aliás, a Lei nº 8.987, que é justamente a Lei de Concessões, assinada quando Fernando Henrique era o Presidente do Brasil. A população está realmente revoltada. Sabemos que a água e a luz são como o arroz e o feijão para a população brasileira, são serviços essenciais e não podem ser tratados como meras mercadorias, como vêm sendo tratados por parte do governo do Estado. Desde 2007, está vigorando essa lei, que obriga a criação de agências para fazer o trabalho de fiscalização. Mas, infelizmente, no Estado de Minas Gerais, essa agência para fiscalizar o setor de saneamento ainda não existe, e o projeto que está aqui na Casa somente fala de água e esgoto, não de saneamento, e diz respeito ao conjunto dos Municípios. Nesses Municípios titulares, se os Prefeitos não quiserem participar dessa agência que está sendo criada pelo Estado, eles não são obrigados a fazê-lo.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputado, entendo sua luta e aproveito o seu pronunciamento, ao falar de água e luz, ao falar de uma agência regulamentadora, para fazer coro com V. Exa. Penso que o governo precisa acertar essa situação com urgência. Estão mandando para a Casa hoje esse projeto de criação da agência regulamentadora das águas da Copasa, mas temos um problema muito sério a tratar, que é a agência regulamentadora do gás natural. O gás natural veicular em Minas é o mais caro do Brasil. Minas é o único Estado em que há dois preços para o gás. O gás natural é o mesmo, vem no mesmo gasoduto, é comprado na mesma fonte, mas o industrial tem um preço e o veicular, outro. Como se entende isso? A Gasmig consegue vender por um preço o gás para as indústrias - é lógico que tocam este Estado, concordo -, mas vende um outro mais caro para os taxistas, para aquelas pessoas que acreditaram no gás veicular como fonte alternativa. E é o gás mais caro do Brasil. Há quanto tempo fazemos debate desse tema nesta Casa? Já fizemos fóruns sobre o assunto nesta Assembleia. Estamos debatendo o tema desde quando o gás chegou a Minas Gerais. Discutimos o gás no governo Eduardo Azeredo, quando foi implantado o primeiro posto de gás, no governo Itamar Franco e em dois governos Aécio Neves. O setor do gás veicular está morrendo, contrariando as pessoas que acreditaram nessa fonte energética, que acreditaram, acima de tudo, no segmento e no governo, que afirmou que Minas Gerais teria o gás veicular. Disseram ao taxista que ele poderia utilizar esse gás. Ele pagou muito caro pela colocação do equipamento do gás. Agora, na hora em que deseja retirar o gás veicular do seu automóvel, precisa passar pelo Detran e ficar quatro, cinco dias parado. Quando quer emplacar ou reemplacar seu veículo ou acertar sua documentação, tem de ficar o mesmo tempo parado. O setor já não aguenta mais, Deputado Weliton Prado. Está na hora de a Gasmig mostrar a essa população que há transparência no setor. Minas não pode continuar tendo o gás mais caro do Brasil. Digo isso com muita tranquilidade, Deputado Weliton Prado. Sou da base do governo, voto com o Governador Aécio Neves naquilo que for necessário. Todavia, tenho apreço muito grande pelo setor do gás. Mantenho contato com o Djalma, da Cemig, e com o Zé Carlos, seu Presidente. Não podemos aceitar as coisas como estão. O setor está morrendo. V. Exa., que já resolveu o problema da Copasa por meio de uma liminar, que já tratou das contas da Cemig, agora cuidará do segmento do gás. Não adianta tapar o sol com a peneira. Se V. Exa., hoje, fizer o que fez com a luz e com a água, os responsáveis pelo setor terão de lhe dar uma resposta. Em vez de darem resposta a um Deputado da Oposição, que deem a um Deputado do governo.

Não podemos aceitar, Deputado Weliton Prado, o fato de termos o gás mais caro do Brasil. É preciso haver uma agência reguladora. É necessário abrir as contas. A Gasmig precisa reunir-se com os empresários e debater o tema. Nos outros Estados há incentivos como o do IPVA, que tentamos estabelecer aqui, e alguns outros aos taxistas. Colocamos em debate nesta Casa todos os projetos do setor de gás. Todavia, até agora só nos mandaram esperar porque não é hora ainda. Não é hora ainda? Deputado Weliton Prado, a hora será aquela em que todos os segmentos e convertedoras de gás quebrarem. Tivemos o fechamento de 75% das convertedoras, que quebraram. Hoje ocorre um absurdo: ninguém mais quer manter seu posto de gás veicular, porque não acredita mais no governo. Todos estão tirando seus compressores. Trago um detalhe para V. Exa: a única fábrica de compressores do Brasil está em Minas Gerais, mas o incentivo é zero.

Gosto de falar no seu horário, Deputado Weliton Prado, porque todo o pessoal da Copasa, quando V. Exa. fala, fica ligado na TV Assembleia, que criei. Eles estão ouvindo V. Exa. Se apenas este Deputado, Alencar da Silveira Jr., estivesse aqui, falando sobre o gás, ninguém estaria ouvindo. Todo o pessoal da Cemig escuta V. Exa., assim como o governo. Agradeço V. Exa. este espaço porque, com certeza, agora o que falei aqui será ouvido pela Gasmig, que está quebrando o setor de gás em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Fiquei até surpreso com as palavras do Deputado Alencar da Silveira Jr. Concordo plenamente com ele, que está coberto de razão. Quer um exemplo que justifica as palavras de V. Exa.? o Estado de São Paulo criou uma agência para cumprir a Lei nº 11.445. Essa agência discutirá o saneamento, que engloba tudo: a água, o esgoto, a limpeza pública, o lixo, assim como o gás. No Estado de São Paulo a agência é muito mais ampla, o que acontece também em outros Estados.

Concordo plenamente com o Deputado. Realmente, temos de colocar o dedo na ferida. Nosso mandato é assim mesmo. Pegamos um tema e o levamos até o fim. "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Temos um foco.

Fazemos estudos jurídicos, mobilização popular, com a distribuição de panfletos, abaixo-assinados e presença maciça nas audiências da Cemig. Aliás, a audiência pública realizada para tratar do problema da Cemig teve a maior audiência da história de todas as reuniões sobre concessionárias de energia do País. Contamos com o apoio de vários segmentos da sociedade, da Igreja e dos Deputados desta Casa. Não adianta achar que conseguimos tudo sozinhos, é preciso haver participação.

O gás também é um problema sério. No momento oportuno, assim que tivermos oportunidade, colocaremos o dedo nessa ferida.

Outra campanha que queremos levantar é a questão da telefonia. É um absurdo o que se cobra de tarifa fixa, mensal, para telefones residenciais. É totalmente ilegal a cobrança de mais de R\$40,00. Isso porque, quando foi criada essa taxa de R\$40,00 para telefone fixo, foi para fazer a expansão das redes, e todas as redes já estão prontas no País. Não mais existe a necessidade de se fazer rede. Ao contrário, são 50 milhões de linhas de telefone no Brasil, e só 40 milhões estão sendo utilizadas. São 10 milhões de linhas praticamente ociosas. Não há mais a necessidade de se cobrar uma taxa para fazer a expansão da telefonia. Além disso, existem vários outros problemas em relação à questão da telefonia, em relação ao DPVAT, ao seguro obrigatório e à taxa de licenciamento.

Em relação à Copasa, o que aconteceu foi uma grande maldade com a população, com a criação de uma agência para aumentar o valor das tarifas de água e esgoto no nosso Estado. Trata-se de uma agência tarifária que tem como objetivo dar uma facada no peito do consumidor mineiro. Além disso, a Copasa cobra pelo tratamento de esgoto onde o serviço não existe. Ela joga todo o esgoto sanitário nos rios, nos lagos e nos córregos, poluindo o meio ambiente, chegando a cobrar até duas vezes pelo valor da água. Essa é uma questão totalmente ilegal, e já ingressamos como uma enxurrada de ações na Justiça. Aliás, existe uma decisão de primeira instância da Justiça de Montes Claros determinando a redução do valor da conta de água e a devolução aos consumidores de todos os valores indevidamente pagos à Copasa. A redução chega em texto, e a devolução ainda será julgada no mérito. Em várias outras cidades a Justiça também está-se pronunciando. A Copasa não pode cobrar pelo serviço que não executa, porque isso fere totalmente a legislação.

Mais uma vez, conclamo toda a população a entrar nessa luta. Esse projeto, do jeito que está, é maldoso. A Copasa mentiu no processo, na Justiça, ao dizer que iria falir. Coitada da Copasa! Ela disse que iria quebrar, caso não houvesse o aumento. Mas vejam aqui o lucro que a Copasa teve, em todos os jornais. O lucro dela foi de 52%, dos R\$133.000.000,00 dos últimos 15 dias. Esse é o lucro que ela teve. No entanto, na Justiça, ela afirmou que quebraria e que teria muita dificuldade se não tivesse um aumento. Não teve aumento, e o lucro que a Copasa teve foi o maior dos últimos anos: 52,7% e R\$133.000.000,00. Grande parte desse recurso é para ser dividido para o capital internacional, isto é, para os acionistas.

Fica aqui o nosso repúdio. Mais uma vez, conclamamos todos os Deputados e Deputadas a não votarem nesse projeto, que é ilegal, inconstitucional, imoral, desumano, maldoso, fere a Lei Federal nº 11.445 e não cria uma agência de saneamento, mas, sim, uma agência tarifária para aumentar mais ainda o valor da conta de água no nosso Estado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, telespectadores da TV Assembleia, aproveito o restante do tempo, os seis minutos, para felicitar os participantes da II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Belo Horizonte, neste final de semana, no Sesc Venda Nova.

Essa Conferência Estadual contou com a participação de diversas lideranças de todo o Estado: de comunidades afro-brasileiras; de comunidades religiosas, especialmente as de religiões de matriz africana; de grupos organizados, indígenas, quilombolas; e de outras comunidades, como as comunidades palestina e árabe. Enfim, ocorreu uma grande participação nessa Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Tivemos a honra e a oportunidade de receber o Ministro-Chefe Edson Santos, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, que compareceu à abertura da Conferência juntamente com o Secretário de Defesa Social, Agostinho Patrús Filho.

O Ministro Edson Santos chamava a atenção para um aspecto muito importante: ele rememorava uma importante luta do povo brasileiro, a luta abolicionista. Chamava a atenção para os grandes abolicionistas brasileiros: José do Patrocínio e Joaquim Nabuco. A luta pela abolição naquele período foi uma das batalhas cívicas mais importantes deste país, contrapondo-se ao setor mais conservador da sociedade brasileira à época. Esses abolicionistas, lembrava o Ministro, defendiam a abolição da escravidão, mas uma abolição que viesse precedida de uma indenização pela exploração da mão de obra escrava. Os abolicionistas, progressistas da época, defendiam que o povo afro-brasileiro deveria ser indenizado, porque foi o principal escravizado durante 350 anos neste país. Mas, infelizmente, lembrava o Ministro, a abolição veio pela forma mais conservadora possível: a Lei Áurea, que aboliu a escravidão em 1888, constou de apenas dois artigos. O primeiro dizia: "Abole-se a escravidão no País". O segundo dizia: "Revogam-se as disposições em contrário". O Ministro lembrava que a Lei Áurea foi a primeira lei em que constava um parágrafo único oculto, porque o art. 1º dizia: "Abole-se a escravidão no País" e o parágrafo oculto daquela lei dizia: "Os negros que se virem para sobreviver". Isso porque nenhuma forma de indenização foi proposta para aquela ampla comunidade que construiu este país com a força de seu trabalho.

E é interessante, o Ministro lembrava: a escravidão foi imposta neste país durante 350 anos, e os escravocratas daquela época, que têm defensores até hoje, sempre usaram o conceito de raça para excluir e para escravizar. O Ministro lembrava que hoje tentam esconder o conceito de raça. Na hora de escravizar e de excluir, esse conceito era possível, mas, na hora de fazer a política afirmativa para mostrar que há diferenciação daqueles que foram durante 350 anos - e são até hoje - escravizados e excluídos dessa sociedade, adotam o discurso de que não existem diferenças de raça neste país. Mas, na verdade, existem, porque o afro-brasileiro foi excluído desse processo.

O Ministro lembrava a importância de retomar o conceito de raça, usando-o, agora, para discriminar afirmativamente e para fazer valer as importantes políticas que o governo do Presidente Lula tem implementado, entre elas as cotas nas universidades públicas e a valorização dessas comunidades, que foram excluídas por muito tempo. O Ministro lembrou também que aboliram a escravidão e tiraram do negro africano as suas terras, mas que, quando trouxeram para cá, da Europa, os italianos, chegaram a distribuir terras a eles. Ou seja, distribuíram terras para os europeus brancos, mas os negros brasileiros não tiveram direito à terra.

Assim, é importante que hoje a sociedade brasileira se lembre de que o negro afro-brasileiro precisa ter direito à terra. Essa Conferência, Sr. Presidente, é importante porque resgata um debate fundamental: a necessidade urgente de este país fazer justiça a uma parcela significativa da nossa população, que são os afro-brasileiros, respeitando suas diferenças e sua religiosidade e garantindo-lhes o direito à terra e às políticas afirmativas de cotas. Assim, quero parabenizar a todos os que participaram dessa II Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, dizendo que a bancada de Minas que vai participar da conferência nacional terá o papel fundamental de defender com vigor as políticas afirmativas em defesa do afro-brasileiro, do indígena, do quilombola e das populações árabes e palestinas que vivem em nosso país. Fica registrada aqui a nossa solidariedade aos 53% da população de Minas Gerais que são descendentes de africanos, os quais ajudaram a construir e ainda nos dias de hoje constroem Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/5/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando, a partir de 1º/6/09, Marília Naves Gonçalves de Almeida do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

nomeando Sueli Teixeira Gomes Miranda para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas.

Gabinete do Deputado Bráulio Braz

exonerando, a partir de 1º/6/09, José Augusto Cabral Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Haroldo Campos Crespo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete da Deputada Cecília Ferramenta

exonerando, a partir de 1º/6/09, Rosa Cristina Custódia de Araújo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Lucas Eduardo Franco para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando, 1º/6/09, Derly Martins dos Reis do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando, 1º/6/09, Douglas Lima de Almeida do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando, 1º/6/09, Graciela de Matos Gonçalves do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
exonerando, 1º/6/09, Janice dos Anjos Coelho do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;
exonerando, 1º/6/09, José Ilto Simonassi do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando, 1º/6/09, Maria do Consolo Maia Mayer do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
exonerando, 1º/6/09, Maria Geralda da Silva Simões do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;
nomeando Janice dos Anjos Coelho para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Lilian Miranda Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Luciana das Dores Moura Amaral para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Maria do Consolo Maia Mayer para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Maria Geralda da Silva Simões para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Wellington Martins Ramos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Wellington Rosário de Bessa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Gabinete do Deputado Hely Tarquínio

exonerando, a partir de 1º/6/09, Jair Basílio Gonçalves do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando, a partir de 1º/6/09, Thiago Clemente Vaz Caixeta do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Jair Basílio Gonçalves para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;
nomeando Thiago Clemente Vaz Caixeta para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Lúcia Mendonça

exonerando, a partir de 31/5/09, Marcelo Chaves de Andrade do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Júlio César de Moura Bernardo para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas.

Gabinete do Deputado Tenente Lúcio

exonerando, a partir de 1º/6/09, Anne Alves de Sousa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/6/09, Maria José Machado Cunha Sousa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/6/09, Mônica Vilela Rodrigues Veloso do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando, a partir de 1º/6/09, Samantha Kéllen Resende Aggripino do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Anne Alves de Sousa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Antonio Carlos Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Célio Marques Garcia para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Maria José Machado Cunha Sousa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados que se encontram abertas, no período de 1º/6/2009 a 3/7/2009, as inscrições com vistas à seleção de espetáculos para ocupação do Teatro da Assembleia no segundo semestre de 2009.

Poderão participar projetos de dança, música e teatro para crianças e adultos. Os cenários e "shows" deverão se adequar às dimensões do Teatro, que são:

área do palco: 7,54m x 4,55m (área útil, não contando as coxias e circulação);

boca de palco: máxima: 7,54m; mínima: 6,17m;

pé-direito: 2,95m.

Os projetos deverão conter:

Teatro

Números de inscrição no CNPJ e de inscrição municipal (se pessoa jurídica);

ficha técnica aprovada pelo Sated-MG;

número de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes de Tributos Mobiliários – CMC (cadastro de pessoas físicas que exercem atividades no Município de Belo Horizonte, sujeitas ao pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – do produtor);

liberação da Sbat;

cópia do texto;

currículos dos participantes;

desenho, foto ou croqui de cenários e figurinos (as dimensões do cenário deverão ser rigorosamente especificadas);

"release";

plano de divulgação e mídia.

Dança

Números de inscrição no CNPJ e de inscrição municipal (se pessoa jurídica);

ficha técnica aprovada pelo Sated-MG;

liberação da Sbat;

número de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes de Tributos Mobiliários – CMC (cadastro de pessoas físicas que exercem atividades no Município de Belo Horizonte, sujeitas ao pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – do produtor);

currículos dos participantes;

desenho, foto ou croqui de cenários e figurinos (as dimensões do cenário deverão ser rigorosamente especificadas);

"release";

plano de divulgação e mídia.

Música

Números de inscrição no CNPJ e de inscrição municipal (se pessoa jurídica);

ficha técnica aprovada pela Ordem dos Músicos ou xerox da carteira;

currículos dos participantes;

número de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes de Tributos Mobiliários – CMC (cadastro de pessoas físicas que exercem atividades no Município de Belo Horizonte, sujeitas ao pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – do produtor);

fita gravada ou CD;

"release";

plano de divulgação e mídia.

Para a assinatura do contrato o interessado deverá apresentar:

comprovação de regularidade fiscal junto à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em especial para a realização dos procedimentos necessários ao recolhimento do ISSQN e à emissão da Autorização para Impressão de Documento Fiscal – AIDF –;

declaração de que a situação de seus empregados junto ao INSS é regular ou declaração de que não tem empregados registrados.

Em se tratando de pessoa jurídica, deverá ser apresentada:

certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS -;

certidão de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social -INSS -;

certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual.

A verificação da regularidade perante o FGTS e o INSS será feita por meio de consulta aos "sites" da Caixa Econômica Federal e do Ministério da Previdência e Assistência Social.

A prova de regularidade perante a Fazenda Estadual deverá ser feita mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito Plena ou da Certidão Negativa de Débito quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

As propostas deverão ser encaminhadas à coordenação do Espaço Político-Cultural, em envelope fechado. Caso os interessados residam em outros Municípios, elas poderão ser enviadas, via correio, para o seguinte endereço:

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Seleção Artística do Teatro

Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Andar térreo – Bairro Santo Agostinho

CEP: 30.190-921 – Belo Horizonte – Minas Gerais

A data considerada será a da postagem, não se aceitando, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo.

Outras informações poderão ser obtidas pelos tels. (31)2108-7826 e (31)2108-7827 ou pelo fax: (31)2108-7670, no horário das 13h30min às 18 horas, ou no "site" www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2009.

Lúcio Pérez de Carvalho, Diretor de Comunicação e Informação.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 15/6/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da Internet, do tipo menor preço mensal, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de conexão de dados.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2009

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 16/6/2009, às 14h15min, pregão eletrônico, por meio da Internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de componentes para o sistema de radiocomunicação da ALMG.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2009.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge. Objeto: prestação de serviços de informática nos segmentos relacionados e constantes dos Anexos I e II, integrantes deste contrato. Objeto deste aditamento: retificação de erro material da cláusula sexta (da vigência).

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Via das Flores Ltda. Objeto: fornecimento de flores naturais e ornamentação para eventos. Vigência: 12 meses. Dotação orçamentária: 01.031.729-4239.(3.3.9039). Licitação: Pregão Eletrônico nº 87/2009.

ERRATAS

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.343/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/5/2009, na pág. 61, col. 1, acrescente-se, ao final, o seguinte:

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2009.)

O imóvel a ser doado possui os seguintes limites e confrontações: inicia-se no ponto 65A, localizado na Rua Dona França, confrontando com área remanescente da Escola Estadual Pedro Vicente de Freitas; daí segue pela rua numa extensão de 26,57m (vinte e seis vírgula cinquenta e sete metros) num rumo de 6°53'56"SE até encontrar o ponto 1; daí deflete à direita numa extensão de 11,05m (onze vírgula zero cinco metros) num rumo de 50°46'10"SW até encontrar o ponto 2; daí deflete à direita numa extensão de 36,82m (trinta e seis vírgula oitenta e dois metros) num rumo de 68°09'29"SW até encontrar o ponto 4; daí deflete à direita numa extensão de 2,52m (dois vírgula cinquenta e dois metros) num rumo de 76°52'01"NW até encontrar o ponto 5, localizado na frente de uma construção; daí deflete à esquerda deixando a construção e a rua numa extensão de 75,83m (setenta e cinco vírgula oitenta e três metros) num rumo de 63°09'01"SW até encontrar o ponto 25, localizado na borda do Rio Fumaça; daí deflete à direita subindo pela borda do rio numa extensão de 106,92m (cento e seis vírgula noventa e dois metros) num rumo de 30°15'29"NW até encontrar o ponto 31A; daí deflete à direita deixando o rio numa extensão de 40,67m (quarenta vírgula sessenta e sete metros) num rumo de 61°56'46"NE até encontrar o ponto 65C, onde volta a confrontar com área remanescente da Escola Estadual Pedro Vicente de Freitas; daí deflete à direita numa extensão de 83,92m (oitenta e três vírgula noventa e dois metros) num rumo de 30°44'49"SE até encontrar o ponto 65B; daí deflete à esquerda numa extensão de 94,14m (noventa e quatro vírgula quatorze metros) num rumo de 64°24'48"NE até encontrar o ponto 65A, início desta descrição, totalizando uma área de 6.691,54m² (seis mil seiscentos e noventa e um vírgula cinquenta e quatro metros quadrados).

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.358/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/5/2009, na pág. 61, col. 1, acrescente-se, ao final, o seguinte:

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº , de de de 2009.)

A área destinada a doação tem na frente, do P1 ao P2, uma distância de 53,476m (cinquenta e três vírgula quatrocentos e setenta e seis metros), confrontando com a Rua Jovino Rodrigues Santana; no lado direito, do P2 ao P3, com ângulo de 90° à esquerda, uma distância de 93,5m (noventa e três vírgula cinco metros), confrontando com área do Acampamento do DER-MG; no fundo, do P3 ao P4, com ângulo de 90° à esquerda, uma distância de 53,476m (cinquenta e três vírgula quatrocentos e setenta e seis metros), confrontando com a Rua Antônio Gonçalves; e no lado esquerdo, do P4 ao P1, ponto de início desta descrição, com ângulo de 90° à esquerda, uma distância de 93,5m (noventa e três vírgula cinco metros), confrontando com a Associação Atlética do Banco do Brasil - AABB -, perfazendo uma área total de 5.000m² (cinco mil metros quadrados).